

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

BALANÇO GERAL

2015

José Ivo Sartori
Governador do Estado

Giovani Batista Feltes
Secretário de Estado da Fazenda

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin
Contador e Auditor-Geral do Estado

CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Av. Mauá, 1155 - sala 404-A - Tel.: (51) 3214-5200
90030-080 - Porto Alegre - RS

SETOR EMPRESARIAL

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

SUMÁRIO

SETOR EMPRESARIAL

1 - Banco do Estado do RS, S.A. - BANRISUL	07
2 - BANRISUL S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	145
3 - BANRISUL S.A. - Administradora de Consórcios	171
4 - BANRISUL Cartões S.A.	195
5 - Companhia de Abastecimento do RS - CEASA	241
6 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS - PROCERGS	253
7 - Companhia Riograndense de Mineração - CRM	273
8 - Companhia Operadora de Mineração - COM	311
9 - Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR	321
10 - BANRISUL - Armazéns Gerais - BAGERGS	333
11 - Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	371
12 - Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP	423
13 - Companhia de Gás do Estado do RS - SULGÁS	439
14 - Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	465
15 - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-GT	477
16 - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	585
17 - Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par	687
18 - Companhia Riograndense de Artes Gráficas - CORAG	793

**Banco do Estado do Rio
Grande do Sul, S.A.
BANRISUL**

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Assumimos a direção do Banrisul em abril de 2015 e concluímos o exercício com resultado recorrente de R\$758,5 milhões e lucro líquido de R\$848,8 milhões. Pela primeira vez nos 87 anos de história do Banco, a presidência é exercida por um funcionário do quadro da Instituição. Outros seis membros da Diretoria também são empregados de carreira e os demais Diretores vieram do Banco Central do Brasil e da Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul. Um time que conhece o Banrisul e um ambiente de elevadas incertezas são fatores que, em diferentes sentidos, afetaram o desempenho registrado em 2015.

Buscamos, de imediato, medidas que promovessem o reposicionamento do Banco, frente ao aprofundamento da crise de confiança que assolou o Brasil em 2015, com repercussões negativas sobre a percepção de risco-país e sobre o nível de atividade econômica. Enfrentamos um ciclo de forte contração do PIB, de aumento dos índices de preços, de expressiva desvalorização cambial e de elevação dos juros básicos. A redução da capacidade de pagamento das empresas refletiu na elevação da inadimplência e o mercado de crédito encolheu. No ambiente regional, a safra recorde de grãos do ano de 2015 contribuiu para atenuar os efeitos desfavoráveis da dinâmica econômica nacional e de importantes parceiros comerciais sobre o nível de atividade do Estado.

Nossa carteira de crédito alcançou R\$32.013,3 milhões, com crescimento de 5,0% em 2015. Nosso indicador de inadimplência cresceu 1,17 pontos percentuais no último ano e nosso fluxo de despesas com provisões para perdas em operações de crédito apresentou comportamento superior aos níveis históricos observados no Banco. Para 2016, ainda que a possibilidade de risco sistêmico no País seja reduzida, o ambiente de crédito é de desaceleração pelo lado da oferta e também da demanda. Nossa estratégia em relação ao crédito, para 2016, é de seletividade na concessão de operações e de priorização das linhas de menor prazo.

Face ao aumento do risco financeiro, buscamos fortalecer as receitas atreladas à prestação de serviços. Em 2015, concretizamos a parceria com a Icatu Seguros e constituímos a *holding* BIPAR, da qual faz parte a Rio Grande Seguros. Ao final de 2015, foi aprovada a Lei Estadual nº 14.797, autorizando o Banco a atuar na distribuição de seguros, previdência aberta e capitalização, o que nos permitirá estruturar uma corretora de seguros em 2016. Nossa Rede de Adquirência *VERO* segue gerando receitas na esteira de um mercado de serviços ainda aquecido. As receitas de aquisição e emissão de cartões somaram R\$749,4 milhões no ano, 35,6% acima do montante apurado em 2014. O resultado da Banrisul Cartões já representa 19,0% do lucro líquido do Banco.

Preservamos a liquidez da Instituição. Os recursos captados e administrados somaram R\$51.990,2 milhões ao final de 2015, com incremento de 8,2% frente ao ano anterior. Optamos por liquidar antecipadamente cerca de um terço de nossa captação de origem externa, com foco na liquidez das notas e na redução do custo de carregamento da operação. Nosso patrimônio líquido alcançou R\$6.208,6 milhões. Nossa estrutura de passivos e de capital próprio nos permitiu chegar ao final de 2015 com uma carteira de tesouraria, líquida de obrigações compromissadas, de R\$13.927,4 milhões.

Priorizamos a melhoria de processos e os investimentos em tecnologia para tornar nossas 536 agências e 743 postos de atendimento cada vez mais ágeis. Rotinas de *back office* ganharam maior dinamismo pela implantação ou continuidade de projetos como a Gestão Digitalizada de Documentos, TV Corporativa, Acessibilidade, Modelo Organizacional de Agências, implantação do DAD Eletrônico. Os *Data Centers* da Instituição foram alvo de melhorias de infraestrutura e de processos, com foco na eficiência energética e na disponibilidade dos ambientes. Por outro lado, despesas correntes, excluídas àquelas atreladas a negócios, apresentaram crescimento de 3,6%, evolução inferior à variação registrada pelos índices de preços em 2015. Nosso Índice de Eficiência alcançou 50,2%, o que representa melhora de 5,1 pontos percentuais em relação ao apurado em 2014.

Com relação à política de pessoas, lançamos um Plano de Desligamento por Aposentadoria no ano de 2015, que contou com a adesão de 471 empregados, garantindo redução futura de importante componente de custo administrativo. Abrimos concurso público regionalizado em outubro de 2015, para o preenchimento de 300 vagas na rede de agências. Nossa Universidade Corporativa comemorou um ano de atividades e investimos R\$6,1 milhões em treinamento. Nossa política de treinamento objetiva, especialmente, qualificar o atendimento prestado aos clientes nas agências.

O ano de 2015 será lembrado, no Brasil, como um período de inflexão. A máxima de que a crise contém a semente da recuperação está historicamente comprovada pelo comportamento cíclico da economia. No mundo empresarial, contudo, não é possível esperar que os ventos sejam favoráveis. Há que torná-los favoráveis. Isso é gestão. Um grande desafio para quem conhece a fundo os riscos aos quais instituições financeiras estão sujeitas, assim como os potenciais que fazem desse Banco uma empresa reconhecida e parceira. Nossa intenção é tornar o Banrisul ainda mais sustentável, moderno e eficiente.

Luiz Gonzaga Veras Mota

Presidente

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
PRESS RELEASE.....	9
FATOS RELEVANTES.....	11
DESTAQUES FINANCEIROS.....	11
EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS.....	13
DESTAQUES OPERACIONAIS.....	14
GUIDANCE	15
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	17
CENÁRIO ECONÔMICO	19
ESTRATÉGIA COMERCIAL E DE MARKETING	19
DESEMPENHO CONSOLIDADO.....	20
Lucro Líquido.....	20
Patrimônio Líquido.....	21
Ativo Total.....	21
Operações de Crédito	22
Recursos Captados e Administrados	23
PRODUTOS, SERVIÇOS E CANAIS	23
Vero	23
Cartão Banricompras	24
Cartões de Crédito	24
Seguros, Previdência e Capitalização	24
Correspondentes Banrisul - Banriponto.....	24
Canais Eletrônicos	25
Ações com o Poder Público.....	25
REDE DE ATENDIMENTO BANRISUL.....	25
EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS.....	25
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	25
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	26
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	26
Banrisul Cartões S.A.	26
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	26
Banrisul Icatu Participações S.A.	26
AÇÕES BANRISUL.....	27
Governança Corporativa	27
Estrutura Acionária	27
Política de Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	27
CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE.....	27
GESTÃO DE RISCOS	28
Estrutura de Gestão de Riscos	28
Gerenciamento de Capital	28
Risco de Crédito	28
Risco de Mercado	29
Risco de Liquidez.....	29
Risco Operacional	29
Índice de Basileia	30
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	30
RECURSOS HUMANOS	31
SUSTENTABILIDADE	31
RECONHECIMENTOS.....	31
AGRADECIMENTOS.....	32
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
BALANÇOS PATRIMONIAIS	35
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	39
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	40
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	41
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42

NOTAS EXPLICATIVAS	43
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	45
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL	45
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	45
NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	46
NOTA 04 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	52
NOTA 05 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	53
NOTA 06 - CRÉDITOS VINCULADOS	56
NOTA 07 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CRÉDITO	57
NOTA 08 - OUTROS CRÉDITOS	61
NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS	61
NOTA 10 - PERMANENTE	62
NOTA 11 - DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	63
NOTA 12 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	63
NOTA 13 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES	63
NOTA 14 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	64
NOTA 15 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	65
NOTA 16 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	67
NOTA 17 - RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS	67
NOTA 18 - DESPESAS DE PESSOAL	67
NOTA 19 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	68
NOTA 20 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	68
NOTA 21 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	69
NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANRISUL	69
NOTA 23 - COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS	71
NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	72
NOTA 25 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS	73
NOTA 26 - INSTRUMENTOS E GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	82
NOTA 27 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	88
NOTA 28 - IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	91
NOTA 29 - EVENTOS SUBSEQUENTES	91
NOTA 30 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	91
RELATÓRIOS	93
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	95
PARECER DO CONSELHO FISCAL	97
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	98
ANÁLISE DE DESEMPENHO	101
SUMÁRIO EXECUTIVO 2015	103
MERCADO COMPETITIVO	105
MARGEM ANALÍTICA	106
Desempenho da Intermediação Financeira	106
Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas	107
DESEMPENHO NO MERCADO ACIONÁRIO	109
EVOLUÇÃO PATRIMONIAL	111
Ativos Totais	111
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	111
Operações de Crédito	113
Índice de Cobertura	118
Índice de Inadimplência	119
Captação de Recursos	119
Recursos Administrados	121
Patrimônio Líquido	121
Índice de Basileia	122
EVOLUÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO	123
Lucro Líquido	123
Receitas da Intermediação Financeira	124
Receitas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	125
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	128

Resultado de Operações de Câmbio	129
Resultado das Aplicações Compulsórias	129
Despesas da Intermediação Financeira.....	130
Despesas de Captação no Mercado	131
Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses	132
Custo de Captação	132
Despesas de Provisão para Operações de Crédito	133
Margem Financeira	133
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	134
Despesas Administrativas Recorrentes.....	135
Outras Receitas Operacionais Recorrentes.....	136
Outras Despesas Operacionais Recorrentes	137
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO RESUMIDO	138
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RESUMIDO	139

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Lucro Líquido	21
Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido	21
Gráfico 3: Evolução do Ativo Total	22
Gráfico 4: Evolução das Operações de Crédito	23
Gráfico 5: Estrutura Acionária	27
Gráfico 6: Volume Financeiro, Volume de Negócios e Quantidade de Ações	109
Gráfico 7: Ativo Total	111
Gráfico 8: Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	112
Gráfico 9: Relações Interfinanceiras e Interdependências	112
Gráfico 10: Operações de Crédito	113
Gráfico 11: Evolução das Operações de Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica	115
Gráfico 12: Carteira de Crédito por Níveis de Risco	117
Gráfico 13: Composição da Provisão para Operações de Crédito	118
Gráfico 14: Índice de Cobertura.....	118
Gráfico 15: Índice de Inadimplência.....	119
Gráfico 16: Recursos Captados e Administrados	121
Gráfico 17: Patrimônio Líquido	121
Gráfico 18: Índice de Basileia	122
Gráfico 19: Lucro Líquido	123
Gráfico 20: Índice de Eficiência Recorrente	124
Gráfico 21: Receitas da Intermediação Financeira	125
Gráfico 22: Receitas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	126
Gráfico 23: Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	129
Gráfico 24: Resultado de Operações de Câmbio	129
Gráfico 25: Resultado das Aplicações Compulsórias	130
Gráfico 26: Despesas da Intermediação Financeira	131
Gráfico 27: Despesas de Captação no Mercado	131
Gráfico 28: Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses	132
Gráfico 29: Despesas de Provisão para Operações de Crédito	133
Gráfico 30: Margem Financeira	134
Gráfico 31: Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	134
Gráfico 32: Despesas Administrativas Recorrentes	135
Gráfico 33: Outras Receitas Operacionais Recorrentes	136
Gráfico 34: Outras Despesas Operacionais Recorrentes	137

Índice de Tabelas

Tabela 1: Indicadores Econômico-Financeiros.....	10
Tabela 2: Demonstrativo dos Principais Itens de Resultado	11
Tabela 3: Demonstrativo Lucro Líquido Contábil x Lucro Líquido Ajustado.....	13
Tabela 4: Demonstrativo da Evolução Patrimonial	14
Tabela 5: Outros Indicadores	15
Tabela 6: Perspectivas Banrisul.....	16
Tabela 7: Indicadores Econômico-Financeiros Resumido.....	102
Tabela 8: Mercado Competitivo.....	105
Tabela 9: Margem Analítica	107
Tabela 10: Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas	108
Tabela 11: Ações de Comunicação e Relacionamento.....	109
Tabela 12: Classificação de Agências de <i>Rating</i>	110
Tabela 13: Composição do Crédito Pessoa Jurídica por Porte de Empresa	113
Tabela 14: Composição do Crédito por Setor de Atividade	114
Tabela 15: Composição do Crédito por Carteira	114
Tabela 16: Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica	116
Tabela 17: Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento	117
Tabela 18: Saldo das Provisões para Perdas	118
Tabela 19: Composição de Recursos Captados por Produto	120
Tabela 20: Receitas do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica	127
Tabela 21: Taxas Médias Mensais do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica	128
Tabela 22: Custo de Captação	133
Tabela 23: Balanço Patrimonial Consolidado Resumido.....	138
Tabela 24: Demonstração de Resultado Resumido	139

Press Release

Este *Press Release* pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações não seriam apenas fatos históricos, mas refletiriam os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras “antecipa”, “deseja”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “almeja” e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos.

Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e serviços, aceitação dos serviços no mercado, transações de serviço da Companhia e de seus competidores, aprovação regulamentar, flutuação da moeda, mudanças no *mix* de serviços oferecidos e outros riscos descritos nos relatórios da Companhia. Este *Press Release* está atualizado até a presente data e o Banrisul poderá ou não atualizá-lo mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

TABELA 1: INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015 / 2014	4T15 / 3T15
Margem Financeira	4.414,0	3.789,8	1.192,9	1.080,3	1.088,1	1.052,7	998,5	16,5%	10,4%
Despesas com Provisão para Operações de Crédito	1.551,4	784,2	426,9	414,1	305,8	404,6	237,1	97,8%	3,1%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.862,5	3.005,6	766,0	666,2	782,3	648,1	761,4	-4,8%	15,0%
Receita da Intermediação Financeira	10.804,3	8.196,7	2.602,1	3.168,6	2.104,3	2.929,3	2.330,6	31,8%	-17,9%
Despesa da Intermediação Financeira	7.941,8	5.191,1	1.836,0	2.502,5	1.322,1	2.281,2	1.569,2	53,0%	-26,6%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	1.444,6	1.196,3	399,3	369,4	351,1	324,9	333,1	20,8%	8,1%
Despesas Administrativas Recorrentes ⁽¹⁾	3.032,3	2.742,4	827,3	761,8	723,5	719,7	747,4	10,6%	8,6%
Outras Despesas Operacionais Recorrentes	433,4	347,2	116,7	118,1	97,0	101,6	101,7	24,8%	-1,2%
Outras Receitas Operacionais Recorrentes	612,9	321,3	73,6	341,4	74,1	123,7	93,9	90,8%	-78,4%
Lucro Líquido Ajustado	758,5	753,0	148,9	269,7	192,9	147,0	177,0	0,7%	-44,8%
Lucro Líquido	848,8	691,4	149,5	359,3	192,9	147,0	248,2	22,8%	-58,4%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Dez 2015	Dez 2014	Dez 2015	Set 2015	Jun 2015	Mar 2015	Dez 2014	Dez 2015 / Dez 2014	Dez 2015 / Set 2015
Ativos Totais	66.937,8	59.561,7	66.937,8	65.292,1	63.768,9	61.357,3	59.561,7	12,4%	2,5%
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	13.927,4	14.599,0	13.927,4	14.294,9	16.652,8	14.645,9	14.599,0	-4,6%	-2,6%
Carteira de Crédito Total	32.013,3	30.487,0	32.013,3	31.360,0	31.091,2	31.027,0	30.487,0	5,0%	2,1%
Provisão para Operações de Crédito	2.252,5	1.694,0	2.252,5	2.163,5	1.959,9	1.861,0	1.694,0	33,0%	4,1%
Créditos em Atraso > 60 dias	1.601,1	1.169,1	1.601,1	1.659,1	1.345,3	1.324,0	1.169,1	37,0%	-3,5%
Créditos em Atraso > 90 dias	1.382,4	1.034,4	1.382,4	1.402,6	1.163,1	1.102,5	1.034,4	33,6%	-1,4%
Recursos Captados e Administrados	51.990,2	48.064,9	51.990,2	49.830,4	51.006,1	49.248,5	48.064,9	8,2%	4,3%
Patrimônio Líquido	6.208,6	5.671,3	6.208,6	6.115,1	5.851,3	5.742,2	5.671,3	9,5%	1,5%
Patrimônio de Referência ⁽³⁾	7.389,2	7.062,3	7.389,2	7.300,5	7.033,8	6.927,7	7.062,3	4,6%	1,2%
Patrimônio Líquido Médio	5.940,0	5.410,5	6.161,8	5.983,2	5.796,7	5.706,7	5.546,0	9,8%	3,0%
Ativo Total Médio	63.249,7	56.386,2	66.114,9	64.530,5	62.563,1	60.459,5	59.326,9	12,2%	2,5%
Ativos Rentáveis Médios	57.373,7	52.315,0	59.116,8	58.067,0	56.867,8	55.443,2	53.756,4	9,7%	1,8%
Principais Inf. do Mercado Acionário - R\$ Milhões	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015 / 2014	4T15 / 3T15
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos ⁽⁴⁾	356,4	280,8	101,5	93,5	84,4	77,0	80,3	29,6%	8,6%
Valor de Mercado	2.396,6	5.930,1	2.396,6	2.282,1	3.643,9	4.498,7	5.930,1	-59,6%	5,0%
Valor Patrimonial por Ação	15,18	13,87*	15,18	14,95	14,31	14,03	13,87*	13,7%	1,5%
Preço Médio da Ação (R\$)	9,20	12,62	5,90	8,10	10,56	12,23	13,91	-27,1%	-27,2%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	2,08	1,69	0,37	0,88	0,47	0,36	0,61	23,1%	-58,0%
Índices Financeiros	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14		
ROAA Recorrente Anualizado ⁽⁵⁾	1,2%	1,3%	0,9%	1,7%	1,2%	1,0%	1,2%		
ROAE Recorrente Anualizado ⁽⁶⁾	12,8%	13,9%	10,0%	19,3%	14,0%	10,7%	13,4%		
Índice de Eficiência Recorrente ⁽⁷⁾	50,2%	55,3%	50,2%	50,8%	53,0%	53,9%	55,3%		
Margem Financeira ⁽⁸⁾	7,69%	7,24%	8,32%	7,65%	7,88%	7,81%	7,64%		
Custo Operacional Recorrente	4,5%	4,6%	4,5%	4,5%	4,5%	4,6%	4,6%		
Índice de Inadimplência > 60 dias ⁽⁹⁾	5,00%	3,83%	5,00%	5,29%	4,33%	4,27%	3,83%		
Índice de Inadimplência > 90 dias ⁽¹⁰⁾	4,32%	3,39%	4,32%	4,47%	3,74%	3,55%	3,39%		
Índice de Cobertura 60 dias ⁽¹¹⁾	140,7%	144,9%	140,7%	130,4%	145,7%	140,6%	144,9%		
Índice de Cobertura 90 dias ⁽¹²⁾	162,9%	163,8%	162,9%	154,2%	168,5%	168,8%	163,8%		
Índice de Provisão ⁽¹³⁾	7,0%	5,6%	7,0%	6,9%	6,3%	6,0%	5,6%		
Índice de Basileia ⁽¹⁴⁾	17,8%	17,8%	17,8%	17,9%	17,7%	17,0%	17,8%		
Indicadores Estruturais	Dez 2015	Dez 2014	Dez 2015	Set 2015	Jun 2015	Mar 2015	Dez 2014		
Agências	536	528	536	536	534	531	528		
Postos de Atendimento Bancário	202	206	202	203	206	206	206		
Pontos de Atendimento Eletrônico	541	594	541	557	569	593	594		
Colaboradores	11.098	11.636	11.098	11.491	11.546	11.588	11.636		
Indicadores Econômicos	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14		
Selic Efetiva Acumulada	13,27%	10,90%	3,36%	3,43%	3,03%	2,82%	2,78%		
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período)	3,90	2,66	3,90	3,97	3,10	3,21	2,66		
Variação Cambial (%)	47,01%	13,39%	-1,71%	28,05%	-3,29%	20,77%	8,37%		
IGP-M	10,54%	3,67%	3,95%	1,93%	2,27%	2,02%	1,89%		
IPCA	10,67%	6,41%	2,82%	1,39%	2,26%	3,83%	1,72%		

*Revisado.

(1) Inclui despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

(2) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.

(3) Durante o ano de 2014, calculado com base no Conglomerado Financeiro. A partir de 2015, conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, calculado com base no Conglomerado Prudencial.

(4) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou provisionados (antes da retenção do Imposto de Renda).

(5) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(6) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

(7) Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses. Despesas de pessoal + outras despesas administrativas / margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais – outras despesas operacionais).

(8) Margem financeira em percentual dos ativos rentáveis.

(9) Atrasos > 60 dias / carteira de crédito.

(10) Atrasos > 90 dias / carteira de crédito.

(11) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 60 dias.

(12) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 90 dias.

(13) Provisão para devedores duvidosos / carteira de crédito.

(14) Durante o ano de 2014, calculado com base no Conglomerado Financeiro. A partir de 2015, conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, calculado com base no Conglomerado Prudencial.

FATOS RELEVANTES

Em 16 de abril de 2015, tomou posse a nova Diretoria do Banrisul. Assumiram a presidência e vice-presidência da Instituição, os Executivos Luiz Gonzaga Veras Mota e Irany de Oliveira Sant'Anna Junior. As Diretorias de Tecnologia da Informação, Administração de Recursos de Terceiros, Planejamento e Expansão de Negócios, Comercial, Crédito, Financeira e de Relações com Investidores e Administrativa foram ocupadas, respectivamente, pelos Executivos Jorge Fernando Krug Santos, Jorge Luiz Oliveira Loureiro, Júlio Francisco Gregory Brunet, Leodir Antônio Araldi, Oberdan Celestino de Almeida, Ricardo Richiniti Hingel e Suzana Flores Cogo. Dos nove novos Diretores, sete são funcionários de carreira da Instituição.

O desempenho de 2015 foi afetado pelo adverso contexto de negócios que se configurou na economia brasileira ao longo do ano, com impacto significativo sobre as provisões de crédito. O resultado recorrente do exercício reflete ainda o desempenho positivo da margem financeira e a liquidação antecipada de parte da dívida subordinada, bem como a performance favorável de receitas de serviços e tarifas e de despesas administrativas. O lucro líquido foi afetado também por eventos extraordinários: (i) lançamento de Plano de Desligamento por Aposentadoria - PDA, (ii) aporte de recursos pela Icatu Seguros S.A. para integralização de capital da *holding* Banrisul Icatu Participações S.A. e (iii) ajuste de créditos tributários decorrente do acréscimo de 5 pp. na alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

DESTAQUES FINANCEIROS

Apresentamos abaixo, de forma sintética, o desempenho do Banrisul no 4T15 e no acumulado do ano de 2015. A Análise de Desempenho, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas estão disponibilizadas no *site* www.banrisul.com.br/ri.

TABELA 2: DEMONSTRATIVO DOS PRINCIPAIS ÍTENS DE RESULTADO

Resultado - R\$ Milhões	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015 / 2014	4T15 / 3T15
Margem Financeira Líquida	4.414,0	3.789,8	1.192,9	1.080,3	1.088,1	1.052,7	998,5	16,5%	10,4%
Despesas de Provisão p/ Operações de Crédito	1.551,4	784,2	426,9	414,1	305,8	404,6	237,1	97,8%	3,1%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.862,5	3.005,6	766,0	666,2	782,3	648,1	761,4	-4,8%	15,0%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	1.444,6	1.196,3	399,3	369,4	351,1	324,9	333,1	20,8%	8,1%
Despesas Administrativas Recorrentes	3.032,3	2.742,4	827,3	761,8	723,5	719,7	747,4	10,6%	8,6%
Resultado Operacional	1.038,3	963,7	197,0	359,9	293,5	187,9	367,2	7,7%	-45,3%
Lucro Líquido Consolidado	848,8	691,4	149,5	359,3	192,9	147,0	248,2	22,8%	-58,4%
Lucro Líquido Ajustado a Eventos Não Recorrentes	758,5	753,0	148,9	269,7	192,9	147,0	177,0	0,7%	-44,8%

O **resultado recorrente** alcançou R\$758,5 milhões em 2015, R\$5,5 milhões acima do registrado em 2014. O **lucro líquido contábil** de 2015, R\$848,8 milhões, superou em 22,8% ou R\$157,4 milhões o resultado apurado no ano anterior. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio, calculada pelo resultado recorrente, alcançou 12,8% no exercício. No 4T15, o resultado recorrente foi de R\$148,9 milhões, 15,9% ou R\$28,2 milhões abaixo do apurado no 4T14 e 44,8% ou R\$120,8 milhões abaixo do alcançado no 3T15. O lucro líquido contábil alcançou R\$149,5 milhões no 4T15, 39,8% ou R\$98,7 milhões abaixo do resultado do 4T14 e 58,4% ou R\$209,8 milhões abaixo do apurado no 3T15.

O **desempenho recorrente do Banrisul em 2015** reflete o maior fluxo de provisões de crédito, o crescimento da margem financeira, favorecida pela reprecificação dos créditos e pelo aumento dos saldos; a expansão de receitas com tarifas e serviços relacionadas aos negócios de adquirência, seguros, previdência e capitalização, a ampliação das despesas de pessoal e de outras despesas administrativas, especialmente aquelas vinculadas à rede de adquirência e provenientes da originação de crédito fora da rede de agências, via correspondente bancário, bem como o efeito positivo decorrente da liquidação antecipada de parte da dívida subordinada.

A redução do **resultado recorrente do 4T15** em relação ao 4T14 decorre, especialmente, do maior fluxo de despesas com provisionamento para perdas em operações de crédito. Na comparação com o 3T15, o menor resultado do 4T15 reflete o efeito base de comparação, visto que o 3T15 foi positivamente afetado pelas receitas obtidas na operação de recompra parcial das notas de dívida subordinada.

Sobre a **operação de recompra da dívida subordinada** emitida em 2012 no valor de US\$775 milhões, em duas *tranches* - US\$500 milhões em fevereiro e US\$275 milhões no mês de dezembro de 2012, pelo prazo de 10 anos, a liquidação parcial objetivou reduzir o custo de captação, num ambiente de estreitamento de *spreads*, e dar liquidez às notas, face ao contexto de desvalorização cambial e de ampliação do risco-país. A operação de recompra parcial alcançou US\$249 milhões, liquidada por US\$199 milhões, ou 80% do seu valor de face. O valor da obrigação na curva, R\$1.037,1 milhões, estava contabilizado na data de sua liquidação, marcado a mercado, em R\$911,3 milhões.

Em setembro de 2015, a operação de recompra gerou receitas de R\$171,0 milhões que, deduzidas dos ajustes relacionados aos derivativos associados à parcela liquidada e dos custos e marcação a mercado do *swap* da dívida remanescente, no montante de R\$60,2 milhões, resultou em ganho de R\$110,8 milhões no mês, gerando efeito de R\$55,8 milhões no resultado líquido de impostos. Em outubro de 2015, efetivou-se a complementação da operação de recompra parcial de notas da dívida subordinada, no valor de US\$2,8 milhões, por 77% do valor de face, ou seja US\$2,2 milhões. As receitas decorrentes da operação de outubro somaram R\$2,7 milhões.

A **margem financeira** apurada em 2015, R\$4.414,0 milhões, apresentou crescimento de 16,5% ou R\$624,1 milhões em relação ao valor alcançado no ano anterior. No 4T15, a margem apresentou incremento de 19,5% ou R\$194,4 milhões em relação ao 4T14 e incremento de 10,4% ou R\$112,6 milhões frente ao 3T15. A expansão da margem financeira anual proveio da reprecificação da carteira de crédito e do crescimento de saldos. No último trimestre, a expansão da margem reflete, especialmente, o aumento de preços dos ativos, num ambiente de elevação do risco, que predominou ao longo do ano.

As **despesas de provisão** para perdas em operações de crédito, R\$1.551,4 milhões em 2015, apresentaram expansão de 97,8% ou R\$767,2 milhões em relação às despesas acumuladas em 2014. No 4T15, o fluxo de despesas com provisões para perdas em operações de crédito, R\$426,9 milhões, registrou aumento de R\$189,8 milhões frente ao valor apurado no 4T14 e incremento de R\$12,8 milhões em relação ao volume contabilizado no 3T15. No ano de 2015, a ampliação do saldo de operações em atraso e a rolagem da carteira em níveis mais elevados de *rating* exigiram maior fluxo de provisões, num contexto de desaceleração do crescimento do crédito e de maior volume de baixas para prejuízo. No 4T15, o aumento do fluxo de despesas refletiu a rolagem da carteira por *rating*, num contexto de aumento de baixas e de saldo da carteira e de redução dos atrasos.

As **receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias**, R\$1.444,6 milhões acumuladas em 2015, foram positivamente influenciadas pelo desempenho da Banrisul Cartões e pelos negócios com seguros, previdência e capitalização. Do incremento de 20,8% ou R\$248,3 milhões em receitas de serviços e tarifas, R\$142,1 milhões são decorrentes da aquisição e *vouchers*, R\$40,8 milhões relativos a tarifas bancárias de conta corrente e R\$27,5 milhões provenientes de seguros, previdência e capitalização. Na comparação entre os trimestres, as receitas de serviços e de tarifas bancárias do 4T15 cresceram 19,9% ou R\$66,2 milhões frente ao 4T14 e 8,1% ou R\$29,9 milhões em relação ao valor contabilizado no 3T15, fluxos favorecidos pelas receitas com rede de aquisição e *vouchers*.

As **despesas administrativas recorrentes**, R\$3.032,3 milhões em 2015, apresentaram aumento de 10,6% ou R\$289,9 milhões na comparação com as despesas recorrentes de 2014. No 4T15, as despesas administrativas registraram expansão de 10,7% ou R\$79,9 milhões em relação ao 4T14 e aumento de 8,6% ou R\$65,6 milhões frente ao fluxo do 3T15. As despesas de pessoal respondem por 56,9% do incremento das despesas administrativas, enquanto outras despesas administrativas explicam 43,1% da variação das despesas totais de 2015 frente 2014.

As **despesas de pessoal recorrentes** apresentaram aumento de 11,2% ou R\$164,9 milhões em 2015 contra 2014. No 4T15, despesas de pessoal registraram aumento de 14,2% ou R\$56,1 milhões frente às despesas do 4T14. Em relação ao 3T15, despesas de pessoal cresceram 10,1% ou R\$41,4 milhões. O índice de cobertura de despesas de pessoal recorrentes com receitas de serviços e tarifas bancárias atingiu 88,3% em 2015, 7,0 pp. acima do indicador apurado no ano anterior. O incremento de despesas de pessoal reflete o dissídio da categoria e a elevação de despesas com benefícios pós-emprego, decorrentes da estruturação dos planos de previdência complementar em 2014.

Outras despesas administrativas registraram ampliação de 9,8% ou R\$124,9 milhões em 2015 contra 2014, performance proveniente, em especial, das despesas relacionadas aos negócios de aquisição e com origem de crédito consignado na plataforma extra rede de agências. Consideradas as performances trimestrais, outras despesas administrativas apresentaram incremento de 6,8% frente ao 4T14 e de 6,9% em relação ao 3T15, refletindo, especialmente, maiores despesas com processamento de dados e telecomunicações. Descontadas as despesas citadas, as demais despesas administrativas correntes cresceram 3,6% no exercício, evolução inferior à variação registrada pelos índices de preços no ano de 2015.

EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS

Os eventos não recorrentes que afetaram o resultado de 2015 estão comentados na sequência.

TABELA 3: DEMONSTRATIVO LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL X LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO

Eventos Extraordinários - R\$ Milhões	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14
Lucro Líquido Ajustado	758,5	753,0	148,9	269,7	192,9	147,0	177,0
Eventos Extraordinários	90,3	(61,6)	0,6	89,6	-	-	71,1
Plano de Aposentadoria - PDA/PAI ⁽¹⁾	(48,5)	(64,1)	3,2	(51,6)	-	-	-
Convênio de Distribuição de Seguros	22,5	115,0	-	22,5	-	-	115,0
Reestruturação Planos FBSS - Incentivos à Migração	-	(204,5)	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	10,7	92,0	(2,5)	13,2	-	-	(43,9)
Créditos Tributários – CSLL Lei 13.169/15	105,5	-	-	105,5	-	-	-
Lucro Líquido Contábil	848,8	691,4	149,5	359,3	192,9	147,0	248,2
ROAA Ajustado	1,2%	1,3%	0,9%	1,7%	1,2%	1,0%	1,2%
ROAE Ajustado	12,8%	13,9%	10,0%	19,3%	14,0%	10,7%	13,4%
Índice de Eficiência Ajustado	50,2%	55,3%	50,2%	50,8%	53,0%	53,9%	55,3%

(1) Incentivo à aposentadoria por meio do PDA - Plano de Desligamento por Aposentadoria em 2015 e do PAI - Plano de Aposentadoria Incentivada em 2014.

No início do segundo semestre de 2015, o Banrisul implementou ação de estímulo à saída de empregados aptos à previdência oficial e complementar, com vistas à redução de relevante item de despesas administrativas. O **Plano de Desligamento por Aposentadoria - PDA** acolheu 501 inscrições de 27/07/2015 até 25/09/2015. Consideradas as desistências ocorridas, os desligamentos totalizaram 471 empregados. Os custos pagos e provisionados no âmbito do PDA somaram R\$48,5 milhões. Líquido do benefício fiscal, as despesas com o PDA impactaram o resultado em R\$28,8 milhões.

Outra iniciativa consolidada em agosto de 2015 foi a finalização da constituição da *holding* **Banrisul Icatu Participações S.A.**, na qual o Banrisul detém 49,9% do capital. A criação da Rio Grande Seguros e Previdência S.A., que compõe o grupo, representa uma evolução no modelo de negócios praticado pelo Banco, que passa a incorporar parte do resultado gerado na operação. A Seguradora detém exclusividade na comercialização de produtos de seguros de vida e previdência privada nos canais de distribuição do Banrisul, condição pela qual a Icatu desembolsou R\$115,0 milhões em 2014. Pela constituição da *holding*, a Icatu Seguros S.A. aportou R\$22,5 milhões no Banrisul. Descontados os efeitos fiscais, a criação da nova empresa afetou positivamente o resultado de 2015 em R\$13,5 milhões.

Outro evento demonstrado como extraordinário no 3T15 refere-se à aplicação da MP nº 675, de 21/05/2015, já convertida na Lei nº 13.169/15, que estabelece aumento de 15% para 20% na alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), com vigência até dezembro de 2018. Pelo novo regramento, embora o aumento da alíquota gere aumento de despesas, o efeito imediato é de **atualização do estoque de créditos tributários** referentes ao valor das adições intertemporais que se tornarão dedutíveis até 2018 calculado com base na nova alíquota, produzindo um ganho tributário de R\$105,5 milhões em setembro de 2015.

Os eventos extraordinários citados produziram **benefício fiscal** de R\$10,7 milhões, gerando impacto líquido de R\$90,3 milhões no resultado do exercício de 2015. Descontados os eventos extraordinários lançados em despesas de pessoal e em outras receitas operacionais, bem como ajustados o Imposto de Renda e a Contribuição Social, o lucro líquido recorrente somou R\$758,5 milhões em 2015.

A **reconciliação entre lucro líquido e resultado recorrente** foi utilizada para demonstração dos indicadores de retorno sobre patrimônio líquido, sobre ativos e de eficiência. O ROAE ajustado é de 12,8% sobre o patrimônio líquido médio, 1,1 pp. abaixo do apurado em 2014, consequência de um contexto que associa ampliação do risco,

desaceleração do crescimento do crédito, embora favorecido pela recuperação da margem financeira, expansão das receitas de serviços e tarifas bancárias, acomodação das despesas administrativas e contribuição favorável do resultado obtido na operação de recompra das notas de dívida subordinada.

O **Índice de eficiência**, calculado com base nos eventos recorrentes, alcançou 50,2% no período de doze meses até dezembro/15, 5,1 pp. abaixo do obtido em 2014. A melhora da eficiência decorre da ampliação da margem financeira, da elevação das receitas com serviços e tarifas bancárias, do resultado da operação de liquidação parcial e antecipada da dívida subordinada e da variação cambial registrada em 2015, efeito parcialmente absorvido pelo incremento de despesas administrativas.

DESTAQUES OPERACIONAIS

TABELA 4: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução Patrimonial - R\$ Milhões	Dez 2015	Set 2015	Jun 2015	Mar 2015	Dez 2014	Dez 2015/ Dez 2014	Dez 2015/ Set 2015
Ativos Totais	66.937,8	65.292,1	63.768,9	61.357,3	59.561,7	12,4%	2,5%
Operações de Crédito	32.013,3	31.360,0	31.091,2	31.027,0	30.487,0	5,0%	2,1%
TVM + Aplicações Interfinanceiras - Obrigações Compromissadas	13.927,4	14.294,9	16.652,8	14.645,9	14.599,0	-4,6%	-2,6%
Recursos Captados e Administrados	51.990,2	49.830,4	51.006,1	49.248,5	48.064,9	8,2%	4,3%
Patrimônio Líquido	6.208,6	6.115,1	5.851,3	5.742,2	5.671,3	9,5%	1,5%

Ao final de dezembro de 2015, os **ativos totais** alcançaram saldo de R\$66.937,8 milhões, com expansão de 12,4% ou R\$7.376,1 milhões em relação a dezembro de 2014 e de R\$1.645,7 milhões frente setembro de 2015. O crescimento dos ativos, em doze meses, proveio, especialmente, da expansão de R\$4.562,9 milhões em depósitos, efeito minimizado pela redução dos fundos financeiros e de desenvolvimento. O crescimento na captação gerou expansão na posição ativa de relações interfinanceiras e interdepartamentais, em R\$2.725,1 milhões, além de incremento nas aplicações de tesouraria, em R\$2.198,8 milhões, e nos ativos de crédito, que registraram crescimento de R\$1.526,3 milhões. No último trimestre, o aumento dos ativos proveio, em especial, da captação de depósitos e de obrigações compromissadas, em R\$2.346,0 milhões, enquanto, na alocação, as rubricas que apresentaram maior expansão foram operações de crédito, com incremento de R\$653,2 milhões, e depósitos compulsórios no Banco Central, com aumento de R\$566,8 milhões.

Os **ativos de crédito** alcançaram R\$33.430,2 milhões no conceito ampliado, com incremento de 5,1% em doze meses. Descontadas as operações de coobrigação em garantias prestadas, o crescimento do crédito foi de 5,0% ou R\$1.526,3 milhões, desempenho motivado, especialmente, pelo incremento de R\$1.157,6 milhões da carteira comercial. O crédito imobiliário apresentou aumento de R\$549,0 milhões e a carteira de câmbio registrou expansão de R\$171,6 milhões em doze meses. Em relação ao trimestre anterior, a carteira apresentou crescimento de 2,1% ou R\$653,2 milhões, motivado, especialmente, pela concessão de adiantamento do 13º salário para servidores estaduais, no valor de R\$843,4 milhões.

Os **títulos e valores mobiliários (TVM) e as aplicações interfinanceiras de liquidez** totalizaram R\$21.116,1 milhões, que subtraídas das operações compromissadas, apresentaram um saldo líquido de R\$13.927,4 milhões ao final de dezembro de 2015, com retração de 4,6% ou R\$671,7 milhões em doze meses. Em relação a setembro de 2015, o saldo de TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez apresentou redução de 2,6% ou R\$367,5 milhões. A liquidação antecipada de parte da dívida subordinada, o vencimento de parcela das letras financeiras, no valor de R\$700 milhões, e a redução do saldo de recursos em fundos financeiros e de desenvolvimento, ao amparo da Lei Estadual nº 14.738/15, explicam a redução do saldo de tesouraria.

Os **recursos captados e administrados**, constituídos por depósitos, recursos em letras, dívidas subordinadas e recursos de terceiros administrados totalizaram R\$51.990,2 milhões, com expansão de 8,2% ou R\$3.925,3 milhões em doze meses, desempenho motivado, especialmente, pelo incremento de R\$4.562,9 milhões em depósitos. Na comparação com setembro de 2015, os recursos captados e administrados apresentaram crescimento de 4,3% ou R\$2.159,8 milhões, face à expansão de depósitos em 4,5% ou R\$1.663,9 milhões.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$6.208,6 milhões em dezembro de 2015, 9,5% ou R\$537,2 milhões acima da posição de dezembro de 2014 e 1,5% ou R\$93,5 milhões acima do saldo de setembro de 2015. As evoluções

refletem a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, além do remensuramento do passivo atuarial do plano de benefícios pós-emprego ajustado pelo efeito tributário, conforme aplicação das regras contábeis previstas no CPC 33 (R1).

O Banrisul recolheu e provisionou R\$716,0 milhões em **impostos e contribuições** próprios em 2015. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$996,3 milhões.

TABELA 5: OUTROS INDICADORES

Indicadores - %	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14
Margem Financeira sobre Ativos Rentáveis	7,69%	7,24%	8,32%	7,65%	7,88%	7,81%	7,64%
Índice de Basileia ⁽¹⁾	17,8%	17,8%	17,8%	17,9%	17,7%	17,0%	17,8%
Carteira de Crédito Risco Normal/Carteira Total	90,0%	91,3%	90,0%	89,7%	90,1%	90,5%	91,3%
Carteira de Crédito Risco 1 e 2/Carteira Total	10,0%	8,7%	10,0%	10,3%	9,9%	9,5%	8,7%
Índice de Inadimplência 60 dias	5,00%	3,83%	5,00%	5,29%	4,33%	4,27%	3,83%
Índice de Inadimplência 90 dias	4,32%	3,39%	4,32%	4,47%	3,74%	3,55%	3,39%
Índice de Cobertura 60 dias	140,7%	144,9%	140,7%	130,4%	145,7%	140,6%	144,9%
Índice de Cobertura 90 dias	162,9%	163,8%	162,9%	154,2%	168,5%	168,8%	163,8%
Índice de Provisionamento	7,0%	5,6%	7,0%	6,9%	6,3%	6,0%	5,6%

(1) Durante o ano de 2014, calculado com base no Conglomerado Financeiro. A partir de 2015, conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, calculado com base no Conglomerado Prudencial.

A ampliação da **margem financeira sobre ativos rentáveis**, comparados os anos de 2015 e 2014, reflete a contribuição das receitas produzidas pelo aumento de taxas e de volumes de ativos rentáveis em nível superior às despesas incorridas pela variação de saldos e de preços dos passivos onerosos, num contexto de elevação dos juros básicos, desvalorização cambial e de ampliação dos atrasos. Os fluxos trimestrais refletem aumento de margens absolutas e relativas anualizadas, movimento resultante do *repricing* da carteira.

O **índice de inadimplência** de 60 dias alcançou 5,00% em dezembro de 2015, com aumento de 1,17 pp. nos doze meses e redução de 0,29 pp. nos últimos três meses. O total de operações em atraso acima de 60 dias atingiu R\$1.601,1 milhões em dezembro de 2015, com acréscimo de R\$432,0 milhões em relação ao montante registrado em dezembro de 2014. O índice de inadimplência de 90 dias alcançou 4,32%, representado por R\$1.382,4 milhões de operações de crédito vencidas. O índice de atraso de 90 dias apresentou crescimento de 0,93 pp. em doze meses e redução de 0,15 pp. no último trimestre.

O **índice de cobertura** alcançou 140,7% em proporção das operações em atraso acima de 60 dias, indicador inferior ao apurado em dezembro de 2014 (144,9%) e superior ao de setembro de 2015 (130,4%). O índice de 90 dias atingiu 162,9%, menor que o de dezembro de 2014 (163,8%) e superior ao registrado em setembro de 2015 (154,2%). Os indicadores anuais foram influenciados pelo aumento do montante de operações de crédito em atraso e pelo volume de provisões refletindo a rolagem da carteira por *rating*. No último trimestre, o saldo de operações em atraso reduziu, refletindo na melhora dos indicadores de cobertura.

O **índice de provisionamento** alcançou 7,0% do saldo de crédito em dezembro de 2015, 1,4 pp. e 0,1 pp. acima do indicador de dezembro de 2014 e de setembro de 2015 respectivamente. O saldo de provisão apresentou aumento de R\$558,5 milhões, face ao incremento do saldo dos ativos de crédito e da inadimplência. A carteira de crédito classificada por *rating* apresentou redução de 1,3 pp. na proporção de operações classificadas como risco normal em relação ao total da carteira em doze meses. Nos últimos três meses, o saldo de provisão registrou crescimento de R\$88,9 milhões e a representatividade da carteira de crédito de risco normal sobre a carteira total apresentou aumento de 0,3 pp.

GUIDANCE

Os impactos da crise de confiança que se configurou no Brasil em 2015 geraram efeitos perversos sobre o nível de atividade econômica e sobre a capacidade financeira de empresas e de consumidores. O ano que inicia já sinaliza frustração em relação aos agregados de produção e renda. As metas de negócios e de performance para 2015, divulgados ao mercado em fevereiro, foram, por duas vezes, em junho e setembro, revisadas. Ainda assim, dos dez itens objeto de meta do Banrisul, cinco não foram alcançados, três ficaram dentro dos intervalos previstos e dois ultrapassaram os patamares esperados.

A rolagem das operações de crédito, em especial do segmento corporativo, em níveis de *rating* mais elevados refletiu no aumento do saldo e do fluxo de PDD em proporção da carteira em 2015. O indicador de saldo de provisão em proporção da carteira convergiu para o teto do intervalo previsto. O comportamento do fluxo de provisões em relação ao percentual da carteira frustrou a expectativa sinalizada ao mercado em setembro de 2015.

O ritmo de expansão do crédito foi propositadamente reduzido, ajustando-se a exposição aos riscos da conjuntura econômica. O crédito imobiliário cresceu acima da previsão estimada para 2015, por força das liberações de contratos já firmados. As demais linhas foram reduzidas, especialmente no segmento empresarial, ficando a evolução do crédito comercial pessoa física, pessoa jurídica e carteira total abaixo dos intervalos previstos para o exercício. A carteira comercial pessoa física, excluídos os créditos adquiridos em cessão, apresentou evolução de 10,9%, dentro do intervalo previsto para 2015.

Em um cenário de ambiente econômico restritivo, a preservação de liquidez é considerada estratégica e foram aproveitadas as oportunidades de captação pulverizada junto a rede, mais barata, resgatando-se dívidas mais caras como a externa e as letras financeiras. A Instituição reduziu em cerca de um terço a dívida subordinada de origem externa, diminuindo seu custo de carregamento global, em um contexto de elevação do risco-país e de desvalorização cambial. A posição em letras financeiras também foi reduzida face ao vencimento de papéis em 2015. O *guidance* de depósitos e fundos de investimento foi alcançado.

A elevação da margem sobre ativos rentáveis, resultante da reprecificação da carteira e a forte política de cobrança de créditos, realizou-se dentro do intervalo do *guidance* para 2015. Já o indicador de eficiência, calculado com base nos eventos recorrentes, seguiu trajetória acima da esperada, ficando abaixo do piso de *guidance* firmado para o ano. O indicador de retorno sobre patrimônio líquido médio, 12,8%, realizou-se abaixo do piso da meta, especialmente em função do aumento do fluxo de provisões de crédito, ainda que o comportamento da margem financeira, das receitas de tarifas e serviços e a da trajetória de despesas administrativas tenha sido favorável. O ROAE calculado com base no resultado contábil alcançou 14,3% em 2015.

Duas Leis Estaduais deverão gerar efeitos sobre os negócios futuros. A Lei nº 14.797/15 autoriza o Banrisul a criar estrutura societária para atuar no ramo de distribuição de seguros, previdência e capitalização. E a Lei nº 14.837/16 autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a ceder onerosamente a folha de pagamento do Estado ao Banrisul. A Instituição está constituindo sua corretora de seguros e iniciou estudos que fundamentem parâmetros de negociação e as ações que deverão ser tomadas para a possível repactuação do convênio de pagamento da folha dos servidores do Estado do Rio Grande do Sul.

As metas de negócios para 2016 estão referenciadas na estratégia de ajuste da exposição em risco de crédito dentro da conjuntura econômica atual, política que deverá refletir na melhora dos indicadores de provisionamento. O crescimento da captação deverá confirmar a expectativa de evolução histórica. Para os indicadores de performance - retorno, eficiência e margem, espera-se desempenhos favoráveis, decorrentes da estratégia focada em ativos de menor prazo.

TABELA 6: PERSPECTIVAS BANRISUL

Perspectivas Banrisul	Ano 2015				Ano 2016
	Projetado	Revisado 1S15	Revisado Set15	Realizado	Projetado
Carteira de Crédito Total	9% a 13%	7% a 11%	7% a 11%	5,0%	0% a 4%
Crédito Comercial Pessoa Física	10% a 14%	8% a 12%	8% a 12%	7,6%	0% a 4%
Crédito Comercial Pessoa Jurídica	8% a 12%	6% a 10%	6% a 10%	-0,1%	0% a 4%
Crédito Imobiliário	9% a 13%	9% a 13%	9% a 13%	16,7%	4% a 8%
Despesa Provisão Crédito / Carteira Crédito	2,5% a 3,5%	2,5% a 3,5%	3,5% a 4,5%	4,8%	3,5% a 4,5%
Saldo de Provisão / Carteira de Crédito	5,5% a 6,5%	5,5% a 6,5%	6% a 7%	7,0%	6,5% a 7,5%
Captação Total	10% a 14%	10% a 14%	10% a 14%	10,8%	10% a 14%
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio	14% a 17%	14% a 17%	14% a 17%	12,8%	14% a 17%
Índice de Eficiência	52% a 56%	52% a 56%	52% a 56%	50,2%	49% a 53%
Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis	7% a 8%	7% a 8%	7% a 8%	7,7%	7,5% a 8,5%

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2016.

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativos ao exercício de 2015, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil.

CENÁRIO ECONÔMICO

No ano de 2015, o ambiente econômico internacional foi marcado pelo descompasso entre os desempenhos das principais economias do mundo. Com efeito, as economias emergentes responderam pela frustração das expectativas de crescimento, ao passo que as economias avançadas sustentaram expansão moderada. Nesse contexto, na Europa, depois de superado o impasse relacionado à renegociação do programa de assistência financeira para a Grécia, a conjuntura econômica do continente passou a sinalizar retomada gradativa da atividade. A economia norte-americana, por sua vez, manteve sólidos fundamentos, com recuperação consistente do mercado de trabalho, o que amparou, em grande medida, o início do processo de aumento de juros básicos nos EUA, no mês de dezembro. De outra parte, a economia chinesa, após período de desaceleração pronunciada de sua atividade, passou a exibir taxas de crescimento mais condizentes com o processo de rebalanceamento econômico em curso, as quais, ainda que relevantes, mostraram-se inferiores às registradas nos últimos anos.

No Brasil, o cenário econômico mostrou-se bastante complexo, num contexto de aprofundamento das incertezas nas searas fiscal e, principalmente, política, com impactos negativos sobre a condução da política econômica e, por sua vez, sobre a atividade. Nesse ambiente, o PIB evidenciou forte retração, com aumento significativo do desemprego, ao passo que a trajetória inflacionária permaneceu desfavorável, a despeito do prolongado ciclo de elevação da taxa básica de juros, que alcançou, ao final de 2015, 14,25% ao ano. Em linha com essas condições, o mercado de crédito evidenciou enfraquecimento expressivo, retratando, de um lado, a maior cautela das instituições financeiras frente ao ambiente de maior risco, e, de outro, a desalavancagem de famílias e empresas, num contexto em que a confiança, tanto pessoal quanto corporativa, manteve-se enfraquecida, com reflexos adversos sobre o consumo e o investimento, os quais seguiram em contração e inferiores ao observado em anos recentes.

Na economia do Rio Grande do Sul, em meio à severa crise fiscal enfrentada pelo Estado, prevaleceram os efeitos adversos sobre a atividade, em particular no setor industrial, relacionados ao ambiente de retração da demanda agregada, de aumento dos custos de produção e de crise econômica em importantes parceiros comerciais. Por sua vez, o crédito apresentou desempenho bastante modesto, em linha com o cenário de maior cautela das instituições financeiras frente à intensificação dos componentes de risco no País. Não obstante, a relevante desvalorização do Real frente ao Dólar e a safra recorde de grãos contribuíram para amenizar o quadro de delicadas condições econômicas em que se encontra o Estado. Nesse horizonte, a balança comercial gaúcha registrou razoável melhora no acumulado de 2015, com superávit de US\$7,5 bilhões, frente a superávit de US\$3,7 bilhões de 2014. Esse resultado decorreu, em grande medida, da redução das importações, que passaram de US\$14,9 bilhões para US\$10,0 bilhões, uma vez que as exportações também recuaram, passando de US\$18,6 bilhões para US\$17,5 bilhões, considerando a mesma base de comparação.

ESTRATÉGIA COMERCIAL E DE MARKETING

A diversificação da matriz de receitas e a prudência no deferimento do crédito nos segmentos de varejo e corporativo, considerando as condições adversas da economia, foram os principais focos da estratégia comercial, executada, em 2015, através da gestão qualificada e sustentável do relacionamento com clientes, da distribuição de crédito alinhada às boas técnicas bancárias, da venda de Cartão Consignado INSS, da expansão da Rede Vero, bem como por meio da captação pulverizada de recursos.

Para a pessoa física, a atuação intensificou-se em clientes cujo nível de relacionamento é estreito, caso dos beneficiários do INSS, dos servidores públicos, para os quais foram ressaltadas as vantagens de manter ou portar a folha de pagamento no Banrisul, e do segmento jovem que recebeu atenção especial no período de volta às aulas. No segmento empresarial, foram relançadas e ampliadas, no último trimestre de 2015, as linhas de crédito para financiamento das despesas correntes, como o pagamento do 13º salário. Além disso, foi implementado, atendendo à Instrução nº 539 da CVM, instrumento de Análise do Perfil do Investidor PJ.

Como patrocinador, durante o ano de 2015, o Banrisul apoiou diversos projetos na capital e no interior do Estado, estando presente em feiras, expofeiras, eventos culturais, esportivos, de cunho social, de sustentabilidade e de benefício à saúde e à educação. Parte desses projetos foram patrocinados ao amparo de incentivos fiscais que favorecem a alocação de recursos em atividades culturais e esportivas. Dentre os projetos de maior expressão, destacam-se: 38ª Expointer, Expodireto, Cinemateca Paulo Amorim, Projeto Cultural Casa de Cultura Mario Quintana, Concertos Banrisul para Juventude, Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul, Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – Temporada Artística e 61ª Feira do Livro de Porto Alegre. Na seara esportiva, foi renovado o patrocínio da dupla Grenal, bem como mantido apoio a importantes projetos nas mais diversas modalidades esportivas, tais como futebol, futsal, vela, remo, tênis e basquete.

Quanto aos produtos objeto de divulgação em 2015, merecem distinção o Consórcio e o Banricompras, pela diversidade de canais de comunicação e peças produzidas. Deve-se ainda ressaltar a campanha publicitária de divulgação da marca Vero, que enfatiza os canais de atendimento ofertados ao público e suas vantagens, e tem por alvo tanto os credenciados atuais e em potencial quanto o público usuário de cartões de débito e crédito.

DESEMPENHO CONSOLIDADO

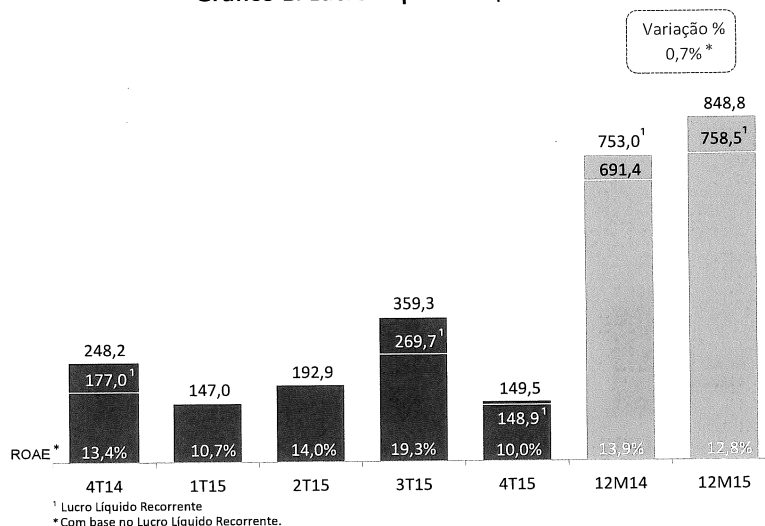
LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$848,8 milhões no ano de 2015, 22,8% acima do registrado em 2014. O lucro líquido recorrente alcançou R\$758,5 milhões, R\$5,5 milhões acima do obtido no ano anterior. O ambiente econômico restritivo afetou os negócios do segmento bancário, gerando significativo aumento dos níveis de despesas com provisão de crédito. O resultado recorrente do período reflete ainda o desempenho positivo da margem financeira e da liquidação antecipada de parte da dívida subordinada, bem como a performance favorável de receitas de serviços e tarifas e de despesas administrativas.

O resultado contábil acumulado em 2015 foi impactado pelos seguintes eventos extraordinários: (i) abertura de Plano de Desligamento por Aposentadoria - PDA; (ii) aporte de recursos pela Icatu Seguros S.A. para integralização de capital da *holding* Banrisul Icatu Participações S.A., ambos afetados por efeitos fiscais; e (iii) elevação temporária da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com efeito positivo sobre o estoque de créditos tributários. Os eventos extraordinários citados geraram impacto líquido positivo de R\$90,3 milhões no resultado do período.

Do resultado de R\$848,8 milhões, R\$356,4 milhões foram destinados para pagamentos de juros sobre capital próprio e R\$492,3 milhões foram os lucros retidos do período. A riqueza gerada pelo Banrisul, medida pelo conceito de valor adicionado, nos doze meses de 2015, alcançou o total de R\$3.203,3 milhões, dos quais R\$1.553,8 milhões ou 48,5% foram para pagamento do quadro funcional, R\$716,0 milhões ou 22,4% para pagamento de impostos, taxas e contribuições, R\$84,3 milhões ou 2,6% para remuneração de capitais de terceiros e R\$849,2 milhões ou 26,5% para remuneração de capitais próprios.

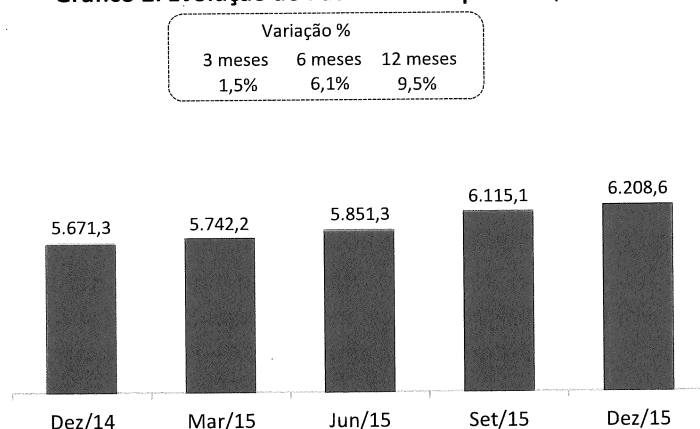
Gráfico 1: Lucro Líquido - R\$ Milhões



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido atingiu R\$6.208,6 milhões no final de 2015. A expansão de R\$537,2 milhões ou 9,5% em um ano teve como origem a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos e provisionamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, além do remensuramento do passivo atuarial, referentes aos benefícios pós emprego (CPC 33 – R1). A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 12,8% no ano de 2015.

Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido - R\$ Milhões

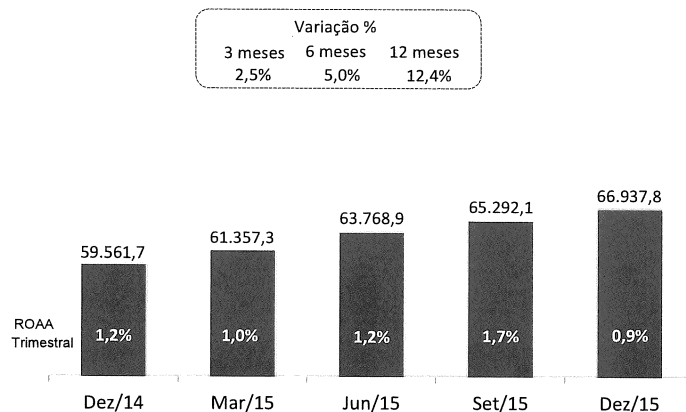


ATIVO TOTAL

Os ativos totais apresentaram saldo de R\$66.937,8 milhões em 2015, com expansão de 12,4% em relação aos R\$59.561,7 milhões registrados no mesmo período de 2014, ampliação proveniente, especialmente, do aumento dos depósitos e das captações no mercado aberto, recursos que foram direcionados para depósitos compulsórios no Banco Central, tesouraria e para operações de crédito. Na composição dos ativos, destaca-se a representatividade de 47,8% de operações de crédito, 31,5% de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, 13,9% de relações interfinanceiras e interdependências e 6,8% por outros ativos.

Os títulos e valores mobiliários e as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R\$21.116,1 milhões ao final do ano de 2015, com crescimento de 11,6% sobre a posição registrada no ano anterior. O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada por meio de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil.

Gráfico 3: Evolução do Ativo Total - R\$ Milhões



OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O saldo da carteira de crédito, no conceito ampliado, que inclui coobrigação e riscos em garantias prestadas, apresentou ampliação de R\$1.614,5 milhões ou 5,1% em doze meses. Excluídas as garantias prestadas, o saldo das operações de crédito do Banrisul totalizou R\$32.013,3 milhões em dezembro de 2015, com crescimento de R\$1.526,3 milhões ou 5,0% frente ao ano anterior, face, especialmente, à carteira comercial, que registrou saldo de R\$21.346,1 milhões, com incremento de R\$1.157,6 milhões ou 5,7% em um ano.

A classificação da carteira por níveis de risco segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Ao final de 2015, as operações classificadas como Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C, somaram R\$28.817,4 milhões, representando 90,0% do total da carteira. As operações classificadas como Risco 1, que incluem os níveis D a G, totalizaram R\$1.796,8 milhões, correspondendo a 5,6% da carteira. O Risco 2, formado exclusivamente por operações de nível H, somou R\$1.399,1 milhões ou 4,4% do total.

As operações de crédito comercial destinadas às pessoas físicas atingiram R\$11.878,9 milhões em dezembro de 2015. A expansão de R\$1.168,2 milhões ou 10,9% em doze meses proveio, principalmente, do aumento do crédito pessoal. Acrescentando ao crédito comercial pessoa física as transferências de ativos, R\$712,9 milhões, contabilizadas conforme Carta Circular nº 3.543/12 do Bacen em créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, o saldo foi de R\$12.591,7 milhões ao final de 2015. Desse montante, R\$9.022,7 milhões referem-se a créditos consignados, dos quais R\$4.900,6 milhões gerados nas agências do Banrisul, saldo 4,4% superior ao obtido no ano anterior; R\$3.285,1 milhões originados através dos Correspondentes, com crescimento de 8,0% em doze meses, e R\$837,0 milhões relativos a operações adquiridas de outras instituições, saldo 29,9% menor que o registrado em 2014.

Em relação a dezembro de 2014, as operações de crédito comercial pessoa jurídica apresentaram relativa estabilidade, com retração de R\$10,6 milhões alcançando saldo de R\$9.467,2 milhões. A diminuição da carteira PJ refletiu a estratégia do Banco de redução da exposição em crédito com foco especial no segmento corporativo.

A carteira de crédito imobiliário totalizou R\$3.829,1 milhões no ano de 2015, com ampliação de R\$549,0 milhões ou 16,7% em relação ao ano de 2014. Entre as ações implementadas nos doze meses, destacam-se a adoção de política de certificação profissional aos correspondentes imobiliários e aos empregados que atuam no negócio, ajustes na política do produto face às mudanças do mercado, bem como adequação à Circular nº 3.757 do Bacen, que trata do direcionamento de encaixe obrigatório sobre depósitos de poupança.

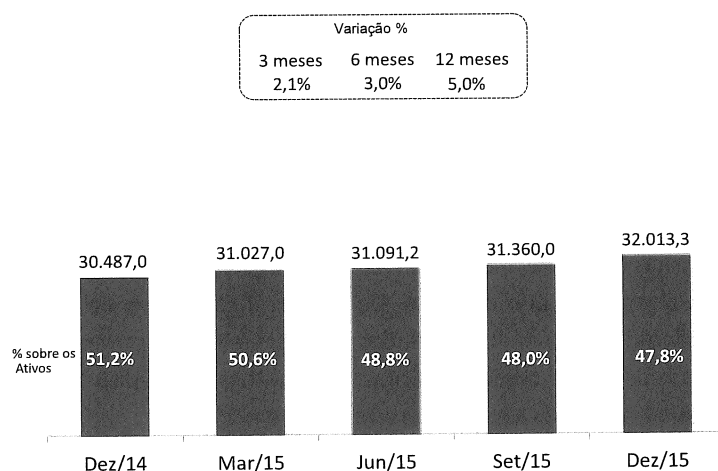
No crédito rural, a carteira registrou saldo de R\$2.724,8 milhões em dezembro de 2015, com retração de R\$24,8 milhões em doze meses. Entre as ações do Banco voltadas para o setor, no ano de 2015, incluem-se participação na Expodireto, na 38ª Expointer, abertura da safra de inverno e disponibilização de dotação para o financiamento nas feiras de bovinos e ovinos do Estado, e em programas como o Pró-Oliva, Mais Água, Mais Renda e Arroz na Bolsa.

A carteira de financiamento de longo prazo apresentou saldo de R\$2.338,4 milhões no final de dezembro de 2015, com diminuição de R\$33,3 milhões ou 1,4% em relação ao mesmo período de 2014. Em 2015, o Banrisul disponibilizou nova linha de financiamentos para inovação, denominada Inovacred Expresso. A linha é destinada aos investimentos em inovação de empresas com receitas de até R\$16,0 milhões ao ano.

O saldo das operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e de adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE) atingiu R\$910,3 milhões em dezembro de 2015, com expansão de R\$171,6 milhões ou 23,2% em relação a dezembro de 2014.

A carteira de microcrédito, ao final do ano de 2015, apresentou saldo de R\$73,7 milhões. O Programa Gaúcho de Microcrédito (PGM) passou por mudanças face às alterações das políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul e do Programa Crescer do Governo Federal. Ao longo de 2015, através do Programa Gaúcho de Microcrédito, foram concedidos R\$49,7 milhões em 17,6 mil operações de microcrédito.

Gráfico 4: Evolução das Operações de Crédito - R\$ Milhões



RECURSOS CAPTADOS E ADMINISTRADOS

Em dezembro de 2015, o total de recursos captados e administrados registrou saldo de R\$51.990,2 milhões. Os depósitos totais alcançaram R\$38.698,3 milhões no período, com incremento de 13,4% ou R\$4.562,9 milhões em doze meses. O Banco manteve a política de captação pulverizada. Os depósitos a prazo, que compõem 52,3% dos recursos captados e administrados, apresentaram saldo de R\$27.207,9 milhões, com expansão de 20,8% ou R\$4.685,1 milhões em doze meses. Os depósitos de poupança, 14,6% da captação total, apresentaram relativa estabilidade, com diminuição de 2,4% ou R\$188,4 milhões, somando R\$7.573,7 milhões. Já os depósitos à vista, que compõem 6,1% do montante total de recursos, apresentaram retração de 3,3% ou R\$106,8 milhões em doze meses e registraram saldo de R\$3.173,9 milhões. Os recursos de letras, provenientes das letras financeiras e imobiliárias, que compõem 4,5% da captação total, apresentaram redução de R\$489,0 milhões, alcançando R\$2.348,8 milhões em dezembro de 2015, devido ao vencimento da primeira série de notas emitidas em 2013. As dívidas subordinadas, compondo 3,8% da captação total, registraram saldo de R\$1.991,6 milhões, com decréscimo de 10,4% ou R\$230,9 milhões, face à recompra parcial de notas subordinadas emitidas em 2012. Os recursos de terceiros administrados somaram R\$8.951,5 milhões, 17,2% da captação total ao final de dezembro de 2015, com crescimento de R\$82,3 milhões em relação ao ano anterior.

PRODUTOS, SERVIÇOS E CANAIS

VERO

A Vero, rede multibandeiras que oferece uma ampla variedade de produtos e serviços aos estabelecimentos comerciais, favorecendo o incremento de suas vendas, tais como credenciamento, captura, transmissão,

processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões das bandeiras VISA, MasterCard e VerdeCard, bem como com cartões próprios - Banricompras e BanriCard, capturou 248,6 milhões de transações em 2015, o que representa crescimento de 32,0% na comparação com o ano anterior. A quantidade de transações com cartões de débito totalizou 156,6 milhões, alta de 30,2%, e com cartões de crédito 92,1 milhões, incremento de 35,2% no período. A captura dos cartões das bandeiras MasterCard, VISA e VerdeCard apresentaram expansão na quantidade transacionada de 82,1%, 67,3% e 31,4%, respectivamente, em relação ao transacionado no ano de 2014.

Em 2015, o volume financeiro transacionado totalizou R\$20,8 bilhões, refletindo crescimento de 39,4% quando comparado com o ano de 2014. Com cartões de débito, o volume financeiro transacionado foi de R\$10,3 bilhões, com elevação de 34,2%. Já em relação aos cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas foi de R\$10,6 bilhões e alta de 44,9%.

CARTÃO BANRICOMPRAS

Produto exclusivo e gratuito do cliente Banrisul, que utiliza o cartão de conta corrente para efetuar o pagamento de suas compras em estabelecimentos credenciados. Por meio do cartão de débito da conta corrente, os clientes podem realizar compras à vista ou de forma pré-datada e parcelada, sem cobrança de anuidade ou de juros, com o diferencial de segurança associado à utilização de cartão com *chip*, além de usufruir de 50% de desconto nos cinemas GNC e poder acumular pontos no Banriclub *Plus* - Programa de Recompensas do Banrisul.

As operações com o Banricompras totalizaram R\$8,9 bilhões no ano de 2015, 8,4% acima do alcançado em 2014, registrando 106,7 milhões de transações.

CARTÕES DE CRÉDITO

A base de cartões de crédito nas bandeiras VISA e MasterCard chegou a 903 mil cartões em 2015, representando crescimento de 26,6% em relação ao ano de 2014. De janeiro a dezembro de 2015, os cartões de crédito possibilitaram movimentação financeira de R\$3,5 bilhões, em 38,8 milhões de transações, expansão de 21,3% e 21,1% respectivamente. As receitas de crédito e tarifas com cartões de crédito PF e as receitas com cartões BNDES somaram R\$252,1 milhões, 27,8% superior ao alcançado em 2014.

Ao longo de 2015, o Banco promoveu, em conjunto com as bandeiras VISA e MasterCard, campanhas internas de incentivo à venda e à ativação de novos cartões de crédito. Em novembro, ocorreu o lançamento do Cartão de Crédito Consignado INSS, bandeira MasterCard, evidenciando o esforço constante do Banrisul em qualificar e expandir cada vez mais o portfólio de cartões de crédito.

SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

A estratégia de ampliar a atuação no setor de seguridade possibilitou que o Banrisul apresentasse, ao final de 2015, 1,7 milhão de operações ativas de seguridade. Nos doze meses de 2015, o faturamento de Seguros, Previdência e Capitalização atingiu R\$675,1 milhões, com incremento de 20,5% em comparação ao ano anterior. As receitas registradas em 2015 somaram R\$168,6 milhões, evoluindo 38,8% em relação a 2014.

Visando acompanhar o mercado segurador e oferecer opções que atendam às necessidades dos clientes em termos de segurança, proteção e benefícios, o Banrisul, ao longo de 2015, automatizou processos, atualizou e realinhou os produtos *AP Premiável Mais* e *BanrisuLar*, e ampliou o portfólio de produtos de Previdência Privada com o lançamento do *BanrisulPrev Júnior* e do *BanrisulPrev Júnior Afinidade*, modalidades para atender crianças e jovens de 0 a 21 anos, bem como lançou o seguro prestamista - *Proteção Financeira Cartão de Crédito Banrisul*.

CORRESPONDENTES BANRISUL - BANRIPONTO

Ao final de dezembro de 2015, a Rede contava com 1.518 Banripontos ativos. No ano de 2015, foram efetuadas 64,2 milhões de transações, movimentando R\$21.285,5 milhões, volume 5,5% superior ao registrado em 2014. Os Correspondentes de Negócios Banripontos responderam pela abertura de 788 contas correntes e originaram R\$23,3 milhões em 5.951 operações de crédito consignado INSS nos doze meses de 2015.

Dentre os programas desenvolvidos em 2015 destacam-se o Projeto de Logística de Suprimento de Numerário, visando o reaproveitamento dos recursos recolhidos nos Banripontos através da entrega direta nas agências e a

implantação do cadastramento como correspondentes para credenciados do Sistema Detran (CFCs, CRVAs, CDVs, CRDs e FPTs).

CANAIS ELETRÔNICOS

O atendimento que oferece suporte por telefone aos usuários dos canais *Home Banking*, *Office Banking* e *M-Banking* recebeu aproximadamente 131,5 mil ligações no ano de 2015. A Agência Virtual Banrisul efetuou 181,0 milhões de transações no período, sendo 141,8 milhões de transações não financeiras, como consultas, solicitações, bloqueios e outros serviços, e 39,2 milhões de transações financeiras, cujo o montante alcançou R\$187.907,8 milhões. Em relação ao mesmo período de 2014, a quantidade de transações apresentou incremento de 15,1% e o valor movimentado ampliou 14,3%, com destaque para o *M-Banking*, com incremento de 229,1% no volume transacionado, reflexo da comodidade e agilidade que o canal oferece.

O Banrifone, canal de relacionamento através do qual o cliente realiza consultas a saldos, solicitações de serviços e transações bancárias por telefone, recebeu, aproximadamente, 3,7 milhões de acessos no atendimento eletrônico e 349,7 mil no personalizado em 2015, o que gerou movimentação financeira de R\$241,2 milhões. No mesmo período, o *Call Center* de Agências, canal de atendimento telefônico que captura ligações de clientes pessoa física direcionadas às agências, atendeu 1,2 milhão de ligações, das quais, cerca de 50,0% foram solucionadas no próprio canal sem a necessidade de transferi-las para as agências.

AÇÕES COM O PODER PÚBLICO

Importante ação deflagrada ao final de 2015 foi a disponibilização da linha de Adiantamento do 13º Salário aos servidores públicos estaduais ativos e inativos. As contratações somaram R\$843,4 milhões em 252,8 mil operações. Outra ação de destaque diz respeito à abertura do VIII Programa FUNAFIR, em outubro de 2015, linha de crédito destinada à recuperação financeira dos hospitais sem fins lucrativos e hospitais privados conveniados ao SUS, conforme Leis Estaduais nº 11.366 e nº 11.953. Até dezembro de 2015, foram contratadas 222 operações no âmbito do Programa, somando R\$341,9 milhões.

Outras Leis Estaduais aprovadas ao final de 2015 deverão gerar efeitos sobre os negócios futuros. A Lei nº 14.796 autoriza o Banrisul a criar estrutura societária para atuar no ramo de emissão, administração e processamento de cartões. A Lei Estadual nº 14.797 autoriza a Instituição a atuar na distribuição de seguros, previdência aberta e capitalização, o que permitirá ao Banco estruturar uma corretora de seguros em 2016, mercado que apresenta forte potencial de expansão. Já a Lei nº 14.837, sancionada em janeiro de 2016, autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a ceder onerosamente a folha de pagamento do Estado ao Banrisul. O Banco iniciou, a partir desta data, estudos que fundamentem parâmetros de negociação e ações que deverão ser tomadas para a possível repactuação do convênio de pagamento da folha dos servidores do Estado do Rio Grande do Sul.

REDE DE ATENDIMENTO BANRISUL

Ao final de dezembro de 2015, a Rede de Atendimento Banrisul alcançou 1.279 pontos, distribuídos em 536 agências, das quais 491 no Rio Grande do Sul, 30 em Santa Catarina, 13 nos demais estados brasileiros e 2 no exterior, 202 Postos de Atendimento Bancário e 541 Pontos de Atendimento Eletrônico. Ao longo de 2015, foram disponibilizadas oito novas agências Banrisul, sendo sete no Rio Grande do Sul e uma em Santa Catarina.

EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

A Banrisul Consórcios administra grupos de consórcios para a aquisição de imóveis, automóveis, caminhões e motocicletas. Em 2015, a Empresa passou a comercializar grupos de imóveis com prazo de até 180 meses e de automóveis de até 72 meses, bem como ampliou vantagens aos consorciados de grupos de imóveis, disponibilizando a possibilidade de utilizar suas cartas de crédito contempladas também para construção, reforma e ampliação de imóveis.

No término do ano de 2015, a Banrisul Consórcios, com uma base de clientes ativos de 43,1 mil consorciados, totalizou R\$2,1 bilhões em volume de cartas de crédito. De janeiro a dezembro de 2015, ocorreram 7.213 contemplações, colocando à disposição volume de crédito de R\$282,0 milhões para aquisição de bens de consumo. O lucro líquido acumulado registrado no período alcançou R\$29,3 milhões.

BANRISUL S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO

A Empresa completou 45 anos em 2015, atuando no mercado de capitais na intermediação de títulos de valores mobiliários negociados nas bolsas de valores, e sendo a única corretora pública em atividade no País.

Durante o ano de 2015, a Banrisul Corretora intermediou R\$956,5 milhões em operações, das quais R\$695,8 milhões ou 72,7% foram efetuadas via *Home Broker*. O lucro líquido acumulado até dezembro de 2015, foi de R\$2,2 milhões.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

A Banrisul Armazéns Gerais atua como permissionária da Receita Federal, desenvolvendo atividades de armazéns gerais e como porto seco, bem como na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias. Entre as ações empreendidas no ano de 2015, destacam-se os novos serviços de logística e os novos serviços de armazenagem, como o Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED. No período, o lucro líquido acumulado registrado foi de R\$2,8 milhões.

BANRISUL CARTÕES S.A.

A Rede Vero encerrou o ano de 2015 com aproximadamente 186,1 mil estabelecimentos credenciados e volume financeiro transacionado de R\$20.844,1 milhões, refletindo crescimento de 39,4% quando comparado com o ano anterior.

O segmento de *vouchers*, que consiste na prestação de serviços relacionados aos cartões de benefícios e empresariais BanriCard e na administração de convênios, ao final de 2015, contava com mais de 10,7 mil empresas conveniadas e 815,0 mil cartões, crescimentos de 8,4% e 6,6%, respectivamente, quando comparados com 2014. Durante o ano de 2015, os cartões BanriCard foram utilizados em 127,2 mil estabelecimentos credenciados e operaram um total de 21,3 milhões de transações, incremento de 0,4% em relação à quantidade de transações acumulada no ano de 2014. O lucro líquido de 2015 da Banrisul Cartões foi de R\$161,1 milhões, aumento de 37,5% na comparação com 2014.

BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

A promotora de vendas Bem Produtos e Serviços atua na prestação de serviço de originação de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS, funcionários públicos e servidores das Forças Armadas. O saldo de operações de crédito do Banrisul, originadas através da Rede Bem, atingiu R\$3.285,1 milhões ao final do ano de 2015, com crescimento de 8,0% em doze meses. O lucro líquido acumulado até dezembro alcançou R\$1,1 milhão.

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A.

Em agosto de 2015, foi formalizada a constituição da *holding* Banrisul Icatu Participações S.A., na qual o Banrisul detém 49,9% do capital, parceria que representa uma evolução no modelo de negócios praticado pelo Banco. Do grupo econômico, faz parte a seguradora Rio Grande Seguros e Previdência S.A., empresa que deterá exclusividade na comercialização de produtos de seguros de pessoas e previdência privada nos canais de distribuição do Banco. O resultado do Banrisul está impactado pelo lucro líquido de R\$12,4 milhões acumulado pela BIPAR em 2015.

AÇÕES BANRISUL

GOVERNANÇA CORPORATIVA

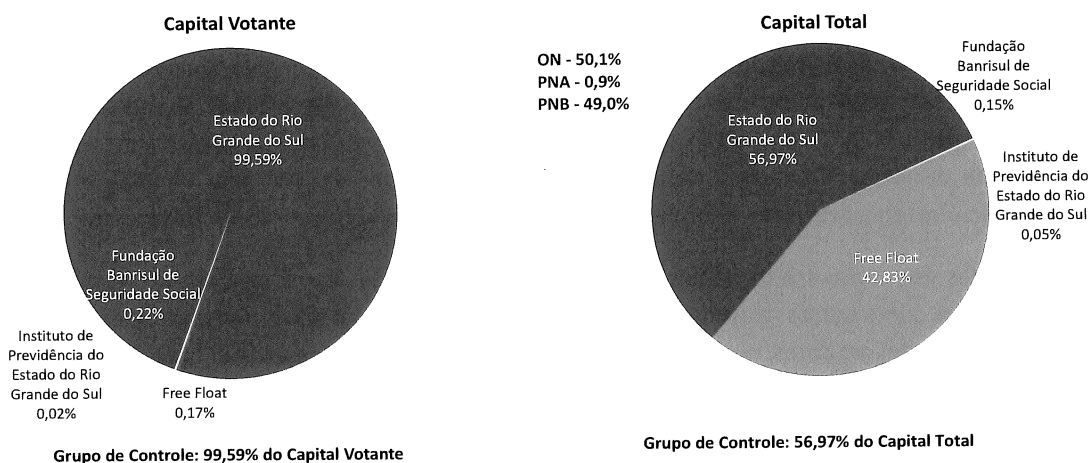
Listado no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, o Banrisul atende integralmente os requisitos desse nível de listagem e, em linha com as melhores práticas de mercado, também exigências dos demais níveis de Governança Corporativa, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, reforçando sua credibilidade e o interesse de investidores e clientes.

De acordo com a Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banrisul informa que a empresa Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada em 2011, por meio do processo licitatório (Concorrência 97/2010), estabelecido pela Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa em 2015.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O Banco apresenta dispersão acionária superior à exigida pelo Nível 1 de Governança Corporativa: 42,8% do total das ações do Banco são de titularidade de acionistas sem vínculos com a Instituição, enquanto que o mínimo exigido é de 25%. A estrutura acionária está apresentada a seguir:

Gráfico 5: Estrutura Acionária



POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO/DIVIDENDOS

O Banco mantém, desde o início de 2008, política de pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos superiores ao mínimo exigido. Referente ao ano de 2015, líquidos de imposto de renda na fonte, foram pagos e/ou provisionados R\$335,1 milhões a título de juros sobre o capital próprio e dividendos.

CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

Ao longo de 2015, foram desenvolvidos projetos com o propósito de implementar o Programa de *Compliance* Anticorrupção, bem como garantir a efetividade do *Compliance* Regulatório. Para isso, foi estabelecida sistemática para disponibilização dos normativos emitidos visando propiciar conhecimento tempestivo aos profissionais da área de *Compliance*, bem como ressaltar aos gestores os aspectos importantes sobre o assunto publicado. A partir da metodologia e do canal de comunicação (*Compliance* em Foco) para divulgação de conteúdos sobre esse tema, será possível aprimorar a avaliação do nível de conformidade da Instituição em relação aos normativos emitidos, evidenciando os resultados e monitorando eventuais planos de ação demandados para sua adequação.

Com relação às atividades de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, a Instituição manteve equipe dedicada ao assunto, a qual direciona esforços, permanentemente, para evitar que o Banco venha a ser utilizado para práticas ilícitas. A fim de seguir qualificando esse processo, que tem por objetivo mitigar a exposição do Banrisul ao risco legal e de imagem, foi iniciada a elaboração de um processo licitatório para a aquisição de nova ferramenta de PLD, mais moderna e funcional.

GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação de riscos possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, estando alinhadas aos objetivos, políticas e estratégias da Instituição.

O processo de Gestão de Riscos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Instituição, abrangendo desde as unidades de negócios até o Conselho de Administração. O controle do risco do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial (Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Cartões S.A.), assim como de sua controlada (Banrisul Armazéns Gerais S.A.) é centralizado na Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, independente das áreas de negócios para que os processos sejam mapeados, classificados e consolidados de acordo com as características de exposições das operações e classificadas em conformidade com as recomendações dos órgãos reguladores.

ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS

A Estrutura de Gestão de Riscos do Grupo Banrisul é composta basicamente pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo gerenciamento do capital e dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, e pelos Comitês de Gestão, que subsidiam a Diretoria e o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Controle e Risco é responsável por esta Unidade e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas ao gerenciamento de riscos.

A descrição das Estruturas Institucionais de Gestão de Capital e de Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, bem como outros relatórios públicos referentes à gestão de riscos no Banrisul, estão disponíveis no *site* de Relação com Investidores, no caminho: *Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos*, e são revisadas com periodicidade mínima anual.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O processo de gerenciamento de Capital contempla o monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita, considerando seus objetivos estratégicos.

A partir de janeiro de 2015, o Demonstrativo de Limites Operacionais - DLO passou a ser elaborado com base no Conglomerado Prudencial, conforme determina a Resolução nº 4.192/13 do CMN. Outra medida prevista por Basileia III passou a vigorar no 4º trimestre de 2015, a Razão de Alavancagem - RA, que objetiva balizar as exposições do setor bancário frente ao Capital de Nível I, evitando assim alavancagem excessiva das instituições financeiras, e o consequente aumento do risco sistêmico. O envio destas informações, por meio do DLO, iniciou em outubro de 2015 e é normatizado pela Circular nº 3.748/15 do Bacen.

O Bacen também divulgou alterações no Adicional de Capital Principal, que se divide em: i) Adicional de Conservação de Capital Principal; ii) Adicional Contracíclico de Capital Principal; e iii) Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal, que têm a sua apuração, de acordo com normativos específicos, e passa a ser exigida a partir de janeiro de 2016.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos

ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A estrutura de avaliação deste risco está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behaviour Score* e/ou no princípio da decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito e limites de risco correspondentes a diversos níveis decisórios. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a instituição está disposta a operar, atendendo ao binômio risco x retorno.

Ao longo deste ano, buscou-se a manutenção da qualidade da carteira de crédito e o controle dos níveis de inadimplência. Para tanto, foram efetuados ajustes em modalidades de crédito, bem como criadas linhas específicas para o segmento empresarial; elaboradas readequações na política de crédito de alguns produtos, ampliando o percentual das garantias exigidas para contratação; concentrados os esforços na cobrança de créditos inadimplentes, seja através da melhoria de sistema de pendências e créditos em liquidação, ou de campanhas para quitar débitos, ou da criação de modalidade pré-fixada para renegociação. Além disso, a Instituição buscou qualificação da carteira de crédito e segurança na operacionalidade das operações por meio da disponibilização de relatórios de acompanhamento, readequação de limites de crédito, implantação de controles de reserva de margem e melhorias no sistema de cadastros.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O gerenciamento do risco de mercado no Banrisul está segregado entre operações classificadas na carteira de negociação (*trading book*), ou seja, operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, ou destinados para revenda, e operações classificadas na carteira de não negociação (*banking book*), que compreende as operações das carteiras de crédito, de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósitos a prazo, depósitos de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Para realizar a apuração do risco de mercado das exposições ao risco de taxa de juros pré-fixado da carteira *trading book* e para as exposições aos fatores de risco das operações da carteira *banking*, é utilizado o modelo de *Value at Risk* (VaR). Para a apuração do risco das exposições em cupons de moedas estrangeiras, cupons de índices de preços e de taxa de juros das operações da carteira *trading*, é usado o modelo *Maturity Ladder*. No ano de 2015, visando à qualificação das informações e buscando maior segurança no sistema de gerenciamento do risco de mercado, foram implantadas melhorias na operacionalidade e novos controles.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos no vencimento (risco de liquidez de fluxo de caixa), ou da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou executar a transação com impactos negativos sobre o seu preço, decorrência da falta de liquidez no mercado (risco de liquidez de mercado).

A Instituição monitora o risco de liquidez através da análise de indicadores. São elaborados relatórios periódicos sobre o gerenciamento desse risco, sendo que os mensais são encaminhados ao Comitê de Riscos Corporativos e os de fechamento de trimestre, à Diretoria e ao Conselho de Administração para apreciação. No ano de 2015, foi dado prosseguimento a projetos, em conjunto com a área de tecnologia do Banco, que visam alterações em alguns processos e sistemas de risco de liquidez, que favorecem a gestão do risco ao promover o acesso a novas informações e um melhor tratamento dos dados disponíveis.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a instituição e, consequentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos clientes, acionistas, empregados e demais partes interessadas.

No ano de 2015 foram realizados aprimoramentos no processo de gestão, com o direcionamento de esforços para o incremento da base de dados interna de risco operacional, destacando-se a inclusão das perdas decorrentes dos danos à estrutura das agências decorrentes de eventos de risco operacional. Além disso, no segundo semestre, realizou-se o ciclo V de análise de riscos operacionais, oportunidade em que todas as unidades e empresas do Grupo Banrisul são demandadas a identificar e avaliar, ou revisar, os riscos operacionais sob sua gestão, fortalecendo assim a cultura de gestão de riscos na Instituição.

ÍNDICE DE BASILEIA

Conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, a partir de 1º de janeiro de 2015 a apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco devem ter como base o Conglomerado Prudencial. Dando prosseguimento à implantação das diretrizes de Basileia III, o Bacen divulgou a Circular nº 3.748/15, definindo a metodologia de cálculo da Razão de Alavancagem, que passou a vigorar em outubro de 2015. Ainda, divulgou alterações na Apuração dos Adicionais de Capital Principal, de acordo com normativos específicos, que passam a ser exigidos a partir de janeiro de 2016.

O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial totalizou R\$7.389,2 milhões em 2015, resultado do somatório do Nível I, R\$6.145,6 milhões, e do Nível II, R\$1.243,6 milhões. O incremento do PR refletiu, principalmente, o crescimento do patrimônio líquido influenciado pela incorporação dos resultados gerados, além do remensuramento do passivo atuarial. A exposição total dos Ativos Ponderados pelo Risco atingiu R\$41.536,5 milhões, com destaque para a parcela de risco de crédito que foi de R\$34.689,5 milhões; as demais parcelas encerraram em R\$1.012,0 milhões para o risco de mercado, e R\$5.835,0 milhões para o risco operacional. O Índice de Basileia atingiu 17,8% em dezembro de 2015.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Os investimentos em *hardware*, *software* e manutenção de bens patrimoniais somaram R\$334,9 milhões em 2015. As principais realizações relacionadas à infraestrutura de TI incluem (i) melhoria na infraestrutura de ar condicionado dos CPDs; (ii) minimização de riscos operacionais, aprimorando painéis de monitoração e rotinas de testes em geradores e *nobreaks* dos CPDs, integrando o processo na plataforma de monitoramento de infraestruturas; (iii) conclusão e aprovação nas instâncias legais do Projeto do Complexo *Data Center*, para início da execução em 2016, alinhado com as melhores práticas para segurança, disponibilidade e integridade (TIER3 – TIA942, *Uptime Institute*, ISOs), Edificações Sustentáveis, à Eficiência Energética e à TI Verde (*Green Building Council*, LEED, *Green IT*), utilizando-se do sistema *Free Cooling*, gerando grande economia de energia e de recursos naturais.

No que diz respeito aos sistemas corporativos, destacam-se como realizações relevantes do período (i) a criação de painel de monitoração multidimensional para a Rede Vero, voltado para o acompanhamento de performance por meio de abordagem proativa; (ii) implantação de sistema integrador visando gerenciamento e comunicação para não correntistas; (iii) obtenção da certificação VISA relativo à aquisição de transações de cartões de crédito e débito para solução internalizada; (iv) fechamento automatizado do Sistema de Caixa (TF) das agências, visando agilização e melhoria operacional e de segurança; (v) adequação técnica do Sistema de Pagamentos Brasileiro do Banrisul (BPB), possibilitando a postergação do horário de fechamento do STR; (vi) implantação de estrutura que possibilita a disponibilização de aplicativos Banrisul para *smartphone* usando virtualização do cartão e integração de plataformas *Mobile x Agência x Direção Geral*, abrindo caminho para o uso da tecnologia NFC (*Near Field Communication*) em dispositivos móveis e máquinas ATM.

Na área de segurança de TI, as realizações de destaque abrangem: (i) dois processos de recertificação do PCI (*Payment Card Industry*): PIN Security Program e PCI DSS (*Payment Card Industry - Data Security Standards*) para o ambiente de Aquisição Vero (Banrisul Cartões) exigidas pelas bandeiras de cartões para garantir o nível de segurança; (ii) incremento da segurança nos canais de *Internet Banking* e *Mobile Banking*, com a ampliação do uso de soluções de proteção e segurança *Trusteer Rapport* e *Banritoken*, recebendo o prêmio “Relatório Bancário 2015” na categoria segurança; (iii) atualização dos planos de continuidade de negócios, que orientam o funcionamento de serviços essenciais do Banrisul; (iv) implantação da campanha “Vamos criar uma Internet

melhor juntos”, por meio do *Facebook* e do Portal Institucional do Banrisul, visando a conscientização sobre o uso seguro e responsável do *Internet Banking*; (v) promoção da oitava edição do Fórum Internacional de TI Banrisul, oportunizando para cerca de 3.000 pessoas painéis nacionais e internacionais acerca dos rumos da tecnologia; (vi) aprimoramento nos mecanismos de proteção visando garantir a segurança das informações por meio da ampliação do uso da autenticação com *smart card*; (vii) renovação da certificação PCI ISA (*Payment Card Industry Internal Security Assessor*), bem como a certificação na ISO 27002.

RECURSOS HUMANOS

Ao final de dezembro de 2015, a Instituição contava com um quadro de 11.098 empregados. No ano de 2015, foram efetuados 1.828 cursos de aperfeiçoamento, com 45.868 participações. Para isso, o Banrisul investiu R\$6,1 milhões, dos quais R\$2,0 milhões foi direcionado a programas de graduação, pós-graduação e cursos de idiomas.

Em novembro de 2015, a Universidade Corporativa Banrisul comemorou um ano de atividades. Nesse período, a Instituição promoveu educação alinhada às necessidades da empresa, com a participação de mais de 500 profissionais envolvidos na construção colaborativa do conhecimento. Foram inúmeras realizações, com novos projetos colocados em prática, aprimorando os processos de treinamento e desenvolvimento. Em um ano alcançou em torno de 80% dos empregados por meio de cursos e capacitações.

Outros dois eventos importantes relacionados à política de pessoas foram o lançamento, em julho de 2015, do Plano de Desligamento por Aposentadoria (PDA), disponibilizado a todos os empregados elegíveis à aposentadoria oficial e complementar (pela Fundação Banrisul) até 31 de dezembro de 2015, ao qual 471 empregados aderiram; e a abertura de concurso público regionalizado, em outubro de 2015, para o preenchimento de 300 vagas na rede de agências.

SUSTENTABILIDADE

O Banrisul, além de promover o desenvolvimento econômico das comunidades, também contribui para o desenvolvimento socioambiental. No ano de 2015, dentre as iniciativas voltadas à comunidade, destacam-se as ações coordenadas pelo Programa Voluntariado Banrisul, através das campanhas de arrecadação de agasalhos, alimentos e brinquedos para o Natal, as quais beneficiaram pessoas em situação de vulnerabilidade no Rio Grande do Sul. No âmbito do Projeto Pescar Banrisul, 19 jovens da 12ª turma concluíram o curso de Auxiliar de Serviços Administrativos. E entre as iniciativas de cunho cultural, destaca-se a inauguração do Espaço Memória Banrisul, na Agência Central do Banco, em Porto Alegre, com a exposição permanente *Banrisul 86 Anos*.

Em 2015, as práticas de responsabilidade social evoluíram por meio da publicação da Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental, atendendo à Resolução nº 4.327/14 do CMN, e da participação do Banrisul em reuniões sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Instituição também se engajou na promoção da autonomia das mulheres e combate à violência, através da adesão ao Termo de Cooperação da Rede Lilás, junto a diversos órgãos estaduais. Além disso, iniciativas já consolidadas na Instituição, como o Programa Sementes, de fomento à agroecologia, e o Programa Reciclar, para uma gestão responsável dos resíduos sólidos, foram continuados.

RECONHECIMENTOS

Fevereiro/2015. Banrisul está entre os bancos mais valiosos do mundo. No *ranking* de marcas mais valiosas do mundo, feito pelo Top 500 Banking Brands, a Instituição ocupa a 293ª posição.

Março/2015. Banrisul é uma das marcas mais lembradas e preferidas no RS, conforme pesquisa realizada pelo Jornal do Comércio de Porto Alegre e a empresa Qualidata Informações Estratégicas.

Maior/2015. Banrisul está no *ranking* das 2.000 maiores empresas do mundo de capital aberto em pesquisa realizada pela Revista norte-americana *Forbes*.

Junho/2015. Banrisul conquista o Top of Mind 2015 como líder da categoria Banco. E na categoria Grandes Empresas, o Banrisul ocupa o 4º lugar, em pesquisa realizada pela Revista Amanhã.

Julho/2015. Estudo destaca o Banrisul como uma das 100 maiores empresas do Brasil e da América Latina, conforme levantamento efetuado pela revista Exame na edição especial Melhores e Maiores de 2015.

Agosto/2015. Banrisul é destaque em *ranking* nacional figurando entre os 100 maiores bancos do País, conforme *ranking* Finanças da publicação Valor 1000, editado pelo jornal Valor Econômico.

Outubro/2015. Banrisul é destaque no estudo Empresas Mais, desenvolvido pelo jornal O Estado de São Paulo e parcerias, aparecendo na 11ª posição entre os 30 maiores bancos comerciais.

Outubro/2015. *Ranking* aponta o Banrisul entre as maiores empresas da Região Sul. O *ranking* Grandes e Líderes – 500 Maiores do Sul, da Revista Amanhã, aponta o Banrisul como a terceira maior empresa do RS.

Novembro/2015. Solução de segurança do *M-Banking* Banrisul vence Prêmio Relatório Bancário 2015. O *Banritoken*, desenvolvido para proteger os serviços *Mobile Banking*, é vencedor na categoria Segurança.

AGRADECIMENTOS

O ano de 2015 foi caracterizado pela mudança de gestão e pelo enfrentamento de adversidades externas. Apesar do ambiente desafiador, o Banrisul alcançou resultados positivos. A Instituição agradece aos clientes, pela preferência depositada no Banco, aos investidores e ao Governo do Estado, pela confiança e parceria, e aos empregados pelo empenho e dedicação, e se compromete a fazer do Banrisul um banco cada vez mais moderno, sustentável e eficiente.

Diretoria



Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
ATIVO	2015	2014	2015	2014
CIRCULANTE	30.102.600	26.154.758	31.916.752	27.285.466
DISPONIBILIDADES	864.138	797.517	864.255	797.643
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 04)	507.814	9.315	530.218	28.714
Aplicações no Mercado Aberto	499.999	4.001	522.403	23.400
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.815	5.314	7.815	5.314
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05)	4.092.656	4.645.582	4.410.264	4.884.449
Carteira Própria	1.544.374	3.272.671	1.933.633	3.511.531
Vinculados a Compromissos de Recompra	2.450.460	1.280.361	2.378.801	1.280.361
Instrumentos Financeiros Derivativos	97.822	77.258	97.822	77.258
Vinculados à Prestação de Garantias	-	15.292	-	15.292
Moedas de Privatização	-	-	8	7
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8.384.697	5.701.022	8.384.697	5.701.022
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.037	2.614	2.037	2.614
Créditos Vinculados (Nota 06)				
Depósitos no Banco Central	8.338.816	5.658.866	8.338.816	5.658.866
Convênios	58	52	58	52
Correspondentes	43.786	39.490	43.786	39.490
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	74.476	99.202	74.476	99.202
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.632	2.659	1.632	2.659
Transferências Internas de Recursos	72.844	96.543	72.844	96.543
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 07)	12.477.043	12.039.078	12.459.548	12.039.078
Operações de Crédito				
Setor Público	12.648	12.087	12.648	12.087
Setor Privado	12.813.561	12.347.267	12.796.066	12.347.267
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	6.956	7.651	6.956	7.651
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(356.122)	(327.927)	(356.122)	(327.927)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07)	26.769	32.863	26.769	32.863
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	2.436	2.392	2.436	2.392
Setor Privado	25.844	33.173	25.844	33.173
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(1.511)	(2.702)	(1.511)	(2.702)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	3.586.273	2.721.446	5.077.337	3.593.328
Avais e Fianças Honrados	10.093	-	10.093	-
Carteira de Câmbio	1.009.493	853.717	1.009.493	853.717
Rendas a Receber	137.999	118.532	147.959	121.237
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	939	1.059
Créditos Específicos	-	-	116	51
Diversos	2.585.577	1.826.215	4.070.860	2.698.237
Provisão para Outros Créditos	(156.889)	(77.018)	(162.123)	(80.973)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 09)	88.734	108.733	89.188	109.167
Outros Valores e Bens	3.128	2.511	3.216	2.607
Despesas Antecipadas	85.606	106.222	85.972	106.560

ATIVO (continuação)	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	34.708.448	31.987.260	34.731.332	32.009.576
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS				
DERIVATIVOS (Nota 05)	16.168.393	13.997.724	16.175.619	14.004.104
Carteira Própria	8.813.385	8.716.568	8.813.385	8.716.568
Vinculados a Compromissos de Recompra	4.826.046	3.120.138	4.826.046	3.120.138
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.018.960	508.595	1.018.960	508.595
Vinculados ao Banco Central	531.949	799.067	531.949	799.067
Vinculados à Prestação de Garantias	978.053	853.356	985.279	859.736
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	821.415	755.299	821.415	755.299
Créditos Vinculados (Nota 06)				
Sistema Financeiro da Habitação	821.415	755.299	821.415	755.299
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 07)	15.775.209	15.029.713	15.775.209	15.029.713
Operações de Crédito				
Setor Público	79.713	76.423	79.713	76.423
Setor Privado	17.377.406	16.176.032	17.377.406	16.176.032
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	47.713	58.879	47.713	58.879
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(1.729.623)	(1.281.621)	(1.729.623)	(1.281.621)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07)	26.317	37.088	26.317	37.088
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	976	1.406	976	1.406
Setor Privado	30.086	39.857	30.086	39.857
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(4.745)	(4.175)	(4.745)	(4.175)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	1.765.864	1.968.514	1.781.522	1.984.450
Carteira de Câmbio	8.862	4.597	8.862	4.597
Diversos	1.809.580	2.012.464	1.825.238	2.028.400
Provisão para Outros Créditos	(52.578)	(48.547)	(52.578)	(48.547)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 09)	151.250	198.922	151.250	198.922
Outros Valores e Bens	76.252	68.782	76.252	68.782
Provisão para Desvalorização	(24.511)	(21.177)	(24.511)	(21.177)
Despesas Antecipadas	99.509	151.317	99.509	151.317
PERMANENTE	969.676	796.983	289.706	266.654
INVESTIMENTOS (Nota 10 (a))	787.553	610.975	86.829	59.086
Participação em Coligadas e Controladas no País (Nota 02 (c))	780.824	604.306	79.537	51.924
Outros Investimentos	11.514	11.454	12.184	12.054
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.785)	(4.892)	(4.892)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10 (b))	166.212	165.911	185.701	185.995
Imóveis de Uso	113.934	114.470	125.701	126.081
Outras Imobilizações de Uso	576.895	558.445	598.252	578.810
Depreciação Acumulada	(524.617)	(507.004)	(538.252)	(518.896)
INTANGÍVEL (Nota 10 (c))	15.911	20.097	17.176	21.573
Ativos Intangíveis	86.913	147.744	89.765	150.759
Amortização Acumulada	(71.002)	(127.647)	(72.589)	(129.186)
TOTAL DO ATIVO	65.780.724	58.939.001	66.937.790	59.561.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE	29.134.203	28.320.057	30.286.177	28.937.277
DEPÓSITOS (Nota 11)	14.212.212	15.852.159	14.007.690	15.684.770
Depósitos à Vista	3.174.189	3.289.132	3.173.925	3.280.758
Depósitos de Poupança	7.573.671	7.762.045	7.573.671	7.762.045
Depósitos Interfinanceiros	171.706	246.352	171.706	246.352
Depósitos a Prazo	3.292.646	4.554.630	3.088.388	4.395.615
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 11)	7.260.188	4.388.168	7.188.736	4.318.236
Carteira Própria	7.260.188	4.388.168	7.188.736	4.318.236
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	1.597.942	1.244.769	1.597.942	1.244.769
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.597.942	1.244.769	1.597.942	1.244.769
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	4.378	14.944	4.378	14.944
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	4.377	5.396	4.377	5.396
Repasse Interfinanceiros	-	2.960	-	2.960
Correspondentes	1	6.588	1	6.588
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	230.684	213.580	230.684	213.580
Recursos em Trânsito de Terceiros	230.683	213.350	230.683	213.350
Transferências Internas de Recursos	1	230	1	230
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	1.625.881	1.502.505	1.626.635	1.502.990
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	754	485
Empréstimos no Exterior (Nota 12)	1.625.881	1.502.505	1.625.881	1.502.505
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13)	774.107	716.066	774.107	716.066
Tesouro Nacional	130.494	116.201	130.494	116.201
BNDES	418.793	385.419	418.793	385.419
CEF	5.809	6.448	5.809	6.448
FINAME	218.938	207.971	218.938	207.971
Outras Instituições Oficiais	73	27	73	27
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 13)	17.694	5.596	17.694	5.596
Repasse do Exterior	17.694	5.596	17.694	5.596
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05 (d))	34.253	41.566	34.253	41.566
Instrumentos Financeiros Derivativos	34.253	41.566	34.253	41.566
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 14)	3.376.864	4.340.704	4.804.058	5.194.760
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	53.441	44.446	53.441	44.446
Carteira de Câmbio	13.700	40.686	13.700	40.686
Sociais e Estatutárias	25.115	48.427	25.261	48.539
Fiscais e Previdenciárias	267.806	182.521	302.940	211.708
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	779	1.138
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	675.228	2.012.608	675.228	2.012.608
Dívidas Subordinadas	143.318	161.675	143.318	161.675
Diversas	2.198.256	1.850.341	3.589.391	2.673.960

		Banrisul	Banrisul Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (continuação)	2015	2014	2015	2014
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	30.440.415	24.949.696	30.443.047	24.953.074
DEPÓSITOS (Nota 11)	24.690.639	18.450.674	24.690.639	18.450.674
Depósitos Interfinanceiros	571.105	323.517	571.105	323.517
Depósitos a Prazo	24.119.534	18.127.157	24.119.534	18.127.157
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	750.827	1.593.023	750.827	1.593.023
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	750.827	1.593.023	750.827	1.593.023
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	6.641	4.656	9.003	7.969
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	2.362	3.313
Empréstimos no Exterior (Nota 12)	6.641	4.656	6.641	4.656
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13)	2.078.176	1.935.961	2.078.176	1.935.961
Tesouro Nacional	537	1.075	537	1.075
BNDES	1.360.357	1.193.782	1.360.357	1.193.782
CEF	53.160	55.579	53.160	55.579
FINAME	663.344	685.349	663.344	685.349
Outras Instituições Oficiais	778	176	778	176
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 13)	9.418	11.065	9.418	11.065
Repasse do Exterior	9.418	11.065	9.418	11.065
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05 (d))	123.698	-	123.698	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	123.698	-	123.698	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 14)	2.781.016	2.954.317	2.781.286	2.954.382
Fiscais e Previdenciárias	484.040	461.612	484.244	461.677
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	34.235	68.090	34.235	68.090
Dívidas Subordinadas	1.848.326	2.060.848	1.848.326	2.060.848
Diversas	414.415	363.767	414.481	363.767
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 22)	6.206.106	5.669.248	6.208.566	5.671.345
Capital Social de Domiciliados no País	4.250.000	4.000.000	4.250.000	4.000.000
Reservas de Capital	4.511	4.511	4.511	4.511
Reservas de Lucros	1.940.896	1.698.569	1.940.896	1.698.569
Ajustes de Avaliação Patrimonial	10.699	(33.832)	10.699	(33.832)
Participação de Não Controladores	-	-	2.460	2.097
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.780.724	58.939.001	66.937.790	59.561.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015
(Valores em Milhares de Reais, exceto Lucro Líquido por Ação)

			Banrisul	Banrisul Consolidado	
	2º Semestre	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.750.029	10.768.133	8.177.697	10.804.344	8.196.657
Operações de Crédito	3.377.243	6.441.061	5.228.915	6.441.061	5.228.915
Operações de Arrendamento Mercantil	12.413	19.807	12.670	19.807	12.670
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.258.952	2.299.696	1.810.034	2.335.907	1.828.994
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	289.627	623.503	250.653	623.503	250.653
Resultado de Operações de Câmbio	279.024	451.239	200.249	451.239	200.249
Resultado das Aplicações Compulsórias	490.029	841.025	630.212	841.025	630.212
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	42.741	91.802	44.964	91.802	44.964
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.354.600)	(7.970.852)	(5.213.623)	(7.941.802)	(5.191.055)
Operações de Captação no Mercado	(2.934.761)	(5.410.942)	(3.903.874)	(5.380.574)	(3.880.043)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(579.682)	(1.009.802)	(526.737)	(1.009.797)	(526.770)
Provisão para Operações de Crédito (Nota 07 (e))	(840.157)	(1.550.108)	(783.012)	(1.551.431)	(784.242)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.395.429	2.797.281	2.964.074	2.862.542	3.005.602
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(890.783)	(1.858.138)	(2.075.381)	(1.824.208)	(2.041.950)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 16)	74.916	148.469	141.096	249.014	221.324
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 17)	384.638	739.592	646.511	1.195.616	974.974
Despesas de Pessoal (Nota 18)	(904.562)	(1.673.581)	(1.524.759)	(1.684.362)	(1.535.066)
Outras Despesas Administrativas (Nota 19)	(598.176)	(1.175.788)	(1.127.095)	(1.396.369)	(1.271.444)
Despesas Tributárias	(164.232)	(306.789)	(256.360)	(396.301)	(319.437)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas (Nota 02 (c))	111.054	201.233	149.908	6.194	3.174
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	435.368	632.852	524.831	635.399	519.923
Outras Despesas Operacionais (Nota 21)	(229.789)	(424.126)	(629.513)	(433.399)	(635.398)
RESULTADO OPERACIONAL	504.646	939.143	888.693	1.038.334	963.652
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SOBRE O LUCRO	504.646	939.143	888.693	1.038.334	963.652
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24 (a))	63.717	15.677	(106.393)	(82.926)	(180.895)
Corrente	(210.905)	(377.282)	(254.660)	(475.516)	(328.320)
Diferido	274.622	392.959	148.267	392.590	147.425
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	(59.524)	(106.050)	(90.884)	(106.161)	(90.980)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	-	-	-	(477)	(361)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	508.839	848.770	691.416	848.770	691.416
Número de Ações em Circulação – Milhares (Nota 22 (a))	408.974	408.974	408.974	-	-
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Capital Social - R\$	1.244,18	2.075,36	1.690,61	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015
(Valores em Milhares de Reais)

		Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2º Semestre 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Ajustado antes da Tributação e Participação dos Empregados	2.015.180	3.662.409	2.114.804	3.962.918	2.338.474
Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados	504.646	939.143	888.693	1.038.334	963.652
Ajustes ao Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados					
Depreciação e Amortização	23.348	50.292	62.300	53.065	64.352
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(111.054)	(201.233)	(149.908)	(6.194)	(3.174)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	647.664	1.124.173	404.184	1.124.173	404.184
Provisão para Operações de Crédito	840.157	1.550.108	783.012	1.551.431	784.242
Reversão de Provisão para Perdas de Securitização	(51)	(63)	(1.255)	(63)	(1.255)
Provisão para Contingências	110.470	199.989	127.778	202.172	126.473
Variação de Ativos e Obrigações	(1.345.746)	(1.340.035)	(2.083.271)	(1.636.541)	(2.300.841)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Ajustes de Avaliação Patrimonial	43.337	44.531	110.803	44.531	110.803
Redução em Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	-	-	36.642	-	36.642
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(629.318)	(1.086.814)	(22.431)	(1.166.401)	(238.853)
(Aumento) em Instrumentos Financeiros Derivativos	(29.423)	(414.544)	(340.614)	(414.544)	(340.614)
(Aumento) em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(2.200.132)	(2.718.527)	(1.727.602)	(2.718.527)	(1.727.602)
(Aumento) em Operações de Crédito	(1.570.943)	(2.614.921)	(3.928.169)	(2.597.426)	(3.928.169)
(Aumento) Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	11.543	17.955	(843)	17.955	(843)
(Aumento) em Outros Créditos	(279.915)	(769.935)	(736.925)	(1.436.963)	(1.198.750)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	15.126	67.671	(76.137)	67.651	(76.177)
Aumento em Depósitos	2.530.431	4.600.018	3.404.117	4.562.885	3.490.846
Aumento em Captação no Mercado Aberto	2.578.634	2.872.020	97.468	2.870.500	97.529
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(534.993)	(489.023)	331.910	(489.023)	331.910
Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	30.090	336.068	689.733	335.386	692.138
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(1.078.892)	(810.112)	333.437	(250.572)	778.619
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(231.291)	(374.422)	(254.660)	(461.993)	(328.320)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	669.434	2.322.374	31.533	2.326.377	37.633
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	499	35.424	-	35.424	1.809
Alienação de Investimentos	-	188	942	188	2.476
Alienação de Imobilizado de Uso	169	969	2.731	2.333	3.357
Aquisição de Investimentos	(22.617)	(22.937)	(2.086)	(22.340)	(2.086)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(15.730)	(42.357)	(47.973)	(45.545)	(56.988)
Aplicação no Intangível	(1.519)	(5.019)	(7.817)	(5.162)	(7.831)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(39.198)	(33.732)	(54.203)	(35.102)	(59.263)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dívidas Subordinadas	(375.397)	(374.569)	90.198	(374.569)	90.198
Pagamento de Juros e Recompra da Dívida Subordinada	(906.517)	(980.483)	(133.353)	(980.483)	(133.353)
Dividendos Pagos	-	(12.027)	(69.401)	(12.027)	(69.401)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(195.046)	(356.443)	(268.806)	(356.443)	(268.806)
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	363	277
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.476.960)	(1.723.522)	(381.362)	(1.723.159)	(381.085)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(846.724)	565.120	(404.032)	568.116	(402.715)
Disponibilidades	712.460	797.517	737.919	797.643	737.962
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04)	1.506.216	9.315	472.945	28.714	491.110
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.218.676	806.832	1.210.864	826.357	1.229.072
Disponibilidades	864.138	864.138	797.517	864.255	797.643
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04)	507.814	507.814	9.315	530.218	28.714
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.371.952	1.371.952	806.832	1.394.473	826.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015
(Valores em Milhares de Reais)

		Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2º Semestre	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
RECEITAS (a)	5.804.364	10.737.975	8.710.638	11.331.979	9.132.151
Intermediação Financeira	5.749.599	10.767.170	8.181.212	10.803.381	8.200.172
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	459.554	888.061	787.607	1.444.630	1.196.298
Provisão para Operações de Crédito	(840.157)	(1.550.108)	(783.012)	(1.551.431)	(784.242)
Outras	435.368	632.852	524.831	635.399	519.923
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (b)	3.514.443	6.420.744	4.430.611	6.390.371	4.406.813
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c)	761.522	1.463.534	1.621.171	1.691.421	1.770.480
Materiais, Energia e Outros	518.387	976.500	1.168.221	1.044.271	1.218.712
Serviços de Terceiros	243.565	487.997	449.435	648.113	548.253
Perda (Recuperação) de Valores Ativos	(430)	(963)	3.515	(963)	3.515
VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c)	1.528.399	2.853.697	2.658.856	3.250.187	2.954.858
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (e)	23.348	50.292	62.300	53.065	64.352
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e)	1.505.051	2.803.405	2.596.556	3.197.122	2.890.506
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (g)	111.054	201.233	149.908	6.194	3.174
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	111.054	201.233	149.908	6.194	3.174
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f+g)	1.616.105	3.004.638	2.746.464	3.203.316	2.893.680
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.616.105	3.004.638	2.746.464	3.203.316	2.893.680
Pessoal	837.373	1.543.513	1.392.484	1.553.793	1.402.491
Remuneração Direta	651.653	1.186.947	1.060.214	1.194.456	1.067.798
Benefícios	146.594	284.097	264.966	285.711	266.353
FGTS	39.126	72.469	67.304	73.626	68.340
Impostos, Taxas e Contribuições	227.228	527.230	585.912	715.957	723.887
Federais	203.667	480.642	544.750	639.216	661.120
Estaduais	6	18	81	63	98
Municipais	23.555	46.570	41.081	76.678	62.669
Remuneração de Capitais de Terceiros	42.665	85.125	76.652	84.319	75.525
Aluguéis	42.665	85.125	76.652	84.319	75.525
Remuneração de Capitais Próprios	508.839	848.770	691.416	849.247	691.777
Juros sobre o Capital Próprio	195.046	356.443	268.806	356.443	268.806
Dividendos	-	-	12.027	-	12.027
Lucros Retidos do Semestre/Exercício	313.793	492.327	410.583	492.327	410.583
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	477	361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015
(Valores em Milhares de Reais)

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial				TOTAL
	Capital Social	Subvenções para Investimentos	Legal	Estatutária	Para Expansão	Atualização de Títulos Patrimoniais em Controladas	Títulos Disponíveis para Venda (Nota 05 (b))	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 25)	Lucros Acumulados	
Em 01 de janeiro de 2014	3.750.000	4.511	318.159	1.063.670	239.785	-	(6.209)	(222.054)	-	5.147.862
Aumento de Capital (Nota 22 (a))	250.000	-	-	(10.215)	(239.785)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1.477)	112.280	-	110.803
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	691.416	691.416
Destinação do Lucro Líquido (Nota 22 (b))										
Constituição de Reservas	-	-	30.390	151.947	144.618	-	-	-	(326.955)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(268.806)	(268.806)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.027)	(12.027)
Realização dos Ajustes de Benefícios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-Emprego (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	83.628	(83.628)	-
Em 31 de dezembro de 2014	4.000.000	4.511	348.549	1.205.402	144.618	-	(7.686)	(26.146)	-	5.669.248
Em 01 de janeiro de 2015	4.000.000	4.511	348.549	1.205.402	144.618	-	(7.686)	(26.146)	-	5.669.248
Aumento de Capital (Nota 22 (a))	250.000	-	-	(105.382)	(144.618)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	69	1.216	43.246	-	44.531
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	848.770	848.770
Destinação do Lucro Líquido (Nota 22 (b))										
Constituição de Reservas	-	-	42.438	212.192	237.697	-	-	-	(492.327)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(356.443)	(356.443)
Em 31 de dezembro de 2015	4.250.000	4.511	390.987	1.312.212	237.697	69	(6.470)	17.100	-	6.206.106
Em 01 de julho de 2015	4.250.000	4.511	365.545	1.185.003	76.555	-	(6.492)	(26.146)	-	5.848.976
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	69	22	43.246	-	43.337
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	508.839	508.839
Destinação do Lucro Líquido (Nota 22 (b))										
Constituição de Reservas	-	-	25.442	127.209	161.142	-	-	-	(313.793)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(195.046)	(195.046)
Em 31 de dezembro de 2015	4.250.000	4.511	390.987	1.312.212	237.697	69	(6.470)	17.100	-	6.206.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil e de investimentos, inclusive nas de operações de câmbio, corretagem de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e consórcios. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, do Banco Central do Brasil – Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Imposto Diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (Miami e Grand Cayman). A soma dos ativos e dos passivos e os resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

Ativo	2015	2014
Operações de Crédito	1.052.680	851.772
Operações com Sede no Brasil	782.564	653.076
Outras Operações de Crédito	270.116	198.696
Outros Ativos	192.117	110.256
Imobilizado de Uso	19	17
Total do Ativo	1.244.816	962.045
Passivo		
Depósitos	221.244	134.835
Operações com Sede no Brasil	168.745	86.263
Outros Depósitos	52.499	48.572
Outras Obrigações	410	1.141
Outros Passivos	699.929	615.556
Patrimônio Líquido	323.233	210.513
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.244.816	962.045
Demonstração do Resultado	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receitas da Intermediação Financeira	45.312	31.832
Despesas da Intermediação Financeira	(1.532)	(1.091)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(30.016)	(21.036)
Lucro Líquido do Exercício	13.764	9.705

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes.

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior e das empresas controladas, cujos investimentos, em 31 de dezembro de 2015, totalizaram R\$701.287 (2014 - R\$552.382), geraram um resultado positivo de equivalência patrimonial no exercício de R\$195.039 (2014 - R\$146.734) e estão apresentados no quadro a seguir:

Principais Informações sobre os Investimentos em Controladas:

	Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Banrisul Cartões S.A.	Total
Milhares de Ações/Quotas					
Ações Ordinárias	700	10.000	89.500	2.780	-
Ações Preferenciais	-	19.616	-	-	-
Participação no Capital Social Ajustada (%)	99,498	98,984	99,683	99,785	-
Capital Social	34.100	70.000	172.600	250.000	-
Patrimônio Líquido	36.007	78.736	207.675	381.330	-
Lucro Líquido do Exercício	2.845	2.222	29.328	161.122	-
Valores Líquidos Eliminados na Consolidação (Nota 27)					
Saldos Ativos (Passivos)					
31 de dezembro de 2015	3.785	(70.580)	(195.906)	(518.015)	(780.716)
31 de dezembro de 2014	1.547	(69.271)	(151.430)	(553.654)	(772.808)
Receitas (Despesas)					
31 de dezembro de 2015	(2.151)	(4.248)	(9.096)	52.552	37.057
31 de dezembro de 2014	(1.133)	(2.917)	(8.694)	38.563	25.819
Valor Contábil do Investimento					
31 de dezembro de 2015	35.826	77.936	207.016	380.509	701.287
31 de dezembro de 2014	33.723	76.267	184.641	257.751	552.382
Resultado de Participações em Controladas					
31 de dezembro de 2015	2.830	2.199	29.235	160.775	195.039
31 de dezembro de 2014	3.218	1.168	25.438	116.910	146.734

(d) Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações entre as empresas consolidadas, os saldos de balanço e o resultado das transações, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do exercício e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

(e) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas, de forma agrupada, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram:

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(c) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

(i) **Títulos para Negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) **Títulos Disponíveis para Venda** - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas

variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

(iii) Títulos Mantidos até o Vencimento - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, desde que não hajam perdas de caráter permanente, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

Instrumentos Financeiros Derivativos - são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa os derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 14) como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 05. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e, como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Hedge de Risco de Mercado - são classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*.

O Banrisul considerou nesta categoria os derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriunda da emissão da dívida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrito na Nota 14. Na data de 31 de dezembro de 2015, os únicos derivativos vigentes referem-se aos *swaps*.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido

por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido (Nota 05 (d)). O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado Bruto da Intermediação Financeira".

(d) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 07.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99 do CMN, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(e) Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras Banricompras, Visa e MasterCard. Estes valores são contabilizados em títulos e créditos a receber, sem característica de crédito, sendo que as operações parceladas onde o Banrisul é o emissor e o saldo devedor das operações cujos pagamentos foram efetuados pelo valor mínimo da fatura (rotativo), são reclassificados para Operações de Crédito.

(f) Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e não apenas com base nos percentuais mínimos de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, quando da ocorrência de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, conforme demonstrado na Nota 07, é superior ao valor mínimo que seria exigido considerando tão somente o *rating* das operações com base no número de dias em atraso previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, procedimento este adotado pela Administração desde a edição da referida norma para fazer face a possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes com base nas respectivas faixas de atraso.

(g) Ativo Permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, considerando os seguintes aspectos:

(i) Avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;

(ii) **Ágio** - corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de rentabilidade futura. Não possui prazo de vida útil definida e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos;

(iii) **Depreciação do imobilizado de uso pelo método linear** de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, considerando as taxas mínimas anuais divulgadas na Nota 10; e

(iv) Os ativos intangíveis são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de software. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 10.

A Instituição revisa anualmente se há alguma indicação de perdas no valor recuperável dos ativos. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do exercício. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Instituição não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos permanentes poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, não foi reconhecida nenhuma provisão para perda do valor recuperável destes ativos.

(h) Ativos e Passivos Denominados em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos das dependências no exterior, assim como os demais ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pelo Banrisul e suas controladas, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

(i) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Empréstimos e Repasses e Fundo Financeiro e de Desenvolvimento

São demonstrados pelos valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Conforme determinado pelas Leis 12.069/04 e 14.738/15 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 95% do saldo dos valores depositados judicialmente no Banrisul por terceiros, quando solicitado, deverá ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e o saldo remanescente é mantido no Banrisul para constituição de fundo. Os valores repassados ao Estado são controlados em conta de compensação e a parcela retida é registrada na rubrica Outras Obrigações, conforme descrito na Nota 23 (a). As despesas com encargos sobre o saldo remanescente são registradas na rubrica de Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses.

(j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

(i) Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciam a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Provisões e Passivos Contingentes – a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e nem a divulgação.

(iii) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - são registradas como exigíveis independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda.

(k) Outros Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até doze meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

(l) Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% até agosto de 2015, 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 para Contribuição Social para as empresas financeiras e equiparadas e de 9% para as demais empresas. Para o Imposto de Renda sobre o lucro tributável a alíquota é de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, e na perspectiva de realização estimada para estes créditos no período de vigência destas alíquotas sobre as diferenças temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do resultado do exercício. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da realização das diferenças temporárias e respectivas provisões constituídas.

(m) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria - o Banrisul é patrocinador da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs – Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de Previdência - o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de Saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Cabergs, que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

O Banco oferece ainda benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio Aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

(n) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução nº 3.604/08 do CMN), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

(o) Lucro por Ação

A Instituição efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 636/10 da CVM.

(p) Outros Valores e Bens

Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, que correspondem a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e ou recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros, compostos basicamente por custo de origemação de crédito - correspondentes bancários.

O Banrisul, a partir do exercício de 2015, opta pela adoção da alteração ocorrida na Resolução nº 4.294/13 do Bacen, que regulamenta a forma de pagamento da remuneração sobre a contratação de correspondentes no País e a Circular nº 3.738/14 do Bacen que estabelece procedimentos para a contabilização da remuneração de correspondentes no País conforme Art. 1º descritos nos parágrafos a seguir:

§ 1º Fica facultado o registro no Ativo: **(i)** de até dois terços da remuneração referente a origemação ocorrida no ano de 2015, devendo a parcela restante ser contabilizada como despesa do período; e **(ii)** de até um terço da despesa referente a origemação ocorrida no ano de 2016, devendo a parcela restante ser contabilizada como despesa do período.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2017, a remuneração deve ser reconhecida integralmente como despesa.

§ 3º Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista no § 1º devem ser integralmente amortizados, de forma linear, no prazo máximo de 36 meses, contados a partir de seu registro no ativo, ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo.

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos a remuneração de correspondentes no País, devem ser imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período, sendo vedado qualquer registro adicional ou a manutenção de valores dessa natureza no ativo.

Os efeitos dessa opção estão registrados nas Notas 09 e 19.

NOTA 04 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Aplicações no Mercado Aberto	499.999	4.001	522.403	23.400
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	4.001	-	4.001
Letras do Tesouro Nacional – LTN	499.999	-	499.999	-
Certificados de Depósito Bancário	-	-	1.525	100
Outros	-	-	20.879	19.299
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.815	5.314	7.815	5.314
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	7.815	5.314	7.815	5.314
Total	507.814	9.315	530.218	28.714

(1) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banrisul não possui Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo de vencimento original superior a noventa dias da data da aplicação.

NOTA 05 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Títulos para Negociação	3.109.897	2.190.269	3.425.077	2.426.484
Títulos Disponíveis para Venda	671.525	612.550	673.953	615.201
Títulos Mantidos até o Vencimento	15.362.845	15.254.634	15.370.071	15.261.015
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.116.782	585.853	1.116.782	585.853
Total	20.261.049	18.643.306	20.585.883	18.888.553

O valor de mercado, apresentado nos quadros a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima; Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; Cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgada pelo Administrador; e para os títulos que não possuem preços divulgados (principalmente CVS) o Banrisul adota técnica interna de precificação como parâmetro para cálculo do valor de mercado.

(a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.109.897	2.174.978	3.109.897	2.174.978
Cessão Fiduciária - LFT	-	15.291	-	15.291
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	-	310.644	233.334
Cotas de Fundo Referenciado	-	-	552	198
Outras Cotas de Fundos	-	-	3.984	2.683
Total	3.109.897	2.190.269	3.425.077	2.426.484

Composição por Prazo de Vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Vencimentos				
Sem Vencimento	-	-	315.180	315.180
De 1 a 3 anos	2.017.747	2.016.560	2.017.747	2.016.560
De 3 a 5 anos	464.238	464.275	464.238	464.275
De 5 a 15 anos	628.563	629.062	628.563	629.062
Total em 2015	3.110.548	3.109.897	3.425.728	3.425.077
Total em 2014	2.191.883	2.190.269	2.428.098	2.426.484

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	660.569	592.445	660.569	592.445
Ações de Companhias Abertas	10.862	9.825	11.664	10.759
Certificados de Privatização	-	-	8	7
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	10.177	-	10.177
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	1.618	1.710
Outras Cotas de Fundos	94	103	94	103
Total	671.525	612.550	673.953	615.201

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul Consolidado
		Valor de Mercado		Valor de Mercado
Sem Vencimento	21.960	10.956	25.095	13.384
De 1 a 3 anos	660.621	660.569	660.621	660.569
Total em 2015	682.581	671.525	685.716	673.953
Total em 2014	624.704	612.550	628.011	615.201

Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$11.056 (2014 – R\$12.154), foram levados a conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R\$4.975 (2014 – R\$4.862), além de R\$707 líquido dos efeitos tributários de R\$318, referente a ajuste de marcação a mercado de títulos de empresas controladas, lançados na rubrica Outros Créditos.

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul Consolidado
		Valor de Mercado		Valor de Mercado
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.264.359	14.263.088	14.271.585	14.270.314
Títulos Públicos Federais - CVS	122.162	76.947	122.162	76.947
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	1.459	1.238	1.459	1.238
Debêntures	199.130	220.658	199.130	220.658
Letras Financeiras	775.729	739.692	775.729	739.692
Outros	6	6	6	6
Total em 2015	15.362.845	15.301.629	15.370.071	15.308.855
Total em 2014	15.254.634	15.194.151	15.261.015	15.200.532

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Até 3 meses	168.566	1.621.641	168.566	1.621.641
De 3 a 12 meses	705.415	736.309	705.415	736.309
De 1 a 3 anos	11.071.299	1.942.199	11.071.299	1.942.199
De 3 a 5 anos	2.739.524	10.823.507	2.746.750	10.829.888
De 5 a 15 anos	677.335	129.981	677.335	129.981
Acima de 15 anos	706	997	706	997
Total	15.362.845	15.254.634	15.370.071	15.261.015

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 14, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, vencendo à medida que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na CETIP S/A – Mercados Organizados, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O quadro a seguir demonstra a efetividade da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) desenvolvida pelo Banco, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (dívida subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Banrisul e Banrisul Consolidado	
				2015	2014
Derivativos Usados como "Hedge" de Valor Justo				Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumento de "Hedge"					
Contratos de "Swap"	926.151	1.101.284	958.831	(142.453)	544.287
Moeda Estrangeira – Dólar	926.151	1.101.284	958.831	(142.453)	544.287
Objeto de "Hedge"					
Dívida Subordinada (Nota 14)	(917.665)	(2.104.705)	(1.986.992)	117.713	(2.165.941)
Moeda Estrangeira – Dólar	(917.665)	(2.104.705)	(1.986.992)	117.713	(2.165.941)

Em outubro de 2015 houve liquidação parcial de *swap* utilizado na proteção cambial da Dívida Subordinada, que foi equivalente ao montante da recompra efetuada em 15 de outubro de 2015, conforme operação descrita na Nota 14.

O quadro a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor de mercado:

	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/a Pagar ⁽¹⁾	Banrisul e Banrisul Consolidado	
			Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾
Swaps				
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	926.151	1.178.722	(143.228)	1.035.494
Passivo				
% do CDI	(926.151)	(77.438)	775	(76.663)
Ajuste Líquido em 2015		1.101.284	(142.453)	958.831
Ajuste Líquido em 2014		513.829	30.458	544.287

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O quadro a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes:

	Valor de Referência	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Banrisul e Banrisul Consolidado				
			Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Swaps							
Ativo							
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	926.151	1.035.494	39.544	37.862	134.491	115.156	708.441
Passivo							
% do CDI	(926.151)	(76.663)	(7.120)	(6.717)	(22.394)	(14.713)	(25.719)
Ajuste Líquido em 2015		958.831	32.424	31.145	112.097	100.443	682.722
Ajuste Líquido em 2014		544.287	14.712	20.980	55.108	52.856	400.631

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O Banrisul ou as contrapartes estão sujeitas à prestação e a eventuais suplementações de garantias reais, reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente.

A margem recebida em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$877.957 e por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$310.409.

O Banco utiliza-se da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) previstas nas normas do Banco Central do Brasil e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 06 - CRÉDITOS VINCULADOS

Descrição	Forma de Remuneração	Banrisul e Banrisul Consolidado	
		2015	2014
Depósitos Compulsórios - Bacen		8.338.816	5.658.866
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	624.726	611.986
Exigibilidade Adicional	SELIC	2.289.338	2.182.575
Depósitos de Poupança	Poupança	1.556.681	1.506.762
Outros Depósitos	Sem Remuneração	30.952	-
Recursos a Prazo	SELIC	3.837.119	1.357.543
Créditos Vinculados ao SFH		821.415	755.299
Carteira Adquirida	Taxa Pré-fixada 14,07% a.a.	524.569	490.427
Carteira Adquirida	Taxa Referencial + Juros ⁽¹⁾	294.667	262.709
Carteira Própria	Taxa Referencial + Juros ⁽¹⁾	2.179	2.163
Correspondentes	Sem Remuneração	43.786	39.490
Convênios	SELIC	58	52
Total		9.204.075	6.453.707

(1) Refere-se a créditos junto ao FCVS atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% para créditos oriundos de recursos do FGTS.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2015, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$819.236 (2014 - R\$753.136). O seu valor de face é de R\$924.415 (2014 - R\$872.632). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, cujo processo encontra-se fora do prazo inicialmente previsto pela Administração, sendo os montantes já vencidos apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, no momento da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

NOTA 07 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CRÉDITO

As tabelas a seguir compreendem os saldos de operações de crédito e da carteira de câmbio e de arrendamento mercantil.

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Banrisul 2015	Banrisul Consolidado 2015	Banrisul e Banrisul Consolidado 2014
Empréstimos e Títulos Descontados	2.074.126	10.915.377	4.027.373	1.462.164	761.257	239.707	172.380	298.160	1.097.943	21.048.487	21.030.992	19.690.538
Financiamentos	330.859	929.105	1.060.308	173.779	66.628	11.075	8.918	6.076	62.909	2.649.657	2.649.657	2.877.005
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.501.198	403.416	512.670	154.357	44.884	20.877	17.613	4.853	64.744	2.724.612	2.724.612	2.749.415
Financiamentos Imobiliários	2.264.720	782.414	322.630	284.087	35.429	7.544	11.003	10.915	55.733	3.774.475	3.774.475	3.213.653
Créditos Vinculados a Cessão ⁽¹⁾	36.815	13.053	1.856	1.504	974	-	-	-	467	54.669	54.669	66.530
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	86.097	-	-	-	-	-	-	-	86.097	86.097	81.198
Subtotal de Operações de Crédito	6.207.718	13.129.462	5.924.837	2.075.891	909.172	279.203	209.914	320.004	1.281.796	30.337.997	30.320.502	28.678.339
Operações de Arrendamento Mercantil	5.159	16.550	20.132	7.506	3.565	1.672	221	137	4.400	59.342	59.342	76.828
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾	82.757	110.498	362.612	164.447	18.318	-	34.190	691	38.804	812.317	812.317	704.947
Outros Créditos ⁽³⁾	163	4.577	1.714	15.048	-	9.938	2.738	-	74.071	108.249	108.249	33.915
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	-	705.808	-	-	-	-	-	7.048	-	712.856	712.856	992.952
Total de Operações com Características de Crédito	6.295.797	13.966.895	6.309.295	2.262.892	931.055	290.813	247.063	327.880	1.399.071	32.030.761	32.013.266	30.486.981
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.416.943	1.416.943	1.328.699
Total Geral em 2015	6.295.797	13.966.895	6.309.295	2.262.892	931.055	290.813	247.063	327.880	1.399.071	33.447.704	33.430.209	31.815.680
Total de Operações com Características de Crédito em 2014	5.460.622	14.159.144	6.428.292	1.791.660	821.426	435.147	327.486	90.812	972.392	-	-	30.486.981

(1) Créditos Vinculados a Cessão - referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banco cedeu à Cibrasec operações de crédito imobiliário.

(2) A conta Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio está classificada como redutora de "Outras Obrigações - Carteira de Câmbio" (Nota 14).

(3) Outros Créditos - referem-se a créditos de securitização, créditos por avais e fianças honrados e a rendas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

(4) Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas - contabilizados em contas de compensação.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco:

	Operações em Curso Normal											Banrisul e Banrisul Consolidado	
												Banrisul	Banrisul Consolidado
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2015	2015	2015	2014
Parcelas Vencidas	6.289.464	13.942.126	6.042.363	1.910.313	623.876	117.523	102.859	48.670	411.992	29.489.186	29.471.691	28.540.218	
01 a 30 dias	302.722	681.581	434.983	147.657	50.260	7.497	17.103	4.343	10.921	1.657.067	1.639.572	1.698.279	
31 a 60 dias	280.797	754.383	484.925	141.918	61.686	6.376	2.558	3.421	9.903	1.745.967	1.745.967	1.730.285	
61 a 90 dias	245.140	636.115	491.571	146.781	38.103	8.629	2.079	2.649	32.329	1.603.396	1.603.396	1.561.040	
91 a 180 dias	762.273	1.645.707	978.668	250.639	93.873	8.970	14.120	5.075	53.559	3.812.884	3.812.884	4.114.976	
181 a 360 dias	996.195	2.517.580	1.027.399	448.197	89.997	14.088	30.875	6.683	78.472	5.209.486	5.209.486	4.584.597	
Acima de 360 dias	3.702.337	7.706.760	2.624.817	775.121	289.957	71.963	36.124	26.499	226.808	15.460.386	15.460.386	14.851.041	
Parcelas Vencidas	6.333	24.769	16.744	27.772	8.815	2.574	851	1.020	6.135	95.013	95.013	82.948	
Até 14 dias	6.333	24.769	16.744	27.772	8.815	2.574	851	1.020	6.135	95.013	95.013	82.948	
Subtotal	6.295.797	13.966.895	6.059.107	1.938.085	632.691	120.097	103.710	49.690	418.127	29.584.199	29.566.704	28.623.166	
Operações em Curso Anormal													
Parcelas Vencidas	-	-	218.226	263.034	236.548	116.846	80.740	130.554	495.381	1.541.329	1.541.329	1.257.749	
01 a 30 dias	-	-	8.678	11.136	8.849	3.842	3.067	7.334	22.292	65.198	65.198	52.078	
31 a 60 dias	-	-	8.172	10.583	8.454	3.698	2.960	7.068	20.872	61.807	61.807	49.907	
61 a 90 dias	-	-	7.734	10.719	7.932	3.500	3.649	6.730	20.254	60.518	60.518	46.876	
91 a 180 dias	-	-	20.462	26.396	22.613	12.418	7.859	16.927	58.320	164.995	164.995	136.894	
181 a 360 dias	-	-	33.922	45.223	40.708	17.722	13.787	22.325	109.142	282.829	282.829	233.044	
Acima de 360 dias	-	-	139.258	158.977	147.992	75.666	49.418	70.170	264.501	905.982	905.982	738.950	
Parcelas Vencidas	-	-	31.962	61.773	61.816	53.870	62.613	147.636	485.563	905.233	905.233	606.066	
01 a 14 dias	-	-	295	2.167	2.900	1.262	1.204	2.585	7.885	18.298	18.298	16.711	
15 a 30 dias	-	-	27.548	24.207	17.597	5.388	3.824	6.262	20.198	105.024	105.024	82.844	
31 a 60 dias	-	-	4.119	33.419	19.607	11.720	7.210	11.731	31.409	119.215	119.215	92.985	
61 a 90 dias	-	-	-	1.980	19.906	9.456	18.556	12.873	42.549	105.320	105.320	58.911	
91 a 180 dias	-	-	-	-	1.806	24.579	30.560	39.108	144.915	240.968	240.968	149.239	
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	1.465	1.259	75.077	188.128	265.929	265.929	173.765	
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	50.479	50.479	50.479	31.611	
Subtotal	-	-	250.188	324.807	298.364	170.716	143.353	278.190	980.944	2.446.562	2.446.562	1.863.815	
Total em 2015	6.295.797	13.966.895	6.309.295	2.262.892	931.055	290.813	247.063	327.880	1.399.071	32.030.761	32.013.266	30.486.981	
Total em 2014	5.460.622	14.159.144	6.428.292	1.791.660	821.426	435.147	327.486	90.812	972.392				

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

	Banrisul	Banrisul Consolidado	Banrisul e Banrisul Consolidado
	2015	2015	2014
Setor Público Municipal			
Governo - Administração Direta e Indireta	95.773	95.773	92.308
Total Setor Público	95.773	95.773	92.308
Setor Privado			
Rural	2.724.774	2.724.774	2.749.586
Indústria	5.311.785	5.311.785	5.433.930
Comércio	3.313.395	3.313.395	3.336.467
Serviços e Outros	4.160.244	4.142.749	3.885.763
Pessoa Física ⁽¹⁾	12.595.646	12.595.646	11.708.744
Habitação	3.829.144	3.829.144	3.280.183
Total Setor Privado	31.934.988	31.917.493	30.394.673
Total	32.030.761	32.013.266	30.486.981

(1) Do montante de R\$837.028 (2014 - R\$1.193.203) de operações de compra de carteira de crédito consignado, com coobrigação de outras instituições financeiras, R\$712.856 (2014 - R\$992.952) referem-se a créditos vinculados a Operações Adquiridas em Cessão conforme Carta Circular nº 3.543/12 do Bacen e R\$124.173 (2014 - R\$200.251) referem-se a Operações de Crédito com Coobrigação.

(i) Do montante total de créditos consignados adquiridos, o Banco é detentor de créditos no valor de R\$93.376 (2014 - R\$121.084) a receber em 31 de dezembro de 2015 junto aos devedores por intermédio do Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial desde 14 de setembro de 2012, ora em falência. O Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial vem repassando ao Banco as parcelas recebidas, identificadas e conciliadas das operações de crédito consignado onde o Banco é detentor das operações junto ao devedor. Desde 14 de setembro de 2012 o Banrisul recebeu R\$333.186 do Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial, por conta destes contratos.

As operações que se encontram nesta condição no Banco estão sendo analisadas individualmente quanto ao atraso no repasse dos recursos, e estão provisionadas de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi complementado a provisão no valor de R\$20.181 (2014 - R\$337), estando provisionado R\$87.620 (2014 - R\$67.439) para esta carteira.

A Administração do Banco acompanha atentamente a evolução da solvência desta carteira desde quando o Banco Cruzeiro do Sul em atividade normal, após em Regime de Administração Especial Temporária - RAET, e agora em Liquidação Extrajudicial, portanto não espera perdas na realização destes créditos.

(ii) O Banrisul também é detentor de créditos consignados no valor de R\$37.845 (2014 - R\$78.228) a receber em 31 de dezembro de 2015 junto aos devedores, na sua maioria aposentados pelo INSS, por intermédio do Banco Rural S.A. - Em Liquidação Extrajudicial, cujo processo de liquidação extrajudicial foi decretado em 02 de agosto de 2013 pelo Banco Central do Brasil. O Banco Rural S.A. - Em Liquidação Extrajudicial vem repassando ao Banco as parcelas recebidas, identificadas e conciliadas dessas operações. O montante repassado desde o processo de liquidação extrajudicial foi de R\$163.599 por conta destes contratos.

As operações que se encontram nesta condição no Banco estão sendo analisadas individualmente quanto ao atraso no repasse dos recursos, e estão provisionadas de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi complementado a provisão no valor de R\$2.805 (2014 - R\$14.329), estando provisionado R\$26.605 (2014 - R\$23.800) para esta carteira.

(d) Concentração das Operações de Crédito:

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	2015		2014	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
Principal Devedor	488.953	1,53	693.701	2,28
10 Maiores Devedores Seguintes	1.527.205	4,77	1.648.750	5,41
20 Maiores Devedores Seguintes	1.303.468	4,07	1.247.316	4,09
50 Maiores Devedores Seguintes	1.921.760	6,00	1.843.128	6,05
100 Maiores Devedores Seguintes	2.030.743	6,34	2.044.960	6,71

(e) Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito:

A movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos, exclusivamente com características de crédito, é a seguinte:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	1.693.995	1.586.263
Constituição Líquida do Período	1.550.108	773.411
Baixas para Contas de Compensação	(991.622)	(665.679)
Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	2.252.481	1.693.995
Provisão sobre Operações de Crédito	2.085.745	1.609.548
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil	6.256	6.877
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito (Nota 08)	160.480	77.570

Em 31 de dezembro de 2015, não houve constituição de provisão para Outros Créditos – Títulos e Créditos a Receber sem característica de crédito no Banrisul (2014 – R\$9.601) e no consolidado foi constituído provisão no valor de R\$1.323 (2014 – R\$10.831).

(f) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito por Níveis de Risco:

Níveis de Risco	Banrisul e Banrisul Consolidado					
	Carteira de Crédito Banrisul	Carteira de Crédito Banrisul Consolidado	Provisionamento Mínimo Requerido pela Resolução nº 2.682/99	Provisão Mínima Requerida	Provisão Adicional (Nota 03(f))	Provisão Existente Total
AA	6.295.797	6.278.302	0,00%	-	-	-
A	13.966.895	13.966.895	0,50%	69.834	13.967	83.801
B	6.309.295	6.309.295	1,00%	63.093	12.619	75.712
C	2.262.892	2.262.892	3,00%	67.887	33.943	101.830
D	931.055	931.055	10,00%	93.105	18.621	111.726
E	290.813	290.813	30,00%	87.244	5.816	93.060
F	247.063	247.063	50,00%	123.532	4.941	128.473
G	327.880	327.880	70,00%	229.516	29.292	258.808
H	1.399.071	1.399.071	100,00%	1.399.071	-	1.399.071
Total em 2015	32.030.761	32.013.266		2.133.282	119.199	2.252.481
Total em 2014	30.486.981	30.486.981		1.601.219	92.776	1.693.995

As operações de crédito baixadas a prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, mantidas pelo valor atualizado até a data da respectiva baixa em conta de compensação, montavam R\$991.622 (2014 - R\$665.679).

As recuperações por recebimento das Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Créditos e atingiram R\$206.231 (2014 - R\$187.217) no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, líquidas das perdas geradas nessas recuperações.

Conforme Resolução nº 2.682/99 do CMN, as operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 montavam R\$892.123 (2014 – R\$767.055).

NOTA 08 - OUTROS CRÉDITOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Avais e Fianças Honrados	10.093	-	10.093	-
Créditos por Avais e Fianças Honrados	10.093	-	10.093	-
Carteira de Câmbio	1.018.355	858.314	1.018.355	858.314
Câmbio Comprado a Liquidar	993.776	823.364	993.776	823.364
Direitos sobre Vendas de Câmbio	11.001	28.065	11.001	28.065
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(8.887)	(11.862)	(8.887)	(11.862)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	22.465	18.747	22.465	18.747
Rendas a Receber	137.999	118.532	147.959	121.237
Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber	48.190	36.210	-	256
Serviços Prestados a Receber	88.575	80.484	88.575	80.484
Rendas a Receber MDR (<i>Merchant Discount Rate</i>)	-	-	58.150	38.659
Outros	1.234	1.838	1.234	1.838
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	939	1.059
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	939	1.059
Créditos Específicos	-	-	116	51
Créditos Específicos	-	-	116	51
Diversos	4.395.157	3.838.679	5.896.098	4.726.637
Adiantamentos a Empregados	14.013	15.878	14.423	16.222
Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta	4.262	15.526	4.967	16.214
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 24 (b))	1.572.657	1.149.661	1.575.600	1.152.945
Devedores por Depósito em Garantia (Nota 15 (b))	251.273	197.100	262.205	208.825
Impostos e Contribuições a Compensar	97	103	2.301	122
Pagamentos a Ressarcir	69.000	96.990	69.103	97.075
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.624	4.364	1.624	4.364
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	1.164.212	857.956	2.646.207	1.726.357
Superávit Planos de Benefícios (Nota 25)	105.518	85.686	105.969	86.065
Transações com Cartões de Crédito	382.339	307.562	382.339	307.562
Devedores Diversos - País	117.306	114.901	118.504	117.934
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 07 (c))	712.856	992.952	712.856	992.952
Provisão para Outros Créditos	(209.467)	(125.565)	(214.701)	(129.520)
Com Característica de Crédito (Nota 07 (e)) ⁽²⁾	(160.480)	(77.570)	(160.480)	(77.570)
Sem Característica de Crédito	(48.987)	(47.995)	(54.221)	(51.950)
Total de Outros Créditos	5.352.137	4.689.960	6.858.859	5.577.778

(1) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:

(a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial entre o Grupo Econômico e a União, e a liberação de depósitos judiciais que vem sendo efetuados pela União conforme fluxo de liquidação original dos precatórios. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses títulos, em 31 de dezembro de 2015, totalizavam R\$121.111 (2014 - R\$113.653) e são remunerados pela variação de índice de preços IPCA-E e juros.

(b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$68.920 (2014 - R\$72.417) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 0,50% a 2,54% a.a. e indexados à TR e ao IGP- M com vencimento até 2029.

(c) Cartões de Débitos e Adquirência - referem-se a direitos a receber dos usuários do Banricompras e emissões das bandeiras Visa, MasterCard e VerdeCard utilizados na rede de adquirência. Em 31 de dezembro de 2015 totalizava R\$566.480 (2014 - R\$564.654) e no Consolidado R\$2.043.038 (2014 - R\$1.428.543).

(2) Provisão para Outros Créditos Com Característica de Crédito - constituída sobre as operações de Créditos por Avais e Fianças Honrados, Carteira de Câmbio e Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Outros Valores e Bens	79.380	71.293	79.468	71.389
Bens Não de Uso Próprio	76.252	68.783	76.340	68.871
Outros	3.128	2.510	3.128	2.518
Provisão para Desvalorização	(24.511)	(21.177)	(24.511)	(21.177)
Despesas Antecipadas	185.115	257.539	185.481	257.877
Custo de Originação de Crédito - Correspondentes Bancários ⁽¹⁾	164.487	233.479	164.487	233.479
Outros	20.628	24.060	20.994	24.398
Total	239.984	307.655	240.438	308.089

(1) Do montante de R\$164.487, R\$29.975 refere-se as operações contratadas a partir de 2015 conforme Circular n° 3.738/14 do Bacen.

NOTA 10 - PERMANENTE

(a) Investimentos

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Participações em Controladas e Coligadas no País	780.824	604.306	79.537	51.924
Participações em Controladas (Nota 02 (c))	701.287	552.382	-	-
Participações em Coligadas	42.103	14.490	42.103	14.490
Ágio na Aquisição de Investimentos ⁽¹⁾	37.434	37.434	37.434	37.434
Outros Investimentos	11.514	11.454	12.184	12.054
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.785)	(4.892)	(4.892)
Total	787.553	610.975	86.829	59.086

(1) O ágio de R\$37.434 representa o benefício econômico futuro decorrente da aquisição da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. O valor da equivalência patrimonial desse investimento em 31 de dezembro de 2015 totalizava R\$531 (2014 – R\$3.174).

(b) Imobilizado

				Banrisul	
				Saldo Líquido em 2015	Saldo Líquido em 2014
Imobilizado de Uso	Taxa	Custo Original	Depreciação Acumulada		
Imóveis de Uso	4%	113.934	(95.495)	18.439	19.231
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	7.634	-	7.634	12.456
Instalações	10%	168.487	(112.695)	55.792	47.535
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	98.786	(65.912)	32.874	28.561
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	5.090	(3.896)	1.194	1.183
Sistema de Processamento de Dados	20%	281.144	(235.345)	45.799	52.212
Sistema de Segurança	10%	12.312	(8.304)	4.008	3.875
Sistema de Transportes	20%	3.442	(2.970)	472	858
Total em 2015		690.829	(524.617)	166.212	
Total em 2014		672.915	(507.004)		165.911

				Banrisul Consolidado	
				Saldo Líquido em 2015	Saldo Líquido em 2014
Imobilizado de Uso	Taxa	Custo Original	Depreciação Acumulada		
Imóveis de Uso	4%	125.701	(100.824)	24.877	25.688
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	7.634	-	7.634	12.456
Imobilizações em Curso	-	1.172	-	1.172	650
Instalações	10%	175.555	(115.377)	60.178	52.594
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	104.567	(68.763)	35.804	31.202
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	8.896	(5.043)	3.853	4.066
Sistema de Processamento de Dados	20%	281.989	(235.915)	46.074	52.605
Sistema de Segurança	10%	12.312	(8.304)	4.008	3.875
Sistema de Transportes	20%	6.127	(4.026)	2.101	2.859
Total em 2015		723.953	(538.252)	185.701	
Total em 2014		704.891	(518.896)		185.995

(c) Intangível

					Banrisul		Banrisul Consolidado	
					Saldo Líquido em 2015	Saldo Líquido em 2014	Saldo Líquido em 2015	Saldo Líquido em 2014
Ativos Intangíveis	Taxa	Custo Original	Amortização Acumulada	Saldo Líquido em 2015				
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾								
Setor Público	20%	-	-	-	2.367	-	2.367	-
Setor Privado	20%	23.315	(22.720)	595	2.410	595	2.410	595
Aquisição de Software	20%	61.880	(47.614)	14.266	14.270	14.718	14.710	14.710
Outros	-	1.718	(668)	1.050	1.050	1.863	2.086	1.050
Total em 2015		86.913	(71.002)	15.911		17.176		
Total em 2014		147.744	(127.647)		20.097		21.573	

(1) Referem-se aos contratos firmados com o setor público e com entidades do setor privado, para garantir exclusividade na manutenção dos serviços bancários de processamento de créditos de folha de pagamento e de prioridade no canal de consignação de empréstimos para os respectivos funcionários, bem como a manutenção da carteira de cobrança, de serviços de pagamento aos seus fornecedores e outros serviços bancários. Esses contratos possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 11 - DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	Banrisul				2015	2014
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Depósitos						
À Vista ⁽¹⁾	3.174.189	-	-	-	3.174.189	3.289.132
Poupança ⁽¹⁾	7.573.671	-	-	-	7.573.671	7.762.045
Interfinanceiros	-	161.003	10.703	571.105	742.811	569.869
A Prazo ⁽²⁾	5.905	1.952.029	1.334.712	24.119.534	27.412.180	22.681.787
Total	10.753.765	2.113.032	1.345.415	24.690.639	38.902.851	34.302.833
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	7.260.188	-	-	7.260.188	4.388.168
Total	-	7.260.188	-	-	7.260.188	4.388.168
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares ⁽⁴⁾	-	220.939	1.377.003	750.827	2.348.769	2.837.792
Total	-	220.939	1.377.003	750.827	2.348.769	2.837.792

	Banrisul Consolidado				2015	2014
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Depósitos						
À Vista ⁽¹⁾	3.173.925	-	-	-	3.173.925	3.280.758
Poupança ⁽¹⁾	7.573.671	-	-	-	7.573.671	7.762.045
Interfinanceiros	-	161.003	10.703	571.105	742.811	569.869
A Prazo ⁽²⁾	5.905	1.952.029	1.130.454	24.119.534	27.207.922	22.522.772
Total	10.753.501	2.113.032	1.141.157	24.690.639	38.698.329	34.135.444
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	7.188.736	-	-	7.188.736	4.318.236
Total	-	7.188.736	-	-	7.188.736	4.318.236
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares ⁽⁴⁾	-	220.939	1.377.003	750.827	2.348.769	2.837.792
Total	-	220.939	1.377.003	750.827	2.348.769	2.837.792

(1) Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contratual.

(2) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações.

As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 95,83% e 4,17% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 82,35% (2014 – 79,46%) da variação do CDI, e para os pré-fixados 9,27% (2014 – 8,64%) ao ano.

(3) As captações por meio de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

(4) Do montante de R\$2.348.769 (2014 – R\$2.837.792), R\$955.165 (2014 – R\$1.678.933) referem-se as emissões de Letras Financeiras ocorridas em 01, 02 e 05 de agosto de 2013, realizadas em 3 séries, com vencimentos finais em 2, 3 e 4 anos respectivamente, contados da data da emissão. O percentual da taxa foi indexado ao DI, limitado à taxa de até 108%, 109% e 110% da variação acumulada da Taxa DI. Os Juros Remuneratórios das Letras Financeiras serão pagos semestralmente. As Letras Financeiras da primeira série foram liquidadas em agosto de 2015, no montante de R\$746.857.

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

No Exterior - são representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo à variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros as taxas entre 0,85% a 4,04% (2014 – 0,62% a 3,82%) ao ano, com vencimento máximo em até 1.601 dias (2014 – 1.591 dias), e apresenta saldo de R\$1.632.522 (2014 – R\$1.507.161).

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES

	Banrisul e Banrisul Consolidado					
	Repasse do País - Instituições Oficiais		Repasse do Exterior		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Até 3 meses	221.398	205.625	2	-	221.400	205.625
De 3 a 12 meses	552.709	510.441	17.692	5.596	570.401	516.037
De 1 a 3 anos	923.867	842.866	5.392	11.065	929.259	853.931
De 3 a 5 anos	554.653	497.871	4.026	-	558.679	497.871
Acima de 5 anos	599.656	595.224	-	-	599.656	595.224
Total	2.852.283	2.652.027	27.112	16.661	2.879.395	2.668.688

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, Caixa Econômica Federal e FINEP). Essas obrigações têm vencimentos mensais até maio de 2030, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,40% a 14,87% (2014 – 0,40% a 8,00%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-01, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD e SELIC), e nas obrigações pré-fixadas até 19,79% (2014 – 11,00%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

NOTA 14 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	53.441	44.446	53.441	44.446
Recebimento de Tributos Federais	53.176	44.181	53.176	44.181
Outros	265	265	265	265
Carteira de Câmbio	13.700	40.686	13.700	40.686
Câmbio Vendido a Liquidar	11.065	28.014	11.065	28.014
Importação Financiada Câmbio Contratado	(1.340)	(7.145)	(1.340)	(7.145)
Obrigações por Compras de Câmbio	816.292	724.764	816.292	724.764
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 07 (a))	(812.317)	(704.947)	(812.317)	(704.947)
Sociais e Estatutárias	25.115	48.427	25.261	48.539
Dividendos e Bonificações a Pagar	795	12.796	941	12.908
Gratificações e Participações a Pagar	24.320	35.631	24.320	35.631
Fiscais e Previdenciárias	751.846	644.133	787.184	673.385
Impostos e Contribuições a Recolher	94.810	69.307	106.251	77.688
Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro	57.356	63.253	81.086	83.981
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 24 (b))	115.640	49.961	115.807	50.104
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 15 (b))	484.040	461.612	484.040	461.612
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	779	1.138
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	779	1.138
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	709.463	2.080.698	709.463	2.080.698
Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 23(a))	637.967	1.968.494	637.967	1.968.494
Outros	71.496	112.204	71.496	112.204
Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾	1.991.644	2.222.523	1.991.644	2.222.523
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota 05)	1.986.992	2.165.941	1.986.992	2.165.941
Ágio/Deságio e Encargos a Incorporar	4.652	56.582	4.652	56.582
Diversas	2.612.671	2.214.108	4.003.872	3.037.727
Credores por Recursos a Liberar	70.735	116.768	71.034	117.011
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	48.450	59.750	48.450	59.750
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.485	6.296	4.664	6.447
Obrigações por Convênios Oficiais	57.561	52.174	57.561	52.174
Obrigações de Lojistas a Pagar Adquirência	567.848	567.378	1.796.292	1.246.252
Provisões para Férias e Outros Encargos	285.093	269.156	271.428	256.116
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 25)	70.980	67.366	70.980	67.366
Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 15 (b))	274.110	195.114	279.256	202.520
Multas Câmbio Bacen (Nota 15 (b))	138.620	132.866	138.620	132.866
Provisão para Outros Riscos Fiscais (Nota 15 (b))	7.949	7.462	7.949	7.462
Provisão para Perdas de Securitização ⁽²⁾	1.842	1.905	1.842	1.905
Provisão Benefício Pós-Emprego	70.185	129.261	70.494	129.641
Provisão para Riscos Cíveis (Nota 15 (b))	133.690	97.635	134.798	98.020
Provisão Proveniente da Companhia União de Seguros Gerais (GESB)	16.904	11.499	16.904	11.499
Recursos de FGTS para Amortizações	6.288	5.657	6.288	5.657
Credores Diversos - País	98.584	91.613	263.689	238.000
Transações com Cartões a Pagar	595.335	257.996	595.335	257.996
Outros	164.012	144.212	168.288	147.045
Total de Outras Obrigações	6.157.880	7.295.021	7.585.344	8.149.142

(1) Dívidas Subordinadas – o Banrisul concluiu o processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, conforme descrito a seguir:

(a) Em 26 de janeiro de 2012, com volume total captado de US\$ 500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e tem prazo de 10 anos, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

(b) Em 26 de novembro de 2012, com volume total captado de US\$ 275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 03 de dezembro de 2012, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a.

Em 30 de setembro de 2015, ocorreu a recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$ 248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos) por 80% do valor de face, ou seja, US\$ 199,17 milhões (199,17 milhões de dólares norte-americanos).

Em decorrência desta recompra, em 30 de setembro de 2015, também ocorreu o pagamento de juros pactuados, acumulados até a data da liquidação, de US\$ 2,96 milhões (2,96 milhões de dólares norte-americanos), referente a parcela da Dívida Subordinada que foi recomprada, bem como a liquidação dos derivativos contratados respectivos a esta parcela recomprada.

Em 15 de outubro de 2015, ocorreu nova recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$ 2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos) por 77% do valor de face, ou seja, US\$ 2,2 milhões (2,2 milhões de dólares norte-americanos).

Conforme descrito na Nota 03 (c), o saldo remanescente da dívida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões e os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de risco de mercado.

(2) A Administração do Banrisul mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R\$9.238 (2014 - R\$9.916), controladas em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

NOTA 15 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Banrisul			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 31/12/2014	469.074	195.114	97.635	132.866
Constituição e Atualização Monetária	23.437	122.681	49.030	5.754
Reversão da Provisão	(372)	-	(541)	-
Baixas por Pagamento	(150)	(43.685)	(12.434)	-
Saldo Final em 31/12/2015	491.989	274.110	133.690	138.620
Depósitos em Garantia (Nota 08)	10.802	144.425	96.046	-

	Banrisul Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 31/12/2014	469.074	202.520	98.020	132.866
Constituição e Atualização Monetária	23.437	124.922	49.813	5.754
Reversão da Provisão	(372)	(823)	(559)	-
Baixas por Pagamento	(150)	(47.363)	(12.476)	-
Saldo Final em 31/12/2015	491.989	279.256	134.798	138.620
Depósitos em Garantia (Nota 08)	17.760	148.231	96.214	-

Ações Fiscais

(i) Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, e são constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que dispõem dos respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. No momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

A principal causa de natureza fiscal refere-se ao imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela

Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no montante de R\$484.040 (2014 - R\$461.612). O Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda.

(ii) Notificação fiscal de débito junto ao FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação referente salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$6.878 (2014 - R\$7.133) e no Consolidado R\$6.878 (2014 – R\$7.133).

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$63.538 (2014 - R\$57.727) e no Consolidado R\$107.092 (2014 - R\$96.600). De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Trabalhistas

Decorrem de processos, na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda do pedido é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$111.290 (2014 - R\$71.401) e no Consolidado R\$114.189 (2014 - R\$75.115). Adicionalmente, o valor de R\$33.135 (2014 - R\$27.884) e no Consolidado R\$34.042 (2014 - R\$28.879) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$938.383 (2014 – R\$742.833) e no Consolidado R\$948.420 (2014 – R\$752.687), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos.

Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$96.046 (2014 - R\$87.013) e no Consolidado R\$96.214 (2014 - R\$92.423).

Existem ainda R\$1.667.730 (2014 – R\$1.378.832) e no Consolidado R\$1.673.305 (2014 – R\$1.383.948) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição, cuja natureza destes processos refere-se principalmente a cadernetas de poupança, danos morais, repetição do indébito e financiamento imobiliário, que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras Ações

Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi

determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para possíveis perdas no montante de R\$138.620 (2014 - R\$132.866).

NOTA 16 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Administração de Fundos	84.279	82.751	84.279	82.751
Rendas de Cobrança e de Serviços de Custódia	58.833	55.414	58.833	55.414
Rendas de Garantias Prestadas	5.357	2.873	5.357	2.873
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	-	-	40.621	35.224
Rendas de Corretagens de Operações	-	58	2.209	1.946
Serviços de Administração Convênio Banricard	-	-	6.768	6.681
Serviços de Administração Rede de Adquirência Vero	-	-	34.529	20.086
Outras Receitas de Serviços	-	-	16.418	16.349
Total	148.469	141.096	249.014	221.324

NOTA 17 - RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Rede de Adquirência Vero	-	-	416.269	290.829
Tarifas <i>Voucher</i>	-	-	39.755	37.649
Devolução de Cheques	19.299	14.803	19.299	14.803
Débitos em Conta	41.847	37.975	41.847	37.975
Serviços de Arrecadação	176.988	149.816	176.988	149.816
Transações com Cheques	16.775	13.647	16.775	13.647
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	400.738	359.918	400.738	359.918
Cartão de Crédito	29.277	23.586	29.277	23.586
Tarifas de Saques	7.147	7.245	7.147	7.245
Tarifas de Uso da Agência Virtual	4.786	5.393	4.786	5.393
Tarifas de Fiança Bancária	12.307	7.874	12.307	7.874
Outras Receitas de Tarifas	30.428	26.254	30.428	26.239
Total	739.592	646.511	1.195.616	974.974
Pessoas Físicas	369.416	339.120	376.577	342.798
Pessoas Jurídicas	370.176	307.391	819.039	632.176

NOTA 18 - DESPESAS DE PESSOAL

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração Direta ⁽¹⁾	942.739	872.843	949.232	879.058
Benefícios	277.994	256.168	279.592	257.476
Encargos Sociais ⁽¹⁾	446.744	386.950	449.420	389.655
Treinamentos	6.104	8.798	6.118	8.877
Total	1.673.581	1.524.759	1.684.362	1.535.066

(1) Nas despesas de Remuneração Direta e Encargos Sociais está incluído, em 2015, o montante de R\$48.463, referente aos incentivos concedidos e provisionados no âmbito do PDA – Plano de Desligamento por Aposentadoria com os respectivos encargos, e, em 2014, o montante de R\$64.104, referente aos incentivos concedidos e provisionados no âmbito do PAI – Programa de Aposentadoria Incentivada com os respectivos encargos.

NOTA 19 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Processamento de Dados e Telecomunicações	182.431	177.660	227.982	212.096
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	132.817	132.486	132.817	132.486
Amortização e Depreciação	50.292	62.300	53.065	64.352
Aluguéis e Condomínios	93.477	87.165	92.671	86.037
Materiais	16.619	19.044	22.229	22.716
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	487.997	449.435	648.113	548.253
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽²⁾	51.996	67.826	55.126	69.849
Manutenção e Conservação	45.059	36.985	45.281	37.262
Água, Energia e Gás	24.947	17.111	25.633	17.530
Serviços do Sistema Financeiro	38.247	31.467	38.398	31.419
Outras	51.906	45.616	55.054	49.444
Total	1.175.788	1.127.095	1.396.369	1.271.444

(1) Do montante de R\$487.997, R\$223.550 (2014 – R\$213.370) são provenientes de despesas dos serviços com originação de crédito consignado através do canal Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., sendo deste valor R\$29.796 referente as operações contratadas em 2015, já sob as regras emanadas na Resolução n° 4.294/13 e Circular n° 3.738/14 do Bacen.

(2) É composto principalmente por R\$10.860 (2014 - R\$30.976) de despesa com propaganda institucional e R\$31.977 (2014 - R\$28.984) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 20 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Recuperação de Encargos e Despesas	107.799	99.593	39.152	48.527
Reversão de Provisões Operacionais para:				
Trabalhistas	-	-	823	1.196
Cíveis	541	-	559	-
Fiscais	372	9.290	372	10.912
Outros	4.469	12.288	4.469	12.288
Perdas de Securitização	76	1.255	76	1.255
Tarifas Interbancárias	23.998	24.810	23.998	24.810
Ajuste Cambial - Dependências no Exterior	98.956	34.300	98.956	34.300
Títulos de Créditos a Receber	7.457	6.243	7.457	6.243
Fundo de Reserva - Depósito Judicial - Lei n° 12.069	47.031	30.862	47.031	30.862
Comissão e Taxa de Administração sobre Colocação de Seguros	22.736	8.700	22.736	8.700
Receitas Diversas com Cartões	68.111	55.812	68.111	55.812
Lucros na Venda de Bens	7.869	13.787	7.869	13.787
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	10.061	6.107	10.061	6.140
Receitas de Adquirência - Antecipação Operações Performadas	-	-	57.638	34.243
Fundação Banrisul – Resultado Atuarial Migração ⁽¹⁾	-	83.628	-	83.628
Receita Pacto Contratual Icatu ⁽²⁾	22.521	115.000	22.521	115.000
Ganho na Liquidação Antecipada da Dívida Subordinada	173.768	-	173.768	-
Outras Receitas Operacionais	37.087	23.156	49.802	32.220
Total	632.852	524.831	635.399	519.923

(1) Refere-se ao reconhecimento do efeito no déficit existente no Plano de Benefício PBI na parcela de responsabilidade do Patrocinador em relação aos migrantes para o Plano de Benefícios Saldado e Plano de Benefícios FBPREV II conforme CPC 33 e Deliberação CVM n° 695/12.

(2) Refere-se a complemento de valor relativo ao convênio celebrado entre o Banrisul e Icatu Seguros na distribuição, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, de produtos de Seguros de Pessoas e Previdência nos canais Banrisul, sendo o pagamento e a celebração do acordo realizados em 11 de dezembro de 2014, após ter sido aprovado pelo CADE e o Bacen.

NOTA 21 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Descontos Concedidos em Renegociações	37.920	56.699	37.920	56.699
Despesas com Provisões Trabalhistas	122.681	86.183	124.922	87.483
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	3.911	11.613	3.911	11.613
Despesas com Provisões para Perdas de Securitização	13	-	13	-
Despesas com Provisões para Ações Cíveis	49.030	26.598	49.813	26.790
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	6.716	5.333	6.716	5.333
Despesas com Atualização da Provisão para Riscos Fiscais (CS/IR)	23.437	19.517	23.437	19.538
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen	5.754	4.770	5.754	4.770
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul	11.066	7.187	11.070	7.189
Despesas com Provisão para Dívidas Assumidas junto ao GESB	7.193	2.489	7.193	2.489
Despesas com Cartões	28.879	18.657	28.879	18.657
Bônus BanriClube de Vantagens	10.406	6.885	10.406	6.885
Incentivo à Migração - Planos FBSS ⁽¹⁾	2.796	287.179	2.796	288.309
Despesas com Provisões de Garantias Prestadas pelo Banrisul	10.661	-	10.661	-
Outras Despesas Operacionais	103.663	96.403	109.908	99.643
Total	424.126	629.513	433.399	635.398

(1) Refere-se aos incentivos oferecidos pelo Banco aos participantes do Plano de Benefícios PBI que migraram suas reservas para o Plano de Benefícios Saldado ou Plano de Benefícios FBPREV II.

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANRISUL

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul em 31 de dezembro de 2015 é de R\$4.250.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,58	2.721.484	77,31	26.086.957	13,02	233.008.300	56,97
Fundação Banrisul de Seguridade Social	449.054	0,22	158.983	4,52	-	-	608.037	0,15
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	44.934	0,02	168.612	4,79	-	-	213.546	0,05
Outros	357.681	0,18	471.139	13,38	174.315.774	86,98	175.144.594	42,83
Total	205.051.528	100,00	3.520.218	100,00	200.402.731	100,00	408.974.477	100,00

No período, houve a conversão de ações, principalmente entre PNA e ON, no montante de 8.133 ações, em virtude das solicitações dos acionistas.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2015, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$250.000, sem emissão de novas ações, homologado pelo Bacen em 30 de junho de 2015.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2014, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$250.000, sem emissão de novas ações, homologado pelo Bacen em 26 de maio de 2014.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

- (i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
- (ii) Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela

sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;

(iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e

(iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

(i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e

(ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; (ii) 25% para constituição de Reserva Estatutária; e (iii) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

A Reserva de Expansão tem como finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

Em 30 de abril de 2015, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2015 no percentual equivalente a 15% do Lucro Líquido Ajustado, perfazendo o total de 40%.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação nº 207/96 da CVM e Política de Pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$356.443, referente aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2015 (2014 - R\$268.806), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte.

O pagamento desses juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$152.329 (2014 - R\$107.523) (Nota 24 (a)).

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está assim representada:

	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	848.770	691.416
Ajuste		
Reserva Legal	(42.438)	(30.390)
Base de Cálculo dos Dividendos	806.332	661.026
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	201.583	165.256
Dividendo Adicional 15%	120.950	99.154
Juros sobre Capital Próprio Pagos Complementares	12.596	-
Total dos Dividendos	335.129	264.410
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	335.129	252.383
Ações Ordinárias (R\$870,76593 por lote de mil ações)	178.706	134.756
Ações Preferenciais A (R\$960,36568 por lote de mil ações)	3.077	2.345
Ações Preferenciais B (R\$870,79612 por lote de mil ações)	174.660	131.705
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(21.314)	(16.423)
B) Dividendos Provisionados	-	12.027
Ações Ordinárias (R\$29,38066 por lote de mil ações)	-	6.024
Ações Preferenciais A (R\$32,35574 por lote de mil ações)	-	114
Ações Preferenciais B (R\$29,38329 por lote de mil ações)	-	5.889
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B)	335.129	264.410

NOTA 23 - COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS

(a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul, quando solicitado, deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banrisul (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banrisul, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$10.316.914 (2014 - R\$9.687.065), dos quais R\$9.664.812 (2014 - R\$7.708.000) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação, e baixado das respectivas contas patrimoniais. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do fundo anteriormente mencionado, administrado pelo Banrisul, está registrado na rubrica Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 14).

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R\$1.348.686 (2014 - R\$1.248.867), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários.

(c) O Banrisul é responsável pela custódia de 774.564 mil títulos de clientes (2014 – 662.961 mil).

(d) O Banrisul possui créditos abertos para importação e créditos de exportação confirmados no valor de R\$59.019 (2014 – R\$69.916) e coobrigações em cessões de crédito no valor de R\$9.238 (2014 – R\$9.916).

(e) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	8.062.092	7.987.313	8.062.092	7.987.313
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos	198.242	173.411	198.242	173.411
Fundos de Ações	44.182	57.097	44.182	57.097
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	18.130	18.512	18.130	18.512
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	178.079	359.554	178.079	359.554
Carteiras Administradas	628.813	631.620	628.813	631.620
Clubes de Investimentos	-	-	-	1.226
Total	9.129.538	9.227.507	9.129.538	9.228.733

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(f) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 176 grupos (173 em 2014) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 43.109 consorciados ativos (39.929 em 2014).

(g) O Banrisul aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados não canceláveis em 31 de dezembro de 2015 é de R\$305.338, sendo R\$76.992 com vencimento até um ano, R\$186.011 de um a cinco anos e R\$42.335 acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no exercício totalizaram R\$85.125 (2014 – R\$76.652).

NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro do Período antes da Tributação e Participações	939.143	888.693	1.038.334	963.652
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(234.786)	(222.173)	(259.583)	(240.913)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	-	-	(26.127)	(19.782)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 15% até Agosto de 2015 e 20% a partir de Setembro de 2015	(158.480)	(133.304)	(149.606)	(111.577)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Vigentes	(393.266)	(355.477)	(435.316)	(372.272)
Efeito da Lei 13.169/15 nos Tributos Diferidos ⁽¹⁾	109.414	-	109.437	-
Ajuste Multa Câmbio	(2.404)	(1.908)	(2.404)	(1.908)
Participação dos Empregados nos Resultados	44.508	36.354	44.508	36.354
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 22 (b))	152.329	107.523	152.329	107.523
Resultado de Equivalência e Variação Cambial de Agências	130.624	73.328	40.605	9.483
Outras Adições, Líquidas das Exclusões	(25.528)	33.787	7.915	39.925
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	15.677	(106.393)	(82.926)	(180.895)
Corrente	(377.282)	(254.660)	(475.516)	(328.320)
Diferido	392.959	148.267	392.590	147.425

(1) A lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro elevando-a de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. Este aumento da alíquota impactou também nos tributos diferidos constituídos sobre diferenças temporárias existentes na data base.

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2015 o Banrisul possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

(i) Créditos Tributários

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Banrisul		
	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	789.152	685.170	421.000
Provisão para Riscos Trabalhistas	78.046	57.524	17.474
Provisão para Riscos Fiscais	101.034	23.150	209
Outras Provisões Temporárias	181.452	118.384	22.549
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.149.684	884.228	461.232
Créditos não Registrados	(23)	-	-
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 08)	1.149.661	884.228	461.232
Obrigações Fiscais Diferidas	(49.961)	(65.679)	-
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.099.700	818.549	461.232

	Banrisul Consolidado			
	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	789.382	685.181	421.000	1.053.563
Provisão para Riscos Trabalhistas	80.564	58.284	19.004	119.844
Provisão para Riscos Fiscais	101.056	23.298	209	124.145
Outras Provisões Temporárias	181.966	118.654	22.549	278.071
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.152.968	885.417	462.762	1.575.623
Créditos não Registrados	(23)	-	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 08)	1.152.945	885.417	462.762	1.575.600
Obrigações Fiscais Diferidas	(50.104)	(65.703)	-	(115.807)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.102.841	819.714	462.762	1.459.793

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

Ano	Diferenças Temporárias			Banrisul	Banrisul Consolidado
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Totais Registrados	Totais Registrados
2016	398.308	317.000	715.308	715.308	715.644
2017	105.066	83.362	188.428	188.428	188.765
2018	96.595	76.599	173.194	173.194	173.531
2019	82.075	49.245	131.320	131.320	131.657
2020	57.176	34.306	91.482	91.482	91.818
2021 a 2023	106.537	63.922	170.459	170.459	171.283
2024 a 2025	64.042	38.424	102.466	102.466	102.902
Após 2026	14	9	23	-	-
Total em 31/12/2015	909.813	662.867	1.572.680	1.572.657	1.575.600
Total em 31/12/2014	718.550	431.134	1.149.684	1.149.661	1.152.945

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$1.188.939, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

(ii) Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos estão representados por:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Superveniência de Depreciação	(14.776)	(15.731)	(14.776)	(15.731)
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	23	45	23	45
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(53.404)	-	(53.418)	(14)
Superávit Atuarial	(47.483)	(34.275)	(47.636)	(34.404)
Total	(115.640)	(49.961)	(115.807)	(50.104)

NOTA 25 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

O Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores ligados ao Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos

regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3.792/09 do CMN, alterada pela Resolução Bacen nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banco se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”) e dos Planos FBPREV e FBPREV II (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9/2012.

(a) Processo de Migração

Com a aprovação pela Previc dos novos planos de benefícios ao final de 2013, a Fundação Banrisul iniciou, em 03 de fevereiro de 2014, o processo de migração voluntária e incentivada dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios I para: (i) **Plano Saldado**, que é constituído no modelo de Benefício Definido, no qual o montante acumulado por todos os participantes fica em uma conta coletiva, e (ii) **Plano FBPREV II**, que é constituído no modelo contribuição variável, sendo contribuição definida na fase de acúmulo de reserva e benefício definido durante o pagamento do benefício vitalício. O referido processo de migração foi encerrado em 03 de abril de 2014.

Em setembro de 2014, por força dos dispositivos regulamentares, os patrocinadores efetuaram o aporte dos recursos relativos aos incentivos dos patrocinadores ao processo de migração. No caso do Patrocinador Banrisul, o valor aportado, calculado em fevereiro de 2013, corrigido pelo INPC e acrescido de juros de 5,5% a.a., é de R\$255.064, que foram transferidos para os novos planos.

Após a reestruturação, a parcela remanescente da dívida contratada no montante de R\$70.980 em 31 de dezembro de 2015 (2014 – R\$67.366), foi distribuída da seguinte forma: Plano de Benefícios I (PBI) o valor de R\$40.232, Plano de Benefícios Saldado (PBS) o valor de R\$18.107 e Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) o valor de R\$12.641, registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 14). Essa dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna – (IGP-DI), por meio de atualizações e pagamentos mensais, com prazo final em 2028.

Após o processo de migração encerrado em 03 de abril de 2014, apresenta-se a seguir a quantidade de participantes em seus respectivos planos:

Participantes	PBI antes da Migração	PBI após a Migração	Plano Saldado	Plano FBPREV II
Ativos	8.145	1.021	1.715	5.409
Aposentados	4.779	3.577	1.110	92
Inválidos	41	-	-	41
Pensionistas	1.135	819	291	25
Total	14.100	5.417	3.116	5.567

(b) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de Desconto Nominal	12,60% a.a.	11,17% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial Futuro	8,74% a.a.	8,22% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios da Previdência Social e dos Limites	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	6,00% a.a.	5,50% a.a.

Hipóteses Demográficas	31/12/2015	31/12/2014
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT-2000, segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%	AT-2000, segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB 1983 desagravada em 50%	RRB 1983 desagravada em 50%
Tábua de Entrada em Invalidez	<i>Light Forte</i> , desagravada em 50%	<i>Light Forte</i> , desagravada em 50%
Tábua de Rotatividade	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência dos patrocinadores agravada em 125%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência dos patrocinadores agravada em 125%

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação nº 695/12 da CVM, a qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Instrução MPS/Previc nº 12, de 13 de outubro de 2014, alterada pelas Instruções Previc nº 22, de 15 de abril de 2015 e nº 24, de 08 de setembro de 2015, combinadas com a Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015 e com a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(c) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- (i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- (ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- (iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano de Benefícios FBPREV II - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% e 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Benefícios FBPREV (anteriormente denominado Banrisulprev) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 1% a 3% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - o Banrisul oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(d) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Varição na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Grupo são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, preparados com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2015 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2015	31/12/2014
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	62.702	110.729
Plano de Benefícios Saldado (PBS)	-	7.149
Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II)	8.647	(144)
Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV)	598	265
Planos de Saúde, Odontológico e Medicamento	(105.969)	(85.921)
Prêmio Aposentadoria ⁽¹⁾	120.490	123.532
Total	86.468	155.610

(1) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$47.264 (2014 – R\$49.284) referente à complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio de aposentadoria, totalizando R\$167.508 (2014 – R\$172.655).

A composição do ativo/(passivo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2015 e 2014 de acordo com CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2015						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(1.717.126)	(884.797)	(61.135)	(6.730)	(142.680)	(120.490)
Valor Justo dos Ativos	1.654.424	900.890	52.539	6.137	248.649	-
Superávit/ (Déficit)	(62.702)	16.093	(8.596)	(593)	105.969	(120.490)
Teto do Ativo	-	(16.093)	(51)	(5)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(62.702)	-	(8.647)	(598)	105.969	(120.490)

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2014						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(1.834.273)	(913.080)	(46.146)	(4.120)	(133.635)	(123.532)
Valor Justo dos Ativos	1.723.544	906.217	53.933	3.862	219.556	-
Superávit/ (Déficit)	(110.729)	(6.863)	7.787	(258)	85.921	(123.532)
Teto do Ativo	-	(286)	(7.643)	(7)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(110.729)	(7.149)	144	(265)	85.921	(123.532)

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2015						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais em 1º de Janeiro	1.834.273	913.080	46.146	4.120	133.635	123.532
Custo de Serviço Corrente	1.043	-	2.515	1.232	1.385	(13.368)
Custo Financeiro	193.713	97.893	5.016	457	14.668	11.595
Contribuições dos Participantes do Plano	41.374	6.049	888	888	-	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Experiência	65.344	30.381	13.116	1.546	14.071	9.319
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Demográficas	201	-	-	-	-	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeira	(227.407)	(99.663)	(3.392)	(1.425)	(14.894)	(7.621)
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(191.415)	(62.943)	(3.154)	(88)	(3.612)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(2.573)	(2.967)
Valor Presente das Obrigações Atuariais no Final do Período	1.717.126	884.797	61.135	6.730	142.680	120.490

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2014						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais em 1º de Janeiro	3.205.596	-	-	2.078	132.981	109.930
Custo de Serviço Corrente	5.367	-	250	(41)	1.448	3.348
Custo Financeiro	246.431	55.993	2.329	202	13.860	9.605
Contribuições dos Participantes do Plano	32.795	2.434	-	759	-	-
(Ganhos) /Perdas Atuariais – Experiência	70.677	8.331	8.558	1.350	390	20.003
(Ganhos) /Perdas Atuariais – Premissas Financeiras	(125.733)	(44.460)	(1.658)	(220)	(9.121)	(3.768)
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(203.936)	(38.961)	(1.682)	(8)	(3.493)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(2.430)	(15.586)
Mudança de Plano	-	952.789	38.349	-	-	-
Redução do Plano	(308.817)	-	-	-	-	-
(Ganhos) /Perdas na Liquidação	(1.088.107)	(23.046)	-	-	-	-
Valor Presente das Obrigações Atuariais no Final do Período	1.834.273	913.080	46.146	4.120	133.635	123.532

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2015						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	1.723.544	906.217	53.933	3.862	219.556	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	186.044	98.680	6.359	563	24.002	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	(150.077)	(57.407)	(7.614)	112	5.091	-
Contribuições do Empregador	44.954	10.294	2.127	800	-	-
Contribuições dos Empregados	41.374	6.049	888	888	-	-
Benefícios Pagos	(191.415)	(62.943)	(3.154)	(88)	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	1.654.424	900.890	52.539	6.137	248.649	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2014						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	2.755.889	-	-	1.586	193.086	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	222.500	56.006	2.609	221	20.029	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	156.165	(6.876)	9.881	610	6.441	-
Contribuições do Empregador	33.259	5.061	724	694	-	-
Contribuições dos Empregados	32.795	2.434	-	759	-	-
Benefícios Pagos	(203.936)	(38.961)	(1.682)	(8)	-	-
Transferências de Pagamentos	-	907.110	42.401	-	-	-
(Ganhos) /Perdas na Liquidação	-	(18.557)	-	-	-	-
Transferência de Ativos devido à Migração de Participantes	(1.273.128)	-	-	-	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	1.723.544	906.217	53.933	3.862	219.556	-

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2015						
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo dos Serviços Correntes	(110.729)	(7.149)	144	(265)	85.921	(123.532)
Juros sobre o Passivo/(Ativo) do Benefício Líquido	(1.043)	-	(2.515)	(1.232)	(1.385)	13.368
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	(7.669)	755	489	106	9.334	(11.595)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	11.785	(3.900)	(8.892)	(7)	5.914	(1.698)
Contribuições do Empregador	-	-	-	-	6.169	2.967
	44.954	10.294	2.127	800	16	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(62.702)	-	(8.647)	(598)	105.969	(120.490)

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2014						
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo dos Serviços Correntes	(449.707)	-	-	(492)	60.105	(109.930)
Juros sobre o Passivo/(Ativo) do Benefício Líquido	1.391.557	(948.300)	(38.599)	40	(1.448)	(3.348)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	(23.931)	13	26	20	6.169	(9.605)
Contribuições do Empregador	211.221	28.967	(4.408)	(527)	15.172	(16.235)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	33.259	5.061	724	694	5.923	-
Transferências de Pagamentos	-	-	-	-	-	15.586
Transferência de Ativos devido à Migração de Participantes	(1.273.128)	907.110	42.401	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(110.729)	(7.149)	144	(265)	85.921	(123.532)

Custo Estimado do Benefício Definido para o Exercício de 2016						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo dos Serviços Correntes	99	-	601	973	1.325	3.932
Juros Líquido sobre o Passivo/(Ativo) Atuarial	1.905	(1.081)	913	(17)	(13.581)	12.421
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	2.004	(1.081)	1.514	956	(12.256)	16.353

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Período do Pagamento Estimado	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2016	214.093	80.276	2.715	97	8.635	43.820
2017	222.257	86.011	2.821	99	9.167	8.439
2018	230.670	91.318	2.927	104	10.069	8.681
2019	238.727	96.033	3.030	110	11.192	8.328
2020	246.625	100.167	3.135	115	12.158	7.449
2021 a 2025	1.339.652	572.871	17.075	691	83.029	91.322

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2015						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	732	1.470	5.287	4.677	5.477	11.482
Aposentados	3.609	1.327	153	11	4.574	-
Pensionistas	957	336	29	3	934	-
Total	5.298	3.133	5.469	4.691	10.985	11.482

Quantidade de Participantes em 31/12/2014						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	827	1.505	5.335	4.696	5.638	11.630
Aposentados	3.673	1.301	102	-	4.557	-
Aposentados por Invalidez	-	-	40	2	-	-
Pensionistas	829	295	29	1	947	-
Total	5.329	3.101	5.506	4.699	11.142	11.630

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) – 31/12/2015			Impacto em %
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	-3,94%
Taxa de Desconto	12,60 %	Redução de 0,5%	4,94%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Aumento de 10%	-1,68%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Redução de 10%	1,81%

Plano de Benefícios Saldado (PBS) – 31/12/2015			Impacto em %
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	-4,37%
Taxa de Desconto	12,60%	Redução de 0,5%	4,75%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Aumento de 10%	-1,37%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Redução de 10%	1,47%

Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) – 31/12/2015			Impacto em %
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	-2,99%
Taxa de Desconto	12,60%	Redução de 0,5%	3,22%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾	Aumento de 10%	1,14%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾	Redução de 10%	-1,10%

Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV) – 31/12/2015			Impacto em %
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	-3,25%
Taxa de Desconto	12,60%	Redução de 0,5%	3,50%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Aumento de 10%	2,78%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Redução de 10%	-2,78%

Plano de Saúde – 31/12/2015			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	(2.163)
Taxa de Desconto	12,60%	Redução de 0,5%	2.336
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾	Aumento de 10%	(694)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾	Redução de 10%	748

Auxílio Medicamento – 31/12/2015			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	(4.591)
Taxa de Desconto	12,60%	Redução de 0,5%	5.083
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽³⁾	Aumento de 10%	(2.164)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽³⁾	Redução de 10%	2.408

Prêmio Aposentadoria – 31/12/2015			Impacto em %
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	12,60%	Aumento de 0,5%	-2,24%
Taxa de Desconto	12,60%	Redução de 0,5%	2,38%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾	Aumento de 10%	-0,18%
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾	Redução de 10%	0,18%

(1) AT – 2000 Basic segregada por sexo suavizada em 10%.

(2) AT – 2000 Basic suavizada em 10%.

(3) AT – 2000 Suavizada em 10%.

NOTA 26 - INSTRUMENTOS E GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A gestão de capital e de riscos corporativos, intrínsecos à área financeira, é ferramenta estratégica e fundamental para o Banrisul. Este gerenciamento é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, a qual é responsável por executar e atualizar anualmente as Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão de Capital e

de Riscos Corporativos do Banrisul. O constante aperfeiçoamento nos processos de identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação de riscos possibilitam tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos, políticas e estratégias da Instituição.

Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A estrutura de avaliação de risco de crédito está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behaviour Score* e/ou no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, em suas diversas categorias de porte, até as esferas diretivas e seus Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física (PF) ou Pessoa Jurídica (PJ), atendendo ao binômio risco x retorno. A descrição desta estrutura está disponibilizada no site <http://www.banrisul.com.br>, na rota: “Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos/Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito”.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização dos controles das informações cadastrais por meio de um modelo de certificação, intensificam e fortalecem as avaliações. A adoção e o aprimoramento dos sistemas de *Application* e *Behaviour Score* oportunizam o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, que são mais atrativos para manejo com crédito massificado.

Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avaliam as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando ainda os cenários econômicos, com a inserção das empresas nesses ambientes. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(a) Mensuração do Risco de Crédito

Operações de Crédito - o Banrisul avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística e opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, por meio da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

A exposição à inadimplência baseia-se nos montantes que podem ser devidos ao Banrisul no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo, é o valor nominal.

(b) Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banrisul administra, limita e controla concentrações de risco de crédito. Dentre os procedimentos adotados, pode-se destacar:

(i) A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais, ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, se for o caso;

- (ii) A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial. As exposições reais, de acordo com os limites estabelecidos, são controladas mensalmente; e
- (iii) A exposição ao risco de crédito é também administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado.

(c) Compromissos Relacionados a Crédito

Compromissos de crédito, não canceláveis incondicional e unilateralmente pela Instituição, representam porções não utilizadas pela contraparte de limites contratados, tipicamente atribuídos a modalidades de capital de giro, cheque especial, cartões de crédito, entre outros.

O valor contratual representa o risco de crédito máximo nessas modalidades, no caso de a contraparte efetivamente utilizar o recurso disponível. Contudo, a exposição a perdas resultantes desses contratos é inferior ao total de compromissos a liberar, visto que uma parte destes expira sem a sua completa utilização, seja por decisão do cliente, seja por determinação do Banrisul, que adota critérios para a disponibilização desses recursos, conforme exigência de cumprimento de determinadas cláusulas contratuais.

(d) Créditos a Liberar

Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos a operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionadas ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas. O valor da exposição relativa aos créditos a liberar corresponde ao somatório das parcelas de operações de crédito a liberar em até 360 dias.

Risco de Mercado

O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perda financeira por oscilação dos preços e taxas de juros de mercados das suas operações, em razão do descasamento de prazos entre ativos e passivos, moedas e indexadores.

O Banrisul está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moeda estrangeira, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre da operação de captação externa descrito na Nota 14. Para administrar seu risco cambial, o Banrisul usa contratos de derivativos como instrumento de proteção (*hedge* de risco de mercado), conforme descrito na Nota 03 (c).

O gerenciamento do Risco de Mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banrisul, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

O risco de mercado é apurado tanto para as operações classificadas na carteira de negociação quanto para as operações não classificadas na carteira de negociação. A Carteira *Trading* compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem. A Carteira *Banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da Carteira *Trading* utilizamos a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com um nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da Carteira *Banking* é realizada por meio de modelo próprio da Instituição e a metodologia utilizada é o VaR.

A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Análise de Sensibilidade da Carteira *Trading* - buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas e governança corporativa e atender as exigências da Instrução Normativa nº 475/08 da CVM, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading Book*) sem considerar os instrumentos financeiros derivativos. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa nº 475/08 da CVM, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2015.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2015.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2015.

O quadro a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$3,9048 de 31/12/2015 (PTAX - Bacen).

As análises de sensibilidade a seguir identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Teste de Sensibilidade: Carteira *Trading*

Cenários		Fatores de Risco			Total
		Taxa de Juros (*)	Moedas	Ações	
1	1%	3	2.103	118	2.224
2	25%	61	52.583	2.949	55.593
3	50%	120	105.166	5.898	111.184

(*) Exposição inexistente para a data analisada

Definições:

Taxa de Juros – exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros.

Moeda Estrangeira – exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável – exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, identifica-se no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda esperada, que representa aproximadamente 94,6% de toda a perda esperada para os três cenários. Observamos que a perda esperada no Cenário 2 foi 25 vezes maior que no Cenário 1. Do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 100%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 (65,79%), no valor total de R\$111.184.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading*) e das operações de captação externa efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$ 523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na Carteira *Banking* (Nota 14). Estas captações externas possuíam o valor original de US\$ 775 milhões (775 milhões de dólares norte-americanos), contudo, em 30 de setembro de 2015,

o Banrisul recomprou US\$ 248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos), e em 15 de outubro de 2015 recomprou mais US\$ 2,85 (2,85 milhões de dólares norte-americanos), permanecendo o saldo de US\$ 523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira “Dólar – US\$” considera a cotação de R\$3,9048 de 31/12/2015 (PTAX - Bacen).

O Cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (BM&FBovespa), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os Cenários II e III são definidos de acordo com a Instrução nº 475/08 da CVM, que determina que os cenários de alta devam contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Portanto, o Cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o Cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o Cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2015.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2015.

O quadro a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading* ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira *Banking* ou mantidos até o vencimento) em 31/12/2015.

Carteira *Trading* e *Banking*

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
<i>Swap</i>	<i>Trading</i>	Alta do Cupom de US\$	6.480	148.556	273.605
Item Objeto de Proteção					
Dívida I	<i>Banking</i>	Alta do Cupom de US\$	(6.418)	(147.415)	(271.942)
Efeito Líquido			62	1.141	1.663

Cupom de Dólar Americano (USD): Todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Risco de Liquidez

A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos – esperados e inesperados, correntes e futuros – num horizonte de tempo definido, e também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

O risco de liquidez dos negócios bancários pode ter a sua origem no momento em que estes são gerados, ocasionado pela dificuldade na captação de recursos necessários para financiar ativos, o que conduz, normalmente, a acréscimos nos custos de captação; ou pelas dificuldades de liquidação das obrigações para com terceiros, induzidas por descasamentos nos prazos de vencimento de ativos e passivos.

O Banrisul estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez consistente com as estratégias de negócios do Banco, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente pelos Comitês de Riscos Corporativos e de Gestão Bancária e submetidos a instâncias diretivas, visando a garantir sua operacionalidade de forma eficaz pelos gestores.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez do Banco.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, tanto em cenário normal como em cenário de crise, com adoção de ações corretivas, caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas da Instituição sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também as necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada, cumprindo os níveis mínimos exigidos pelos requerimentos regulatórios.

No âmbito de Contingência de Liquidez, a Instituição tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

De acordo com os requerimentos normativos constantes na Resolução nº 4.090/12 do CMN e na Circular nº 3.393/08 do Bacen, é elaborado e enviado mensalmente ao Bacen o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), contemplando os ativos negociáveis, os passivos exigíveis, a programação para alocação de ativos e captação de passivos, as estimativas dos cenários de estresse para liquidez, os planos de contingência e a concentração da captação.

Periodicamente, relatórios são enviados aos Comitês, Comissões, Diretoria e Conselho de Administração, contendo as análises acerca do DRL e demais informações referentes ao gerenciamento do risco de liquidez. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, é proposta ao Conselho de Administração, a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, contendo as diretrizes para a gestão do risco, considerando o orçamento, o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

Índice de Basileia

Conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 do CMN, a partir de 1º de janeiro de 2015 a apuração do Capital Regulamentar deve ter como base o Conglomerado Prudencial, o que dá início a uma nova série de informações, não havendo comparabilidade com as divulgações anteriores, que tiveram como base o Conglomerado Financeiro. A diferença na apuração entre os dois conglomerados é devido a inclusão das empresas assemelhadas a instituições financeiras na consolidação do Conglomerado Prudencial, Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul Cartões S.A., e das participações em fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme determina legislação vigente.

A Resolução nº 4.193/13 do CMN definiu os limites mínimos para o Capital Principal, para Capital de Nível I e para o Patrimônio de Referência, além da introdução do Adicional de Capital Principal. Em dezembro de 2015, os limites mínimos de capital exigidos foram de 11,00% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6,0% para o Índice de Nível I e de 4,5% para o Índice de Capital Principal. A Resolução 4.443/15 do CMN alterou a apuração do Adicional de Capital Principal, que ficou definido como o somatório de três parcelas: ACP_{Conservação}, ACP_{Contracíclico} e ACP_{Sistêmico}. Para o ACP_{Conservação} será exigido o percentual de 0,625%, o ACP_{Contracíclico} será limitado

ao percentual de 0,625%, ambos a partir de 1º de janeiro de 2016, e o ACP^{Sistêmico} terá exigência de 0,5% a partir de 2017, sobre RWA específico para este cálculo. Como medida complementar de risco, a partir de 11/2015 iniciou-se a apuração da Razão de Alavancagem, ainda sem definição de valor mínimo.

Os Índices calculados para o Conglomerado Prudencial em dezembro de 2015 são: Índice de Basileia – 17,79%; Índice de Capital Principal – 14,80% e Índice de Nível I – 14,80%, ambos apresentando folga em relação aos mínimos exigidos, conforme o quadro a seguir:

Banrisul Conglomerado Prudencial	2015
Patrimônio de Referência	7.389.175
Nível I	6.145.573
Capital Principal	6.145.573
Capital Social	4.288.447
Reserva de Capital, Reavaliação e de Lucros	1.913.660
Ganhos não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial exceto Fluxo de Caixa	17.169
Contas de Resultados Credoras	-
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	10.963
Avaliação Patrimonial e TVM	6.473
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	4.490
Contas de Resultados Devedoras	-
Ajustes Prudenciais	62.740
Exceto Participações não Consolidadas e Crédito Tributário	62.740
Nível II	1.243.602
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	1.243.602
Ativos Ponderados pelo Risco – RWA	41.536.512
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	34.689.482
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	1.011.989
Risco de Juros (RWA _{JUR1})	1.080
Risco de Ações (RWA _{ACS})	17.158
Risco Taxa de Câmbio (RWA _{CAM})	993.751
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	5.835.041
Carteira <i>Banking</i> (RBAN)	438.773
Margem sobre o PR considerando Rban	2.381.386
Índice de Basileia	17,79%
Índice de Nível I %	14,80%
Índice de Capital Principal %	14,80%
Índice de Basileia Amplo %	16,23%
Índice de Imobilização %	3,95%
Razão de Alavancagem ⁽¹⁾	8,51%

(1) Com a edição da Circular nº 3.748/15 do Bacen, foi definida a metodologia de apuração da Razão de Alavancagem, com vigência a partir de outubro de 2015.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a instituição e, consequentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos clientes, acionistas, empregados e demais partes interessadas.

No ano de 2015 foram realizados aprimoramentos no processo de gestão, com o direcionamento de esforços para o incremento da base de dados interna de risco operacional, destacando-se a inclusão das perdas decorrentes dos danos à estrutura das agências decorrentes de eventos de risco operacional. Além disso, no segundo semestre, realizou-se o ciclo V de análise de riscos operacionais, oportunidade em que todas as unidades e empresas do Grupo Banrisul são demandadas a identificar e avaliar, ou revisar, os riscos operacionais sob sua gestão, fortalecendo assim a cultura de gestão de riscos na Instituição.

NOTA 27 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642/10 da CVM e Resolução nº 3.750/09 do CMN.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Governo do Estado e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução nº 3.750/09 do CMN. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banrisul realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e contratos de prestação de serviços. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- (i) Governo do Estado do Rio Grande do Sul - o Banrisul mantém a exclusividade na prestação dos serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal dos servidores ativos e inativos, pensionistas vitalícios e especiais do Poder Executivo (Administração Direta), e dos pensionistas previdenciários (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS) pelo prazo de cinco anos e mantendo a concessão do canal, pelo Estado, para realização de empréstimos consignados em folha de pagamento. No mesmo Termo de Convênio, em razão da reciprocidade na prestação de serviços, o Banrisul libera o Estado do Rio Grande do Sul de qualquer custo associado à prestação dos serviços bancários de arrecadação de receitas e tributos estaduais, débitos em contas correntes, extratos de FGTS e serviços de cobrança de créditos imobiliários. Convênio especificado no Formulário de Referência;
- (ii) Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul – SULGÁS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. – CEASA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, Companhia Riograndense de Mineração – CRM, Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS e BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS – empresas controladas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul;
- (iii) Coligadas: Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. que atua na geração de crédito consignado; e Banrisul Icatu Participações S.A. – BIPAR, *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada;
- (iv) Fundação Banrisul de Seguridade Social – FBSS, entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- (v) Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Cabergs é uma associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e
- (vi) Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Banrisul.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Banrisul	
	2015	2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(520.717)	(715.221)	(44.336)	(197.474)
Outros Créditos	16.864	16.399	-	-
Depósitos à Vista	(350.395)	(362.885)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(178.079)	(359.554)	(42.779)	(196.234)
Outras Obrigações	(9.107)	(9.181)	(1.557)	(1.240)
Empresas Controladas	(780.716)	(772.808)	37.057	25.819
Operações de Crédito	17.495	-	-	-
Outros Créditos	59.814	43.423	70.686	52.722
Depósitos à Vista	(264)	(8.374)	-	-
Depósitos a Prazo	(204.257)	(159.015)	(21.594)	(16.602)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(71.453)	(70.121)	(9.565)	(7.788)
Outras Obrigações	(582.051)	(578.721)	(2.470)	(2.513)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(71.755)	(68.052)	(17.180)	(14.807)
Outras Obrigações	(71.755)	(68.052)	(17.180)	(14.807)
Total	(1.373.188)	(1.556.081)	(24.459)	(186.462)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

	Banrisul Consolidado			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2015	2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(498.970)	(693.911)	(41.787)	(195.262)
Disponibilidades	20.879	19.299	2.484	1.945
Outros Créditos	17.732	18.410	65	267
Depósitos à Vista	(350.395)	(362.885)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(178.079)	(359.554)	(42.779)	(196.234)
Outras Obrigações	(9.107)	(9.181)	(1.557)	(1.240)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(71.755)	(68.052)	(17.180)	(14.807)
Outras Obrigações	(71.755)	(68.052)	(17.180)	(14.807)
Total	(570.725)	(761.963)	(58.967)	(210.069)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

(i) O montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria, conforme determina o Estatuto Social; e

(ii) A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos administradores, dentro do plano de previdência destinado aos funcionários e administradores do Banrisul e das suas controladas.

Em 2015, foi deliberado o valor máximo individual anual de R\$486 para remuneração dos Diretores (proventos e gratificações), do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as remunerações estão demonstradas a seguir:

Benefícios de Curto Prazo	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Proventos	4.260	3.317
Gratificações	37	68
Encargos Sociais	1.072	697
Total	5.369	4.082

O Banrisul custeia planos de previdência complementar de contribuição definida aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 as contribuições à Fundação Banrisul de Seguridade Social montavam R\$371 (2014 – R\$56).

O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$725.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

(c) Outras Informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas que participem com capital de mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(d) Participação Acionária

Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria têm, em conjunto, a seguinte participação acionária no Banrisul em 31 de dezembro de 2015:

Ações	Quantidade
Ações Ordinárias	155
Ações Preferenciais	20.305
Total de Ações	20.460

NOTA 28 - IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Durante o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Atualmente as instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central devem adotar os seguintes pronunciamentos:

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
- Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01(R1));
- Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03(R2));
- Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05(R1));
- Pagamento Baseado em Ações (CPC 10(R1));
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Eventos Subsequentes (CPC 24); e
- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

O Banrisul, em 06 de março de 2015, disponibilizou no site www.banrisul.com.br/ri assim como, na CVM (www.cvm.gov.br), as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS.

NOTA 29 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Contratação de novas operações de Swap - Em 05/01/2016, 06/01/16 e 11/01/16, o Banrisul contratou novas operações de *swap* em substituição as vigentes até as respectivas datas, utilizadas como *hedge* das Dívidas Subordinadas emitidas no Exterior (Nota 5). Negociadas em condições de mercado, estas operações estão casadas em termos de valor (nacional em US\$), prazos e taxas de juros com os termos dos compromissos do passivo em Dívidas Subordinadas emitidas no Exterior, cumprindo assim as condições e requisitos exigidos para uma nova designação da estrutura de *hedge accounting*.

NOTA 30 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração do Banrisul autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 04 de fevereiro de 2016.

DIRETORIA

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA

Presidente

IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR

Vice-Presidente

JORGE FERNANDO KRUG SANTOS

JORGE LUIZ OLIVEIRA LOUREIRO

JÚLIO FRANCISCO GREGORY BRUNET

LEODIR ANTÔNIO ARALDI

OBERDAN CELESTINO DE ALMEIDA

RICARDO RICHINITI HINGEL

SUZANA FLORES COGO

Diretores

WERNER KÖHLER

Contador CRCRS 38.534

Relatórios

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º SEMESTRE DE 2015

Para atender à Resolução nº 3.081, de 29 de maio de 2003, modificada pela Resolução nº 3.170 de 30 de janeiro de 2004, ambas do Conselho Monetário Nacional, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., realizada em 29 de abril de 2004, criou o Comitê de Auditoria do Banco. Em sua atual composição, o Comitê foi eleito pelo Conselho de Administração em 02 de junho de 2015, com seus nomes aprovados pelo Banco Central do Brasil em 28 de setembro de 2015 e atividades iniciadas em 05 de outubro de 2015.

Atualmente, o funcionamento do Comitê é regido pela Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e modificações posteriores. De acordo com essa Resolução, o Comitê deve elaborar semestralmente relatório que contenha, no mínimo, a descrição de suas atividades no período, a avaliação da efetividade dos controles internos e das auditorias interna e independente. Deve avaliar, ainda, a qualidade das demonstrações contábeis, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil, evidenciando as deficiências encontradas. O presente documento é o resumo daquele relatório, elaborado para publicação com as demonstrações contábeis (art. 17, § 2º, da citada resolução).

Atividades Desenvolvidas

O Comitê manteve-se atento às questões objeto de sua atuação, dentre elas o controle interno, o gerenciamento de riscos e as contingências, especialmente as relacionadas ao passivo trabalhista. Com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, devem ser consignados os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banrisul. Os encontros mais frequentes foram com a Controladoria, a Contabilidade, a Auditoria Interna, a Auditoria Externa, e o Banco Central do Brasil. Convidado, o Comitê reuniu-se também com o Conselho Fiscal.

O Comitê buscou atualizar-se, também, quanto aos impactos da implantação do novo modelo de previdência complementar do Banco, por meio de reunião com o Presidente da Fundação Banrisul de Seguridade Social.

Considerando que o atual contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que tem por objeto a prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis e financeiras, inclusive consolidadas, do Banco, de suas controladas e dos fundos de investimento administrados pelo Banrisul, encerra-se em março de 2016, o Comitê acompanhou a elaboração do Edital do processo de licitação, na modalidade técnica e preço, inclusive recomendando a revisão de algumas exigências, bem como sugerindo a reavaliação da pontuação pretendida no tocante ao aspecto técnico.

Um dos membros do Comitê, que integra o Conselho de Administração, representou o órgão nas reuniões daquele colegiado, recomendando ao Conselho de Administração da instituição, a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Deve ser destacada a reformulação do Regimento Interno do Comitê, concluída em 06 de janeiro de 2016, e aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de janeiro de 2016.

Conclusões

A análise dos relatórios trimestrais da Auditoria Interna e dos da Controladoria, que acompanham os apontamentos do Banco Central e os da Auditoria Independente, asseguram ao Comitê a eficiência e a eficácia do controle interno, permitindo concluir que, ponderadas as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, nada do que foi observado até o momento compromete a efetividade desse sistema.

A auditoria independente, no âmbito de sua responsabilidade de expressar opinião sobre a situação patrimonial e financeira do Banco e apresentar recomendações para o aprimoramento do sistema contábil, desempenhou seu trabalho em padrões compatíveis com o porte, característica e complexidade do Banrisul.

O exame regular das demonstrações financeiras, o contato frequente com a Contabilidade e a Auditoria Interna e, de forma trimestral, com a Auditoria Independente, permitem ao Comitê avaliar positivamente a qualidade dessas demonstrações e afirmar que elas estão livres de distorções relevantes.

Diante do que foi exposto, é possível afirmar que as demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – data-base 31 de dezembro de 2015 – foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e com as práticas contábeis adotadas no país, pelo que se recomenda sua aprovação.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2016.

João Verner Juenemann
Coordenador

João Carlos Bona Garcia

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2016.

Claudio Morais Machado
Presidente

Urbano Schmitt
Vice-Presidente

Eduardo Ludovico da Silva
Fernando Ferrari Filho
Massao Fábio Oya
Conselheiros

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre – RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Instituição”) e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e empresas controladas, que compreendem os balanços patrimoniais, individual e consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição e das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

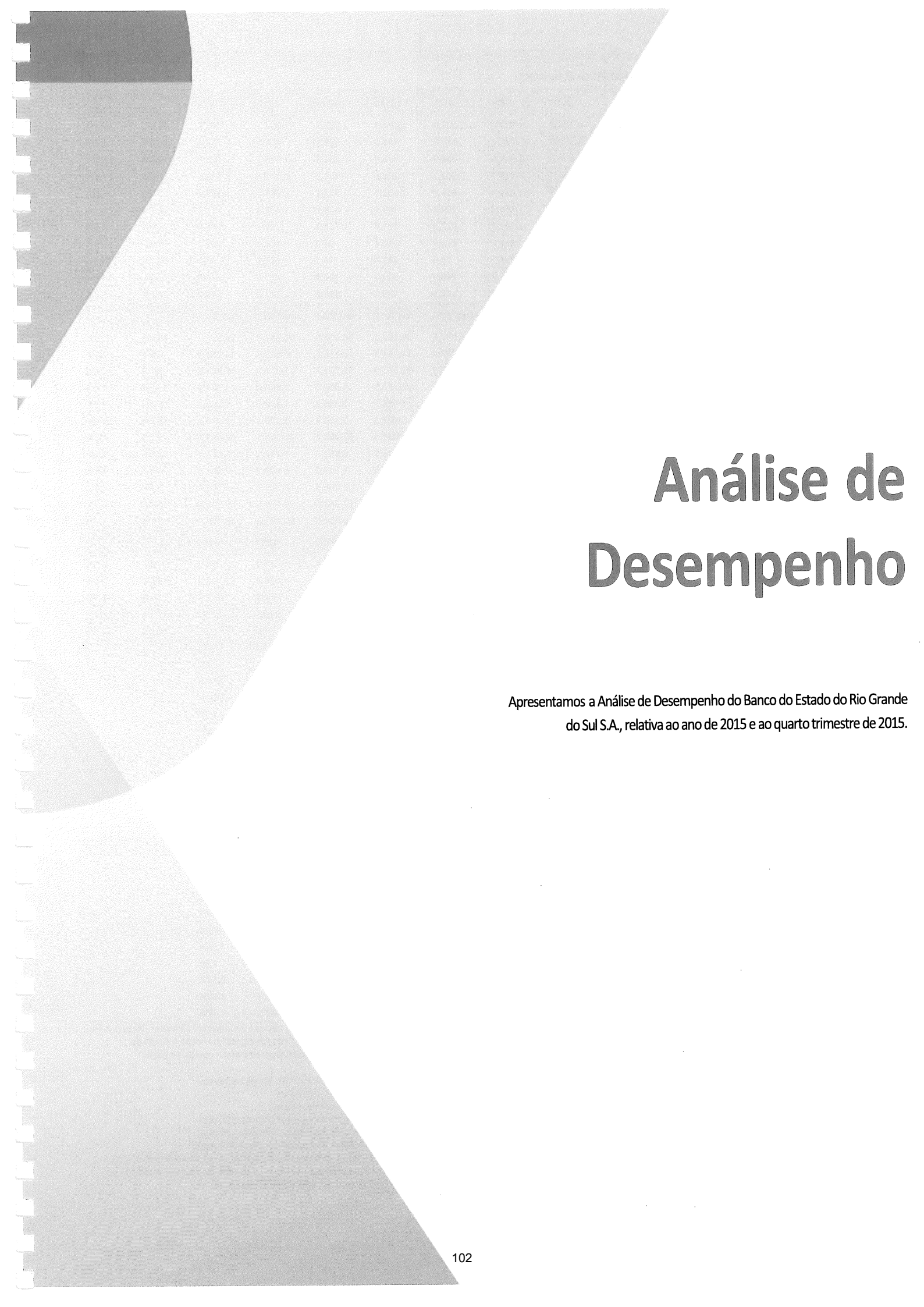
Examinamos, também, a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre (RS), 04 de fevereiro de 2016.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/F-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC1SP214144/O-1



Análise de Desempenho

Apresentamos a Análise de Desempenho do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativa ao ano de 2015 e ao quarto trimestre de 2015.

TABELA 7: INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS RESUMIDO

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015 / 2014	4T15 / 3T15
Margem Financeira	4.414,0	3.789,8	1.192,9	1.080,3	1.088,1	1.052,7	998,5	16,5%	10,4%
Despesas com Provisão para Operações de Crédito	1.551,4	784,2	426,9	414,1	305,8	404,6	237,1	97,8%	3,1%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.862,5	3.005,6	766,0	666,2	782,3	648,1	761,4	-4,8%	15,0%
Receita da Intermediação Financeira	10.804,3	8.196,7	2.602,1	3.168,6	2.104,3	2.929,3	2.330,6	31,8%	-17,9%
Despesa da Intermediação Financeira	7.941,8	5.191,1	1.836,0	2.502,5	1.322,1	2.281,2	1.569,2	53,0%	-26,6%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	1.444,6	1.196,3	399,3	369,4	351,1	324,9	333,1	20,8%	8,1%
Despesas Administrativas Recorrentes ⁽¹⁾	3.032,3	2.742,4	827,3	761,8	723,5	719,7	747,4	10,6%	8,6%
Outras Despesas Operacionais Recorrentes	433,4	347,2	116,7	118,1	97,0	101,6	101,7	24,8%	-1,2%
Outras Receitas Operacionais Recorrentes	612,9	321,3	73,6	341,4	74,1	123,7	93,9	90,8%	-78,4%
Lucro Líquido Ajustado	758,5	753,0	148,9	269,7	192,9	147,0	177,0	0,7%	-44,8%
Lucro Líquido	848,8	691,4	149,5	359,3	192,9	147,0	248,2	22,8%	-58,4%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Dez 2015	Dez 2014	Dez 2015	Set 2015	Jun 2015	Mar 2015	Dez 2014	Dez 2015/ Dez 2014	Dez 2015/ Set 2015
Ativos Totais	66.937,8	59.561,7	66.937,8	65.292,1	63.768,9	61.357,3	59.561,7	12,4%	2,5%
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	13.927,4	14.599,0	13.927,4	14.294,9	16.652,8	14.645,9	14.599,0	-4,6%	-2,6%
Carteira de Crédito Total	32.013,3	30.487,0	32.013,3	31.360,0	31.091,2	31.027,0	30.487,0	5,0%	2,1%
Provisão para Operações de Crédito	2.252,5	1.694,0	2.252,5	2.163,5	1.959,9	1.861,0	1.694,0	33,0%	4,1%
Créditos em Atraso > 60 dias	1.601,1	1.169,1	1.601,1	1.659,1	1.345,3	1.324,0	1.169,1	37,0%	-3,5%
Créditos em Atraso > 90 dias	1.382,4	1.034,4	1.382,4	1.402,6	1.163,1	1.102,5	1.034,4	33,6%	-1,4%
Recursos Captados e Administrados	51.990,2	48.064,9	51.990,2	49.830,4	51.006,1	49.248,5	48.064,9	8,2%	4,3%
Patrimônio Líquido	6.208,6	5.671,3	6.208,6	6.115,1	5.851,3	5.742,2	5.671,3	9,5%	1,5%
Patrimônio de Referência ⁽³⁾	7.389,2	7.062,3	7.389,2	7.300,5	7.033,8	6.927,7	7.062,3	4,6%	1,2%
Patrimônio Líquido Médio	5.940,0	5.410,5	6.161,8	5.983,2	5.796,7	5.706,7	5.546,0	9,8%	3,0%
Ativo Total Médio	63.249,7	56.386,2	66.114,9	64.530,5	62.563,1	60.459,5	59.326,9	12,2%	2,5%
Ativos Rentáveis Médios	57.373,7	52.315,0	59.116,8	58.067,0	56.867,8	55.443,2	53.756,4	9,7%	1,8%
Principais Inf. do Mercado Acionário - R\$ Milhões	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015 / 2014	4T15 / 3T15
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos ⁽⁴⁾	356,4	280,8	101,5	93,5	84,4	77,0	80,3	29,6%	8,6%
Valor de Mercado	2.396,6	5.930,1	2.396,6	2.282,1	3.643,9	4.498,7	5.930,1	-59,6%	5,0%
Valor Patrimonial por Ação	15,18	13,87*	15,18	14,95	14,31	14,03	13,87*	13,7%	1,5%
Preço Médio da Ação (R\$)	9,20	12,62	5,90	8,10	10,56	12,23	13,91	-27,1%	-27,2%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	2,08	1,69	0,37	0,88	0,47	0,36	0,61	23,1%	-58,0%
Índices Financeiros	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14		
ROAA Recorrente Anualizado ⁽⁵⁾	1,2%	1,3%	0,9%	1,7%	1,2%	1,0%	1,2%		
ROAE Recorrente Anualizado ⁽⁶⁾	12,8%	13,9%	10,0%	19,3%	14,0%	10,7%	13,4%		
Índice de Eficiência Recorrente ⁽⁷⁾	50,2%	55,3%	50,2%	50,8%	53,0%	53,9%	55,3%		
Margem Financeira ⁽⁸⁾	7,69%	7,24%	8,32%	7,65%	7,88%	7,81%	7,64%		
Custo Operacional Recorrente	4,5%	4,6%	4,5%	4,5%	4,5%	4,6%	4,6%		
Índice de Inadimplência > 60 dias ⁽⁹⁾	5,00%	3,83%	5,00%	5,29%	4,33%	4,27%	3,83%		
Índice de Inadimplência > 90 dias ⁽¹⁰⁾	4,32%	3,39%	4,32%	4,47%	3,74%	3,55%	3,39%		
Índice de Cobertura 60 dias ⁽¹¹⁾	140,7%	144,9%	140,7%	130,4%	145,7%	140,6%	144,9%		
Índice de Cobertura 90 dias ⁽¹²⁾	162,9%	163,8%	162,9%	154,2%	168,5%	168,8%	163,8%		
Índice de Provisão ⁽¹³⁾	7,0%	5,6%	7,0%	6,9%	6,3%	6,0%	5,6%		
Índice de Basileia ⁽¹⁴⁾	17,8%	17,8%	17,8%	17,9%	17,7%	17,0%	17,8%		
Indicadores Estruturais	Dez 2015	Dez 2014	Dez 2015	Set 2015	Jun 2015	Mar 2015	Dez 2014		
Agências	536	528	536	536	534	531	528		
Postos de Atendimento Bancário	202	206	202	203	206	206	206		
Pontos de Atendimento Eletrônico	541	594	541	557	569	593	594		
Colaboradores	11.098	11.636	11.098	11.491	11.546	11.588	11.636		
Indicadores Econômicos	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14		
Selic Efetiva Acumulada	13,27%	10,90%	3,36%	3,43%	3,03%	2,82%	2,78%		
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período)	3,90	2,66	3,90	3,97	3,10	3,21	2,66		
Variação Cambial (%)	47,01%	13,39%	-1,71%	28,05%	-3,29%	20,77%	8,37%		
IGP-M	10,54%	3,67%	3,95%	1,93%	2,27%	2,02%	1,89%		
IPCA	10,67%	6,41%	2,82%	1,39%	2,26%	3,83%	1,72%		

*Revisado.

(1) Inclui despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

(2) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.

(3) Durante o ano de 2014, calculado com base no Conglomerado Financeiro. A partir de 2015, conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, calculado com base no Conglomerado Prudencial.

(4) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou provisionados (antes da retenção do Imposto de Renda).

(5) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(6) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

(7) Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses. Despesas de pessoal + outras despesas administrativas / margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais – outras despesas operacionais).

(8) Margem financeira em percentual dos ativos rentáveis.

(9) Atrasos > 60 dias / carteira de crédito.

(10) Atrasos > 90 dias / carteira de crédito.

(11) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 60 dias.

(12) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 90 dias.

(13) Provisão para devedores duvidosos / carteira de crédito.

(14) Durante o ano de 2014, calculado com base no Conglomerado Financeiro. A partir de 2015, conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, calculado com base no Conglomerado Prudencial.

SUMÁRIO EXECUTIVO 2015

O Banrisul está sob nova administração desde 16 de abril de 2015. Assumiram a presidência e vice-presidência do Banrisul, os Executivos Luiz Gonzaga Veras Mota e Irany de Oliveira Sant'Anna Junior. O desempenho registrado no 4T15 e no acumulado do ano de 2015 foi impactado por eventos pontuais e extraordinários destacados na sequência.

- 1 Em julho/2015, o Banrisul deflagrou ação de estímulo à saída de empregados aptos à previdência oficial e complementar, com vistas à redução de despesas administrativas. O **Plano de Desligamento por Aposentadoria - PDA** acolheu 501 inscrições de 27/07/2015 até 25/09/2015, que resultaram em 471 desligamentos efetivos. Os custos pagos e provisionados no âmbito do PDA, demonstrados como evento extraordinário, somaram R\$48,5 milhões. Líquido do benefício fiscal, as despesas com o PDA impactaram negativamente o resultado em R\$28,8 milhões.
- 2 Em agosto/2015, foi finalizada a constituição da **holding Banrisul Icatu Participações S.A.**, da qual o Banrisul detém 49,9% do capital. A criação da seguradora representa uma evolução no modelo de negócios praticado pelo Banco, que recebia comissão pela venda do produto, passando agora a incorporar parte do resultado gerado na operação. A Seguradora detém exclusividade na comercialização de produtos de seguros de pessoas e previdência privada nos canais de distribuição do Banrisul, condição pela qual a Icatu desembolsou R\$115,0 milhões em 2014. A Icatu Seguros S.A. aportou, no Banrisul, R\$22,5 milhões pela constituição da **holding**. Descontados os efeitos fiscais, o evento extraordinário afetou positivamente o resultado de 2015 em R\$13,5 milhões.
- 3 Outro evento demonstrado como extraordinário no 3T15 refere-se ao **ajuste de crédito tributário** decorrente da aplicação da MP nº 675, de 21/05/2015, já convertida na Lei nº 13.169/15, que disciplina o aumento de 15% para 20% da alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), com vigência até dezembro de 2018. Embora gere aumento de despesas tributárias, o efeito imediato da norma é de atualização do estoque de créditos tributários referentes ao valor das adições intertemporais que se tornarão dedutíveis até 2018 calculado com base na nova alíquota, produzindo um ganho tributário de R\$105,5 milhões em setembro de 2015.
- 4 A **liquidação antecipada de notas da dívida subordinada** emitidas em 2012 no valor de US\$775 milhões pelo prazo de 10 anos foi outro importante evento efetivado nos meses de setembro e outubro de 2015. A recompra de notas emitidas alcançou US\$249 milhões em setembro/2015. A liquidação parcial da dívida subordinada foi realizada com a finalidade de reduzir o custo de captação e de garantir liquidez às notas, face ao contexto de desvalorização cambial e de ampliação do risco-país. Os eventos relacionados à dívida subordinada - amortização, encargos, marcação a mercado, variação cambial, ágio, deságio, desmanche de derivativos associados à parcela liquidada, comissões e taxas - produziram ganho de R\$110,8 milhões no mês de setembro/2015, gerando efeito de R\$55,8 milhões líquido de impostos. Em outubro/2015, efetivou-se a complementação da operação de recompra parcial de notas da dívida subordinada, no valor de US\$2,8 milhões e receitas de R\$2,7 milhões.
- 5 O Banrisul apurou **resultado recorrente** de R\$758,5 milhões em 2015, R\$5,5 milhões acima do registrado em 2014. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio, calculada pelo resultado recorrente, alcançou 12,8%. O desempenho no ano de 2015 reflete o maior fluxo de provisões de crédito, o aumento de margem financeira, a expansão das receitas de tarifas e serviços relacionadas aos negócios de adquirência, seguros, previdência e capitalização, o efeito positivo decorrente da operação de recompra parcial da dívida subordinada e a ampliação das despesas administrativas em níveis compatíveis com a variação dos índices de preços, incremento motivado, especialmente, pelas despesas de pessoal, com a rede de adquirência e com originação de crédito fora da rede de agências.
- 6 No 4T15, o lucro recorrente foi de R\$148,9 milhões, 15,9% abaixo do resultado apurado no 4T14 e 44,8% abaixo do alcançado no 3T15. A redução do resultado do último trimestre frente ao período imediatamente anterior reflete o efeito base de comparação, visto que o 3T15 foi positivamente afetado pelas receitas obtidas na operação de recompra parcial das notas de dívida subordinada e pela variação cambial.

- 7 A **margem financeira** apurada em 2015, R\$4.414,0 milhões, apresentou crescimento de 16,5% ou R\$624,1 milhões frente 2014, refletindo a reprecificação da carteira e o incremento dos saldos dos ativos. No último trimestre, a expansão da margem reflete, especialmente, o aumento de preços dos ativos, num ambiente de elevação do risco.
- 8 As **despesas de provisão** para perdas em operações de crédito, R\$1.551,4 milhões em 2015, apresentaram expansão de 97,8% ou R\$767,2 milhões em relação às despesas acumuladas em 2014. No 4T15, o fluxo de despesas com provisões para perdas em operações de crédito, R\$426,9 milhões, registrou aumento de R\$12,8 milhões em relação ao volume contabilizado no 3T15. As despesas no ano de 2015 foram afetadas, especialmente, pela rolagem das operações em atraso, que requisitou provisões em níveis mais elevados de *rating*. No 4T15, o aumento do fluxo de despesas refletiu a rolagem da carteira por *rating*, num contexto de aumento de baixas e de saldo da carteira e de redução dos atrasos.
- 9 As **receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias**, R\$1.444,6 milhões acumuladas em 2015, foram positivamente influenciadas pelo desempenho da Banrisul Cartões e pelos negócios com seguros, previdência e capitalização. Frente ao 3T15, as receitas de serviços e de tarifas bancárias cresceram 8,1% ou R\$29,9 milhões, desempenho favorecido pelas receitas com rede de aquisição e *vouchers*.
- 10 As **despesas administrativas recorrentes**, R\$3.032,3 milhões em 2015, apresentaram aumento de 10,6% ou R\$289,9 milhões em relação às despesas recorrentes de 2014; despesas de pessoal recorrentes registraram expansão de 11,2% ou R\$164,9 milhões em 2015 contra 2014 e outras despesas administrativas cresceram 9,8% ou R\$124,9 milhões em 2015 contra 2014. No 4T15, as despesas administrativas registraram expansão de 8,6% ou R\$65,6 milhões frente ao fluxo do 3T15.
- 11 O incremento anual de **despesas de pessoal** reflete o dissídio da categoria e a elevação de despesas com benefícios pós-emprego, decorrentes da estruturação dos planos de previdência complementar em 2014. O índice de cobertura de despesas de pessoal recorrentes com receitas de serviços e tarifas bancárias atingiu 88,3% em 2015, 7,0 pp. acima do indicador apurado no ano anterior. A evolução do fluxo anual de outras despesas administrativas reflete, em especial, o maior fluxo de despesas relacionadas aos negócios de aquisição e com origem de crédito consignado na plataforma extra rede de agências.
- 12 O **Índice de eficiência**, calculado com base nos eventos recorrentes, alcançou 50,2% no período de doze meses até dezembro/15, 5,1 pp. abaixo do obtido em 2014. A melhora da eficiência decorre da ampliação da margem financeira, elevação das receitas com serviços e tarifas bancárias, do resultado da operação de liquidação parcial e antecipada da dívida subordinada e da variação cambial, efeito parcialmente absorvido pelo incremento de despesas administrativas.
- 13 Os **ativos totais** alcançaram saldo de R\$66.937,8 milhões, com expansão de 12,4% ou R\$7.376,1 milhões em relação a dezembro de 2014 e de R\$1.645,7 milhões frente setembro de 2015. Os ativos de crédito alcançaram R\$33.430,2 milhões no conceito ampliado. Descontadas as operações de coobrigação em garantias prestadas, o saldo de operações de crédito apresentou incremento de 5,0% em doze meses e 2,1% no último trimestre. O desempenho do crédito, em doze meses, foi motivado, principalmente, pela expansão do crédito comercial. A performance do último trimestre foi favorecida, em especial, pelo desempenho dos créditos livres direcionados à pessoa física.
- 14 O **patrimônio líquido** alcançou R\$6.208,6 milhões em dezembro de 2015, 9,5% ou R\$537,2 milhões acima da posição de dezembro de 2014 e 1,5% ou R\$93,5 milhões acima do saldo de setembro de 2015. Os **recursos captados e administrados** totalizaram R\$51.990,2 milhões, com expansão de 8,2% ou R\$3.925,3 milhões em doze meses, desempenho motivado, especialmente, pelo incremento de R\$4.562,9 milhões em depósitos. Na comparação com setembro de 2015, os recursos captados e administrados apresentaram crescimento de 4,3% ou R\$2.159,8 milhões, face à expansão de depósitos em 4,5% ou R\$1.663,9 milhões.

MERCADO COMPETITIVO

No mercado competitivo, a Instituição ocupava, em setembro de 2015, a 11ª posição em ativos totais entre os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN), 11ª posição em patrimônio líquido, 8ª posição em depósitos totais e 7ª em número de agências, conforme *ranking* divulgado pelo Banco Central do Brasil, excluído o BNDES.

O Banrisul registrou, nos doze meses, ganhos de *market share* de 0,8058 pp. na captação de depósitos a prazo no mercado financeiro nacional, reflexo da variação positiva desses depósitos em 20,8%, frente à expansão de 1,1% verificada no Sistema Financeiro Nacional no mesmo período. Em relação aos depósitos à vista, a representatividade do Banrisul nesses recursos no mercado nacional alcançou 2,1553% em dezembro de 2015, aumento de 0,2529 pp. frente ao indicador de dezembro de 2014, 1,9024%; e nos depósitos de poupança, a participação do Banrisul no SFN apresentou expansão de 0,0029 pp. frente ao indicador de dezembro de 2014, alcançando representatividade de 1,1704% em dezembro de 2015. No saldo total de crédito, o Banco apresentou crescimento de 5,0% nos doze meses enquanto as instituições do SFN apresentaram elevação de 6,6% no mesmo período; a representatividade da Instituição no saldo de operações de crédito do SFN atingiu, em dezembro de 2015, 0,9952%, frente à participação de 1,0104% em dezembro de 2014.

No mercado regional, o Banrisul apresentou ampliação na participação dos depósitos a prazo em 7,8869 pp. nos doze meses, alcançando 46,7268% em setembro de 2015, crescimento de 0,8826 pp. nos depósitos à vista e retração de 0,3246 pp. nos depósitos de poupança no mesmo período. A representatividade do saldo de operações de crédito do Banco no mercado do Rio Grande do Sul alcançou 17,1113% em setembro de 2015, com redução de 0,1320 pp. frente à representatividade de setembro de 2014.

TABELA 8: MERCADO COMPETITIVO

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Dez/15 ⁽¹⁾	Dez/14	Set/15 ⁽²⁾	Set/14
Depósito à Vista	2,1553%	1,9024%	26,7113%	25,8287%
Poupança	1,1704%	1,1675%	14,5209%	14,8455%
Depósito a Prazo	4,9283%	4,1225%	46,7268%	38,8399%
Operações de Crédito	0,9952%	1,0104%	17,1113%	17,2433%
Nº de Agências	2,3394%	2,2658%	27,5998%	26,9209%

(1) Última informação divulgada.

(2) Última informação disponível.

MARGEM ANALÍTICA

DESEMPENHO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados. A tabela apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas da intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas.

As operações de crédito incluem adiantamentos de contratos de câmbio e operações de arrendamento mercantil, que são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas.

Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez, os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate, deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros. Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

A trajetória da margem sobre ativos rentáveis foi crescente em 2015 em relação ao observado em 2014. Os ativos médios rentáveis cresceram 9,7% e os passivos onerosos, 10,4%, na comparação entre 2015 vs 2014. A margem do ano de 2015 apresentou expansão de 16,5% e a margem relativa cresceu 0,45 pp. frente à apurada em 2014.

O crescimento da Taxa Selic efetiva no período refletiu o aumento das taxas dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos e também os prazos de contratação são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

A representatividade dos ativos de crédito no total de ativos médios rentáveis apresentou decréscimo de 0,3 pp. na comparação entre 2015 vs 2014, atingindo 51,9%. As operações de tesouraria apresentaram aumento de 0,3 pp. na participação no total de ativos rentáveis, passando de 34,3% em 2014 para 34,6% em 2015. Os compulsórios aumentaram a representatividade no total de ativos rentáveis em 0,3 pp., alcançando 12,1% em 2015.

Em relação aos passivos onerosos, o saldo médio dos depósitos a prazo representou 50,0% desses passivos em 2015 frente aos 47,1% de 2014. Os depósitos de poupança apresentaram retração de 1,1 pp. na representatividade sobre os passivos onerosos, atingindo 15,4% em 2015. A captação no mercado aberto alcançou participação de 10,8% dos passivos onerosos em 2015, com decréscimo de 2,2 pp. na comparação com 2014. Dentre os outros passivos onerosos, os recursos por aceite e emissão de títulos apresentaram retração de 1,0 pp., alcançando participação de 5,2% em 2015.

Os resultados dessas variações em conjunto ocasionaram aumento de 0,36 pp. no *spread*, que atingiu 6,93% em 2015.

TABELA 9: MARGEM ANALÍTICA - R\$ MILHÕES

	2015			2014			2013		
	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis	57.373,7	10.804,3	18,83%	52.315,0	8.196,7	15,67%	47.137,1	6.572,5	13,94%
Operações de Créditos	29.762,4	7.003,9	23,53%	27.311,5	5.486,8	20,09%	24.373,7	4.807,8	19,73%
Compromissos de Revendas	554,4	64,7	11,66%	225,9	33,1	14,67%	2.401,2	201,5	8,39%
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	19.299,0	2.894,2	15,00%	17.741,4	2.036,3	11,48%	16.036,2	1.231,9	7,68%
Depósitos Interbancários	6,8	0,2	3,39%	133,6	9,9	7,45%	91,6	7,2	7,88%
Outros Ativos Rentáveis	7.751,2	841,3	10,85%	6.902,6	630,4	9,13%	4.234,4	324,1	7,66%
Compulsórios	6.961,3	774,2	11,12%	6.153,1	571,0	9,28%	3.525,7	266,2	7,55%
Outros	789,8	67,2	8,50%	749,5	59,4	7,93%	708,7	58,0	8,18%
Ativos Não Rentáveis	6.323,4	-	-	5.370,3	-	-	4.036,9	-	-
Ativos Totais	63.697,1	10.804,3	16,96%	57.685,3	8.196,7	14,21%	51.174,0	6.572,5	12,84%
Passivos Onerosos	49.588,4	(6.390,4)	12,89%	44.904,0	(4.406,8)	9,81%	39.475,4	(2.906,0)	7,36%
Depósitos Interfinanceiros	886,4	(85,7)	9,67%	434,4	(38,8)	8,93%	372,5	(23,6)	6,32%
Poupança	7.643,9	(575,8)	7,53%	7.411,7	(493,5)	6,66%	6.414,9	(374,1)	5,83%
Depósitos a Prazo	24.815,4	(2.761,7)	11,13%	21.161,1	(1.923,5)	9,09%	18.822,6	(1.320,0)	7,01%
Captações no Mercado Aberto	5.363,1	(679,6)	12,67%	5.857,1	(619,4)	10,58%	4.976,0	(419,5)	8,43%
Dívida Subordinada	2.384,9	(961,3)	40,31%	1.947,9	(513,9)	26,38%	1.790,3	(212,0)	11,84%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.458,0	(817,1)	18,33%	3.710,3	(371,3)	10,01%	3.044,4	(241,9)	7,95%
No País	2.799,5	(132,8)	4,74%	2.429,6	(102,6)	4,22%	1.931,8	(86,9)	4,50%
Exterior	1.658,4	(684,3)	41,26%	1.280,6	(268,8)	20,99%	1.112,6	(155,0)	13,93%
Outros	4.036,8	(509,2)	12,61%	4.381,5	(446,3)	10,19%	4.054,7	(314,9)	7,77%
Passivos Não Onerosos	8.166,8	-	-	7.433,2	-	-	6.760,7	-	-
Patrimônio Líquido	5.941,9	-	-	5.348,1	-	-	4.937,9	-	-
Passivos e PL	63.697,1	(6.390,4)	10,03%	57.685,3	(4.406,8)	7,64%	51.174,0	(2.906,0)	5,68%
Spread			6,93%			6,57%			7,16%
Margem		4.414,0	7,69%		3.789,8	7,24%		3.666,5	7,78%

VARIAÇÕES NAS RECEITAS E DESPESAS DE JUROS: VOLUMES E TAXAS

A tabela abaixo apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: (i) 2015 vs 2014, (ii) 2014 vs 2013 e (iii) 2013 vs 2012.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros sobre os ativos geradores de receitas e passivos onerosos. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos onerosos no segundo período. A variação de volume foi computada como a diferença entre o volume de juros do período mais recente e o anterior.

A variação positiva das receitas geradas pelos ativos rentáveis no ano de 2015, em R\$2.607,7 milhões, está associada ao aumento das taxas médias, que motivou aumento das rendas em R\$1.771,8 milhões, nas receitas de crédito e de tesouraria, e ao incremento do volume médio dos ativos rentáveis, que resultou em ganhos de R\$835,9 milhões, principalmente no crédito.

A ampliação das despesas geradas pelos passivos onerosos no ano de 2015 em relação a 2014, em R\$1.983,6 milhões, está vinculada, principalmente, à elevação das taxas médias, que motivou a ampliação das despesas em R\$1.414,8 milhões, dos depósitos a prazo, das obrigações por empréstimos e repasses e das dívidas subordinadas. O incremento do volume de captação de recursos resultou no aumento das despesas em R\$568,8 milhões, especialmente, nos depósitos a prazo.

O ganho gerado com o aumento do volume médio dos ativos rentáveis em valor mais expressivo que os ônus imputados aos passivos onerosos, em R\$267,1 milhões, e o incremento na variação das taxas médias dos ativos rentáveis mais expressivo que o volume das despesas incorridas pela elevação das taxas médias dos passivos onerosos gerou um ganho de R\$357,0 milhões. O fluxo de 2015 gerou ampliação da margem analítica em R\$624,1 milhões.

TABELA 10: VARIAÇÕES NAS RECEITAS E DESPESAS DE JUROS: VOLUMES E TAXAS - R\$ MILHÕES

	2015/2014			2014/2013			2013/2012		
	Aumento / Redução			Aumento / Redução			Aumento / Redução		
	Devido a Variação em:			Devido a Variação em:			Devido a Variação em:		
	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida
Ativos Rentáveis									
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	521,4	995,7	1.517,1	588,8	90,2	679,0	260,8	(213,2)	47,6
Compromissos de Revendas	36,7	(5,2)	31,5	(257,4)	89,0	(168,4)	(119,9)	9,9	(110,1)
Operações com TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	191,0	666,9	857,9	142,5	662,0	804,5	401,0	(137,4)	263,6
Depósitos Interbancários	2,6	(12,4)	(9,7)	3,1	(0,4)	2,7	(1,1)	0,3	(0,8)
Compulsórios	80,9	122,2	203,1	233,1	71,7	304,8	35,6	(12,0)	23,6
Outros	3,3	4,4	7,7	3,1	(1,7)	1,4	4,2	(1,9)	2,3
Total de Ativos Rentáveis	835,9	1.771,8	2.607,7	713,2	910,9	1.624,1	580,5	(354,4)	226,1
Passivos Onerosos									
Depósitos Interfinanceiros	(43,5)	(3,5)	(46,9)	(4,4)	(10,8)	(15,2)	(11,0)	(1,7)	(12,6)
Depósitos de Poupança	(15,9)	(66,5)	(82,4)	(62,4)	(56,9)	(119,3)	(54,9)	8,9	(46,1)
Depósitos a Prazo	(364,6)	(473,5)	(838,1)	(178,4)	(425,2)	(603,5)	(216,2)	34,9	(181,3)
Captações no Mercado Aberto	44,6	(104,7)	(60,1)	(82,0)	(117,9)	(199,9)	(259,4)	12,1	(247,3)
Dívida Subordinada	(133,5)	(313,9)	(447,5)	(20,2)	(281,7)	(301,9)	(158,2)	286,2	128,0
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(87,0)	(358,8)	(445,8)	(59,2)	(70,3)	(129,5)	(48,0)	(20,2)	(68,2)
Outros	31,0	(93,9)	(62,9)	(27,0)	(104,4)	(131,4)	120,1	17,2	137,3
Total de Passivos Onerosos	(568,8)	(1.414,8)	(1.983,6)	(433,6)	(1.067,2)	(1.500,8)	(627,7)	337,5	(290,2)

DESEMPENHO NO MERCADO ACIONÁRIO

A BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros possui três níveis diferentes de práticas de governança corporativa, Nível 1 de Governança, Nível 2 de Governança e Novo Mercado, que se diferenciam pelo grau das exigências destas práticas. O Banrisul aderiu ao Nível 1 de Governança, em julho de 2007, reforçando o seu comprometimento com as boas práticas de governança corporativa. Além disso, o Banco adotou voluntariamente determinadas regras dos demais níveis diferenciados de Governança Corporativa, reforçando e consolidando relação de transparência com clientes e investidores, construída pela disseminação de dados e informações ao mercado, proporcionando oportuno conhecimento sobre os negócios do Banco.

O capital social do Banrisul, em dezembro de 2015, era de R\$4.250,0 milhões, representado por 408.974.477 ações, sendo 205.051.528 ações ordinárias e 203.922.949 ações preferenciais, na forma escritural e sem valor nominal. O maior acionista do Banco é o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que detém diretamente 99,6% do capital votante e 57,0% do capital total.

Em 31 de dezembro de 2015, havia 58.753 acionistas com domicílio no Brasil (99,4% do total de acionistas e 67,6% do total das ações) e 332 acionistas residentes no exterior (0,6% dos acionistas e 32,4% das ações).

No total, o Banrisul faz parte da composição de oito índices da BM&FBovespa. No final do mês de dezembro de 2015, a ação PNB (BRSR6) estava entre as 100 ações mais negociadas na BM&FBovespa, listada na 71ª posição do *ranking* anual.

O Banrisul participa de eventos para divulgação, tais como os promovidos pela APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais), mantendo comunicação ágil e equânime para atender investidores, acionistas e interessados. Também participa de conferências e *roadshows* nacionais e internacionais com investidores institucionais. No ano de 2015, foram realizadas 278 reuniões, teleconferências e eventos no exterior, com a participação de 1.217 interessados, que promoveram oportunidades de interação com analistas de mercado, investidores e acionistas pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiros.

TABELA 11: AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

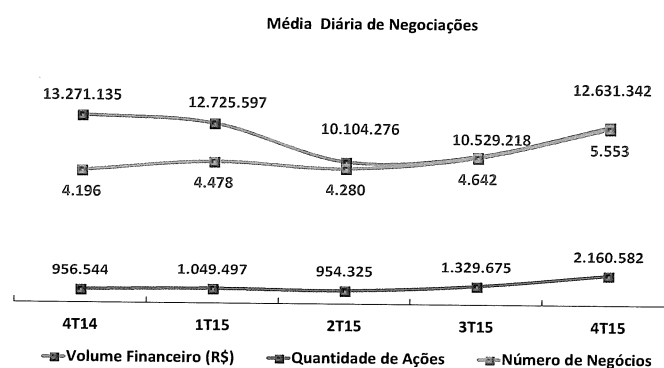
	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14
Reuniões	15	23	19	18	31
Teleconferências	27	94	27	29	35
Eventos no Exterior (*)	16	-	7	-	24
Reuniões APIMEC	3	-	-	-	-
Total	61	117	53	47	90

(*) 2014 Boston, Chicago, Londres, Nova Iorque, Paris, Roterdam, Wilmington, Zurique.

(*) 2015 Nova Iorque

No 4T15, o volume financeiro médio negociado diariamente apresentou queda de 4,8% em relação ao apurado no 4T14; no mesmo período, o número de negócios médio diário cresceu 32,3%. Em comparação ao último trimestre, o volume financeiro médio aumentou 20,0% e o número de negócios médio cresceu 19,6%.

Gráfico 6: Volume Financeiro, Volume de Negócios e Quantidade de Ações



Em dezembro de 2015, o valor de mercado do Banrisul atingiu R\$2.396,6 milhões, queda de 59,6% na comparação com dezembro de 2014 e crescimento de 5,0% em relação a setembro de 2015. Estimativas de resultados do Banrisul, elaboradas de forma independente por corretoras e bancos de investimento, estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (www.banrisul.com.br/ri).

Desde meados de 2015, a partir dos rebaixamentos do *rating* soberano do Brasil pelas principais agências, as avaliações relativas às instituições financeiras brasileiras vêm sofrendo ajustes no mesmo sentido. Em outubro de 2015, a Moody's rebaixou os *ratings* do Banco para Ba1 na escala global e Aa2.br na escala nacional, alterando a perspectiva para "negativa". Em dezembro, embora a S&P tenha reafirmado sua nota em BB+ na escala global e brAA na escala nacional Brasil, a Fitch Ratings também rebaixou os *ratings* do Banrisul de viabilidade para bb- e de longo prazo na escala global para BB-.

TABELA 12: CLASSIFICAÇÃO DE AGÊNCIAS DE RATING

TABELA 12. CLASSIFICAÇÃO DE AGENCIAS DE RATING						
Fitch Ratings						
Viabilidade	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
bb-	BB-	B	BB-	B	AA-	F1+
Moody's Investors Service						
Avaliação de Risco da Contraparte	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Baa3(cr)	Ba1	NP	Ba1	NP	Aa2.br	BR-1
Standard & Poor's						
Perfil de Crédito Individual	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
bb+	BB+	-	BB+	-	brAA	
Austin Rating						
Escala Nacional						
Curto Prazo				Longo Prazo		
A-1				AA-		
Risk Bank						
9,49						

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

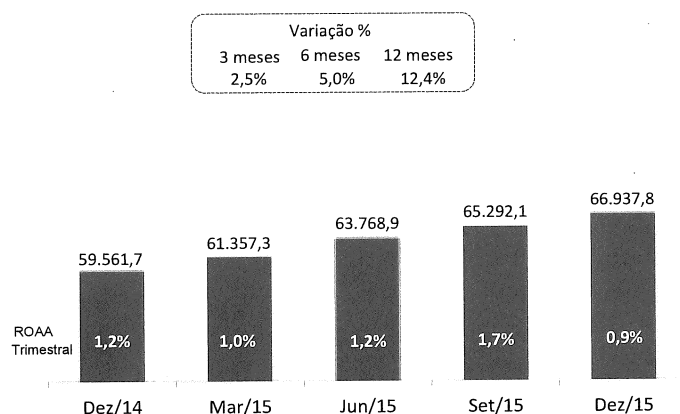
ATIVOS TOTAIS

Os ativos totais somaram R\$66.937,8 milhões em dezembro de 2015, estando compostos por (i) 47,8% de operações de crédito, (ii) 31,5% de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, (iii) 13,9% de relações interfinanceiras e interdependências e (iv) 6,8% de outros ativos. Em relação à tempestividade dos ativos, classificavam-se, em sua maioria, no longo prazo. A composição de ativos, com vencimento até 360 dias, está concentrada nas operações de crédito e arrendamento mercantil, nas relações interfinanceiras e interdependências e nos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez, representando, respectivamente, 39,1%, 26,5% e 15,5% do saldo das aplicações em curto prazo. No que se refere aos ativos com vencimento acima de 360 dias, destaca-se a participação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e das operações de crédito e arrendamento mercantil, compondo, respectivamente, 46,6% e 45,5% dos ativos de longo prazo.

Na comparação com dezembro de 2014, os ativos apresentaram expansão de 12,4% ou R\$7.376,1 milhões. A evolução proveio, principalmente, do aumento de R\$4.562,9 milhões nos depósitos e de R\$2.870,5 milhões na captação no mercado aberto, trajetória parcialmente minimizada pela redução de R\$1.371,2 milhões nos fundos financeiros e de desenvolvimento, face à Lei nº 14.738/15, que ampliou (para 95%) o limite dos saques dos depósitos judiciais por parte do Estado. Em termos de alocação, as relações interfinanceiras e interdepartamentais apresentaram crescimento de R\$2.725,1 milhões, especialmente nos créditos vinculados aos depósitos compulsórios no Banco Central, os recursos em tesouraria apresentaram aumento de R\$2.198,8 milhões e a carteira de crédito registrou ampliação de R\$1.526,3 milhões.

Em relação a setembro de 2015, os ativos apresentaram crescimento de 2,5% ou R\$1.645,7 milhões. A evolução do período resultou, especialmente, do incremento de R\$1.663,9 milhões em depósitos e de R\$682,0 milhões na captação no mercado aberto, expansão minimizada em parte pela redução de R\$434,9 milhões nas relações interfinanceiras e interdepartamentais, face a retração de saldo nos serviços de compensação e nos recursos em trânsito de terceiros, e de R\$315,8 milhões nos fundos financeiros e de desenvolvimento. Em termos de alocação, os recursos foram direcionados para a carteira de crédito, que registrou ampliação de R\$653,2 milhões, para as relações interfinanceiras e interdepartamentais que apresentaram aumento de R\$385,9 milhões e para a tesouraria que registrou acréscimo de R\$314,5 milhões.

Gráfico 7: Ativo Total - R\$ Milhões



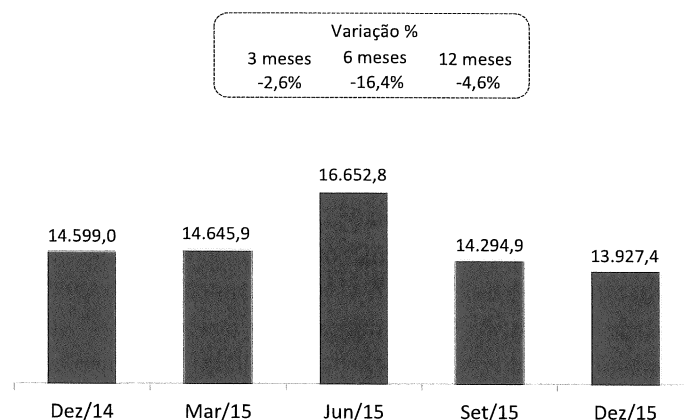
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As aplicações em títulos e valores mobiliários, incluídos os instrumentos financeiros derivativos, somadas às aplicações interfinanceiras de liquidez e deduzidas das obrigações por operações compromissadas, totalizaram R\$13.927,4 milhões em dezembro de 2015, apresentando retração de 4,6% ou R\$671,7 milhões em relação a dezembro de 2014 e de 2,6% ou R\$367,5 milhões na comparação com setembro de 2015. A redução anual do saldo de tesouraria proveio das liquidações de letras financeiras emitidas em 2013, da operação de recompra antecipada de notas da dívida subordinada emitidas em 2012 e do aumento de recursos compulsórios.

Em relação à composição das aplicações em tesouraria, 72,8% são de títulos mantidos até o vencimento, no montante de R\$15.370,1 milhões, 16,2% de títulos mantidos para negociação, no montante de R\$3.425,1 milhões, 5,3% de instrumentos financeiros derivativos, cujo saldo alcançou R\$1.116,8 milhões, 3,2% de títulos disponíveis para venda, que somaram R\$673,9 milhões, e 2,5% em aplicações interfinanceiras de liquidez, que atingiram R\$530,2 milhões, totalizando R\$21.116,1 milhões em ativos de tesouraria.

Quanto aos emissores dos títulos que compõem a tesouraria, são, em sua maioria, de papéis públicos, que, somados, representam 88,4% das aplicações em tesouraria.

Gráfico 8: Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾ - R\$ Milhões



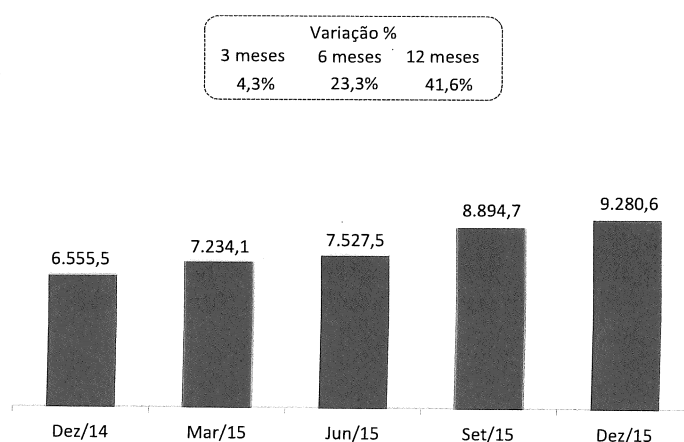
(1) Deduzidos de obrigações compromissadas.

Relações Interfinanceiras e Interdependências

As relações interfinanceiras e interdependências totalizaram R\$9.280,6 milhões em dezembro de 2015, com expansão de 41,6% ou R\$2.725,1 milhões em relação a dezembro de 2014 e de 4,3% ou R\$385,9 milhões em relação ao último trimestre.

Nos períodos analisados, o saldo das relações interfinanceiras e interdependências apresentou acréscimo influenciado pelo aumento dos créditos vinculados aos depósitos compulsórios no Banco Central, face ao aumento do saldo dos depósitos a prazo, além da alteração na alíquota para 25% da exigibilidade de recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, através da Circular nº 3.756/15 do Banco Central do Brasil.

Gráfico 9: Relações Interfinanceiras e Interdependências - R\$ Milhões



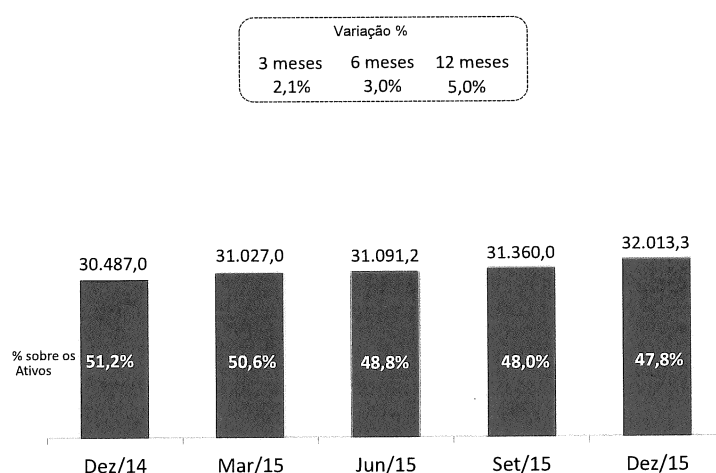
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de crédito do Banrisul totalizou R\$32.013,3 milhões em dezembro de 2015, saldo 5,0% ou R\$1.526,3 milhões acima do alcançado em dezembro de 2014 e crescimento de 2,1% ou R\$653,2 milhões em relação a setembro de 2015. O saldo da carteira de crédito ampliada, que inclui coobrigações e riscos em garantias prestadas, apresentou crescimento de 5,1% ou R\$1.614,5 milhões em relação a dezembro de 2014 e de 1,9% ou R\$617,9 milhões em relação ao último trimestre.

Nos doze meses, a ampliação do saldo de crédito proveio, especialmente, do aumento da carteira comercial, do financiamento imobiliário e do câmbio, trajetória, parcialmente, compensada pela redução dos créditos vinculados a operações adquiridas em cessão e dos financiamentos a longo prazo.

Nos últimos três meses, ocorreu expansão, principalmente, face ao incremento do crédito comercial e do crédito rural, compensado, parcialmente, pela retração das operações de crédito adquiridas em cessão e pela queda dos financiamentos a longo prazo.

Gráfico 10: Operações de Crédito - R\$ Milhões



Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito ao segmento empresarial totalizaram R\$14.472,9 milhões em dezembro de 2015, compondo 45,2% da carteira total de crédito. Do montante de crédito aplicado na pessoa jurídica, 59,2% estão alocados em crédito às micro, pequenas e médias empresas.

Na comparação com dezembro de 2014, o saldo de crédito às micro, pequenas e médias empresas apresentou incremento de R\$224,7 milhões, influenciado, especialmente, pelo crescimento do saldo das médias empresas. O saldo às grandes empresas registrou redução de R\$341,0 milhões no período.

Nos últimos três meses, observou-se expansão de 2,1% ou R\$120,0 milhões no crédito aplicado nas grandes empresas, trajetória minimizada em parte pela relativa estabilidade, com redução de 0,8% ou R\$67,9 milhões, no crédito às médias, pequenas e microempresas.

TABELA 13: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO PESSOA JURÍDICA POR PORTE DE EMPRESA - R\$ MILHÕES

Porte	Dez 2015			Set 2015			Dez 2014			Dez 2015/ Set 2015	Dez 2015/ Dez 2014
	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total		
Grandes Empresas	5.902,2	40,8%	18,4%	5.782,2	40,1%	18,4%	6.243,2	42,8%	20,5%	2,1%	-5,5%
Total Média/Pequena/Micro	8.570,6	59,2%	26,8%	8.638,5	59,9%	27,5%	8.345,9	57,2%	27,4%	-0,8%	2,7%
Médias Empresas	6.428,4	44,4%	20,1%	6.468,1	44,9%	20,6%	6.182,0	42,4%	20,3%	-0,6%	4,0%
Pequenas Empresas	1.785,2	12,3%	5,6%	1.790,0	12,4%	5,7%	1.722,9	11,8%	5,7%	-0,3%	3,6%
Microempresas	357,1	2,5%	1,1%	380,4	2,6%	1,2%	441,0	3,0%	1,4%	-6,1%	-19,0%
Total PJ	14.472,9	100,0%	45,2%	14.420,7	100,0%	46,0%	14.589,1	100,0%	47,9%	0,4%	-0,8%

O critério utilizado foi: Faturamento médio mensal: Microempresas até R\$30 mil, Pequenas até R\$300 mil, Médias até R\$25 milhões. Para Grandes empresas: faturamento médio mensal acima de R\$25 milhões ou Ativo Total acima de R\$240 milhões.

Composição do Crédito por Setor de Atividade

Na formação da carteira de crédito por atividade, o setor privado atingiu 99,7% dos ativos de crédito em dezembro de 2015. A carteira de crédito por setor de atividade é composta, especialmente, por pessoa física, 39,3% do total, e por indústria, que representa 16,6% dos ativos de crédito do Banco segmentados por atividade.

Em relação a dezembro de 2014, destaca-se a ampliação das operações de crédito à pessoa física e ao setor da habitação. No último trimestre, o crescimento do crédito proveio, especialmente, da ampliação das operações de crédito à pessoa física, serviços e rural. No mesmo período, o crédito aos setores indústria e comércio apresentaram redução.

TABELA 14: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO POR SETOR DE ATIVIDADE - R\$ MILHÕES

	Dez 2015	Set 2015	Jun 2015	Mar 2015	Dez 2014	Dez 2015/ Set 2015	Dez 2015/ Dez 2014
Setor Privado	31.917,5	31.259,3	30.994,3	30.928,9	30.394,7	2,1%	5,0%
Rural	2.724,8	2.563,6	2.530,1	2.627,9	2.749,6	6,3%	-0,9%
Indústria	5.311,8	5.475,1	5.566,2	5.806,4	5.433,9	-3,0%	-2,2%
Comércio	3.313,4	3.414,3	3.400,7	3.428,4	3.336,5	-3,0%	-0,7%
Serviços e Outros	4.142,7	3.864,2	3.892,3	3.753,8	3.885,8	7,2%	6,6%
Pessoa Física	12.595,6	12.144,7	11.983,0	11.906,5	11.708,7	3,7%	7,6%
Habitação	3.829,1	3.797,4	3.621,9	3.406,0	3.280,2	0,8%	16,7%
Setor Público	95,8	100,7	96,9	98,1	92,3	-4,9%	3,8%
Total	32.013,3	31.360,0	31.091,2	31.027,0	30.487,0	2,1%	5,0%

Composição do Crédito por Carteira

A composição por carteira demonstra os recursos livres e direcionados aplicados em ativos de crédito. A carteira comercial, o arrendamento mercantil, os créditos vinculados a operações adquiridas em cessão e o setor público têm como origem recursos livres de depósitos e capital próprio, e representavam 69,4% do total da carteira de crédito em dezembro de 2015. As carteiras de financiamento a longo prazo, rural, imobiliário e câmbio, provêm, em sua maioria, de fontes específicas de recursos, compondo os créditos direcionados, e participavam com 30,6% do valor aplicado em dezembro de 2015.

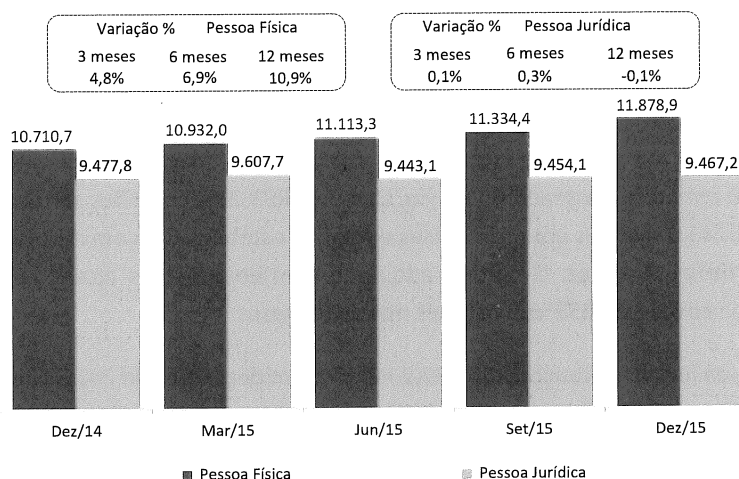
TABELA 15: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO POR CARTEIRA - R\$ MILHÕES

Operações de Crédito	Dez 2015	Set 2015	Jun 2015	Mar 2015	Dez 2014	Dez 2015/ Set 2015	Dez 2015/ Dez 2014
Setor Privado	31.917,5	31.259,3	30.994,3	30.928,9	30.394,7	2,1%	5,0%
Câmbio	910,3	857,8	876,7	760,9	738,7	6,1%	23,2%
Comercial	21.346,1	20.788,4	20.556,3	20.539,7	20.188,5	2,7%	5,7%
Pessoa Física	11.878,9	11.334,4	11.113,3	10.932,0	10.710,7	4,8%	10,9%
Cartão de Crédito	116,7	136,8	121,0	115,6	99,9	-14,7%	16,8%
Empréstimos e Títulos Descontados - PF	11.615,2	11.021,0	10.780,2	10.585,2	10.376,0	5,4%	11,9%
Financiamento Direto ao Consumidor - PF	147,0	176,6	212,1	231,1	234,8	-16,8%	-37,4%
Pessoa Jurídica	9.467,2	9.454,1	9.443,1	9.607,7	9.477,8	0,1%	-0,1%
Créditos no Exterior	270,1	270,8	196,1	233,9	198,7	-0,3%	35,9%
Empréstimos e Títulos Descontados - PJ	9.038,3	8.969,1	9.017,0	9.114,1	9.014,9	0,8%	0,3%
Financiamento Direto ao Consumidor - PJ	158,8	214,1	230,0	259,7	264,2	-25,8%	-39,9%
Financiamento a Longo Prazo	2.338,4	2.384,7	2.478,2	2.554,9	2.371,7	-1,9%	-1,4%
Imobiliário	3.829,1	3.797,4	3.621,9	3.406,0	3.280,2	0,8%	16,7%
Leasing	55,9	61,5	66,1	70,3	73,0	-9,0%	-23,4%
Rural ⁽¹⁾	2.724,8	2.563,6	2.530,1	2.627,9	2.749,6	6,3%	-0,9%
Créditos Vinculados a Op. Adquiridas Cessão	712,9	805,9	865,0	969,2	993,0	-11,5%	-28,2%
Setor Público	95,8	100,7	96,9	98,1	92,3	-4,9%	3,8%
Total Oper. com Caract. Concessão de Crédito	32.013,3	31.360,0	31.091,2	31.027,0	30.487,0	2,1%	5,0%
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	1.416,9	1.452,2	1.335,4	1.365,9	1.328,7	-2,4%	6,6%
Total	33.430,2	32.812,3	32.426,6	32.392,9	31.815,7	1,9%	5,1%

(1) Inclui créditos de securitização.

A carteira comercial totalizou R\$21.346,1 milhões em dezembro de 2015, compondo 66,7% do saldo total de operações de crédito do Banco e responsável por 75,8% do incremento total dos ativos de crédito nos doze meses e 85,4% nos últimos três meses.

Gráfico 11: Evolução das Operações de Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica - R\$ Milhões



Em relação à composição do crédito comercial, o segmento pessoa física correspondeu a 55,6% do saldo da carteira comercial e 37,1% do total das operações de crédito do Banco em dezembro de 2015. O segmento empresarial representou, no mesmo período, 44,4% do saldo do crédito comercial e 29,6% do montante total de crédito.

A carteira de crédito imobiliário alcançou o montante de R\$3.829,1 milhões em dezembro de 2015, com acréscimo de 16,7% ou R\$549,0 milhões em doze meses e relativa estabilidade, com expansão de 0,8% ou R\$31,8 milhões no último trimestre. A evolução foi influenciada pelos ajustes na política do produto face às mudanças do mercado, bem como adequação à Circular nº 3.757 do Bacen, que trata do direcionamento de encaixe obrigatório sobre depósitos de poupança. O crédito imobiliário representava 12,0% dos ativos de crédito do Banco em dezembro de 2015. No montante de crédito imobiliário está incluído o valor de R\$54,7 milhões referente à operação de cessão de crédito imobiliário com coobrigação.

O saldo do crédito rural totalizou R\$2.724,8 milhões em dezembro de 2015 e apresentou relativa estabilidade, com retração de 0,9% ou R\$24,8 milhões na comparação com dezembro de 2014 e expansão de 6,3% ou R\$161,1 milhões em comparação ao trimestre anterior. O crédito rural representava 8,5% da carteira de crédito do Banco em dezembro de 2015.

Os financiamentos a longo prazo alcançaram R\$2.338,4 milhões em dezembro de 2015, com decréscimo de 1,4% ou R\$33,3 milhões em doze meses e de 1,9% ou R\$46,3 milhões na comparação ao último trimestre.

A carteira de câmbio registrou R\$910,3 milhões em dezembro de 2015, com ampliação de 23,2% ou R\$171,6 milhões em relação a dezembro de 2014 e de 6,1% ou R\$52,5 milhões em relação ao último trimestre.

Crédito Comercial

O crédito comercial pessoa física atingiu saldo de R\$11.878,9 milhões em dezembro de 2015, com incremento de 10,9% ou R\$1.168,2 milhões em relação a dezembro de 2014 e de 4,8% ou R\$544,5 milhões em relação a setembro de 2015.

A ampliação do crédito comercial à pessoa física em doze meses proveio da elevação de linhas de crédito pessoal, que apresentaram incremento de R\$865,9 milhões, face, especialmente, ao adiantamento do 13º salário concedido aos servidores públicos estaduais em dezembro/2015, além de incremento do crédito consignado no valor de R\$373,1 milhões. Nos últimos três meses, a expansão da carteira comercial pessoa física decorreu, especialmente, da operação de adiantamento do 13º salário dos servidores públicos estaduais, e da expansão de linhas de renegociação-composição de dívida, minimizada, em parte, pela retração dos saldos do cheque especial e do crédito pessoal consignado.

O crédito consignado totalizou R\$8.309,8 milhões em dezembro de 2015, perfazendo 70,0% da carteira comercial pessoa física e 38,9% do crédito comercial, com incremento de 4,7% ou R\$373,1 milhões em doze meses e

relativa estabilidade, com redução de 0,5% ou R\$42,7 milhões no último trimestre. Somado às transferências de ativos, R\$712,9 milhões, contabilizadas conforme Carta Circular nº 3.543 de 26/03/12 do Banco Central do Brasil em créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, alcançou R\$9.022,7 milhões em dezembro de 2015.

Dentre as linhas de crédito consignado, R\$4.900,6 milhões corresponde ao saldo gerado na rede Banrisul, cujo incremento foi de 4,4% ou R\$206,2 milhões em doze meses e relativa estabilidade, com retração de 0,7% ou R\$33,3 milhões em relação ao trimestre anterior. O saldo de crédito originado pelos correspondentes, representando 39,5% do crédito consignado do Banco, alcançou R\$3.285,1 milhões em dezembro de 2015, com expansão de 8,0% ou R\$243,0 milhões em doze meses e relativa estabilidade, com redução de R\$1,6 milhão na comparação com o trimestre anterior. O crédito adquirido com coobrigação alcançou R\$837,0 milhões em dezembro de 2015, com redução de R\$356,2 milhões nos doze meses.

O crédito comercial pessoa jurídica alcançou R\$9.467,2 milhões em dezembro de 2015, com relativa estabilidade ou decréscimo de R\$10,6 milhões em relação a dezembro de 2014 e crescimento de R\$13,1 milhões frente ao trimestre anterior. A carteira comercial do segmento empresarial está composta, principalmente, por linhas de capital de giro, 73,6% do crédito comercial à pessoa jurídica e 32,7% do total do crédito comercial.

A trajetória da carteira comercial pessoa jurídica foi influenciada pela política de redução da exposição em crédito, face à elevação dos atrasos, em especial, no segmento corporativo. Dessa forma, o incremento das linhas de renegociação-composição de dívida e da conta garantida foi minimizado em parte pela retração de saldos das linhas de capital de giro e do desconto de recebíveis. Em relação ao trimestre anterior, a estabilidade decorreu, especialmente, do aumento no capital de giro, minimizado pela redução nas linhas de comprar e vender.

TABELA 16: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO COMERCIAL PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA - R\$ MILHÕES

	Dez 2015	Set 2015	Jun 2015	Mar 2015	Dez 2014	Dez 2015/ Set 2015	Dez 2015/ Dez 2014
Pessoa Física	11.878,9	11.334,4	11.113,3	10.932,0	10.710,7	4,8%	10,9%
Crédito Pessoal - Consignado	8.255,1	8.290,1	8.082,4	7.943,7	7.861,4	-0,4%	5,0%
Aquisição Bens - Consignado	54,8	62,4	71,1	77,2	75,4	-12,2%	-27,3%
Aquisição Bens - Outros Bens	4,9	5,1	5,4	5,4	5,0	-4,8%	-3,0%
Aquisição Bens - Veículos	57,5	63,5	70,2	73,9	73,5	-9,4%	-21,7%
Cheque Especial	538,5	632,1	619,8	619,1	536,2	-14,8%	0,4%
Crédito 1 Minuto	412,5	428,5	432,8	421,6	399,2	-3,7%	3,3%
Crédito Pessoal Automático	220,2	239,3	250,6	255,8	255,3	-8,0%	-13,7%
Crédito Pessoal - Não Consignado	1.443,7	719,5	695,3	645,6	577,7	100,7%	149,9%
Cartão de Crédito	116,7	136,8	121,0	115,6	99,9	-14,7%	16,8%
Outros - PF	775,0	757,1	764,5	774,0	827,0	2,4%	-6,3%
Pessoa Jurídica	9.467,2	9.454,1	9.443,1	9.607,7	9.477,8	0,1%	-0,1%
Aquisição Bens - Outros Bens	22,2	24,9	27,5	31,0	32,4	-11,0%	-31,7%
Aquisição Bens - Veículos	43,6	46,2	48,8	50,9	49,8	-5,6%	-12,5%
Capital de Giro - CEB	5.669,2	5.453,8	5.486,1	5.476,2	5.567,4	4,0%	1,8%
Capital de Giro - CGB	1.301,1	1.397,2	1.407,5	1.497,5	1.501,2	-6,9%	-13,3%
CDCI	12,8	13,5	14,8	15,5	15,9	-5,3%	-19,7%
Comprar	84,4	132,9	140,3	159,6	160,8	-36,5%	-47,5%
Conta Devedora Caução - CCC	245,5	249,8	285,2	302,3	305,6	-1,7%	-19,7%
Conta Garantida	823,6	850,9	847,4	842,6	733,7	-3,2%	12,3%
Desconto de Recebíveis	285,9	312,6	318,8	370,2	368,0	-8,5%	-22,3%
Vendor	68,1	100,1	96,0	106,6	88,7	-32,0%	-23,2%
Crédito no Exterior	270,1	270,8	196,1	233,9	198,7	-0,3%	35,9%
Outros - PJ	640,5	601,4	574,7	521,5	455,4	6,5%	40,6%
Total	21.346,1	20.788,4	20.556,3	20.539,7	20.188,5	2,7%	5,7%

Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

No ano de 2015, a concessão de ativos de crédito totalizou R\$46.976,0 milhões, com relativa estabilidade ou decréscimo de R\$165,0 milhões frente ao volume concedido em 2014. No 4T15, a concessão de crédito alcançou R\$12.099,6 milhões, com redução de 4,1% ou R\$522,5 milhões em relação ao 4T14 e expansão de 2,7% ou R\$321,1 milhões frente ao 3T15.

Na comparação anual, a redução do volume concedido proveio da diminuição do financiamento rural, em 23,3% ou R\$619,1 milhões, e do financiamento a longo prazo, em 5,4% ou R\$ 76,4 milhões, fluxo não compensado pelo

aumento da carteira comercial, em 1,3% ou R\$521,2 milhões, especialmente nas linhas de conta garantida e cheque especial.

No comparativo entre 4T15 vs 4T14, a trajetória da concessão de crédito proveio do decréscimo do volume concedido ao financiamento rural, em 31,2% ou R\$206,6 milhões, à carteira comercial em 1,6% ou R\$174,7 milhões, especialmente nas linhas de capital de giro e desconto de recebíveis, ao financiamento imobiliário em 37,6% ou R\$95,3 milhões e ao financiamento a longo prazo em 18,7% ou R\$79,7 milhões, não compensada pelo aumento do câmbio em 16,2% ou R\$40,1 milhões.

Em relação ao último trimestre, o incremento da concessão de crédito reflete o aumento do volume concedido na carteira comercial em R\$613,6 milhões, favorecido pelo adiantamento do 13º salário aos servidores públicos estaduais, fluxo minimizado em parte pela redução de concessão do crédito imobiliário, câmbio e rural em R\$316,6 milhões.

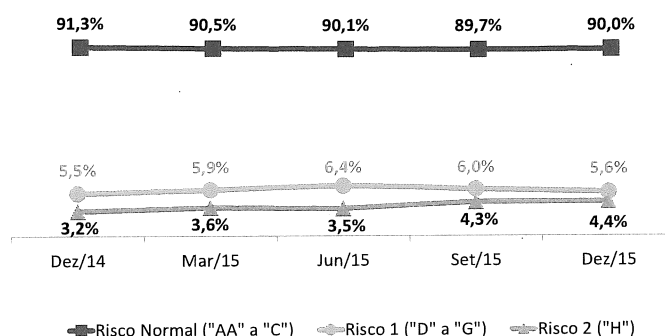
TABELA 17: COMPOSIÇÃO DOS VOLUMES CONCEDIDOS DE CRÉDITO POR LINHAS DE FINANCIAMENTO - R\$ MILHÕES

Operações de Crédito	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	4T15/ 3T15	2015/ 2014
Câmbio	1.403,6	1.357,6	287,2	387,3	347,0	382,2	247,1	-25,8%	3,4%
Comercial	41.212,2	40.691,0	10.851,1	10.237,5	10.131,5	9.992,1	11.025,8	6,0%	1,3%
Cheque Especial	9.528,4	9.341,0	2.426,4	2.401,2	2.407,7	2.293,1	2.459,5	1,1%	2,0%
Crédito Pessoal	8.005,6	8.497,3	2.354,1	2.017,9	1.820,8	1.812,8	2.133,5	16,7%	-5,8%
Conta Garantida	10.392,6	9.399,8	2.618,3	2.636,5	2.665,3	2.472,5	2.479,9	-0,7%	10,6%
Capital de Giro	7.729,5	7.887,6	2.080,2	1.804,0	1.745,5	2.099,7	2.395,8	15,3%	-2,0%
Desconto de Recebíveis	2.211,5	2.394,3	514,9	555,1	564,1	577,4	645,9	-7,3%	-7,6%
Outros	3.344,7	3.170,9	857,2	822,8	928,1	736,6	911,2	4,2%	5,5%
Financiamento a Longo Prazo	1.340,6	1.417,0	345,7	321,2	365,6	308,1	425,3	7,6%	-5,4%
Financiamento Imobiliário	977,0	998,0	158,3	277,6	284,0	257,1	253,6	-43,0%	-2,1%
Leasing	7,7	23,4	1,7	2,1	1,7	2,2	8,0	-17,5%	-67,0%
Financiamento Rural	2.034,9	2.654,0	455,7	552,9	564,6	461,7	662,3	-17,6%	-23,3%
Total	46.976,0	47.141,0	12.099,6	11.778,5	11.694,5	11.403,4	12.622,1	2,7%	-0,3%

Composição do Crédito por Rating

As operações de crédito de risco normal classificadas de AA a C, segundo normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, representavam 90,0% da carteira de crédito em dezembro de 2015. O indicador apresentou redução de 1,3 pp. frente à posição registrada em dezembro/14 e aumento de 0,3 pp. em relação a setembro/15.

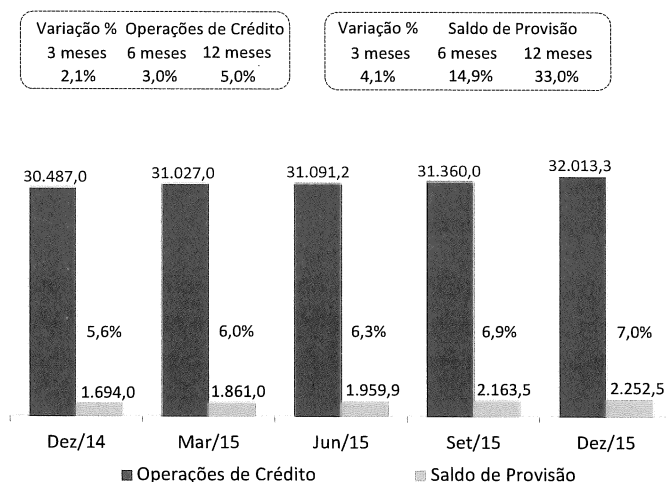
Gráfico 12: Carteira de Crédito por Níveis de Risco (%)



Provisão para Operações de Crédito

As provisões para perdas com operações de crédito somaram R\$2.252,5 milhões em dezembro de 2015, representando 7,0% da carteira de crédito. O indicador aumentou 1,4 pp. frente ao índice de dezembro de 2014 e 0,1 pp. na comparação com setembro de 2015. A variação no saldo de provisões para operações de crédito nos doze meses reflete a ampliação da carteira de crédito e do volume de crédito em atraso. Em relação ao último trimestre, o crescimento decorreu do aumento da carteira de crédito, apesar da redução do saldo de operações de crédito em atraso.

Gráfico 13: Composição da Provisão para Operações de Crédito - R\$ Milhões



A provisão para perdas com créditos, em dezembro de 2015, apresentava a seguinte composição, segundo critérios da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, e complementos:

- (i) R\$1.190,0 milhões para operações com parcelas vencidas há mais de 60 dias;
- (ii) R\$943,2 milhões para contratos vincendos ou que apresentavam parcelas vencidas há menos de 60 dias;
- (iii) R\$119,2 milhões referentes à provisão excedente ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, constituída em função da análise periódica da qualidade do cliente efetuada pela administração, com vistas à cobertura de possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.

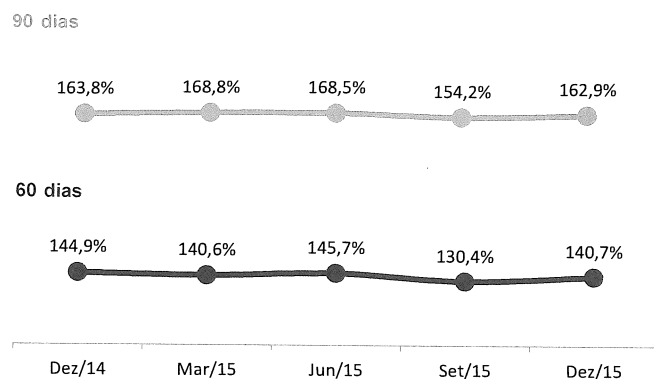
TABELA 18: SALDO DAS PROVISÕES PARA PERDAS - R\$ MILHÕES

Níveis de Risco	Provisão Requerida %	Carteira Total	Participação Relativa Acumulada %	Créditos Vencidos	Créditos a Vencer	Provisão Mínima		Provisão Adicional	Provisão Total	Provisão sobre a Carteira %
						Vencidos	A Vencer			
AA	0,00%	6.278,3	19,61%	0,0	6.278,3	-	-	-	-	0,00%
A	0,50%	13.966,9	63,24%	-	13.966,9	-	69,8	14,0	83,8	0,60%
B	1,00%	6.309,3	82,95%	-	6.309,3	-	63,1	12,6	75,7	1,20%
C	3,00%	2.262,9	90,02%	61,6	2.201,3	1,8	66,0	33,9	101,8	4,50%
D	10,00%	931,1	92,93%	137,6	793,4	13,8	79,3	18,6	111,7	12,00%
E	30,00%	290,8	93,83%	131,9	158,9	39,6	47,7	5,8	93,1	32,00%
F	50,00%	247,1	94,61%	113,6	133,5	56,8	66,7	4,9	128,5	52,00%
G	70,00%	327,9	95,63%	261,3	66,6	182,9	46,6	29,3	258,8	78,93%
H	100,00%	1.399,1	100,00%	895,1	503,9	895,1	503,9	-	1.399,1	100,00%
Total		32.013,3		1.601,1	30.412,1	1.190,0	943,2	119,2	2.252,5	7,04%

ÍNDICE DE COBERTURA

O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas com créditos e o saldo das operações vencidas que não geram receitas, evidenciando a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência.

Gráfico 14: Índice de Cobertura

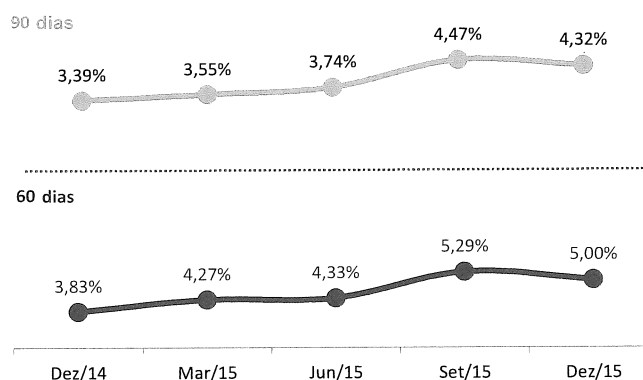


Em dezembro de 2015, o índice de cobertura das operações em atraso acima de 60 dias atingiu 140,7%, indicador 4,2 pp. abaixo do registrado em dezembro de 2014 e 10,3 pp. acima do indicador de setembro de 2015. Considerando o índice de 90 dias, a cobertura das provisões em relação às operações atrasadas alcançou 162,9%, menor que o indicador de dezembro/2014 e maior que o indicador de setembro/15. Em relação a dezembro/14 os índices refletem o aumento no montante de operações de crédito em atraso e o volume de provisões refletindo a rolagem da carteira por *rating*. O aumento do indicador em relação ao trimestre anterior reflete o crescimento do volume de provisões, requisitado em função da rolagem da carteira por *rating*, num contexto de redução no montante de operações de crédito em atraso.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

O índice de inadimplência representa o volume de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias e há mais de 90 dias em relação ao volume total de operações de crédito ativas.

Gráfico 15: Índice de Inadimplência



A inadimplência acima de 60 dias do Banrisul atingiu 5,00% das operações de crédito em dezembro de 2015, com aumento de 1,17 pp. em doze meses e decréscimo de 0,29 pp. em relação ao último trimestre. O montante de operações de crédito em atraso superior a 60 dias totalizou R\$1.601,1 milhões em dezembro de 2015, com crescimento de 37,0% em relação a dezembro/14 e redução de 3,5% em comparação ao último trimestre.

A inadimplência acima de 90 dias alcançou 4,32% em dezembro de 2015, com aumento de 0,93 pp. em doze meses e reduziu 0,15 pp. no último trimestre. O saldo de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias somou R\$1.382,4 milhões, com crescimento de 33,6% na comparação com dezembro/14 e retração de 1,4% na comparação ao trimestre anterior.

O montante referente às parcelas vencidas das operações adquiridas do Banco Cruzeiro do Sul, em liquidação extrajudicial, ora em falência, representava, em dezembro de 2015, 5,8% do saldo de operações vencidas há mais de 60 dias e 6,7% do valor vencido há mais de 90 dias do Banrisul. Os índices de inadimplência de 60 dias e de 90 dias do Banrisul alcançariam, respectivamente, 4,71% e 4,03%, caso não fossem considerados os atrasos específicos dessa operação.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras e dívidas subordinadas, alcançaram R\$43.038,7 milhões em dezembro de 2015, com incremento de 9,8% ou R\$3.843,0 milhões nos doze meses e de 5,0% ou R\$2.044,7 milhões em três meses. A trajetória do saldo de recursos captados nos doze meses foi influenciada pela expansão dos depósitos, além do decréscimo da captação em letras e de notas da dívida subordinada.

TABELA 19: COMPOSIÇÃO DE RECURSOS CAPTADOS POR PRODUTO - R\$ MILHÕES

	Dez 2015	Set 2015	Jun 2015	Mar 2015	Dez 2014	Dez 2015/ Set 2015	Dez 2015/ Dez 2014
Depósitos Totais	38.698,3	37.034,4	36.203,6	34.695,1	34.135,4	4,5%	13,4%
Depósitos a Prazo	27.207,9	25.944,3	24.839,6	23.411,6	22.522,8	4,9%	20,8%
Depósitos à Vista	3.173,9	2.674,8	2.658,6	2.669,8	3.280,8	18,7%	-3,3%
Depósitos de Poupança	7.573,7	7.521,6	7.682,2	7.729,0	7.762,0	0,7%	-2,4%
Depósitos Interfinanceiros	742,8	893,7	1.023,3	884,7	569,9	-16,9%	30,4%
Recursos em Letras ⁽¹⁾	2.348,8	2.079,9	2.883,8	2.817,7	2.837,8	12,9%	-17,2%
Dívida Subordinada	1.991,6	1.879,8	2.625,9	2.672,2	2.222,5	6,0%	-10,4%
Total	43.038,7	40.994,1	41.713,3	40.184,9	39.195,8	5,0%	9,8%
Recursos Administrados	8.951,5	8.836,4	9.292,8	9.063,6	8.869,2	1,3%	0,9%
Total Recursos Captados e Administrados	51.990,2	49.830,4	51.006,1	49.248,5	48.064,9	4,3%	8,2%

(1) Letras Financeiras e Imobiliárias.

Depósitos Totais

Os depósitos totais somaram R\$38.698,3 milhões em dezembro de 2015, posição 13,4% ou R\$4.562,9 milhões acima do saldo de dezembro de 2014 e 4,5% ou R\$1.663,9 milhões acima de setembro de 2015. Nos períodos analisados, a expansão dos depósitos foi influenciada especialmente pelo crescimento dos depósitos a prazo.

Depósitos à Vista

Os depósitos à vista alcançaram R\$3.173,9 milhões em dezembro de 2015, com redução de 3,3% ou R\$106,8 milhões nos doze meses e acréscimo de 18,7% ou R\$499,1 milhões nos últimos três meses. A trajetória ascendente dos depósitos à vista no último trimestre foi influenciada pela sazonal ampliação da renda ao final do ano, refletindo no aumento dos recursos em conta corrente.

Depósitos de Poupança

Os depósitos de poupança somaram R\$7.573,7 milhões em dezembro de 2015, com redução de 2,4% ou R\$188,4 milhões em relação ao saldo de dezembro de 2014 e relativa estabilidade, com crescimento de 0,7% ou R\$52,1 milhões em relação a setembro de 2015. A desaceleração do saldo dessa linha está influenciada pela redução da rentabilidade comparativamente a outras aplicações financeiras.

Depósitos a Prazo

Os depósitos a prazo são o principal instrumento de captação do Banco. Em dezembro de 2015, o montante captado em depósitos a prazo alcançou R\$27.207,9 milhões, com incremento de 20,8% ou R\$4.685,1 milhões em relação a dezembro de 2014 e de 4,9% ou R\$1.263,6 milhões em relação a setembro de 2015.

Dívida Subordinada

As dívidas subordinadas totalizaram R\$1.991,6 milhões em dezembro de 2015, com decréscimo de 10,4% ou R\$230,9 milhões nos doze meses e expansão de 6,0% ou R\$111,9 milhões (variação cambial) nos três meses. A redução de saldo nos doze meses reflete a liquidação antecipada de parte da dívida subordinada.

A liquidação parcial e antecipada da dívida subordinada, emitida em 2012 no valor de US\$775 milhões pelo prazo de 10 anos, foi realizada com a finalidade de reduzir o custo de captação e de garantir liquidez às notas, face ao contexto de desvalorização cambial e de ampliação do risco-país. A operação de recompra alcançou US\$249 milhões em setembro de 2015, liquidada por US\$199 milhões. O valor da obrigação na curva, R\$1.037,1 milhões, estava contabilizado na data de sua liquidação, marcado a mercado, por R\$911,3 milhões. A liquidação da dívida alcançou R\$810,7 milhões. Em outubro de 2015, ocorreu a complementação da recompra parcial da dívida subordinada no valor de US\$2,8 milhões.

Recursos em Letras

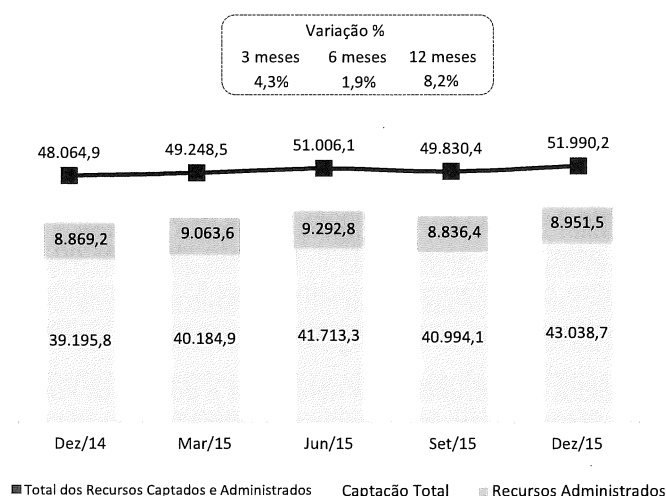
O saldo de letras financeiras e imobiliárias alcançou R\$2.348,8 milhões em dezembro de 2015, com redução de 17,2% ou R\$489,0 milhões nos doze meses e aumento de 12,9% ou R\$268,9 milhões nos últimos três meses. A trajetória nos doze meses reflete o vencimento da primeira série de letras financeiras emitidas em agosto de 2013.

RECURSOS ADMINISTRADOS

Os recursos de terceiros administrados alcançaram R\$8.951,5 milhões em dezembro de 2015 e relativa estabilidade, com aumento de R\$82,3 milhões na comparação com dezembro de 2014 e crescimento de 1,3% ou R\$115,1 milhões em relação a setembro de 2015. Face à volatilidade dos mercados, o Banrisul adotou estratégia conservadora na gestão dos recursos de terceiros sob sua administração ao longo do ano, primando pela liquidez das carteiras.

A entrada em vigor em 1º/10/2015 da Instrução nº 555 da CVM, de 17/12/2014, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, não produziu efeitos nas carteiras em 2015, uma vez que as adaptações nos fundos de investimento em funcionamento na data de início de vigência do normativo podem ser providenciadas até 30/06/2016, conforme Instrução nº 572 da CVM, de 26/11/2015.

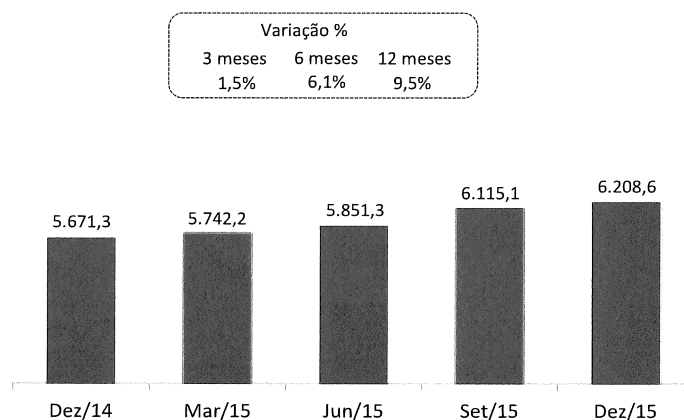
Gráfico 16: Recursos Captados e Administrados - R\$ Milhões



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do Banrisul totalizou R\$6.208,6 milhões ao final de dezembro de 2015, com expansão de 9,5% ou R\$537,2 milhões na comparação com dezembro de 2014 e de 1,5% ou R\$93,5 milhões na comparação com setembro de 2015. As variações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de resultados gerados, deduzidos os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, além do remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós emprego (CPC 33 - R1).

Gráfico 17: Patrimônio Líquido - R\$ Milhões



ÍNDICE DE BASILEIA

Conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, a partir de 1º de janeiro de 2015, a apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco passam a ter como base o Conglomerado Prudencial. A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco referenciada no Conglomerado Prudencial passou a ser realizada em janeiro de 2015, iniciando uma nova série de informações, não comparáveis às divulgações anteriores, apurados com base no Conglomerado Financeiro.

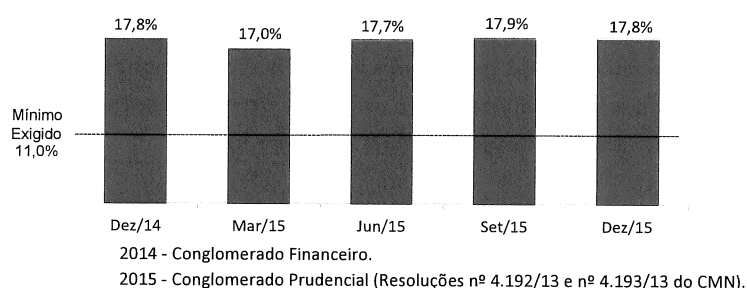
Dando prosseguimento à implantação das diretrizes de Basileia III, o Bacen divulgou a Circular nº 3.748/15, com definição da metodologia de cálculo da Razão de Alavancagem, vigente a partir de outubro de 2015. Foram introduzidas, também, alterações na Apuração dos Adicionais de Capital Principal, de acordo com normativos específicos, que passam a ser exigidos a partir de janeiro de 2016.

O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial totalizou R\$7.389,2 milhões em dezembro de 2015, resultado do somatório do Nível I, R\$6.145,6 milhões, e do Nível II, R\$1.243,6 milhões. Em relação a setembro de 2015, o Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial apresentou incremento de 1,2% ou R\$88,7 milhões. Nesse sentido, destaca-se o incremento no Patrimônio Líquido, influenciado pela incorporação dos resultados gerados no período, além do remensuramento do passivo atuarial.

A exposição total dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA_{TOTAL} atingiu R\$41.536,5 milhões, com destaque para a parcela de risco de crédito que foi de R\$34.689,5 milhões. As demais parcelas encerraram em R\$1.012,0 milhões para o risco de mercado e em R\$5.835,0 milhões para o risco operacional. Em relação a setembro de 2015, os Ativos Ponderados pelo Risco apresentaram aumento de 1,6% ou R\$649,2 milhões, verificado essencialmente no risco de crédito, que apresentou crescimento de R\$580,1 milhões. O risco de mercado cresceu R\$69,1 milhões e o risco operacional, cujo cálculo é semestral, permaneceu inalterado.

Considerando os valores realizados do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA, o Índice de Basileia atingiu 17,8% em dezembro de 2015, com decréscimo de 0,1 pp. em relação a setembro de 2015. O Capital Principal e o Capital de Nível I encerraram o ano de 2015 com índice de 14,8%, ambos superiores ao mínimo exigido.

Gráfico 18: Índice de Basileia



EVOLUÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO

LUCRO LÍQUIDO

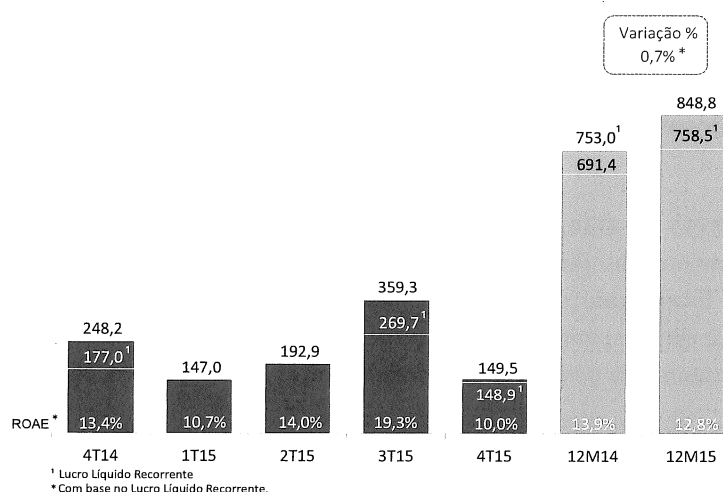
O lucro líquido de R\$848,8 milhões apurado em 2015 foi impactado por fatos recorrentes pontuais - liquidação antecipada de parte da dívida subordinada - e por eventos extraordinários: (i) criação do Plano de Desligamento por Aposentadoria – PDA; (ii) aporte de recursos pela Icatu Seguros S.A. para integralização de capital da *holding* Banrisul Icatu Participações S.A.; (iii) efeitos fiscais sobre os eventos não recorrentes; e (iv) ajuste de créditos tributários decorrente do acréscimo de 5 pp. na alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

O resultado recorrente de 2015 somou R\$758,5 milhões, com relativa estabilidade apresentando crescimento de R\$5,5 milhões em relação ao resultado recorrente registrado no ano passado. O desempenho no ano foi afetado pelo (i) crescimento da margem financeira em R\$624,1 milhões, impactado pela ampliação de receitas e de despesas com juros; (ii) elevação das despesas de provisão para perdas em operações de crédito em R\$767,2 milhões, refletindo a rolagem da carteira por atraso em níveis mais elevados de *rating*; (iii) expansão das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias em R\$248,3 milhões, especialmente das receitas de adquirência e *vouchers*; (iv) incremento das despesas administrativas, incluídas as de pessoal, em R\$289,9 milhões, devido ao dissídio da categoria, bem como em função do maior fluxo de despesas com adquirência e originação de crédito na plataforma extra rede de agências; (v) performance favorável de outras receitas/despesas operacionais, com incremento de R\$205,4 milhões, devido especialmente à operação de recompra da dívida subordinada.

O resultado recorrente do 4T15 alcançou R\$148,9 milhões, 15,9% ou R\$28,2 milhões abaixo do lucro registrado no 4T14. O desempenho trimestral está associado à (i) expansão da margem financeira em R\$194,4 milhões, impactada pela ampliação de receitas e de despesas com juros; (ii) crescimento das despesas com provisão para operações de crédito em R\$189,8 milhões, face à rolagem da carteira em atraso em níveis de *rating* mais elevados; (iii) aumento das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias em R\$66,2 milhões, fruto da elevação das rendas com a rede de adquirência multibandeira; (iv) expansão de despesas administrativas, incluídas as de pessoal, em R\$79,9 milhões; (v) redução das outras receitas operacionais, em R\$20,3 milhões, face à retração das receitas de ajuste cambial, afetadas pela variação cambial do período.

Em relação ao trimestre anterior, o lucro líquido recorrente do 4T15 apresentou retração de 44,8% ou R\$120,8 milhões, face à (i) redução das outras receitas operacionais, em R\$267,8 milhões, devido, especialmente, aos efeitos da operação de recompra da dívida subordinada realizada no 3T15 e à variação cambial; (ii) crescimento da margem financeira em R\$112,6 milhões; (iii) expansão de despesas com provisões para crédito em R\$12,8 milhões, refletindo aumento da carteira de crédito e expansão das baixas, num contexto de redução dos atrasos; (iv) aumento das receitas com tarifas e serviços em R\$29,9 milhões; (v) acréscimo das despesas administrativas, incluídas as de pessoal, em R\$65,6 milhões; e consequentes efeitos tributários.

Gráfico 19: Lucro Líquido - R\$ Milhões



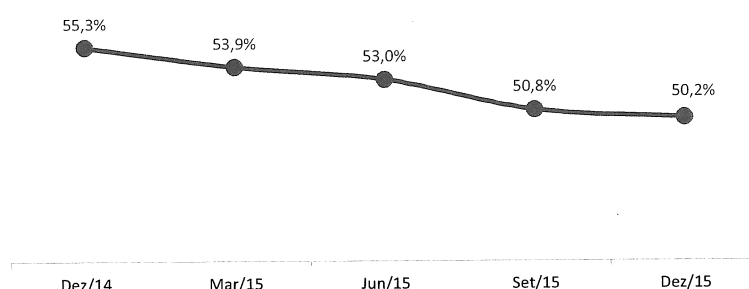
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 12,8% no ano de 2015, 1,1 pp. abaixo do retorno registrado em 2014, refletindo um cenário que associa (i) aumento das receitas e despesas com juros, impactado pela trajetória da Taxa Selic e pela ampliação dos saldos; (ii) maior fluxo de despesas de provisão para operações de crédito; (iii) ampliação das despesas administrativas e das receitas com outros serviços, ambas associadas à expansão de negócios com adquirência e com operações de crédito originadas na plataforma extra rede de agências; (iv) efeito positivo da liquidação antecipada de parte da dívida subordinada; e (v) variação cambial do período.

Índice de Eficiência Recorrente

O índice de eficiência mede, em percentual, o volume de receitas consumidas na cobertura das despesas administrativas. Quanto menor, melhor. O índice de eficiência recorrente, calculado no período de doze meses até dezembro de 2015, alcançou 50,2%, 5,1 pp. abaixo do obtido no mesmo período até dezembro de 2014. A melhora do indicador reflete a ampliação da margem financeira, das receitas com serviços e tarifas bancárias, o efeito favorável da operação de recompra parcial da dívida subordinada e da variação cambial, resultado minimizado, em parte, pelo crescimento das despesas administrativas.

Gráfico 20: Índice de Eficiência Recorrente



RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

No ano de 2015, as receitas da intermediação financeira somaram R\$10.804,3 milhões, 31,8% ou R\$2.607,7 milhões acima do alcançado em 2014. No 4T15, o total de receitas da intermediação financeira alcançou R\$2.602,1 milhões, com aumento de 11,6% ou R\$271,5 milhões frente ao fluxo do 4T14 e redução de 17,9% ou R\$566,6 milhões na comparação com o 3T15.

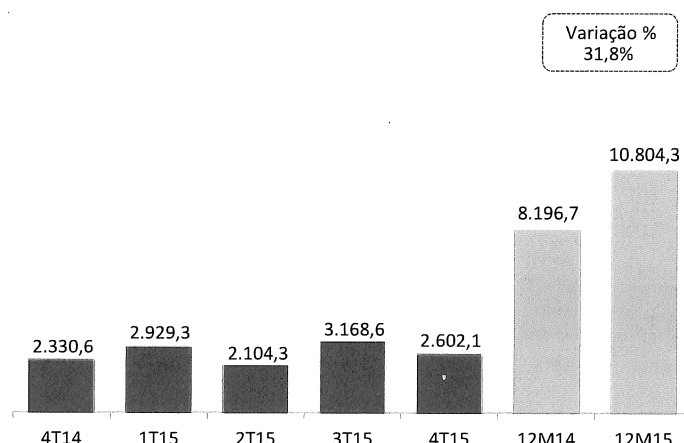
A trajetória ascendente das receitas da intermediação financeira nos doze meses de 2015 em relação aos doze meses de 2014 proveio, principalmente, da elevação das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros, em R\$1.266,1 milhões, da ampliação do resultado de TVM e derivativos, em R\$879,8 milhões, e do crescimento do resultado de operações de câmbio em R\$251,0 milhões. A elevação da taxa básica de juros, o incremento no saldo médio dos ativos e a variação cambial motivaram o aumento das receitas no período.

Na comparação entre 4T15 e 4T14, a ampliação das receitas da intermediação financeira decorreu, especialmente, do incremento das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros, em R\$213,9 milhões, e da ampliação do resultado das aplicações compulsórias, em R\$105,2 milhões, minimizada em parte pela retração do resultado de operações de câmbio, em R\$92,8 milhões, e impulsionada pelas mesmas condicionantes comentadas no parágrafo anterior.

A redução das receitas da intermediação financeira no último trimestre foi influenciada, especialmente, pelo decréscimo do resultado de câmbio, em R\$299,8 milhões, do resultado de tesouraria, em R\$172,9 milhões, e das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros, em

R\$132,1 milhões. O movimento foi afetado pela valorização cambial registrada no 4T15 frente à desvalorização cambial do 3T15.

Gráfico 21: Receitas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E VENDA OU TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

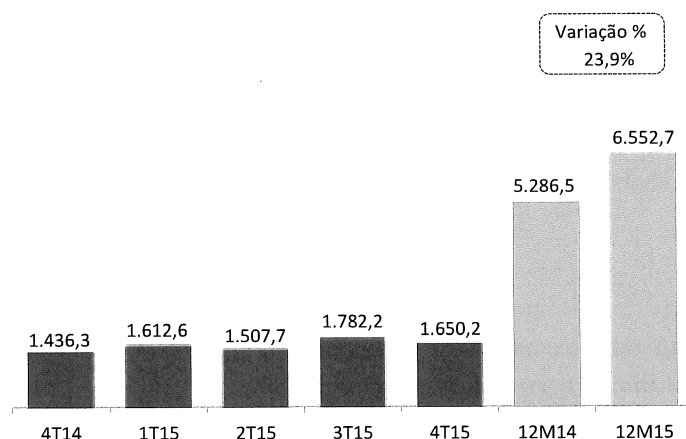
As receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros totalizaram R\$6.552,7 milhões em 2015, 23,9% ou R\$1.266,1 milhões acima do montante contabilizado em 2014. No 4T15, as receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros alcançaram R\$1.650,2 milhões, com crescimento de 14,9% ou R\$213,9 milhões na comparação com o 4T14 e redução de 7,4% ou R\$132,1 milhões em relação ao 3T15.

O crescimento das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros nos doze meses proveio, principalmente, da expansão das receitas do crédito comercial, em R\$909,1 milhões, e dos financiamentos a longo prazo, em R\$201,0 milhões. O incremento das receitas de crédito foi influenciado pelo aumento da Taxa Selic efetiva, que refletiu na reprecificação das operações contratadas, especialmente da PJ, pela variação cambial, bem como pelo incremento no saldo de operações de crédito.

No 4T15, comparando ao 4T14, a trajetória das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros apresentou incremento, principalmente, pelo aumento das receitas de crédito comercial, em R\$240,1 milhões, e pelo incremento das receitas do crédito imobiliário, em R\$26,1 milhões, movimento minimizado em parte pela retração das receitas dos financiamentos de longo prazo, em R\$51,4 milhões, em especial dos financiamentos em moeda estrangeira, impactados pela variação cambial do período.

Em relação ao trimestre anterior, as receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros apresentaram decréscimo devido, especialmente, à redução da receita dos financiamentos a longo prazo, em R\$187,4 milhões, principalmente nos financiamentos em moeda estrangeira, em função da valorização cambial do período, movimento, parcialmente, minimizado pela expansão das receitas da carteira comercial, em R\$42,6 milhões, especialmente das receitas da pessoa jurídica.

Gráfico 22: Receitas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Venda ou Transferência de Ativos Financeiros - R\$ Milhões



Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

Nos doze meses de 2015, as receitas geradas pelo crédito comercial totalizaram R\$5.321,0 milhões, 20,6% ou R\$909,1 milhões acima do montante registrado nos doze meses de 2014. No 4T15, as receitas do crédito comercial alcançaram R\$1.417,5 milhões, com crescimento de 20,4% ou R\$240,1 milhões em relação ao fluxo do 4T14 e incremento de 3,1% ou R\$42,6 milhões na comparação com o 3T15. As receitas foram favorecidas pelo crescimento do saldo da carteira comercial e pela elevação da taxa básica de juros, com repercussão direta na receita do segmento empresarial, caracterizado, em maior parte, por operações pós-fixadas.

A ampliação da receita do crédito comercial pessoa física na comparação dos doze meses e dos trimestres 4T15 vs 4T14 proveio, especialmente, das receitas do crédito consignado e cheque especial. No que se refere às receitas do crédito comercial do segmento empresarial, o aumento proveio, especialmente, da expansão das receitas das linhas de capital de giro e conta garantida, associadas ao aumento da Taxa Selic efetiva.

No último trimestre, o crescimento da receita do crédito comercial foi afetado pela expansão das receitas da pessoa jurídica, em R\$28,1 milhões, influenciada pelo aumento das receitas de capital de giro e da conta garantida, reflexo da elevação da taxa das operações, preponderantemente, pós-fixadas, e pela expansão da pessoa física, em R\$14,4 milhões, especialmente das receitas do crédito pessoal. A reprecificação da carteira impactou ambos os segmentos do crédito comercial.

TABELA 20: RECEITAS DO CRÉDITO COMERCIAL - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA - R\$ MILHÕES

	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015/ 2014
Pessoa Física	3.292,9	2.847,8	868,3	853,9	811,2	759,5	751,9	15,6%
Crédito Pessoal - Consignado	1.785,5	1.568,2	466,3	458,3	438,5	422,3	413,3	13,9%
Aquisição Bens - Consignado	11,9	13,1	2,5	2,9	3,2	3,3	2,9	-8,7%
Aquisição Bens - Outros Bens	1,4	0,9	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	55,2%
Aquisição Bens - Veículos	13,3	13,7	3,0	3,3	3,5	3,5	3,3	-2,7%
Cheque Especial	727,4	630,9	187,8	191,8	184,0	163,8	162,7	15,3%
Crédito 1 Minuto	198,7	154,4	54,7	53,0	47,9	43,2	41,1	28,6%
Crédito Pessoal Automático	124,2	117,4	30,8	31,7	31,3	30,4	29,8	5,8%
Crédito Pessoal - Não Consignado	219,7	182,4	64,6	57,6	52,1	45,5	53,0	20,5%
Cartão de Crédito	99,7	70,5	27,9	27,0	23,2	21,5	20,2	41,4%
Outros - PF	111,2	96,4	30,4	28,0	27,1	25,7	25,3	15,4%
Pessoa Jurídica	2.028,1	1.564,1	549,2	521,0	495,0	462,9	425,5	29,7%
Aquisição Bens - Outros Bens	5,2	6,2	1,1	1,2	1,4	1,4	1,5	-16,2%
Aquisição Bens - Veículos	9,5	8,7	2,3	2,3	2,4	2,4	2,3	8,4%
Capital de Giro - CEB	1.007,8	778,0	277,6	257,2	242,8	230,2	211,1	29,5%
Capital de Giro - CGB	297,5	259,1	77,2	76,8	72,6	70,9	67,2	14,8%
CDCI	5,3	6,4	1,2	1,2	1,3	1,6	1,6	-17,3%
Compror	23,1	19,2	5,3	5,8	6,0	6,0	5,8	20,8%
Conta Devedora Caução - CCC	65,5	52,5	16,5	16,3	16,7	16,0	14,8	24,7%
Conta Garantida	421,7	285,5	115,5	109,0	105,1	92,2	78,8	47,7%
Desconto de Recebíveis	109,1	90,1	29,1	27,0	27,0	26,0	25,6	21,1%
Vendor	16,0	12,7	4,3	4,3	4,2	3,3	3,6	26,7%
Crédito no Exterior	12,6	8,6	3,0	4,5	2,3	2,7	2,6	46,5%
Outros - PJ	54,7	37,1	16,1	15,2	13,2	10,2	10,4	47,3%
Total	5.321,0	4.411,9	1.417,5	1.374,9	1.306,2	1.222,4	1.177,4	20,6%

As taxas médias mensais do crédito comercial apresentaram aumento de 0,26 pp. no ano de 2015 em relação ao ano de 2014. Os produtos do crédito comercial à pessoa jurídica apresentaram crescimento de 0,33 pp. nas taxas médias mensais, e as taxas médias mensais das linhas do crédito comercial à pessoa física apresentaram expansão de 0,23 pp. no mesmo período.

As taxas médias mensais do crédito comercial ao segmento empresarial são influenciadas, em especial, pela trajetória da taxa básica de juros e pelas condições de competitividade, enquanto as taxas médias mensais da pessoa física carregam o efeito do estoque de operações pré-fixadas. As mesmas condicionantes influenciaram as taxas médias mensais na comparação entre o 4T15 e 4T14, período no qual as taxas médias mensais do crédito comercial apresentaram aumento de 0,35 pp.

No último trimestre, as taxas médias mensais do crédito comercial apresentaram crescimento de 0,05 pp., impactado pela ampliação, em 0,07 pp., das taxas médias do crédito comercial à pessoa jurídica e, em 0,03 pp., das taxas médias mensais dos produtos do crédito comercial à pessoa física.

TABELA 21: TAXAS MÉDIAS MENSAIS DO CRÉDITO COMERCIAL - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

	2015	2014 ⁽¹⁾	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14 ⁽¹⁾
Pessoa Física	2,63%	2,40%	2,71%	2,68%	2,60%	2,50%	2,45%
Crédito Pessoal - Consignado	1,97%	1,86%	2,00%	1,98%	1,96%	1,94%	1,91%
Aquisição Bens - Consignado	1,46%	1,46%	1,47%	1,46%	1,46%	1,44%	1,46%
Aquisição Bens - Outros Bens	2,38%	2,06%	2,52%	2,43%	2,33%	2,23%	2,13%
Aquisição Bens - Veículos	1,68%	1,67%	1,71%	1,69%	1,66%	1,65%	1,68%
Cheque Especial	10,17%	9,05%	10,80%	10,28%	9,99%	9,59%	9,43%
Crédito 1 Minuto	4,16%	3,52%	4,64%	4,29%	3,95%	3,77%	3,62%
Crédito Pessoal Automático	4,61%	4,00%	4,93%	4,69%	4,49%	4,34%	4,20%
Crédito Pessoal - Não Consignado	2,69%	2,56%	2,69%	2,77%	2,69%	2,60%	2,55%
Cartão de Crédito	10,10%	8,63%	11,46%	10,30%	9,44%	9,21%	9,05%
Outros - PF	1,25%	1,09%	1,41%	1,31%	1,20%	1,10%	1,07%
Pessoa Jurídica	1,84%	1,51%	1,99%	1,92%	1,79%	1,65%	1,55%
Aquisição Bens - Outros Bens	1,67%	1,64%	1,71%	1,70%	1,67%	1,61%	1,61%
Aquisição Bens - Veículos	1,73%	1,69%	1,80%	1,75%	1,71%	1,68%	1,67%
Capital de Giro - CEB	1,55%	1,31%	1,68%	1,64%	1,51%	1,38%	1,34%
Capital de Giro - CGB	1,73%	1,50%	1,85%	1,80%	1,70%	1,59%	1,56%
CDI	3,11%	3,25%	3,05%	2,99%	3,02%	3,40%	3,49%
Comprar	1,45%	1,24%	1,60%	1,51%	1,41%	1,29%	1,25%
Conta Devedora Caução - CCC	2,04%	1,69%	2,23%	2,28%	1,90%	1,74%	1,69%
Conta Garantida	4,44%	3,47%	4,73%	4,60%	4,43%	4,02%	3,62%
Desconto de Recebíveis	2,15%	1,79%	2,44%	2,20%	2,05%	1,92%	1,84%
Vendor	1,46%	1,21%	1,61%	1,54%	1,40%	1,30%	1,24%
Outros - PJ	0,94%	0,64%	1,07%	1,02%	0,85%	0,81%	0,68%
Total	2,26%	2,00%	2,39%	2,34%	2,22%	2,10%	2,04%

[1] Reapresentado para adequação dos critérios de demonstração das taxas dos produtos rotativos.

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

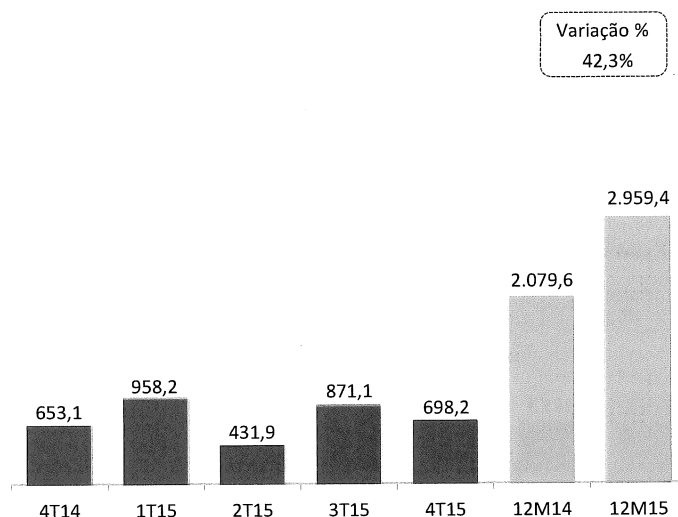
O resultado de operações com títulos e valores mobiliários (TVM) e instrumentos financeiros derivativos somou R\$2.959,4 milhões no ano de 2015, 42,3% ou R\$879,8 milhões acima do montante contabilizado no ano de 2014. No 4T15, o resultado de tesouraria alcançou R\$698,2 milhões, com crescimento de 6,9% ou R\$45,1 milhões frente ao resultado apurado no 4T14 e redução de 19,8% ou R\$172,9 milhões em relação ao 3T15.

A trajetória do resultado de tesouraria nos doze meses de 2015 em relação aos doze meses de 2014 proveio da expansão do resultado de TVM, influenciada pela ampliação da Taxa Selic efetiva, que passou de 10,90% nos doze meses de 2014 para 13,27% nos doze meses de 2015, bem como pelo crescimento do volume de títulos em tesouraria, e do incremento do resultado de instrumentos financeiros derivativos, impactado pela variação cambial e marcação a mercado da dívida subordinada com correspondente contraparte nos contratos de *swap*, conforme metodologia de *hedge accounting* implementada para a minimização do impacto da variação cambial sobre a captação externa.

No 4T15, o resultado de tesouraria comparado ao valor registrado no 4T14 proveio da expansão das receitas de TVM, devido ao aumento da Taxa Selic efetiva, minimizado em parte pelo decréscimo do resultado de instrumentos financeiros derivativos, face à variação cambial e marcação a mercado do período.

A retração do resultado de tesouraria na comparação com o trimestre anterior proveio, principalmente, do decréscimo do resultado de derivativos, face ao resgate parcial da dívida subordinada ocorrido no 3T15, com liquidação do correspondente contrato de *hedge (swap)*; bem como à valorização cambial do período frente à desvalorização registrada no 3T15 e à marcação a mercado.

Gráfico 23: Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos - R\$ Milhões

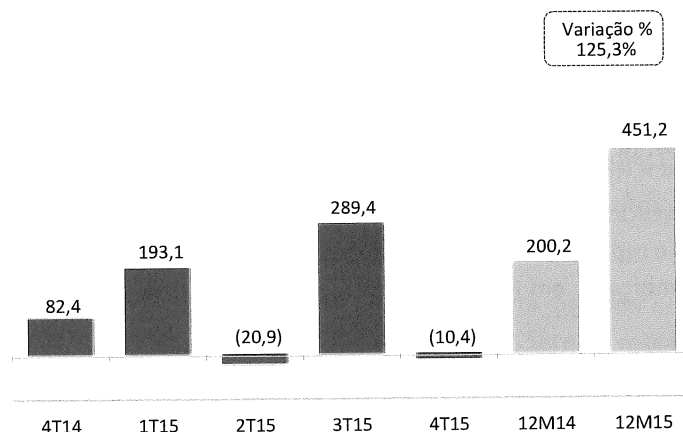


RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO

O resultado de operações de câmbio totalizou R\$451,2 milhões no ano de 2015, R\$251,0 milhões acima do montante contabilizado no ano de 2014. No 4T15, o resultado de câmbio foi negativo e alcançou R\$10,4 milhões, com redução de R\$92,8 milhões na comparação com o 4T14 e de R\$299,8 milhões em relação ao 3T15. As operações de câmbio no Banrisul são casadas com *funding* em moeda estrangeira, logo, a variação das receitas é compensada, proporcionalmente, por variação das despesas com obrigações de empréstimos e repasses em moeda estrangeira.

A trajetória do resultado de câmbio em doze meses, reflete a desvalorização cambial (13,39% nos doze meses de 2014 e 47,01% nos doze meses de 2015). No 4T15 vs 4T14, o decréscimo decorreu da valorização cambial de 1,71% no 4T15 frente à desvalorização de 8,37% no 4T14. No último trimestre, o resultado de câmbio foi afetado pela valorização cambial de 1,71% no 4T15 frente à desvalorização cambial de 28,05% no 3T15.

Gráfico 24: Resultado de Operações de Câmbio - R\$ Milhões



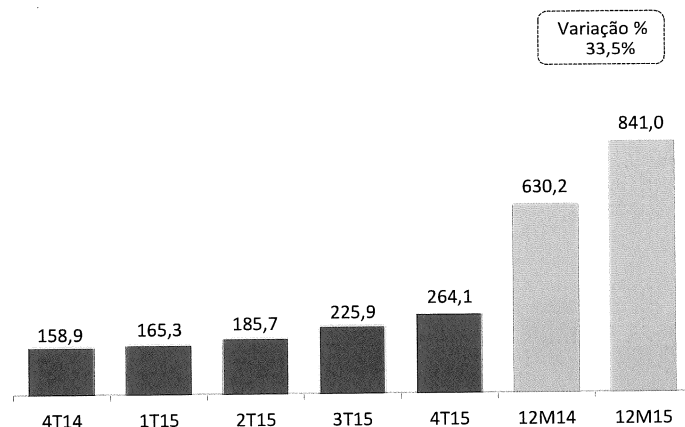
RESULTADO DAS APLICAÇÕES COMPULSÓRIAS

O resultado das aplicações compulsórias alcançou R\$841,0 milhões no ano de 2015, 33,5% ou R\$210,8 milhões acima do valor do ano de 2014. No 4T15, o resultado das aplicações compulsórias atingiu R\$264,1 milhões, com crescimento de 66,2% ou R\$105,2 milhões em relação ao 4T14 e incremento de 16,9% ou R\$38,1 milhões na comparação com o 3T15.

A ampliação do resultado das aplicações compulsórias nos períodos analisados proveio, especialmente, do crescimento das rendas vinculadas aos recursos a prazo, reflexo da alteração na alíquota para 25% da

exigibilidade de recolhimento compulsório, através da Circular nº 3.756/15 do Banco Central do Brasil, e do incremento das rendas de créditos vinculados à exigibilidade adicional, motivado pelo aumento do saldo de depósitos.

Gráfico 25: Resultado das Aplicações Compulsórias - R\$ Milhões



DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

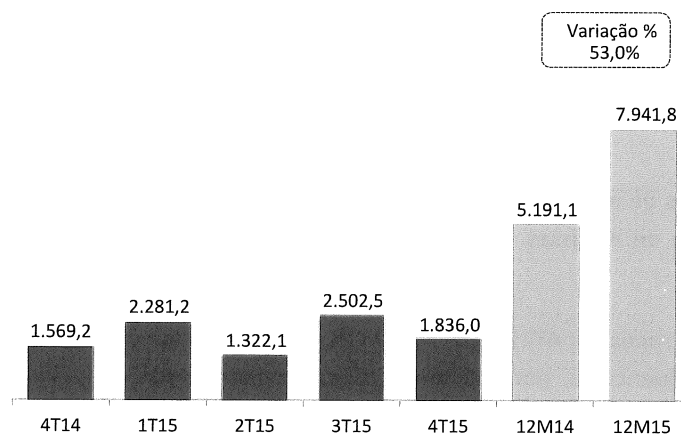
As despesas da intermediação financeira somaram R\$7.941,8 milhões no ano de 2015, com aumento de 53,0% ou R\$2.750,7 milhões sobre o fluxo do ano de 2014. No 4T15, as despesas da intermediação financeira alcançaram R\$1.836,0 milhões, com crescimento de 17,0% ou R\$266,9 milhões frente ao fluxo do 4T14 e redução de 26,6% ou R\$666,4 milhões em relação ao 3T15.

A ampliação das despesas da intermediação, nos doze meses, decorreu do incremento das despesas de captação no mercado, em R\$1.500,5 milhões, impactadas pelo aumento do saldo de depósitos a prazo, elevação da Taxa Selic, variação cambial e marcação a mercado sobre dívidas subordinadas, da elevação das despesas de provisão para operações de crédito, em R\$767,2 milhões, face ao movimento de rolagem das operações de crédito por *rating*, e do crescimento das despesas com empréstimos, cessões e repasses, em R\$483,0 milhões, afetado por variação cambial.

O incremento das despesas da intermediação financeira no 4T15 frente ao 4T14 decorreu, principalmente, do crescimento das despesas de captação no mercado, em R\$232,9 milhões, e da ampliação das despesas de provisão para operações de crédito, em R\$189,8 milhões, minimizado, em parte, pela redução das despesas com empréstimos, cessões e repasses, em R\$155,9 milhões, afetado pela valorização cambial no 4T15, frente à desvalorização cambial no 4T14.

No último trimestre, o decréscimo das despesas da intermediação financeira proveio da retração das despesas com empréstimos, cessões e repasses, em R\$516,0 milhões, influenciada pela variação cambial do período, e das despesas de captação no mercado, em R\$163,2 milhões, minimizado pela elevação das despesas de provisão para operações de crédito.

Gráfico 26: Despesas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



DESPESAS DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

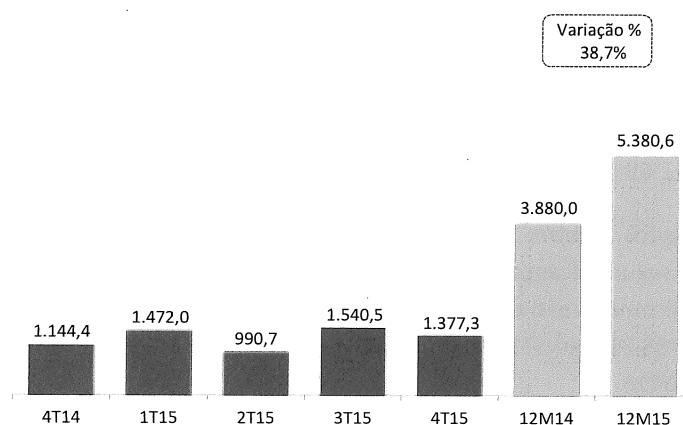
As despesas de captação no mercado somaram R\$5.380,6 milhões no ano de 2015, 38,7% ou R\$1.500,5 milhões acima do montante do ano de 2014. No 4T15, as despesas de captação no mercado alcançaram R\$1.377,3 milhões, com crescimento de 20,4% ou R\$232,9 milhões na comparação com o 4T14 e retração de 10,6% ou R\$163,2 milhões em relação ao 3T15.

O crescimento das despesas de captação no mercado comparados os doze meses proveio, especialmente, da ampliação das despesas com depósitos a prazo, em R\$832,4 milhões, face ao crescimento do saldo e à elevação da taxa básica de juros, que referencia a maior parte da captação, e da variação cambial e marcação a mercado das dívidas subordinadas em R\$447,4 milhões.

Na comparação entre 4T15 vs 4T14, a expansão das despesas de captação no mercado decorreu, especialmente, do maior volume das despesas com depósitos a prazo, em R\$249,8 milhões, e das despesas de operações compromissadas, em R\$74,1 milhões, minimizada pela redução da variação cambial e marcação a mercado das dívidas subordinadas, em R\$115,5 milhões. A ampliação das despesas com depósitos a prazo foi influenciada pela expansão dos saldos e pela elevação da taxa básica de juros.

No último trimestre, a trajetória decrescente das despesas de captação no mercado decorreu, especialmente, da retração das despesas das dívidas subordinadas, em R\$226,4 milhões, face ao resgate parcial de US\$251,8 milhões da dívida subordinada, à marcação a mercado e variação cambial do período, minimizada pelo aumento das despesas com operações compromissadas em R\$64,7 milhões.

Gráfico 27: Despesas de Captação no Mercado - R\$ Milhões



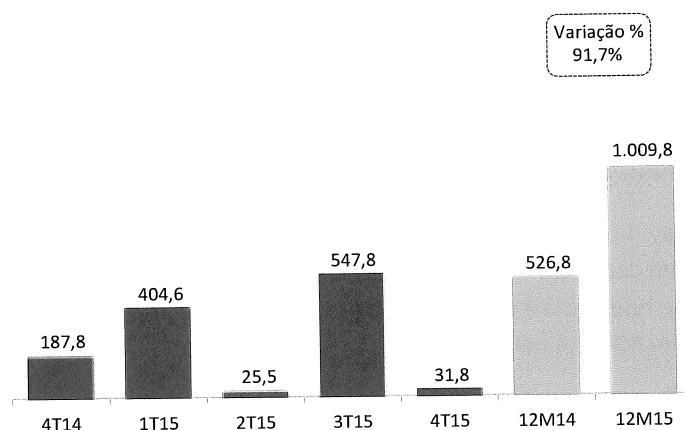
DESPESAS DE EMPRÉSTIMOS, CESSÕES E REPASSES

As despesas de empréstimos, cessões e repasses totalizaram R\$1.009,8 milhões no ano de 2015, 91,7% ou R\$483,0 milhões acima do montante do ano de 2014. No 4T15, as despesas de empréstimos, cessões e repasses alcançaram R\$31,8 milhões, com redução de R\$155,9 milhões em relação ao 4T14 e de R\$516,0 milhões na comparação com o 3T15.

O incremento das despesas de empréstimos, cessões e repasses nos doze meses decorreu, especialmente, do crescimento das despesas de repasses em moeda estrangeira, impactado pela desvalorização cambial no período.

No comparativo entre os trimestres 4T15 vs 4T14 e 4T15 vs 3T15, a trajetória das despesas de empréstimos, cessões e repasses foi influenciada, principalmente, pelo decréscimo das despesas de repasses em moeda estrangeira, afetadas pela valorização cambial ocorrida no último trimestre.

Gráfico 28: Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses - R\$ Milhões



CUSTO DE CAPTAÇÃO

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos recursos captados, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados, vinculados aos correspondentes valores das despesas efetivas de captação, ajustados pelo resultado de instrumentos financeiros derivativos, gerando as taxas médias. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação os depósitos, a captação no mercado aberto, os recursos de aceites e emissão de títulos e as dívidas subordinadas líquidas do resultado gerado pela marcação a mercado do *swap*, associados, diretamente, às respectivas despesas para o cálculo do custo médio.

O preço médio da captação alcançou 2,68% no 4T15, acima da taxa de 2,25% do 4T14 e menor que 2,83% do 3T15, em linha com as oscilações da Taxa Selic efetiva, que referencia a maioria da captação. Os itens de maior relevância na composição dos custos foram os depósitos a prazo, operações compromissadas e poupança. O indicador de custo médio em relação à Taxa Selic alcançou 79,67% no 4T15, retração de 1,37 pp. na comparação com o índice do 4T14 e de 2,69 pp. frente ao indicador obtido no 3T15.

O custo médio dos depósitos a prazo, que representam 54,5% do saldo médio do conjunto de rubricas demonstradas na tabela a seguir, alcançou 2,90% no 4T15, com crescimento de 0,55 pp. em relação ao 4T14 e decréscimo de 0,07 pp. na comparação com o 3T15. A proporcionalidade dos custos dos depósitos a prazo em relação à Taxa Selic atingiu 86,26% no 4T15, aumento de 1,82 pp. frente ao registrado no 4T14 e redução de 0,35 pp. na comparação com o 3T15.

O custo médio das dívidas subordinadas alcançou 2,78% no 4T15, 0,62 pp. abaixo do registrado no 4T14 e 2,38 pp. inferior ao custo obtido no 3T15, influenciado pela operação de recompra parcial de notas da dívida subordinada, efetuada no trimestre anterior, com a finalidade de redução do custo de captação e de garantia de liquidez às notas, face ao contexto de desvalorização cambial e de ampliação do risco-país.

TABELA 22: CUSTO DE CAPTAÇÃO - R\$ MILHÕES E %

	4T15			3T15			4T14		
	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos à Vista	2.898,6	-	-	2.560,6	-	-	2.947,0	(0,0)	0,00%
Depósitos de Poupança	7.527,9	(147,5)	1,96%	7.572,2	(153,3)	2,02%	7.669,9	(130,7)	1,70%
Depósitos a Prazo	26.593,5	(771,6)	2,90%	25.342,6	(753,9)	2,97%	22.234,3	(521,8)	2,35%
Depósitos Interfinanceiros	886,4	(22,4)	2,53%	1.017,8	(27,7)	2,72%	500,2	(10,5)	2,09%
Despesas de Contribuição FGC	-	(14,1)	-	-	(13,5)	-	-	(12,6)	-
Operações Compromissadas	6.714,8	(225,0)	3,35%	5.301,8	(160,3)	3,02%	5.104,4	(150,8)	2,96%
Obrigação Depósito Especial de Fundos e Programas	5,9	(0,0)	0,39%	5,7	(0,0)	0,44%	5,7	(0,0)	0,23%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.234,0	(73,3)	3,28%	2.349,7	(82,0)	3,49%	2.826,7	(79,0)	2,80%
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	1.973,7	(54,8)	2,78%	2.492,9	(128,7)	5,16%	2.145,8	(72,9)	3,40%
Saldo Médio Total / Despesa Total	48.834,7	(1.308,7)	2,68%	46.643,2	(1.319,5)	2,83%	43.434,1	(978,4)	2,25%
Selic			3,36%			3,43%			2,78%
Custo Médio / Selic			79,67%			82,36%			81,04%
Custo Depósito a Prazo / Selic			86,26%			86,61%			84,44%

(1) Ajustada pelos ganhos e perdas de instrumentos de *hedge* (swap).

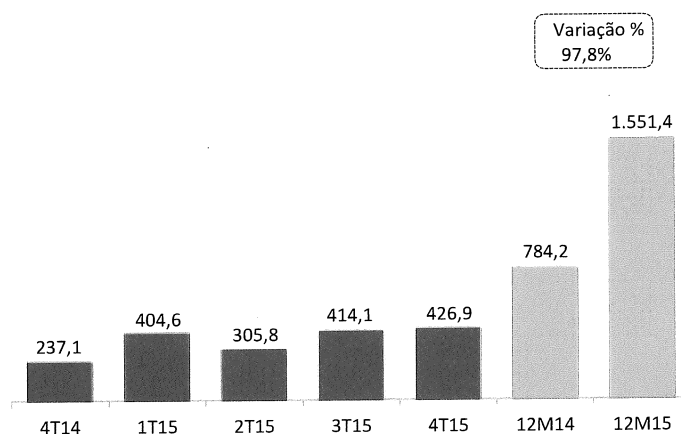
DESPESAS DE PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As despesas de provisão para operações de crédito somaram R\$1.551,4 milhões no ano de 2015, 97,8% ou R\$767,2 milhões acima do ano de 2014. No 4T15, as despesas de provisão para operações de crédito alcançaram R\$426,9 milhões, com aumento de 80,1% ou R\$189,8 milhões na comparação com o 4T14 e de 3,1% ou R\$12,8 milhões frente ao fluxo do 3T15.

A trajetória ascendente das despesas de provisão para operações de crédito na comparação dos doze meses e entre 4T15 vs 4T14, decorreu da ampliação dos ativos de crédito, bem como da rolagem do saldo de atrasos em níveis de *rating* mais elevados, que exigiu maior provisionamento, num contexto de aumento do fluxo de baixas para prejuízo.

Em relação ao último trimestre, as despesas de provisão para operações de crédito apresentaram crescimento, face, especialmente, ao aumento da carteira de crédito e à expansão das baixas para prejuízo, num contexto de redução dos atrasos.

Gráfico 29: Despesas de Provisão para Operações de Crédito - R\$ Milhões



MARGEM FINANCEIRA

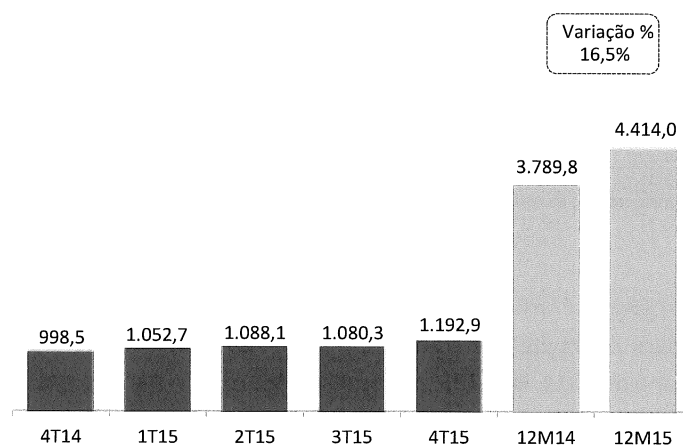
A margem financeira totalizou R\$4.414,0 milhões no ano de 2015, fluxo superior ao registrado no ano de 2014 em 16,5% ou R\$624,1 milhões. No 4T15, a margem financeira alcançou R\$1.192,9 milhões, com crescimento de 19,5% ou R\$194,4 milhões frente ao valor do 4T14 e de 10,4% ou R\$112,6 milhões na comparação com o 3T15.

A trajetória da margem financeira nos doze meses foi impactada pela reprecificação da carteira de crédito, movimento que vem ocorrendo desde 2014 em linha com a trajetória ascendente dos juros básicos da economia. Embora a elevação da Taxa Selic produza efeito direto sobre as despesas de captação (operações pós-fixadas) e

indireto sobre as receitas de juros, face à estrutura da carteira (em maior parte representada por operações pré-fixadas), a recomposição dos *spreads* sobre ativos gerou aumento de margem num contexto de elevação do saldo de ativos geradores de receitas e de passivos onerosos.

Na análise dos trimestres, a expansão da margem financeira reflete, especialmente, o aumento de preços dos ativos, num ambiente de elevação do risco.

Gráfico 30: Margem Financeira - R\$ Milhões



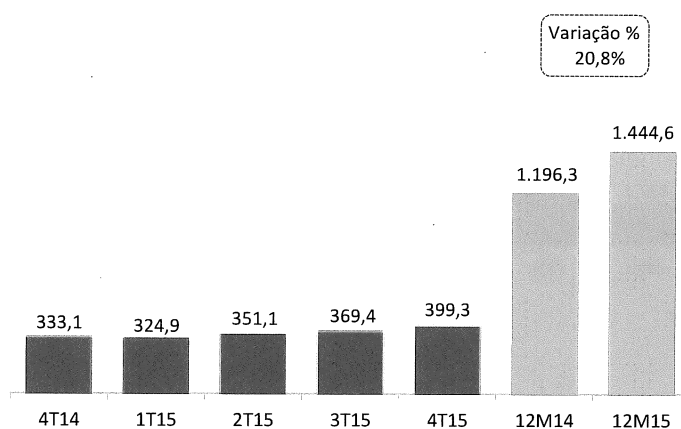
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$1.444,6 milhões em 2015, 20,8% ou R\$248,3 milhões acima do montante de 2014. No 4T15, as receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias alcançaram R\$399,3 milhões, com crescimento de 19,9% ou R\$66,2 milhões em relação ao 4T14 e incremento de 8,1% ou R\$29,9 milhões na comparação com o 3T15.

A trajetória crescente das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias na comparação anual e entre o 4T15 e 4T14 foi influenciada, especialmente, pelo crescimento das receitas do negócio adquirência e *vouchers*, de tarifas bancárias de conta corrente e de seguros, previdência e capitalização.

No último trimestre, as receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias apresentaram aumento devido, especialmente, ao crescimento das receitas da rede multibandeira.

Gráfico 31: Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias - R\$ Milhões



DESPESAS ADMINISTRATIVAS RECORRENTES

As despesas administrativas recorrentes alcançaram R\$3.032,3 milhões em 2015, valor 10,6% ou R\$289,9 milhões acima das despesas recorrentes de 2014. No 4T15, as despesas administrativas recorrentes somaram R\$827,3 milhões, com crescimento de 10,7% ou R\$79,9 milhões na comparação com as despesas do 4T14 e de 8,6% ou R\$65,6 milhões em relação ao 3T15.

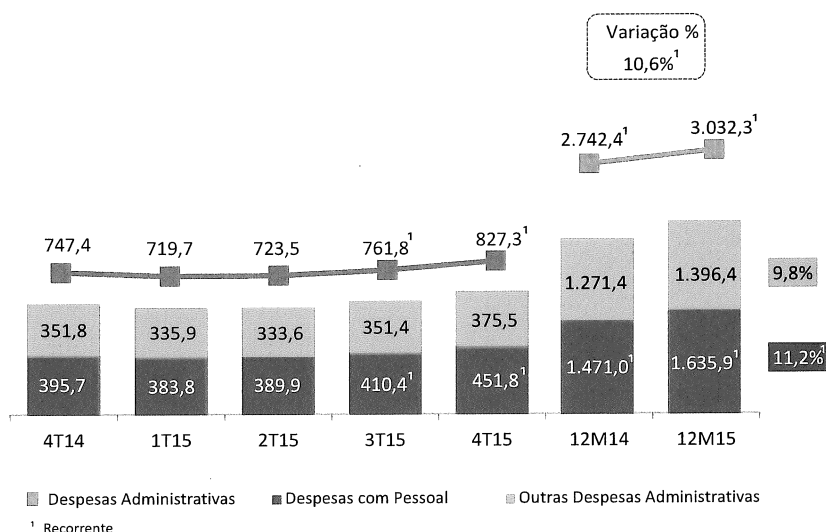
As despesas de pessoal não incluem os custos com o Plano de Desligamento por Aposentadoria - PDA, ocorrido no segundo semestre de 2015, nem com o Plano de Aposentadoria Incentivada efetivado em 2014. Ambos eventos foram tratados como extraordinários.

As despesas de pessoal recorrentes totalizaram R\$1.635,9 milhões no ano de 2015. Comparadas ao ano anterior, apresentaram elevação de 11,2% ou R\$164,9 milhões, impactada pelo dissídio coletivo da categoria e pelos novos níveis de contribuição do patrocinador aos planos de previdência complementar no contexto de equacionamento do déficit do PBI. Outras despesas administrativas alcançaram R\$1.396,4 milhões nos doze meses de 2015, com elevação de 9,8% ou R\$124,9 milhões frente às despesas apuradas nos doze meses de 2014, influenciada pelo maior fluxo de despesas com serviços de terceiros, em R\$99,9 milhões, face ao crescimento das despesas com o negócio de aquisição e o canal de originação de crédito consignado, com processamento de dados e telecomunicações, em R\$15,9 milhões, e com água, energia e gás, em R\$8,1 milhões, face ao ajuste das tarifas de energia elétrica no período, movimento compensado, em parte, pela diminuição da despesa com propaganda, promoções e publicidade, em R\$14,7 milhões, e amortização e depreciação em R\$11,3 milhões.

No 4T15, as despesas de pessoal recorrentes somaram R\$451,8 milhões, com crescimento de 14,2% ou R\$56,1 milhões em relação ao 4T14. Outras despesas administrativas somaram R\$375,5 milhões, com acréscimo de 6,8% ou R\$23,8 milhões no comparativo com o 4T14 influenciado, principalmente, pelo acréscimo das despesas com processamento de dados e telecomunicações, em R\$10,1 milhões, com serviços do sistema financeiro, em R\$3,9 milhões, face aos serviços com a CETIP, e com propaganda, promoções e publicidade em R\$3,1 milhões.

Na comparação com o trimestre anterior, as despesas de pessoal registraram expansão de 10,1% ou R\$41,4 milhões. Outras despesas administrativas apresentaram crescimento de 6,9% ou R\$24,2 milhões, motivado, especialmente, pela expansão das despesas com processamento de dados e telecomunicações, em R\$13,9 milhões, e com propaganda, promoções e publicidade em R\$12,6 milhões.

Gráfico 32: Despesas Administrativas Recorrentes - R\$ Milhões



OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS RECORRENTES

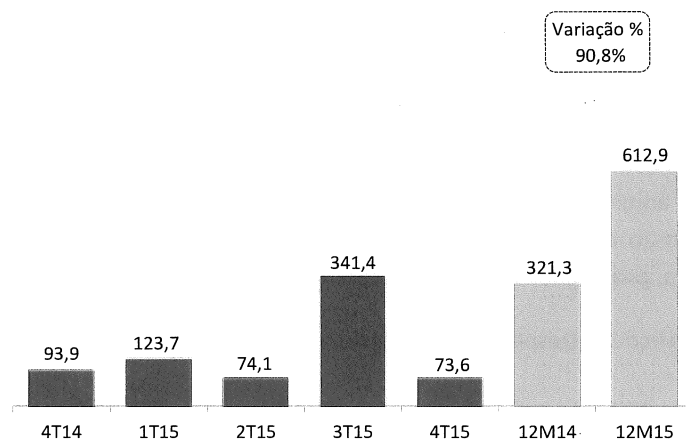
Outras receitas operacionais recorrentes somaram R\$612,9 milhões no ano de 2015, 90,8% ou R\$291,6 milhões acima do montante registrado em relação às outras receitas operacionais recorrentes de 2014. No 4T15, outras receitas operacionais totalizaram R\$73,6 milhões, com redução de 21,6% ou R\$20,3 milhões em relação às outras receitas operacionais recorrentes do 4T14 e de 78,4% ou R\$267,8 milhões na comparação com o 3T15.

A ampliação de outras receitas operacionais recorrentes nos doze meses proveio, especialmente, da operação de recompra parcial de notas da dívida subordinada, que gerou receitas de R\$173,8 milhões, da expansão das receitas com ajuste cambial, em R\$64,6 milhões, influenciada pela desvalorização cambial do período, e das receitas de antecipação de operações realizadas – rede de aquisição em R\$23,4 milhões.

No comparativo 4T15 vs 4T14, o decréscimo de outras receitas operacionais recorrentes, proveio, especialmente, da retração das receitas com ajuste cambial, em R\$20,9 milhões, face à valorização cambial do 4T15 frente à desvalorização do 4T14, e das receitas de reversão de provisões fiscais, em R\$8,8 milhões, movimento não compensado pelo crescimento das receitas de antecipação de operações realizadas – rede de aquisição, em R\$5,6 milhões, e das receitas do Fundo de Reserva – Depósito Judicial em R\$4,2 milhões.

No último trimestre, a diminuição de outras receitas operacionais recorrentes decorreu, principalmente, do efeito base de comparação, que reflete a operação de recompra parcial de notas da dívida subordinada ocorrida no 3T15, em R\$171,0 milhões, e das receitas com ajuste cambial, em R\$74,4 milhões, face à valorização cambial de 1,71% no 4T15 frente à desvalorização cambial de 28,05% no 3T15.

Gráfico 33: Outras Receitas Operacionais Recorrentes - R\$ Milhões



OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS RECORRENTES

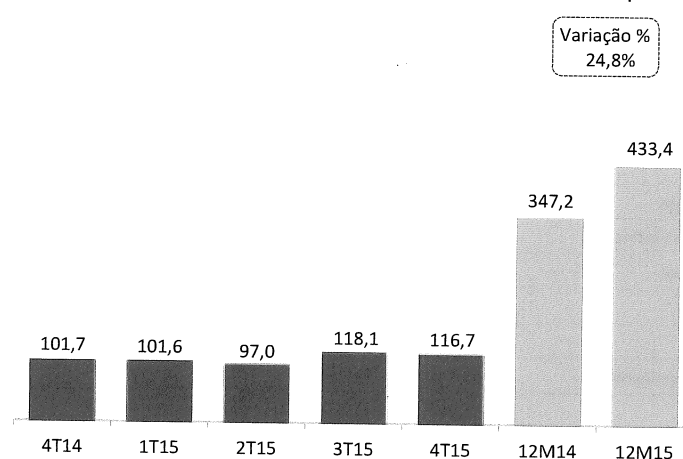
Outras despesas operacionais alcançaram R\$433,4 milhões no ano de 2015, 24,8% ou R\$86,2 milhões acima do valor recorrente registrado em 2014. No 4T15, as outras despesas operacionais somaram R\$116,7 milhões, com aumento de 14,8% ou R\$15,1 milhões frente ao valor do 4T14 e redução de 1,2% ou R\$1,4 milhão em relação ao 3T15.

O acréscimo de outras despesas operacionais recorrentes comparando-se os doze meses proveio, especialmente, da expansão de despesas com provisões trabalhistas, em R\$37,4 milhões, de despesas com provisões para ações cíveis, em R\$23,0 milhões, de despesas com provisões de garantias prestadas pelo Banrisul, em R\$10,7 milhões, e de despesas com cartões, em R\$10,2 milhões, minimizado em parte pela redução das despesas com descontos concedidos em renegociações em R\$18,8 milhões.

No comparativo 4T15 vs 4T14, o crescimento das outras despesas operacionais proveio, especialmente, da expansão das despesas com provisões para ações cíveis, em R\$14,0 milhões, com provisões trabalhistas, em R\$7,6 milhões, com atualização monetária da dívida contratada da Fundação Banrisul, em R\$2,3 milhões, e com cartões, em R\$2,0 milhões, movimento minimizado em parte pela redução das despesas com descontos concedidos em renegociações em R\$17,1 milhões.

No último trimestre, a retração das outras despesas operacionais decorreu, especialmente, do decréscimo das despesas com o bônus Banriclub de Vantagens, em R\$8,5 milhões, com provisões de garantias prestadas pelo Banrisul, em R\$7,7 milhões, minimizada, parcialmente, pelo incremento das despesas com provisões trabalhistas, em R\$8,4 milhões, com provisões para ações cíveis, em R\$3,0 milhões, e com descontos concedidos em renegociações em R\$2,7 milhões.

Gráfico 34: Outras Despesas Operacionais Recorrentes - R\$ Milhões



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO RESUMIDO

TABELA 23: BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO RESUMIDO – R\$ MILHARES

Ativo	Dez 2015	Set 2015	Jun 2015	Mar 2015	Dez 2014	Dez 2015/ Set 2015	Dez 2015/ Dez 2014
Circulante e Realizável a Longo Prazo	66.648.084	65.001.572	63.500.315	61.087.416	59.295.042	2,5%	12,4%
Disponibilidades	864.255	642.911	712.494	691.850	797.643	34,4%	8,4%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	530.218	679.503	1.526.962	26.644	28.714	-22,0%	1.746,5%
Títulos e Val. Mobiliários e Inst. Financ. Derivativos	20.585.883	20.122.106	19.737.482	19.382.612	18.888.553	2,3%	9,0%
Relações Interfinanceiras e Interdependências	9.280.588	8.894.670	7.527.535	7.234.142	6.555.523	4,3%	41,6%
Operações de Crédito	30.320.502	29.624.567	29.279.471	29.222.198	28.678.339	2,3%	5,7%
Provisão para Operações de Crédito	(2.085.745)	(2.047.466)	(1.853.738)	(1.753.617)	(1.609.548)	1,9%	29,6%
Operações de Arrendamento Mercantil	59.342	65.029	69.946	74.532	76.828	-8,7%	-22,8%
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil	(6.256)	(7.025)	(7.220)	(7.690)	(6.877)	-10,9%	-9,0%
Outros Créditos	7.073.560	6.938.644	6.404.185	6.088.808	5.707.298	1,9%	23,9%
Provisão para Outros Créditos	(214.701)	(162.375)	(152.473)	(152.354)	(129.520)	32,2%	65,8%
Outros Valores e Bens	240.438	251.008	255.671	280.291	308.089	-4,2%	-22,0%
Permanente	289.706	290.516	268.603	269.877	266.654	-0,3%	8,6%
Investimentos	86.829	81.826	59.178	59.278	59.086	6,1%	47,0%
Imobilizado de Uso	185.701	190.924	190.810	191.846	185.995	-2,7%	-0,2%
Intangível	17.176	17.766	18.615	18.753	21.573	-3,3%	-20,4%
Total do Ativo	66.937.790	65.292.088	63.768.918	61.357.293	59.561.696	2,5%	12,4%
Passivo	Dez 2015	Set 2015	Jun 2015	Mar 2015	Dez 2014	Dez 2015/ Set 2015	Dez 2015/ Dez 2014
Circulante e Exigível a Longo Prazo	60.729.224	59.176.973	57.917.638	55.615.141	53.890.351	2,6%	12,7%
Depósitos	38.698.329	37.034.409	36.203.614	34.695.100	34.135.444	4,5%	13,4%
Depósitos à Vista	3.173.925	2.674.805	2.658.568	2.669.795	3.280.758	18,7%	-3,3%
Depósitos de Poupança	7.573.671	7.521.564	7.682.224	7.728.974	7.762.045	0,7%	-2,4%
Depósitos Interfinanceiros	742.811	893.718	1.023.251	884.746	569.869	-16,9%	30,3%
Depósitos a Prazo	27.207.922	25.944.322	24.839.571	23.411.585	22.522.772	4,9%	20,8%
Captação no Mercado Aberto	7.188.736	6.506.699	4.611.597	4.763.323	4.318.236	10,5%	66,5%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.348.769	2.079.915	2.883.762	2.817.670	2.837.792	12,9%	-17,2%
Relações Interfinanceiras e Interdependências	235.062	669.958	682.141	582.174	228.524	-64,9%	2,9%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.515.033	4.578.418	4.485.355	4.480.254	4.179.647	-1,4%	8,0%
Instrumentos Financeiros Derivativos	157.951	339.625	39.180	11.022	41.566	-53,5%	280,0%
Outras Obrigações	7.585.344	7.967.949	9.011.989	8.265.598	8.149.142	-4,8%	-6,9%
Cobrança e Arrecad. de Tributos e Assemelhados	53.441	144.595	178.522	147.184	44.446	-63,0%	20,2%
Carteira de Câmbio	13.700	135.874	61.820	40.774	40.686	-89,9%	-66,3%
Sociais e Estatutárias	25.261	80.256	45.471	35.015	48.539	-68,5%	-48,0%
Fiscais e Previdenciárias	787.184	1.011.473	814.025	709.577	673.385	-22,2%	16,9%
Negociação e Intermediação de Valores	779	2.363	1.591	1.407	1.138	-67,0%	-31,5%
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	709.463	1.025.311	1.757.424	1.605.061	2.080.698	-30,8%	-65,9%
Dívida Subordinada	1.991.644	1.879.764	2.625.894	2.672.163	2.222.523	6,0%	-10,4%
Diversas	4.003.872	3.688.313	3.527.242	3.054.417	3.037.727	8,6%	31,8%
Patrimônio Líquido	6.208.566	6.115.115	5.851.280	5.742.152	5.671.345	1,5%	9,5%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	66.937.790	65.292.088	63.768.918	61.357.293	59.561.696	2,5%	12,4%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RESUMIDO

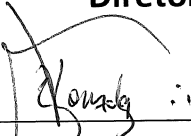
TABELA 24: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RESUMIDO – R\$ MILHARES

	2015	2014	4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	4T15/3T15	2015/2014
Receitas da Intermediação Financeira	10.804.344	8.196.657	2.602.075	3.168.639	2.104.329	2.929.301	2.330.619	-17,9%	31,8%
Receita de Crédito e Arrendamento Mercantil	6.460.868	5.241.585	1.630.102	1.759.553	1.483.651	1.587.562	1.410.401	-7,4%	23,3%
Resultado de Operações com TVM	2.335.907	1.828.994	629.625	650.012	550.833	505.437	487.153	-3,1%	27,7%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	623.503	250.653	68.568	221.060	(118.931)	452.806	165.935	-69,0%	148,8%
Resultado de Operações de Câmbio	451.239	200.249	(10.363)	289.386	(20.931)	193.146	82.403	-103,6%	125,3%
Resultado das Aplicações Compulsórias	841.025	630.212	264.081	225.948	185.651	165.345	158.863	16,9%	33,5%
Operações de Venda ou Transf. de Ativos Financeiros	91.802	44.964	20.062	22.679	24.056	25.005	25.864	-11,5%	104,2%
Despesas da intermediação Financeira	(7.941.802)	(5.191.055)	(1.836.033)	(2.502.474)	(1.322.057)	(2.281.238)	(1.569.178)	-26,6%	53,0%
Operações de Captação no Mercado	(5.380.574)	(3.880.043)	(1.377.304)	(1.540.516)	(990.705)	(1.472.050)	(1.144.361)	-10,6%	38,7%
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(1.009.797)	(526.770)	(31.841)	(547.841)	(25.547)	(404.568)	(187.754)	-94,2%	91,7%
Provisão para Operações de Créditos	(1.551.431)	(784.242)	(426.888)	(414.117)	(305.805)	(404.620)	(237.063)	3,1%	97,8%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.862.542	3.005.602	766.042	666.165	782.272	648.063	761.441	15,0%	-4,8%
Margem Financeira	4.413.973	3.789.844	1.192.930	1.080.283	1.088.077	1.052.683	998.505	10,4%	16,5%
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(1.798.266)	(1.888.338)	(572.213)	(277.115)	(488.785)	(460.154)	(509.252)	106,5%	-4,8%
Receitas de Prestação de Serviços /Tarifas Bancárias	1.444.630	1.196.298	399.280	369.356	351.102	324.892	333.053	8,1%	20,8%
Despesas de Pessoal	(1.635.899)	(1.470.962)	(451.802)	(410.412)	(389.874)	(383.811)	(395.666)	10,1%	11,2%
Outras Despesas Administrativas	(1.396.369)	(1.271.444)	(375.521)	(351.361)	(333.582)	(335.906)	(351.760)	6,9%	9,8%
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	6.194	3.174	4.934	625	(159)	794	588	689,3%	95,1%
Outras Receitas Operacionais	612.878	321.279	73.635	341.438	74.074	123.731	93.950	-78,4%	90,8%
Despesas Tributárias	(396.301)	(319.437)	(106.028)	(108.667)	(93.323)	(88.283)	(87.759)	-2,4%	24,1%
Outras Despesas Operacionais	(433.399)	(347.246)	(116.711)	(118.094)	(97.023)	(101.571)	(101.659)	-1,2%	24,8%
Resultado Operacional	1.064.276	1.117.264	193.829	389.051	293.487	187.909	252.190	-50,2%	-4,7%
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	1.064.276	1.117.264	193.829	389.051	293.487	187.909	252.190	-50,2%	-4,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(199.123)	(272.934)	(19.997)	(84.437)	(77.964)	(16.725)	(49.751)	-76,3%	-27,0%
Participações dos Empregados no Resultado	(106.161)	(90.980)	(24.832)	(34.772)	(22.505)	(24.052)	(25.280)	-28,6%	16,7%
Participações Minoritárias no Resultado	(477)	(361)	(131)	(127)	(119)	(100)	(107)	3,2%	32,2%
Lucro Líquido Recorrente	758.515	752.989	148.869	269.715	192.899	147.032	177.050	-44,8%	0,7%
Plano de Aposentadoria – PDA/PAI	(48.463)	(64.104)	3.169	(51.632)	-	-	-	-106,1%	-24,4%
Convênio de Distribuição de Seguros	22.521	115.000	-	22.521	-	-	115.000	-100,0%	-80,4%
Reestrut. Planos Fundação - Incentivos à Migração	-	(204.508)	-	-	-	-	-	-	-100,0%
Efeitos Fiscais	10.678	92.039	(2.530)	13.207	-	-	(43.856)	-119,2%	-88,4%
Créditos Tributários - CSLL Lei 13.169/15	105.519	-	-	105.519	-	-	-	-100,0%	-
Lucro Líquido	848.770	691.416	149.508	359.331	192.899	147.032	248.194	-58,4%	22,8%

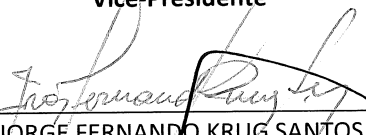
**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

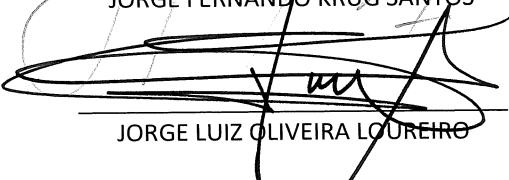
Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

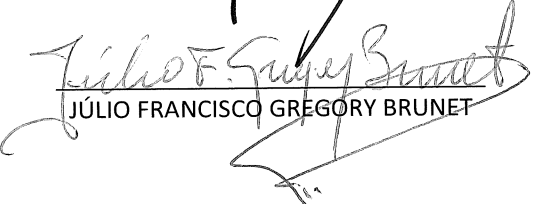
Diretoria


LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Presidente


IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
Vice-Presidente


JORGE FERNANDO KRUG SANTOS

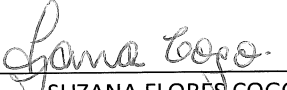

JORGE LUIZ OLIVEIRA LOUREIRO


JÚLIO FRANCISCO GREGORY BRUNET

LEODIR ANTÔNIO ARALDI

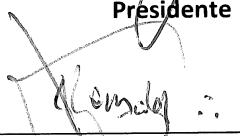

OBERDAN CELESTINO DE ALMEIDA


RICARDO RICHINITI HINGEL

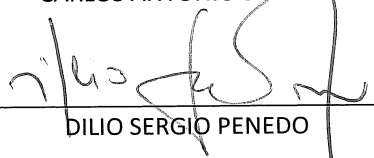

SUZANA FLORES COGO

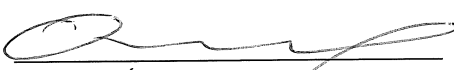
Conselho de Administração


LUIZ ANTÔNIO BINS
Presidente

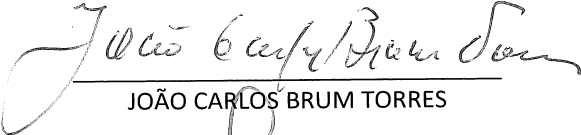

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente


CARLOS ANTÔNIO BÚRIGO


DILIO SERGIO PENEDO

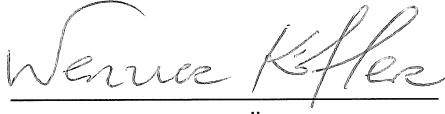

FLÁVIO POMPERMAYER


IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR


JOÃO CARLOS BRUM TORRES


JOÃO GABBARDO DOS REIS


JOÃO VERNER JUENEMANN


WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Presidente

IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
Vice-Presidente

JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
JORGE LUIZ OLIVEIRA LOUREIRO
JÚLIO FRANCISCO GREGORY BRUNET
LEODIR ANTÔNIO ARALDI
OBERDAN CELESTINO DE ALMEIDA
RICARDO RICHINITI HINGEL
SUZANA FLORES COGO
Diretores

Conselho de Administração

LUIZ ANTÔNIO BINS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

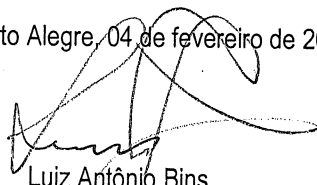
CARLOS ANTÔNIO BÚRIGO
DILIO SERGIO PENEDO
FLÁVIO POMPERMAYER
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
JOÃO CARLOS BRUM TORRES
JOÃO GABBARDO DOS REIS
JOÃO VERNER JUENEMANN
Conselheiros

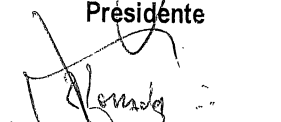
WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

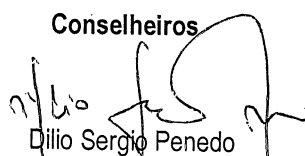
Na qualidade de membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, item V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2016.

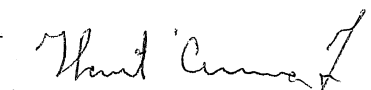

Luiz Antônio Bins
Presidente

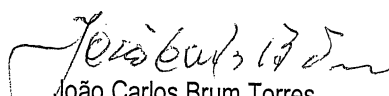

Luiz Gonzaga Veras Mota
Vice-Presidente

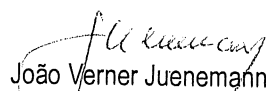
Conselheiros

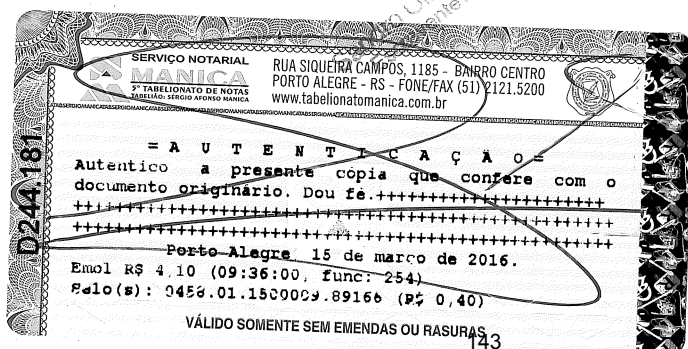

Dilio Sergio Penedo


Flávio Pompermayer


Irany de Oliveira Sant'Anna Junior


João Carlos Brum Torres


João Verner Juenemann



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: WERNER KOHLER
REGISTRO.....	: RS-038534/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 421.602.270-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 15.03.2016 as 09:58:45.

Válido até: 13.06.2016.

Código de Controle: 220759.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Corretora
de Valores Imobiliários e
Câmbio**

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2015

Ambiente Macroeconômico 2015

O ano de 2015 foi de cautela para o investidor, pois a turbulência política e a recessão econômica marcaram o período. O governo federal não conseguiu levar à frente o necessário ajuste fiscal para restabelecer o superávit primário indispensável para conter o crescimento da dívida pública. Na esfera macroeconômica, tivemos a retração do PIB com queda superior a 3,5%. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA), pressionada principalmente pela forte depreciação do real e pela recuperação dos preços administrados, que aumentaram cerca de 18%, fechou o ano em nível superior a 10,5% bem acima do teto de 6,50%. A fim de controlar a inflação em curso a autoridade monetária promoveu elevação da taxa básica de juros de 11,75% em 31/12/2014 para 14,25% no final do ano.

A economia norte americana vem apresentando ritmo moderado de crescimento. A China apresenta taxa de crescimento do seu Produto Interno Bruto abaixo de 7%, patamar inferior ao dos últimos anos, pressionando os preços das commodities que compõem, majoritariamente, nossa pauta de exportação. Enquanto isso, Japão e Zona do Euro continuam enfrentando dificuldades para alavancar seu crescimento e fugir da deflação.

Neste cenário, o clima de negócios foi de grande incerteza e o Ibovespa apresentou desempenho negativo, encerrando o ano aos 43.349,96 pontos, queda de 13,3% em relação ao final de 2014. A perspectiva para 2016 é de inflação acima do teto da meta, taxa de juros Selic ainda em patamar elevado, retração do PIB e relação Dívida Bruta/PIB ameaçando superar 70%.

Desempenho Financeiro

Ativos Totais – Os ativos totais da Corretora alcançaram em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$82,1 milhões, com expansão de R\$2,2 milhões em relação ao montante de R\$79,9 milhões, registrado na mesma data de 2014. A variação se deve principalmente pelo aumento nas aplicações financeiras, decorrente da crescente evolução da taxa Selic.

Patrimônio Líquido – Ao final do exercício de 2015 o Patrimônio Líquido da Corretora atingiu R\$78,7 milhões, representando um aumento de 2,18% em relação ao registrado no mesmo período de 2014, de R\$77,1 milhões. A evolução do Patrimônio Líquido decorreu da incorporação dos resultados gerados.

Lucro Líquido – A Corretora registrou lucro líquido de R\$2,2 milhões no exercício de 2015, comparado com o mesmo período de 2014, que foi de R\$1,2 milhão. A variação ocorreu principalmente pelo aumento no resultado das aplicações em títulos e valores mobiliários e de prestações de serviços.

Desempenho Operacional

Volume Total de Operações – O total das operações realizadas em 2015 alcançou R\$956,47 milhões, representando um aumento de 20,37% em relação ao volume de R\$794,57 milhões, atingidos no mesmo período de 2014.

Gestão de Risco

A Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio está inserida na estrutura organizacional do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul, seu controlador. A administração e a estrutura de gerenciamento de riscos são desenvolvidas de forma consolidada com o Banrisul, abrangendo os riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, em atendimento aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN e à Resolução Interna nº 4.354, de 20.06.2008, do Banrisul.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e gestão de capital, bem como outros relatórios públicos referentes à gestão de riscos, estão disponíveis no site <http://www.banrisul.com.br>, na rota “Relação com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos”, e são revisadas com periodicidade mínima anual. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. divulgou o seu Balanço do exercício de 2015, em 17.02.2016, nos jornais Zero Hora, Valor Econômico e Diário Oficial do Estado.

Agradecimento

Agradecemos a todos os clientes, fornecedores e acionistas pela confiança depositada, bem como aos nossos colaboradores, que não mediram esforços, neste período, para o desempenho alcançado da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Circulante	<u>72.779</u>	<u>71.468</u>
Disponibilidades	9	11
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	71.453	69.932
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	810	<u>940</u>
Carteira própria	810	940
Outros créditos (Nota 6)	503	<u>583</u>
Negociação e intermediação de valores	938	1.059
(-) Provisão para outros créditos.....	(545)	<u>(575)</u>
Diversos	110	99
Outros valores e bens	4	<u>2</u>
Despesas antecipadas	4	2
Não Circulante	9.331	8.398
Realizável a longo prazo	<u>7.759</u>	<u>6.862</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	<u>7.226</u>	<u>6.380</u>
Vinculados à prestação de garantia	7.226	6.380
Outros créditos (Nota 6)	533	<u>482</u>
Diversos	533	482
Permanente	<u>1.572</u>	<u>1.536</u>
Investimentos	545	476
Imobilizado de uso	263	311
Intangíveis	764	749
Total do ativo	<u>82.110</u>	<u>79.866</u>
Passivo	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante	<u>3.308</u>	<u>2.762</u>
Outras obrigações	<u>3.308</u>	<u>2.762</u>
Sociais e estatutárias (Nota 7 (a))	531	286
Fiscais e previdenciárias (Nota 7 (b))	946	324
Negociação e intermediação de valores (Nota 7(c))	779	1.138
Diversas (Nota 7 (d))	1.052	1.014
Não Circulante	<u>66</u>	<u>54</u>
Exigível a longo prazo	<u>66</u>	<u>54</u>
Outras obrigações	<u>66</u>	<u>54</u>
Diversas (Nota 7 (d))	66	54
Patrimônio líquido (Nota 9)	<u>78.736</u>	<u>77.050</u>
Capital social	70.000	70.000
Reservas de capital	-	1
Reservas de lucros	13.575	11.880
Ações em tesouraria	(4.490)	(4.490)
Ajuste de avaliação patrimonial	(349)	(341)
Total do passivo	<u>82.110</u>	<u>79.866</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas da intermediação financeira	<u>5.192</u>	<u>9.621</u>	<u>7.774</u>
Receitas de títulos e valores mobiliários	5.192	9.621	7.774
Despesas da intermediação financeira	-	30	2
Reversão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	30	2
Resultado da intermediação financeira	5.192	9.651	7.776
Receitas (despesas) operacionais	<u>(2.991)</u>	<u>(5.889)</u>	<u>(5.873)</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 12)	1.413	2.771	2.554
Despesas de pessoal (Nota 8 (b))	(419)	(771)	(666)
Outras despesas administrativas (Nota 13)	(3.828)	(7.557)	(7.370)
Despesas tributárias	(390)	(737)	(625)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	233	405	234
Resultado operacional	2.201	3.762	1.903
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.201	3.762	1.903
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	<u>(899)</u>	<u>(1.514)</u>	<u>(721)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(925)	(1.530)	(740)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	16	19
Participações no lucro	<u>(25)</u>	<u>(25)</u>	-
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>1.277</u>	<u>2.223</u>	<u>1.182</u>
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercícios - R\$	<u>0,043</u>	<u>0,074</u>	<u>0,039</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Reserva de Capital			Ajuste de avaliação patrimonial			Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva expansão	Títulos disponíveis para venda	Atualização de títulos patrimoniais	Reserva de lucros	Reserva de Capital	Atualização de títulos patrimoniais			
Em 01 de janeiro de 2014	70.000	3.982	5.939	1.058	(192)	-	-	-	-	(4.490)	-	76.297
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(149)	-	-	-	-	-	-	(148)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.182	1.182
Destinação do Lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	59	296	546	-	-	-	-	-	-	(901)	-
Dividendos propostos (Nota 9 (f))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(281)	(281)
Em 31 de dezembro de 2014	70.000	4.041	6.235	1.604	(341)	1	1.604	1	-	(4.490)	-	77.050
Ajustes da avaliação patrimonial	-	-	-	-	(78)	-	-	-	-	-	-	(78)
Outros Eventos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	-	-	-	-	(1)	-	-	70	-	-	69
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.223	2.223
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	111	556	1.028	-	-	-	-	-	-	(1.695)	-
Dividendos propostos (Nota 9 (f))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(528)	(528)
Em 31 de dezembro de 2015	70.000	4.152	6.791	2.632	(419)	-	2.632	-	70	(4.490)	-	78.736
Em 01 de julho de 2015	70.000	4.088	6.471	2.042	(246)	-	2.042	-	1	(4.490)	-	77.866
Ajustes da avaliação patrimonial	-	-	-	-	(173)	-	-	-	-	-	-	(173)
Outros Eventos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-	69	-	-	69
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.277	1.277
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	64	320	590	-	-	-	-	-	-	(974)	-
Dividendos propostos (Nota 9 (f))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(303)	(303)
Em 31 de dezembro de 2015	70.000	4.152	6.791	2.632	(419)	-	2.632	-	70	(4.490)	-	78.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(em milhares de reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas	<u>6.885</u>	<u>12.905</u>	<u>10.672</u>
Intermediação financeira	5.192	9.621	7.774
Prestação de serviços	1.413	2.771	2.554
Reversão para outros créditos	-	30	2
Outras	280	483	342
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(3.716)</u>	<u>(7.252)</u>	<u>(6.739)</u>
Serviços de terceiros	(3.513)	(6.810)	(6.352)
Aluguéis	-	(1)	(2)
Água, energia e gás	(28)	(59)	(40)
Comunicações	(172)	(376)	(338)
Materiais	(3)	(6)	(7)
Valor adicionado bruto	3.169	5.653	3.933
Depreciação	(24)	(48)	(49)
Valor adicionado a distribuir	3.145	5.605	3.884
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal (Nota 8(b))	<u>480</u>	<u>971</u>	<u>1.270</u>
Proventos	455	931	1.254
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	25	40	16
Impostos, taxas e contribuições	<u>1.388</u>	<u>2.411</u>	<u>1.432</u>
Federais	1.317	2.272	1.304
Municipais	71	139	128
Remuneração de capitais próprios	<u>1.277</u>	<u>2.223</u>	<u>1.182</u>
Lucros retidos	974	1.695	901
Dividendos	303	528	281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	1.281	2.236	1.264
Lucro líquido do semestre/exercícios	1.277	2.223	1.182
Ajustes do lucro líquido	4	13	82
Depreciações	24	48	49
Reversão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(30)	(2)
Créditos tributários	(26)	(16)	(19)
Provisão para passivos contingentes	6	11	54
Variação nos ativos e obrigações	301	(354)	(1.149)
Redução em ajustes de atualização patrimonial	(104)	(8)	(148)
Aumento em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(177)	(716)	(1.516)
(Aumento) redução em outros créditos	995	75	(260)
(Aumento) redução em outros valores e bens	2	(2)	(1)
Aumento (redução) em outras obrigações	(415)	297	776
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.582	1.882	115
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Atualização Título Patrimonial	(69)	(69)	-
Aplicação no intangível	(15)	(15)	(8)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(84)	(84)	(8)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	-	(279)	(164)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(279)	(164)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.498	1.519	(57)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	69.964	69.943	70.000
Disponibilidades	7	11	7
Aplicações interfinanceiras de liquidez	69.957	69.932	69.993
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	71.462	71.462	69.943
Disponibilidades	9	9	11
Aplicações interfinanceiras de liquidez	71.453	71.453	69.932
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.498	1.519	(57)
Itens que não afetam caixa			
Dividendos	303	528	281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora") tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, administração de clubes de investimentos, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na Bolsa Brasileira de Mercadorias, coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e com as normas do Banco Central do Brasil, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A diretoria da Corretora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 29 de janeiro de 2016.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Principais práticas contábeis

a) Resultado das operações - As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidas dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

e) Negociação e intermediação de valores - Representa a intermediação de operações realizadas na bolsa de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Permanente - O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, imóveis de uso - 4% e sistemas de processamento de dados - 20%.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos consultores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

i) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% até 31.08.2015 e 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários foram calculados com base nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, o total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos - diversos" no grupo do ativo realizável a longo prazo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) - O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

l) Lucro por ação - A Corretora efetua os cálculos do lucro utilizando o número de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 636/10.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representadas exclusivamente por aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com compromisso de revenda para o dia imediatamente subsequente à data das demonstrações financeiras.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2.015	2.014
Disponível para venda	810	940
Mantidos até o vencimento	<u>7.226</u>	<u>6.380</u>
Total da carteira	8.036	7.320
Circulante	810	940
Não circulante.....	7.226	6.380

a) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2015		2014
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado
Sem vencimento			
Ações de companhias abertas	1.616	802	933
Certificados de privatização	8	8	7
Total	<u>1.624</u>	<u>810</u>	<u>940</u>

Os efeitos decorrentes do ajuste valor de mercado em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$814 (2014 – R\$683), foram levados à conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R\$326 (2014 – R\$273).

Durante o exercício de 2012 algumas ações classificadas como “Para Negociação” foram reclassificadas para a categoria “Disponíveis para Venda”. O ajuste de marcação a mercado destes ativos na data da reclassificação era de R\$69, líquido dos efeitos tributários, registrados no resultado daquele exercício.

b) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	2015		2014
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo
Vencimento de um a cinco anos			
Letras financeiras do tesouro - (LFT)			
Vinculados a prestação de garantia	7.226	7.227	6.380

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

A Corretora adota o preço unitário por meio das taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA), para a marcação a mercado dos títulos públicos e o preço de fechamento das negociações no último dia útil do período para a marcação a mercado das ações de companhias abertas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6. Outros créditos

	<u>2.015</u>	<u>2.014</u>
a) Negociação e intermediação de valores:		
Caixa de registro e liquidação	-	13
Devedores - Conta liquidações pendentes	393	471
Outros	545	575
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	<u>(545)</u>	<u>(575)</u>
	393	484
b) Diversos:		
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 11 (b))	594	525
Impostos e contribuições a compensar	6	6
Outros	<u>43</u>	<u>50</u>
	643	581
Total - Outros créditos	<u>1.036</u>	<u>1.065</u>
Circulante	503	583
Realizável a longo prazo	533	482

7. Outras obrigações

	<u>2.015</u>	<u>2.014</u>
a) Sociais e estatutárias:		
Dividendos e bonificações a pagar	<u>531</u>	<u>286</u>
	531	286
b) Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições sobre o lucro	839	257
Impostos e contribuições a recolher	<u>107</u>	<u>67</u>
	946	324
c) Negociação e intermediação de valores:		
Caixa de registro e liquidação	205	-
Comissões e corretagens a pagar	23	14
Credores - Conta liquidações pendentes	<u>551</u>	<u>1.124</u>
	779	1.138
d) Diversas:		
Credores diversos - País	465	395
Obrigações por aquisição de bens e direitos	587	595
Provisão para pagamentos a efetuar	-	24
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	<u>66</u>	<u>54</u>
	1.118	1.068
Total geral das outras obrigações	<u>3.374</u>	<u>2.816</u>
Circulante	3.308	2.762
Exigível a longo prazo	66	54

8. Operações com partes relacionadas

a) Os saldos com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. podem ser assim sumariados:

	<u>Ativos (Passivos)</u>		<u>Receitas (Despesas)</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Disponibilidades	9	11	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez - mercado aberto	71.453	69.932	8.775	7.230
Convênio prestação de serviços	(404)	(444)	(5.072)	(4.960)
Dividendos	(520)	(276)	-	-

A Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banrisul.

Os custos são suportados pela Corretora por meio de convênio de prestação de serviços.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/09 publicada pelo BACEN, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A Corretora remunerou seus administradores durante o exercício de 2015 em R\$931 (R\$1.254 em 2014) registrados nas rubricas convênio prestação de serviços e despesas de pessoal.

As despesas de pessoal registradas na demonstração do resultado são representadas por honorários da diretoria, na qual registrou no exercício de 2015 R\$771 (R\$666 em 2014).

Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

A Corretora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

9. Patrimônio Líquido

a) Capital social - O capital social em 31 de dezembro de 2015 é R\$70.000, e está dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, no valor de R\$1,75 cada uma, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas.

b) Ações em tesouraria - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 ações ordinárias nominativas e 80.000 preferenciais nominativas com o objetivo de futura colocação ou cancelamento.

c) Distribuição de resultados - Do Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; **(ii)** 25% para constituição de Reserva Estatutária; e **(iii)** Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

d) Reserva Estatutária - Tem por finalidade o pagamento de dividendos ou bonificações aos acionistas, aumento do capital social e absorção de eventuais prejuízos.

e) Reserva para Expansão - A Corretora manterá Reserva para Expansão, visando amparar planos de investimento, absorção de prejuízos acumulados e aumento de capital social.

f) Dividendos - Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% a.a., calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações, limitado ao dividendo legal de 25% (vinte e cinco por cento).

Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, serão também distribuídos dividendos não superiores àquele aos titulares das ações ordinárias.

Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois desses pagamentos, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o "quantum" necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma distribuição total de dividendos correspondentes a vinte e cinco por cento (25%) do lucro líquido ajustado na forma da lei e o saldo, se houver, terá a destinação que Assembleia Geral determinar.

Os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	<u>2.015</u>	<u>2.014</u>
Lucro líquido do exercício	2.223	1.182
Constituição de reservas		
Legal	(111)	(59)
Base de cálculo de dividendos	<u>2.112</u>	<u>1.123</u>
Dividendos propostos - 25%	<u>528</u>	<u>281</u>

10. Limites operacionais

Conforme previsto nas Resoluções do CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13, a partir de 1º de janeiro de 2015 a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), devem ter como base o Conglomerado Prudencial. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2015 é de 17,79%.

11. Imposto de renda e contribuição social**a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:**

	2.015	2.014
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.762	1.903
Adições (Exclusões) - Permanentes - IRPJ e CSLL	24	(15)
Adições (Exclusões) - Temporárias - IRPJ e CSLL	(19)	52
(=) Base do IRPJ	3.767	1.940
Outras Adições (Exclusões) Permanentes – CSLL	(27)	(10)
(=) Base da CSLL	3.740	1.930
Imposto de Renda – corrente	(918)	(461)
Contribuição Social – corrente ⁽¹⁾	(627)	(290)
Incentivos Fiscais	15	11
Total IRPJ e CSLL - correntes	(1.530)	(740)
IRPJ e CSLL diferidos ⁽¹⁾	16	19
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.514)	(721)

(1) A lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro elevando-a de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2015, a Corretora possuía imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre as diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

	Saldo inicial	Constituição (Realização)	2015	2014
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	230	12	242	230
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários ...	273	53	326	273
Outras provisões temporárias	22	4	26	22
Total do ativo fiscal diferido	525	68	594	525

c) Expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Ano	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
2016	27	34	61
2017	19	24	43
2018	47	58	105
2019	12	21	33
2020	132	220	352
Total 31.12.2015	237	357	594
Total 31.12.2014	197	328	525

O valor presente dos créditos tributários é de R\$367, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Receitas de prestação de serviços

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendas corretagens em operações em bolsas	1.140	2.209	1.889
Rendas de comissões	4	4	-
Rendas de outros serviços ⁽¹⁾	269	558	665
Total.....	1.413	2.771	2.554

(1) Rendas em outros serviços em 31 de dezembro de 2015 correspondem a taxa de administração de recursos de terceiros Fundo 157 de R\$548 (2014 – R\$647) e a taxa de administração de Clubes de Investimentos de R\$10 (2014 – R\$18). Durante o exercício de 2015 todos os Clubes de Investimentos administrados pela Corretora foram encerrados.

13. Outras despesas administrativas

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Comunicações	172	377	338
Processamentos de dados	380	651	722
Serviços do sistema financeiro	137	264	234
Convenio prestação serviços (Nota 8)	2.517	5.072	4.960
Comissões de intermediação financeira	107	196	150
Serviços técnicos especializados	179	371	449
Publicações	67	142	151
Outras	269	484	366
Total	3.828	7.557	7.370

14. Gerenciamento de riscos

A Corretora aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento às Resoluções nº 3.380/06 e nº 3.464/07, respectivamente, ambas do Banco Central do Brasil. A Corretora utiliza a estrutura implementada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., líder do conglomerado financeiro.

15. Provisão para contingências

A Corretora figura como parte em processos judiciais de natureza fiscais e cíveis. Em 31 de dezembro de 2015 há R\$66 (2014 – R\$54) classificados como perda provável, que foram integralmente provisionados. Referentes a processos de natureza cível há em 2015 R\$13 (2014 – R\$147), que de acordo com os assessores jurídicos internos da Corretora a probabilidade de perda nestes processos é considerada como possível, e desta forma não foram provisionados.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e acionistas da
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio
Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob responsabilidade da Administração da Corretora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre 29 de janeiro de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/F-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2016.

Marcus Vinicius Berthier de Araujo Góes
Presidente

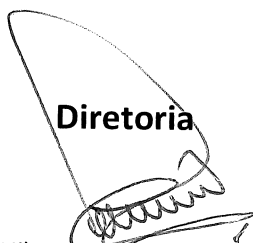
Claudio Antonio Pasa
Conselheiro

Fernando Antonio Viana Imenes
Conselheiro

**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Secretaria da Fazenda
Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Diretoria



Nilvo Reinaldo Fries
Diretor - Presidente



Diretora



João Emílio Gazzana
Diretor

Conselho de Administração

Jair Antonio Pauletto
Presidente

Fernando Castro Martins
Leonardo Maranhão Busatto
Márcio Machado Irion
Conselheiros



Onilda Maria Petró Dutra
Contadora CRCRS - 063884/O-9



Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e acionistas da

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

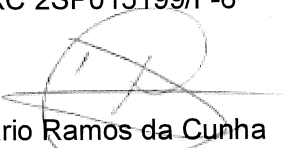
Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob responsabilidade da Administração da Corretora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre 29 de janeiro de 2016.

ERNST & YOUNG
Audítores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

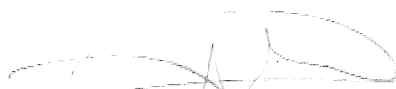
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Com base em nossos exames, no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, e no Parecer do Conselho Fiscal, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2016.


Jair Antonio Pauletto
Presidente

Conselheiros


Fernando Castro Martins


Leonardo Maranhão Busalto


Márcio Machado Irion

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2016.


Marcus Vinicius Berthier de Araujo Góes
Presidente

Conselheiros


Claudio Antonio Pasa


Fernando Antonio Viana Imenes



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ONILDA MARIA PETRO DUTRA
REGISTRO.....	: RS-063884/O-9
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 238.343.310-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 25.02.2016 as 16:25:39.

Válido até: 25.05.2016.

Código de Controle: 219515.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul S.A. - Administradora de Consórcios

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a sua apreciação o nosso Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2015, bem como as Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., controlador da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, divulgou o seu balanço no Diário Oficial do Estado, Zero Hora e Valor Econômico em 17.02.2016.

Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e especialmente aos nossos colaboradores, que nos retribuíram a confiança e credibilidade, e permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

A ADMINISTRAÇÃO.

2. BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo		
Circulante	<u>117.029</u>	<u>193.049</u>
Disponibilidades	<u>63</u>	<u>52</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)		
Aplicações no mercado aberto	-	<u>158.358</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e derivativos (Nota 6)	<u>113.295</u>	<u>31.562</u>
Carteira própria (Nota 6)	113.295	31.562
Outros créditos - diversos (Nota 7)	<u>3.671</u>	<u>3.077</u>
Realizável a longo prazo	<u>108.990</u>	<u>7.090</u>
Outros créditos - diversos (Nota 7)	7.643	7.090
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e derivativos (Nota 6)		
Carteira própria (Nota 6)	101.347	-
Permanente	<u>451</u>	<u>284</u>
Imobilizado de uso	451	284
Outras imobilizações de uso	629	399
Depreciações acumuladas	(178)	(115)
Total do ativo	<u>226.470</u>	<u>200.423</u>
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	<u>18.591</u>	<u>15.130</u>
Outras obrigações	<u>18.591</u>	<u>15.130</u>
Sociais e estatutárias (Nota 8)	6.979	6.071
Fiscais e previdenciárias (Nota 9)	5.478	4.773
Diversas	6.134	4.286
Exigível a longo prazo	<u>204</u>	<u>65</u>
Outras obrigações	<u>204</u>	<u>65</u>
Passivos Contingentes (Nota 10a)	204	65
Patrimônio líquido	<u>207.675</u>	<u>185.228</u>
Capital social (Nota 11)	172.600	155.600
Reservas de lucros	35.048	29.685
Ajuste de avaliação patrimonial	27	(57)
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>226.470</u>	<u>200.423</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015.

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13.490	24.396	18.179
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>13.490</u>	<u>24.396</u>	<u>18.179</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>9.723</u>	<u>19.847</u>	<u>20.221</u>
Receitas de prestação de serviços	21.515	40.621	35.224
Outras despesas administrativas (Nota 12)	(8.135)	(14.441)	(11.020)
Despesas tributárias	(3.767)	(6.558)	(5.210)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	110	225	1.227
Resultado operacional	<u>23.213</u>	<u>44.243</u>	<u>38.400</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)	(7.558)	(14.884)	(12.856)
Valores correntes	(7.685)	(15.032)	(12.333)
Valores diferidos	127	148	(523)
Participações nos resultados	(17)	(30)	(25)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	<u>15.638</u>	<u>29.329</u>	<u>25.519</u>
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercício - R\$	<u>0,17</u>	<u>0,32</u>	<u>0,29</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto dividendos propostos por ação)

	Reservas de Lucros					Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	144.000	-	5.628	4.621	11.578	80	-	165.907
Capital Integralizado	11.600	(11.600)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital (Nota 11)	-	11.600	-	(22)	(11.578)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	25.519	25.519
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(137)	-	(137)
Destinação do lucro								
Constituição de reservas (Nota 11)	-	-	1.276	1.276	16.906	-	(19.458)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,07 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	-	(6.061)	(6.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	155.600	-	6.904	5.875	16.906	(57)	-	185.228
Aumento de capital (Nota 11)	17.000	-	-	(94)	(16.906)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	29.329	29.329
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	84	-	84
Destinação do lucro								
Constituição de reservas (Nota 11)	-	-	1.467	1.467	19.429	-	(22.363)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,08 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	-	(6.966)	(6.966)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	172.600	-	8.371	7.248	19.429	27	-	207.675
Saldos em 30 de junho de 2015	172.600	-	7.589	6.466	9.069	(78)	-	195.646
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	15.638	15.638
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	105	-	105
Destinação do lucro								
Constituição de reservas (Nota 11b)	-	-	782	782	10.360	-	(11.924)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,04 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	-	(3.714)	(3.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	172.600	0	8.371	7.248	19.429	27	-	207.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercícios	15.638	29.329	25.519
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para contingências	76	139	(1.568)
Créditos tributários	(87)	(148)	522
Baixa do Imobilizado	3	3	(1)
Depreciação	31	64	31
Variações de ativos e obrigações			
Ajuste de avaliação patrimonial	105	84	(137)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	165.778	158.358	(13.078)
Aumento em títulos e valores mobiliários	(184.467)	(183.080)	(9.930)
(Aumento) redução em outros créditos	4.228	(999)	(171)
Aumento (redução) em outras obrigações	(1.196)	2.553	2.994
Caixa líquido proveniente das aplicações nas atividades Operacionais	109	6.303	4.181
Atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	(100)	(234)	(263)
Intangível	-	-	216
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(100)	(234)	(47)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	-	(6.058)	(4.147)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(6.058)	(4.147)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>9</u>	<u>11</u>	<u>(13)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	<u>54</u>	<u>52</u>	<u>65</u>
Disponibilidades	54	52	65
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	<u>63</u>	<u>63</u>	<u>52</u>
Disponibilidades	63	63	52
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>9</u>	<u>11</u>	<u>(13)</u>
Itens que não afetam o caixa			
Dividendos propostos	3.314	6.966	6.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo		
Circulante	565.798	454.176
Disponibilidades	227	213
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	282.380	219.543
Disponibilidade do grupo	31.022	23.276
Vinculadas a contemplações	250.985	195.967
Recursos grupos em formação	373	300
Outros créditos	283.191	234.420
Bens apreendidos ou retomados	144	265
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 15)	283.047	234.155
Compensação	2.266.541	1.852.889
Consórcio		
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	21.154	17.485
Contribuições devidas ao grupo	1.169.959	952.773
Valores e bens ou serviços a contemplar	1.075.428	882.631
Total do Ativo	2.832.338	2.307.065

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Passivo		
Circulante/Exigível a Longo Prazo	565.798	454.176
Outras obrigações	565.798	454.176
Obrigações com consorciados	219.071	188.481
Grupos em formação	373	300
Valores a repassar	1.017	1.190
Contemplações a entregar	250.985	195.967
Recursos a devolver a consorciados	61.789	44.281
Recursos dos grupos	32.563	23.957
Compensação	2.266.541	1.852.889
Consórcio		
Recursos mensais a receber de consorciados	21.154	17.485
Obrigações do grupo por contribuições	1.169.959	952.773
Bens ou serviços a contemplar	1.075.428	882.631
Total do Passivo	2.832.338	2.307.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Disponibilidades no início do período	255.248	219.756	173.560
(+) Recursos coletados	<u>198.809</u>	<u>175.024</u>	<u>321.322</u>
Contribuições para aquisições de bens	152.417	136.904	253.627
Taxa de administração	20.985	18.806	34.680
Contribuição ao fundo de reserva	4.788	4.208	7.790
Renda de aplicação financeira	14.688	11.264	16.791
Prêmios de seguros	2.382	2.205	4.245
Outros	3.549	1.637	4.189
(-) Recursos utilizados	<u>171.450</u>	<u>139.532</u>	<u>275.125</u>
Aquisição de bens	137.178	110.442	216.647
Taxa de administração	21.304	19.003	35.113
Prêmio de seguros	2.385	2.202	4.269
Devolução a consorciados desligados	6.037	4.041	11.275
Outros	4.546	3.844	7.821
Disponibilidades no final do período	<u>282.607</u>	<u>255.248</u>	<u>219.756</u>
Depósitos bancários	227	185	213
Aplicações financeiras	282.380	255.063	219.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Administradora” ou “Banrisul Consórcios”) tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A (“Banrisul”) seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular 3.624, de 26/12/2013.

As cartas circulares nº 3.147, 3.192 e 3.195 do Banco Central do Brasil alteram e consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 28/01/2016.

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios

a) Da administradora

(i) Apuração do resultado - A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº. 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As comissões de vendas das cotas de consórcio são pagas e registradas no resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

(iii) Títulos e valores mobiliários – Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iv) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes) - Demonstrado pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

(v) Imobilizado de uso - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

(vi) Redução ao valor recuperável - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

(vii) Demais passivos circulantes - Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço.

(viii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável ou risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

(ix) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante na rubrica “Outros créditos diversos” e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

(x) Estimativas contábeis - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas

demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b) Dos Grupos de Consórcio - Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas:

(i) Disponibilidades e aplicações interfinanceiras - Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 2.454 e 3.261 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração.

As aplicações interfinanceiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço.

(ii) Direitos junto a consorciados contemplados - Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

(iii) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados - Demonstrem a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

(iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições - Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações.

(v) Valores de bens ou serviços a contemplar - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações.

(vi) Obrigações com consorciados - Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vii) Valores a repassar - Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

(viii) Obrigações por contemplações a entregar - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

(ix) Recursos a devolver a consorciados - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

(x) Recursos dos grupos - Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

4. Resumo das operações de consórcios

As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381, art. 13, parágrafo 2º do Banco Central do Brasil, apresentam as seguintes posições em:

	<u>Quantidade</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Grupos administrados	176	173
Consorticiados ativos	43.109	39.929
Bens entregues - no período	6.790	6.608
Bens entregues - total	21.357	21.938
Bens pendentes de entrega	5.489	6.148
Desistentes/excluídos – no período	1.522	1.570
Desistentes/excluídos - total	17.354	15.832
Assembleias a realizar	6.249	6.180

A taxa de inadimplência é de 4,05 % (2014 – 3,34%).

5. Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras

No mês de outubro de 2015 a aplicação em CDB deixou de ser classificada como uma aplicação interfinanceira de liquidez. O saldo deste CDB foi alocado para a rubrica “Títulos e Valores Mobiliários”, conforme instrução BACEN.

Em novembro de 2015 a referida aplicação foi segregada em CDB Mantido para Negociação, CDB Mantido até o Vencimento e Letra Financeira Mantida até o Vencimento.

A aplicação em Letra Financeira foi realizada com prazo de 731 dias, à taxa de 107% do DI.

As aplicações em CDB referem-se exclusivamente à aplicação, conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento diário de 100% a 101,5% do CDI efetuada junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e com vencimento em até 363 dias.

6. Títulos e valores mobiliários (Administradora)

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Para negociação	15.416	29.852
Disponível para venda	1.618	1.710
Mantidos até o vencimento	197.608	-
Total da carteira	<u>214.642</u>	<u>31.562</u>

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	<u>2015</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	<u>Custo/Curva</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Valor de Mercado</u>
Fundo Investimento Flex Cred Priv LP	-	-	12.840
Fundo Investimento Flex Plus Cred Priv LP	-	-	14.329

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação (continuação)

Fundo Premium FI RF LP	4.826	4.826	-
Banrisul Master Fundo Invest RF DI LP	3.983	3.983	2.683
CDB DI	6.611	6.607	-
Total	<u>15.420</u>	<u>15.416</u>	<u>29.852</u>

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para Venda

	<u>2015</u> <u>Custo/Curva</u>	<u>2015</u> <u>Valor de</u> <u>Mercado</u>	<u>2014</u> <u>Valor de</u> <u>Mercado</u>
Fundo de Investimento Imobiliário	1.577	1.618	1.710
Total	<u>1.577</u>	<u>1.618</u>	<u>1.710</u>

Em 31 de dezembro de 2015, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram um ganho de R\$41 (2014- R\$71), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, deduzidos dos efeitos tributários de R\$14 (2014- 14).

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Títulos e valores mobiliários – Mantidos até o Vencimento

	<u>2015</u> <u>Custo/</u> <u>Curva</u>	<u>2015</u> <u>Valor de</u> <u>Mercado</u>
CDB DI	96.261	96.338
Letras Financeiras	101.347	101.904
Total	<u>197.608</u>	<u>198.242</u>

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento. Para o cálculo da marcação a mercado são utilizadas as curvas de contratos futuros divulgadas pela BMF.

7. Outros créditos – diversos (Administradora)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Circulante</u>		
Cotas de Consórcio Adquiridas	3.280	2.950
Outros	391	127
Total	<u>3.671</u>	<u>3.077</u>
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Realizável a longo prazo</u>		
Depósitos vinculados a processos judiciais	7.230	7.062
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	170	22
Bens retomados	6	6
Impostos e Contribuições a Compensar	237	-
Total	<u>7.643</u>	<u>7.090</u>

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias oriundas da provisão para passivos contingente (ações cíveis).

A expectativa de realização desses créditos é até 2020 e o valor presente, calculado com base nessa expectativa e pelo custo de captação, é de R\$ 121 (2014 - R\$ 17).

Os depósitos vinculados a processos judiciais são compostos por R\$111 (2014 - R\$46) correspondentes a cobranças judiciais pendentes de recebimento e R\$7.119 (2014 - R\$7.016) relacionados a processos judiciais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e a depósitos judiciais referentes a processos cíveis.

8. Sociais e Estatutárias (Administradora)

Os saldos de obrigações sociais e estatutárias estão assim representados:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Dividendos a pagar	6.966	6.061
Outras	13	10
Total	<u>6.979</u>	<u>6.071</u>

9. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro	4.785	4.283
Outras	693	490
Total	<u>5.478</u>	<u>4.773</u>

10. Provisão para contingências

(a) Provisão para contingências – Prováveis

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Provisão para riscos fiscais	0	0
Provisão para passivos contingentes cíveis	204	65
Provisão para passivos contingentes trabalhistas	0	0
Total	<u>204</u>	<u>65</u>

Em julho de 2014 foi alterada a situação do processo fiscal movido pela Prefeitura de Porto Alegre, referente a cobrança de ISSQN, de perda provável, no valor de R\$ 1.601, para possível, tendo em vista que foi prolatada a sentença de total procedência dos embargos e de extinção da execução fiscal.

(b) Provisão para contingências - Possíveis

A Banrisul Consórcios possui contingências tributárias e cíveis decorrentes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos a cobrança de ISSQN movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e a processos movidos por consorciados, cuja perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível, no valor de R\$ 28.907 (2014 - R\$ 25.943) e R\$ 1.781 (2014-R\$ 1.380) respectivamente, para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão.

11. Patrimônio líquido (Administradora)

a) Capital Social - O capital social é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, datada de 23 de abril de 2014, foi deliberado a integralização de capital social no valor de R\$11.600, com a utilização de recursos dos saldos de Reserva Especial de Lucros no valor de R\$11.578 e de Reserva Estatutária no valor de R\$22. O aumento de capital foi homologado junto ao Banco Central em 04 de junho de 2014.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, datada de 22 de abril de 2015, foi deliberado a integralização de capital social no valor de R\$ 17.000, com a utilização de recursos dos saldos de Reserva Especial de Lucros no valor de R\$ 16.906 e de Reserva Estatutária no valor de R\$ 94. O aumento de capital foi homologado junto ao Banco Central em 29 de junho de 2015.

b) Distribuição de Resultados - O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, são retidos e terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social.

A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida conforme determinação da Lei das S/A e estatuto social da empresa.

Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2015 podem ser demonstrados como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	29.329	25.519
Reserva legal (5%)	(1.467)	(1.276)
Base de cálculo dos dividendos	27.863	24.243
Dividendos propostos (25%)	6.966	6.061
Dividendos por ações em circulação – R\$	0,08	0,07

12. Outras despesas administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Convênio de prestação de serviços (Nota 14)	12.484	8.004
Despesas de serviços de terceiros	417	592
Despesas com pessoal diretoria	531	664
Aluguéis	3	415
Manutenção	2	23
Outras despesas administrativas	1.004	1.322
Total	<u>14.441</u>	<u>11.020</u>

13. Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido-CSLL (Administradora)

Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado do exercício antes da tributação sobre o lucro	44.243	38.400
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – IRPJ	1.017	(908)
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – CSLL	990	(946)
(=) Base do IRPJ	45.260	37.492
(=) Base da CSLL	45.233	37.454
 Imposto de Renda (25%)	(11.182)	(9.734)
Contribuição Social (9%)	(4.032)	(3.509)
IR e CS – Outros	(45)	-
Deduções doações e patrocínios	375	387
 IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(14.884)</u>	<u>(12.856)</u>
IRPJ e CSLL Corrente	(15.032)	(12.333)
IRPJ e CSLL Diferidos	148	(523)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Saldo</u> <u>Inicial</u>	<u>Constituição</u> <u>(Realização)</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ajuste ao valor de Mercado de Títulos e Valores Mobiliários	-	1	1	-
Outras provisões temporárias	22	147	169	22
Total do ativo fiscal diferido	22	148	170	22

Expectativa de realização dos créditos tributários

	<u>Contribuição</u> <u>Social</u>	<u>Imposto de</u> <u>Renda</u>	<u>Total</u>
2016	4	11	15
2017	30	83	113
2018	4	10	14
2019	4	10	14
2020	4	10	14
Total 31.12.2015	46	124	170
Total 31.12.2014	16	6	22

14. Transações com partes relacionadas (Administradora)

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., podendo ser assim demonstradas:

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	63	-	52	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	-	-	158.358	15.671
Títulos e Valores Mobiliários	204.215	21.580	-	-
Outras obrigações - Sociais e estatutárias	(6.966)	-	(6.042)	-
Convênio prestação de serviços	-	(12.484)	-	(8.004)

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Os Administradores não possuem cotas de consórcios de nossa administração. As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/2009 publicada pelo BACEN, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

15. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Curso normal	280.775	232.547
Em atraso	1.723	862
Em cobrança judicial	549	746
Total	<u>283.047</u>	<u>234.155</u>

16. Instrumentos financeiros (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco por meio de modelos monitorando o comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e acionistas da

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2015 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e

a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2015 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/F-6

Dario Ramos da Cunha

Contador CRC-1SP214144/O-1

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda

BANRISUL S/A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

DIRETORIA

Irany de Oliveira Sant'Anna Júnior

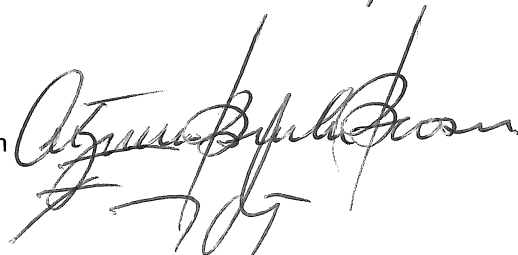
Diretor-Presidente



Artemino Raimundo Rosin

Fernando Postal

Diretores



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

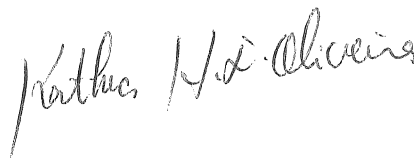
Ricardo Richiniti Hingel – **Presidente**

Erno Luiz Fleck – **Vice-Presidente**

Flavio Cezar Soares Rubim - **Conselheiro**

Sergio Antônio Severo dos Santos - **Conselheiro**

Kathia Helena Iahnke de Oliveira
Contadora – CRC RS-061075/O

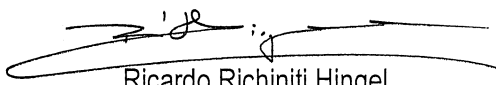


 **Banrisul**
CONSÓRCIO

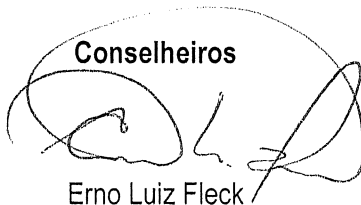
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Administradora de Consórcio, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, e no Parecer do Conselho Fiscal, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2016.



Ricardo Richiniti Hingel
Presidente

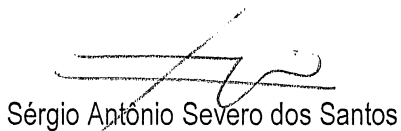


Conselheiros

Erno Luiz Fleck



Flavio Cezar Soares Rubim



Sérgio Antônio Severo dos Santos

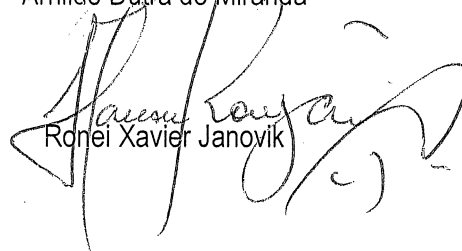
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2016.


Vicente Jorge Soares Rodrigues
Presidente

Conselheiros


Arnildo Dutra de Miranda
Ronei Xavier Janovik

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: KATHIA HELENA IAHNKE DE OLIVEIRA CRIXEL
REGISTRO.....	: RS-061075/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 415.689.310-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 11.03.2016 as 09:15:08.

Válido até: 09.06.2016.

Código de Controle: 220533.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul Cartões S.A.

ÍNDICE

4



PRESS RELEASE

5



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

13



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

19



NOTAS EXPLICATIVAS

A Banrisul Cartões opera em dois segmentos de negócios: rede de adquirência Vero e cartões de benefícios BanriCard. Conheça os destaques:

vero

REDE DE ADQUIRÊNCIA

- **Volume financeiro transacionado** na Vero alcançou **R\$ 20.844,1 milhões** em 2015, alta de **39,4%** em relação a 2014. Foram capturadas **248,6 milhões de transações**, crescimento de **32,0%**.
- Quantidade de **estabelecimentos credenciados** totalizou **186,1 mil** ao final do ano de 2015, aumento de **15,6%**.
- O valor contratado em **antecipação de recebíveis** atingiu **R\$ 1.370,6 milhões** no ano, representando **13,2%** do volume transacionado de crédito nas modalidades à vista e parcelado na Vero, passíveis de antecipação.
- Implantação de **arquivos padronizados** da agenda de recebíveis e de liquidação financeira, em atendimento à regulamentação do BACEN.
- **Modernização** da base de equipamentos POS, melhorando a performance da Vero.

BanriCard

CARTÕES DE BENEFÍCIOS

- **Faturamento BanriCard** totalizou **R\$ 1.255,3 milhões** em 2015, incremento de **7,1%** em comparação com o ano anterior.
- Crescimento de **8,4%** na quantidade de **convênios BanriCard**, quando cotejado ao ano de 2014, alcançando a marca de **10,7 mil**.

RESULTADOS FINANCEIROS DA BANRISUL CARTÕES S.A.

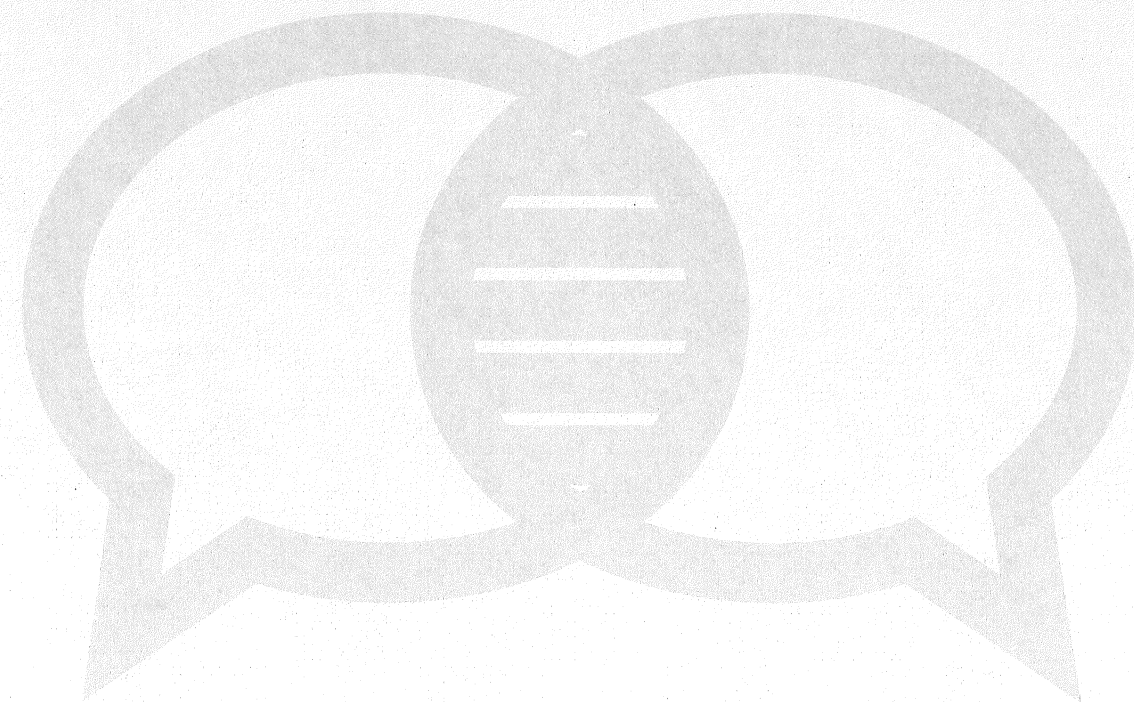
- **Lucro líquido** totalizou **R\$ 160,8 milhões** no exercício de 2015, elevação de **37,3%** em comparação ao ano anterior.
- **Patrimônio líquido** da Companhia registrou **R\$ 380,8 milhões** ao final de dezembro de 2015.
- **Receita operacional líquida** alcançou **R\$ 417,1 milhões**, aumento de **39,2%** em relação a 2014.
- **ROE** (rentabilidade calculada sobre o patrimônio líquido) foi de **42,2%**.

Destaques Operacionais e Financeiros		2014	2015	Variação
Vero BanriCard	Volume Financeiro Transacionado (R\$ milhões)	14.950,8	20.844,1	+39,4%
	Quantidade de Transações (milhões)	188,3	248,6	+32,0%
	Estabelecimentos Credenciados	161.033	186.106	+15,6%
	Faturamento (R\$ milhões)	1.172,4	1.255,3	+7,1%
	Convênios	9.830	10.653	+8,4%
	Estabelecimentos Credenciados	87.385	127.151	+45,5%
	Quantidade de Transações (milhões)	21,2	21,3	+0,4%
	Lucro Líquido (R\$ milhões)	117,1	160,8	+37,3%
	Patrimônio Líquido (R\$ milhões)	258,1	380,8	+47,5%
Retorno sobre Patrimônio Líquido - ROE		45,4%	42,2%	-3,2 p.p.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul Cartões S.A., referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).



Em 2015, a Banrisul Cartões direcionou esforços para consolidar resultados, com ampliação de negócios e foco na eficiência operacional e no crescimento sustentável.

As novas parcerias comerciais criadas, as relações com *stakeholders* fortalecidas, os canais de venda orientados para o segmento de pequenos e médios clientes, o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e os investimentos em qualidade da rede de adquirência Vero, em novas tecnologias e na melhoria do atendimento, foram estratégias que culminaram na excelente performance da Companhia, cujo lucro líquido alcançou R\$ 160,8 milhões em 2015, com incremento de 37,3% em relação a 2014, contribuindo para a rentabilidade de 42,2%.

O desempenho da economia e a acirrada concorrência desafiam o mercado de meios de pagamento e, nesse contexto, a Banrisul Cartões busca encontrar patamares de crescimento que garantam a permanência da alta rentabilidade, da sustentabilidade do negócio e do retorno crescente para seu acionista controlador Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul).

Cabe destacar que, mesmo atuando em cenário de incertezas, aliado à alteração da dinâmica concorrencial do país, a Companhia dedicou-se a obter desempenho positivo, que permaneceu elevado e acima do mercado. Além disso, esperamos que o aumento do escopo de supervisão do Banco Central, atuando como regulador e fiscalizador do mercado, propicie melhor segurança jurídica para os negócios, confiabilidade nas operações e maior igualdade nas condições concorrenciais.

Assim, a Banrisul Cartões conduzirá a sua estratégia com afinco, em 2016, para manter o crescimento sustentável e a participação no mercado, principalmente regional, com a garantia da elevada qualidade e credibilidade dos produtos e serviços ofertados.

ALTERAÇÃO DA DIRETORIA

Em 2015, foi empossada a nova Diretoria da Banrisul Cartões. A presidência foi assumida pelo Executivo Luiz Gonzaga Veras Mota, que acumula a função com a Presidência do Banrisul. A Diretoria Comercial foi ocupada pelo Executivo Antônio Carlos Antunes e as Diretorias de Operações & TI e Administrativo-Financeira, respectivamente, pelos Executivos Carlos Aluísio Vaz Malafaia e Elizabete Rejane Sodré Tavares, que já exerciam o cargo desde 2013.

ALTERAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL

Houve a alteração do capital social da Banrisul Cartões, que passou de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Foram mantidos a quantidade e o tipo das ações – 2.785.801 (dois milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e uma) ações ordinárias nominativas – no valor de R\$ 89,74 (oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos) cada uma.

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFS-E)

Em abril de 2015, a Banrisul Cartões implantou a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, conforme determinado pelo Decreto Municipal nº 18.334, de 28 de junho de 2013, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

A implementação propiciou o envio de mais de 83 mil NFS-e por e-mail, em 2015, incentivando o uso de relacionamento eletrônico com os seus clientes; a eliminação dos custos de impressão, dispensando a contratação de serviços gráficos; e a redução dos custos de armazenamento de documentos fiscais.